

# **Anais do IV Simpósio de História Contemporânea/I Colóquio de História das Américas do Norte e do Nordeste: O Brasil e as Américas: perspectivas de pesquisa e ensino**



**Universidade Estadual do Maranhão 20 a  
22 de setembro de 2017**



**LEHLA**



## **ALCÂNTARA (1980-2000) E O ENSINO FUNDAMENTAL DE HISTÓRIA** **Adriana Monteiro Da Silva\***

No ano de 1998, fui selecionada em Concurso Público Federal para trabalhar na Escola Caminho das Estrelas<sup>1</sup>, na atividade de docência em História a qual desenvolvo até os dias atuais.

A partir dessa vivência, estudos iniciais foram apresentados em 2002, como monografia<sup>2</sup> ao curso de História da Universidade Federal do Maranhão, sobre o processo de implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. Essas informações possibilitaram reflexões acerca da dinâmica da viabilização do projeto espacial, da situação das populações que foram remanejadas e das que viviam na sede da cidade.

As tensões e os conflitos ora desenhados neste levantamento, suscitaram a complexidade do tema e o desafio de buscar um conhecimento maior sobre esse espaço investigado.

A percepção inicial sobre as mudanças e permanências desse processo, além da busca pelo resgate da memória de quem vivenciou os anos iniciais da implantação do Centro de Lançamento, promoveram uma recriação da experiência vivida sobre a questão.

Por conseguinte, a pesquisa desenvolvida alimentou a necessidade de incluir esse tema no rol de conteúdos das séries iniciais para quais ministrava aulas naquela cidade; estruturar maneiras mais eficazes de trabalhar este assunto nas aulas de História do ensino fundamental do município e sistematizar esse conhecimento em forma de material didático.

Com este intuito apresentei o projeto de pesquisa: O Divino e o Espaço: análise sobre a cidade de Alcântara a partir da implantação do Centro de Lançamento – CLA (1980- 2000) ao programa de Pós-graduação em História, Ensino e Narrativas -

---

\*Mestranda do Programa de Pós-graduação em História, Ensino e Narrativas – Mestrado Profissional da Universidade Estadual do Maranhão.

<sup>1</sup> A Escola Caminho das Estrelas é uma organização de ensino de caráter assistencial, mantida pelo Comando da Aeronáutica e subordinada ao Centro de Lançamento de Alcântara, conforme aviso nº 18/GM3 de 19 de agosto de 1986. Suas atividades têm como público alvo os filhos de servidores civis e militares da Aeronáutica e comunidade alcantareense, funcionando com turmas do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

<sup>2</sup> Monografia apresentada sob o título de CLA, uma via de mão-dupla: Um estudo sobre o processo de implantação do Centro de Lançamento de Alcântara como pré-requisito para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Mestrado profissional da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, o qual encontra-se em desenvolvimento.

De acordo com Viveiros (1999), Alcântara surgiu por volta de 1612, a partir de uma aldeia tupinambá chamada Tapuitapera. A aldeia indígena transformou-se em aldeia religiosa portuguesa, sendo elevada à categoria de vila de Santo Antônio de Alcântara, em 1648. No século XVII, tornou-se um marco na catequese, estruturada em torno dos conjuntos urbanos religiosos: Igreja e Convento do Carmo; Igreja e Convento das Mercês; Igreja Matriz de São Mathias centralizada na Praça da Matriz, onde foi implantado o Pelourinho, a Casa da Câmara e cadeia.

Com a fundação da Companhia de Comércio do Maranhão, em 1682, intensificou-se a estruturação de fazendas na região para a produção de arroz, açúcar, algodão e a criação de gado, que atingiram o auge a partir de 1755, data da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Neste período, o lugar vive um crescimento econômico, um momento de destaque no cenário maranhense e uma importante consolidação urbana com a ascensão da aristocracia rural agroexportadora de algodão (VIVEIROS, 1999).

Entretanto, no final do século XIX, as áreas das fazendas antes destinadas ao cultivo de algodão foram ocupadas por africanos escravizados e seus descendentes que trabalharam nestas lavouras, posteriormente dando origem a territórios, entendendo-se que —o território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder<sup>1</sup> (HAESBAERT, 2007, p.63).

Após esse período de reorganização da economia, as áreas consideradas rurais serão valorizadas em detrimento do núcleo urbano que perde o sentido de espaço privilegiado, mantendo-se esta configuração sem muitas alterações até o início do século XX. Porém, a década de 1980, trará um empreendimento gestado no momento histórico chamado Guerra Fria<sup>3</sup> que será capaz de modificar novamente a organização espacial e social da população do município.

Para Skidmore (1988) a chegada dos militares ao poder em 1964, com a Ditadura Empresarial-Militar iniciada pelo Marechal Castello Branco, intensifica a ideia de segurança nacional, com salvaguarda de fronteiras e modernização do país. Com este

---

<sup>3</sup> Período de caracterizado por disputas de ordem política, tecnológica, econômica, social e ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética, compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945 e a extinção da União Soviética em 1991.

intuito a pesquisa espacial merecia o cuidado de um país que precisava modernizar-se e defender-se da ameaça comunista.

Esta política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) possibilitou dentre outros, a implantação do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) em 1969 objetivando a execução dos projetos espaciais; a criação do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) para atender a necessidade de equipes qualificadas de especialistas visando à execução, o desenvolvimento, a qualificação e a operação dos projetos de veículos espaciais; e a implantação de Centros de Lançamentos de Foguetes (AEROVISÃO, 1999).

O primeiro centro a ser construído foi o da Barreira do Inferno (CLBI), situado em Parnamirim no Rio Grande do Norte em 1965, entretanto este empreendimento tornou-se insuficiente para as ambições do programa que visava lançamentos de foguetes cada vez maiores e complexos, sendo necessária a construção de outro centro de lançamento (BRASIL, 1998).

Neste escopo, o Ministro da Aeronáutica Délio Jardim Mattos, explicita ao governador do Maranhão à época, João Castelo Ribeiro Gonçalves, as razões que levaram à escolha de Alcântara para sediar esta construção, argumentando que:

Dentre outros requisitos, um campo de lançamento de foguetes satelizados deve se situar o mais próximo possível do equador terrestre, possibilitar lançamentos em órbitas polares e equatoriais, oferecer condições de vida adequadas à comunidade técnico-científica, dispor de mão-de-obra local, e possibilitar o apoio logístico necessário de transporte marítimo, aéreo, terrestre, energia elétrica, água e serviços de hotelaria etc. Como V. Exa. pode observar, sob o ponto de vista geográfico, Alcântara atende perfeitamente aos requisitos. O pessoal técnico para operar a base, assim como apoio logístico, poderiam ser obtidos em São Luís. Contudo a viabilização de Alcântara para uma base de lançamento de foguetes requer muito esforço e recursos, mas se realizado, seria o reflorescimento de uma região que, historicamente precedeu a São Luís (BRASIL, 1979).

Além desses aspectos, a localização da cidade com relação ao mar, sua região norte debruçada sobre as baías de São Marcos e Cumã, o clima com regimes de chuvas bem definidos, ventos dentro dos limites aceitáveis, temperaturas pouco variáveis e a baixa densidade demográfica foram fatores decisivos para a escolha, os quais garantiriam o sucesso e a segurança do projeto (BRASIL, 1998).

Portanto, o Governo do Maranhão, através do Decreto Estadual nº 7820, no seu artigo 1º determinou:

*Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação a*

área de terra, com o total aproximado de 520.000.000,00m<sup>2</sup> (quinhentos e vinte milhões de metros quadrados) necessários à implantação de um Centro Espacial no município de Alcântara, deste Estado (BRASIL, 1980).

Definido o espaço físico a ser ocupado, em 01 de abril de 1982, através da Portaria Confidencial nº C-012/GM3 do Ministro da Aeronáutica, foi criado o Grupo para Implantação do Centro Espacial de Alcântara-GICEA, com a finalidade de gerenciar todas as atividades necessárias à sua implantação.

Iniciam-se também nesse momento, em decorrência das pressões populares, as discussões sobre o destino das famílias localizadas nessa área desapropriada, já considerada de segurança nacional, uma vez que tal medida foi tomada sem discussão prévia com os moradores ou conhecimento por parte destes da situação pretendida. Frente à situação de medo e especulações sobre o seu destino, a insatisfação e insegurança fomentaram a organização de grupos nas comunidades atingidas que contaram com o apoio do Partido dos Trabalhadores, da Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra e do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara<sup>4</sup>.

Diante do choque do que se impõe como novo e irremediavelmente real, a população que compreendia 30 povoados<sup>5</sup> espalhados pelo município passou para a condição de desterritorialização, entendendo-se que —Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocação de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial (HAESBAERT, 2007, p. 68).

A realocação compulsória da população que residia a área das terras desapropriadas pelo então governador João Castelo através do Decreto Estadual nº 7820 (BRASIL, 1980) para as Agrovilas<sup>6</sup> que são os conjuntos habitacionais criados pelo Ministério da Aeronáutica visando o reassentamento das famílias que viviam na área destinada ao Centro de Lançamento de Alcântara, conferem um novo significado para os territórios.

Essa ação direta de um empreendimento patrocinado pelo Estado altera toda a

---

<sup>4</sup> Ata da Primeira Reunião para a elaboração do Projeto de Relocação das Populações da área de Segurança do Centro de lançamento de Alcântara de 27 de julho de 1983. (Documento do arquivo da Seção de Comunicação social do CLA).

<sup>5</sup> Cajueiro, Curuçá, Peital, Barro Alto, Espera, Ponta Seca, Só Assim, Peru, Santa Cruz, Jabaquara, Pirapema, Marudá, Camarajó de Cima, Mamuna, Itapera, Bom Viver, Canelatiua, Retiro, Norcasa, São Raimundo, Jenipaúba, Cavem, Laje, Boa Vista, Pedro Marinho, Titica, Santa Rosa, Baracatiua, Caiuua, Peitiua.

<sup>6</sup>Estes conjuntos habitacionais receberam o nome de Cajueiro, Peru, Marudá, Só Assim, Espera, Pepital e Ponta Seca

forma de viver das pessoas do lugar, especialmente da zona rural. Pensando-se em cultura a partir de Geertz (1989, p.15) —[...] que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, [...] a cultura como sendo essas teias e a sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado e analisando-se o que foi apresentado à comunidade como proposta de organização social e econômica para quem deveria residir nas agrovilas, percebe-se que essa transferência ressignificou a cultura desta população, tendo em vista a vivência que estas famílias possuíam no seu local de origem e uma necessária adequação ao modo de viver nas agrovilas.

A questão torna-se latente e o confronto bastante evidente ao se perceber os impasses gerados diante da execução do planejamento de relocação do Ministério da Aeronáutica. As famílias relutavam em acatar os projetos dos engenheiros por não identificarem semelhança com seu modo de vida anterior. Elementos da urbanização como área do quintal cercada, banheiro no interior da casa e cozinha muito pequena, na visão dos moradores, contribuía para a desagregação da comunidade, posto que a relação com o domínio das terras e o uso do quintal da casa era baseada em ações comunitárias e coletivas onde se desenvolviam atividades produtivas e o lazer de adultos e crianças (ARAÚJO, 1990).

Os moradores percebiam que embora a nova casa fizesse parte de um espaço físico já conhecido, o padrão de vida e o cotidiano não eram mais o mesmo por estarem submetidos a outro código de sociabilidade que lhes exigiam novos hábitos em decorrência da interferência do Ministério da Aeronáutica.

As dificuldades para ter acesso às áreas anteriores de pesca e coleta de alimentos e a imposição da monocultura direcionada à venda de produtos por técnicos do Centro de Lançamento, aos poucos alteram a produção material e a relação com a terra. Esta transformação modifica também o cotidiano das mulheres que passaram a se ocupar basicamente com as atividades da casa por serem impossibilitadas de praticar o extrativismo de produtos locais como coco babaçu, juçara e buriti.

Considerando que nas comunidades havia a prática das religiões de matrizes africanas, onde o hábito cultural dos adeptos é colher ervas em suas áreas próximas ao terreiro ou mesmo plantá-las nos quintais, bem como eleger espaços sagrados na natureza, há também uma redefinição de sentidos. Posto que muitos desses locais definidos e importantes para os rituais religiosos ficaram no local de origem.

Neste caso, o universo da vida cotidiana e da religiosidade, é transformado pela

imposição da mudança. Porém estas práticas diárias e corriqueiras que foram alteradas em função da reinvenção dos espaços da cidade são a mediação entre o habitante e o lugar, responsável também pela criação de laços de identidade, aspectos que não foram considerados na implantação desse programa.

Frente à paisagem urbana também se revelam algumas contradições que se tornaram visíveis ao longo dos anos na sede do município. Diante da impossibilidade de manterem o sustento, as famílias deslocam-se também das agrovilas para a sede em busca de melhores condições de vida, da mesma forma que muitos jovens das regiões vizinhas deixam suas localidades, atraídos pela grandiosidade do projeto da Aeronáutica.

Estas conexões lançam luz a temas relacionados ao pertencimento e a identidade. Também, as definições sobre—práticas e —representações de Certeau (1998) e Chartier (2002) nos direcionam para a percepção de como os sujeitos investem de sentidos suas práticas e seus discursos, identificando o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler.

Por apresentar notoriedade internacional em função do projeto implantado, a cidade de Alcântara tem sido objeto de estudo por pesquisadores das mais variadas áreas. No entanto, destacam-se em trabalhos publicados na área de Antropologia, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maristela de Paula Andrade e o Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida ; na área de Arquitetura a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Grete Soares Pflueger, carecendo de estudos relevantes sobre esse tema na área de história, posto que os olhares dos estudiosos se direcionam com maior frequência para as comunidades tradicionais.

Tendo em vista que a cidade se apresenta como possibilidade múltipla de estudo, faz-se necessário a utilização de diversas fontes disponíveis para a reconstrução dos aspectos que se pretende apreender sobre Alcântara tais como: acervo dos arquivos escritos e de imagem da Seção de Comunicação Social e Relocação do Comando da Aeronáutica e do Centro de Lançamento de Alcântara; Plano Diretor do Município de Alcântara disponível pela Prefeitura Municipal; Dados censitários apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do período pesquisado; Relatórios, atas e estatutos construídos pelo Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras Rurais de Alcântara, do Movimento dos Atingidos pela Base, Centro de Cultura Negra do Maranhão e Pastoral da Terra no Maranhão; Laudos antropológicos e publicações dos governos Federal e Estadual; bem como, fotografias, vídeos, jornais e revistas que

retratam o período pesquisado, encontradas por meio físico ou digital; sem perder de vista a produção historiográfica sobre o tema e questões conceituais que dizem respeito à localização da pesquisa.

A abordagem também buscará apreender através de entrevistas temáticas com os participantes da cidade, classificados em residentes na sede e nas agrovilas de Cajueiro, Peru, Marudá, Só Assim, Espera, Pepital e Ponta Seca, os sentidos que Alcântara atribuiu para os mesmos.

Já que, com a ampliação das dimensões da pesquisa pela historiografia no século XX, o historiador passou a valorizar todo e qualquer registro humano como uma fonte potencial de interpretação da sociedade, entendendo-se que as fontes históricas são o material que os historiadores se apropriam por meio de abordagens específicas, métodos diferentes, técnicas variadas para tecerem seus discursos históricos (PINSK, 2005, p. 7). Essa liberdade de reconstruir os elementos de quem vivenciou e a transmissão dessas experiências pessoais refletirá as mais variadas facetas da cidade que se pretende descortinar.

Neste intento, a fonte principal para o desenvolvimento do trabalho são os Documentos Governamentais. Estas fontes históricas selecionadas para a pesquisa, são classificadas com relação ao suporte, em fontes textuais (BARROS, 2010, p. 38), compreendendo Decretos, Atas, Leis, Regulamentos. Em função da sua natureza, já que foram elaborados para diferentes finalidades e com motivações distintas, quando se trata de examiná-las o foco deverá ser a perspectiva de confrontar os discursos, observando as posturas que se adotou em relação às fontes e não elas propriamente.

A cidade já serviu de ponto de referência na obra de numerosos escritores. Porém, Pesavento (1999) suscita questões que ampliam a discussão deste tema, ao inferir que a identidade urbana representa um referencial simbólico de identificação que remete às imagens concretas da urbe, mas que extrapolam, integrando-se a todo imaginário social construído sobre a cidade; marcando a diferença entre uma história urbana que tinha como destaque os aspectos econômicos e sociais e a produção de uma reflexão sobre outras construções tais como o imaginário (PESAVENTO, 1995).

Portanto, tal como na Eudóxia de Calvino (1990) há uma relação entre objetos tão diferentes entre si, entre o que se estende para cima e para baixo, e todos os habitantes da cidade podem encontrar a sua imagem e a sua história nos mínimos detalhes, e nesse imaginário social pode-se apreender as concepções estruturadas sobre Alcântara no período de 1980 a 2000.



No que concerne ao debate sobre a construção didática da cidade de Alcântara, são importantes também: o Projeto Político Pedagógico das escolas de Ensino Fundamental envolvidas, o Plano Municipal de Educação de Alcântara, os Parâmetros Curriculares Nacionais de História e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, tendo em vista a fundamentação dos ciclos de discussão e construção coletiva sobre as práticas pedagógicas da docência em História.

Atualmente a cidade de Alcântara dispõe em sua sede, de duas escolas de Ensino Fundamental para atender ao alunado deste referido segmento: a Escola Caminho das Estrelas, situada na área pertencente ao Centro de Lançamento de Alcântara, subordinada a organização militar do Comando da Aeronáutica; e a Escola Inácio de Viveiros Raposo, localizada no centro da cidade, de competência do poder público municipal.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 34) a História nos anos iniciais do ensino fundamental, tem como um dos objetivos gerais que a criança ao final do ciclo seja capaz de reconhecer algumas semelhanças e diferenças sociais, econômicas e culturais, de dimensão cotidiana, existentes no seu grupo de convívio escolar e na sua localidade. Porém, apesar do município ter sido alvo de uma mudança estrutural promovida pelo Comando da Aeronáutica, não há qualquer discussão sobre esse tema que vise à promoção de aprendizagens significativas aos alunos.

Embora estas duas instituições se ocupem do mesmo nível de ensino, carece entre elas de intercâmbio ou movimento que vise debates e construções sobre currículo, metodologia e ensino de história e assim haja um impulso na formação continuada dos docentes.

Compreendendo-se que na escolha dos conteúdos, os docentes devem considerar para a formação social e intelectual do aluno

A importância da construção de relações de transformação, permanência, semelhança e diferença entre o presente, o passado e os espaços local, regional, nacional e mundial; • a construção de articulações históricas como decorrência das problemáticas selecionadas; • o estudo de contextos específicos e de processos, sejam eles contínuos ou descontínuos (BRASIL, 1997, p. 46).

A vida cotidiana talvez seja um dos recortes mais interessantes do rol de conteúdos dos anos do Ensino Fundamental. O olhar sobre a cidade implica pensar as intenções de seus habitantes, conhecer e entender as transformações que ocorreram ao longo do tempo nesses espaços e o motivo dessas mudanças; apreender de que forma

—os símbolos e significados do passado se interceptam com os do presente, construindo uma rede de significados móveis (ROLNIK, 2009, p. 17). Essa forma de trabalhar os saberes que compõem o universo da História fornece condições para que os professores possam adequar as necessidades de formação dos alunos às suas condições de construção de conhecimentos em cada momento da escolarização.

Assim sendo, a inclusão de conteúdos relacionados à Alcântara (1980-2000) no currículo local se faz necessário, por considerar a importância de fontes diversas na elaboração do conhecimento histórico pelos historiadores, bem como na construção do conhecimento histórico do aluno. A proposta é que os professores do Ensino Fundamental se apropriem dos procedimentos advindos da teoria histórica, para serem utilizados no trabalho em sala de aula, já que

[...] é tarefa da escola, palco de interações, e, no particular, é responsabilidade do professor, apoiado pelos demais profissionais da educação, criar situações que provoquem nos estudantes a necessidade e o desejo de pesquisar e experimentar situações de aprendizagem como conquista individual e coletiva, a partir do contexto particular, em elo com o geral e transnacional (BRASIL, 2013, p. 34).

A proposição dos Parâmetros Curriculares Nacionais estabelece que um dos cerne do ensino de História sejam temas importantes tanto para os alunos quanto para a investigação histórica. Além disso, o estudo e as pesquisas relativas a esses temas devem ser feitos, em primeiro lugar, no tempo presente para posteriormente, investigar outros tempos e lugares. —Portanto, as aulas de História serão muito melhores se conseguirem estabelecer um duplo compromisso: com o passado e com o presente (PINSKY; PINSKY, 2003, p. 23)

Neste sentido, o ensino de História Local ganha significado e importância no ensino fundamental, exatamente pela possibilidade de introduzir a formação de um raciocínio de história que contemple não só o indivíduo, mas a coletividade, apresentando as relações sociais que ali se estabelecem na realidade mais próxima. Essa temática permite que o professor tenha como ponto de partida as histórias individuais e dos grupos, inserindo o aluno em contextos mais amplos, resgatando memórias por meios dos monumentos, histórias de seus moradores, e pelos próprios acontecimentos locais, reconhecendo a —[...] História Local tanto como conteúdo, particularmente nas séries iniciais, quanto como recurso didático (em todas as séries), ou seja, como fim e como meio do ensino de História nas séries iniciais, consolidando-a como substrato importante na construção da didática da História

(SCHMIDT, 2004, p. 186).

Estes diálogos são necessários por entender-se que precisam ser notórias a proposta pedagógica e as competências e habilidades que se quer desenvolver com os alunos por meio do processo de ensino-aprendizagem. Refletir sobre a prática docente recupera as finalidades e os objetivos do ensino de história, referência valiosa para o fazer pedagógico.

Considerando-se a perspectiva de currículo como

[...] experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular, vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes(BRASIL, 2013, p. 23)

O aluno deve ser entendido como sujeito construtor de sua história e do seu conhecimento. Para tanto necessita será apresentada a ele, as várias visões de mundo ao longo do tempo, utilizando textos, narrativas, formas de organização da vida, materiais das diferentes classes sociais, ajudando-o a problematizar e produzir sua própria visão de mundo.

Isto será alcançado, se nossa preocupação se voltar cotidianamente para a reflexão de nossos conceitos e valores pedagógicos, através de um meio que nos proporcione uma reflexão coletiva.

Tendo em vista que a escola também é um lugar de produção de saberes, esses saberes construídos nas escolas por professores e alunos fazem parte de uma cultura escolar e tem objetivos diferentes dos saberes produzidos na academia. Assim sendo, as pesquisas históricas desenvolvidas nas universidades devem estabelecer um diálogo com as disciplinas escolares (BITTENCOURT 2008, p. 37-44).

É fundamental que os professores conheçam possibilidades de abordagem diversificadas e técnicas variadas a fim de que possam planejar suas aulas e instrumentalizar os alunos para analisar e obter informações de diversas fontes. A relação com as teorias da História e seus procedimentos é um referencial importante para atividade docente.

### **Obras de Referência**

BRASIL. Aviso Ministerial nº 007/Gm4/C-003 de 27 de agosto de 1979 ao Governador do estado do Maranhão. (Documento do arquivo da Seção de Comunicação Social do CLA)

BRASIL. Decreto presidencial nº 92571 de 18 de abril de 1986. (Documento do arquivo da Seção de Comunicação Social do CLA)

BRASIL. Decreto presidencial S/N de 08 de agosto de 1981. (Documento do arquivo da Seção de Comunicação Social do CLA)

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional. Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Portaria nº C-012/GM3, de 01 de abril de 1982

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/Secretaria da Educação Fundamental. **Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. v. 5. Brasília: MEC/SEF, 1997

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB, DICEI, 2013

### Fontes Primárias

Ata da primeira reunião para a elaboração do Projeto de Relocação das Populações da área de Segurança do Centro de Lançamento de Alcântara de 27 de julho de 1983 (documento do arquivo da Seção de Comunicação Social do CLA)

BRASIL. Convênio de cooperação entre o Ministério da Aeronáutica e o Estado do Maranhão para a desapropriação e discriminação das áreas de terras destinadas à implantação do CLA (documento do arquivo da Seção de Comunicação Social do CLA)

BRASIL. **Livro histórico do CLA**, 1998 (documento do arquivo da Seção de Comunicação Social do CLA)

BRASIL. Protocolo de cooperação que firmam o Ministério da Aeronáutica, Estado do Maranhão e o Município de Alcântara, para implantação do CEA

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: Laudo Antropológico** – Brasília: MMA, 2006

ARAÚJO, Mundinha. **Breve história das comunidades de Alcântara**. São Luís: SIOGE, 1990

AROSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. São Paulo: Edusc, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008

BOSSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 14. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. In: **Revista Albuquerque**. Vol.3, nº1, 2010.

BURITY, Joanildo A. Burity. **Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&a, 2002

BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. 1 ed. São Paulo: Labur edições. 2007

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Editora vozes, 1998  
\_\_\_\_\_. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 7.ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2001

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LCT, 1989

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS [et al]: **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: ed. Da UNICAMP, 1990.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral, caminhos e descaminhos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v13, nº 25/26, set. 92/ago. 93, p. 55-65

MORAES, Marieta & AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Revista do PEPGH. São Paulo, Departamento de História da PUC, 1981

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006

PESAVENTO, Sandra Jathahy. Em busca de outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Contexto, v.15, nº 29. 1995  
\_\_\_\_\_. **O imaginário da Cidade – visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999

PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. O que e como ensinar: por uma História prazerosa e consequente. IN: KARNAL, Leonardo (org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, p. 17-36, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v.2, n.3, p. 3-15, 1989

REIS, José Carlos. **História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006  
**Revista Brasileira de História**. São Paulo, v 15, nº 29, ANPUH: Contexto, 1995

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Caderno Cedes**. Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set/dez 2005  
\_\_\_\_\_. O Ensino de História Local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C. et al. **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

THOMPSON, Edward P. **A voz do passado: história oral**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 2002  
\_\_\_\_\_. **Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 1998

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: MORAES, Marieta & AMADO,

Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 77

VEN, Le Marie Michel et al. História Oral de vida: o instante da entrevista, In: **Varia História**. Belo Horizonte; FAFICH UFMG, nº 16, set 1996. p. 57-66

VERÍSSIMO, Francisco Salvador. **Vida urbana: a evolução do cotidiano da cidade brasileira**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. Coleção Documentos Maranhenses nº 17. 3ª ed. São Luís: Alumar, 1999

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: MORAES, Marieta & AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998

# DUELOS NAS FISSURAS DA “DEMOCRACIA RELATIVA”: O HUMOR GRÁFICO E A ABERTURA POLÍTICA DA DITADURA EMPRESARIAL MILITAR BRASILEIRA

Adriano Negreiros Da Silva<sup>1</sup>

## Introdução

No final da década de 1970, o Brasil experimentou a chamada —abertura política, após anos de arrocho repressivo, enfim, aparentava-se que o país estava em vias de uma transição —democrática. Não por acaso aquele momento fora tão festejado por segmentos mais moderados e progressistas da sociedade brasileira, afinal, nos dez primeiros anos da ditadura empresarial-militar, o país vivenciara um período político rígido em que uma fração de classe composta por militares e civis muito bem aparatados por um projeto de Estado, ascendeu e se consolidou. A restrição ideológica vigorava amparada pelos braços coercitivos dos governos dos generais presidentes sob a primazia daquela que foi cunhada como a mantenedora da paz social e da ordem nos Estados modernos, à lei.

Nesse último decênio há o advento de um revés na sistemática política nacional, muito da estrutura de sustentação coercitiva do Estado de Exceção é amainada e à opinião pública, considerando-a um conglomerado de expectativas diferenciadas em torno do espírito democrático, respirava aliviada à espera de novos tempos. Os discursos que aclamavam o Brasil enquanto uma possibilidade democrática, a partir daquele momento, imperavam. Democracia, Estado de Direito e liberdade eram palavras de primeira ordem. Vários setores de classe ratificaram essa possibilidade de restauração do Estado Democrático de Direito com gritos e discursos apaixonados pelas ruas de mãos dadas por uma nova era política, simbolizada na campanha por eleições diretas, as —Diretas já!.

Entre vivas de esperança e salvas ufanistas, dormia a pátria amada em berço esplendido mais uma vez, ao não se aperceber envolta de uma estratégia eufêmica de controle pelos governos empresariais-militares que manteriam suas amarras de exceção muito tempo além da ditadura. Um dos principais exemplos disso foi à própria lei de imprensa (lei nº 5.250/1967), que perdurou na redemocratização até o ano de 2009,

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduado em História, Ensino e Narrativas (PPGHEN). Bolsista de Mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), coordenado pela professora do curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monica Piccolo Almeida Chaves.

quando o Supremo Tribunal Federal atestou a sua inconstitucionalidade. Sim, 21 anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, num contexto em que a população movimentava-se e expressava a sua indignação por diversos canais linguísticos, dentre eles, a crítica ilustrada, é que veremos que a repressão não havia sido suspensa. Nesse período, ascenderam e notabilizaram-se nos meios jornalísticos da grande imprensa e imprensa alternativa discussões sobre os destinos político, social e econômico do país através de charges, cartuns, caricaturas e tiras cômicas. Uma arte autônoma, discursiva e crítica que há muito permeava o cotidiano jornalístico do país acompanhando os debates e contextos políticos de perto, proporcionando assim, um valioso caminho comunicativo com a população.

Portanto, o imperativo desse trabalho está na capacidade de analisar as ilustrações satíricas (charges, cartuns, caricaturas e quadrinhos) enquanto uma paródia reflexiva da realidade, com seus traços de humor munidos de transcendência e deformidade sobre o real, ou seja, o cotidiano sobre o qual os ilustradores se debruçam para compor seus textos, recriando significados e ampliando reflexões para então exercer a comunicação, considerando seu teor parcial, entre o emissor (desenhista) e o receptor (leitor), que desnudava a ficção de uma abertura política plena no Brasil.

### **Iconográfica, Direito E Censura: O papel da crítica ilustrada (charge, caricatura, cartum e quadrinhos/tira) frente à ordem**

A crítica ilustrada (charges, caricaturas, cartuns e quadrinhos/tiras), comum nos jornais impressos, assume papel importante na opinião pública, pois viabiliza independente de classe social e níveis de conhecimento, a disseminação do pensamento reflexivo por meio da imagem. É um discurso ideológico, amplamente parcial que visa polemizar, desnudar e trazer à tona, por via do humor, tudo que está maquiado na sociedade – organização social, arranjos políticos, disputas por poder, conflitos culturais, desrespeitos legais, discursos hegemônicos, etc.

Nessa esteira, a caricatura não é subordinada à estética, tem validade crítica por expor as imperfeições dos padrões sociais, um flagelo direcionado a ridicularizar. O cartum tem temáticas amplas, não versa sobre fatos delimitados no tempo e espaço; o que lhe confere um caráter universal, genérico; seus temas são a fome, a corrupção, a criminalidade, a paz, a ilegalidade, o abuso de poder, etc.



Adiante, a charge é a crítica burlesca de um fato ou acontecimento específico de conhecimento público. Tem como matéria-prima para a sua inteligibilidade, os fatos do dia-a-dia e o conhecimento prévio do leitor. Ela está presente em jornais e revistas, tem papel importante na opinião pública, pois viabiliza a disseminação do pensamento reflexivo por meio da imagem sobre um acontecimento e o que é oculto nas suas entrelinhas. Visa polemizar, refletir, desnudar e trazer à tona por via do humor tudo que está maquiado por outros discursos.

Por fim, a tira ou quadrinhos, em suas histórias transitam discursos entre a abrangência temática dos cartuns e a especificidade das charges na exposição da sociedade. Direto, trata-se de um texto curto construído em um ou mais quadros, com a presença de personagens fixos quase sempre, que criam uma narrativa com desfecho inesperado no final; conciliando textos imagético e escrito ao mesmo tempo, como regra.

Portanto, como elemento da arte cômica, —o riso castiga os costumes’. Obrigamos a cuidar imediatamente de parecer o que deveríamos ser! (BERGSON, 1982, p. 13). Dessa forma, a crítica ilustrada funciona como o vetor do cômico que extrai pelo ridículo o que está oculto e presente na matéria-prima diária da charge, do cartum, da tira ou quadrinho e da caricatura. Tendo em vista, a proeminência e potencialidade dos seus registros em possíveis estudos sobre a disseminação de discursos e ideários múltiplos.

Logo, enquanto seres plurais, detemos múltiplas capacidades comunicacionais que não somente a linguagem verbal. A primazia da língua, como forma e meio de comunicação padronizada, é explicada por um condicionamento histórico que nos levou à crença de que as únicas formas de conhecimento, de saber e de interpretação do mundo são aquelas veiculadas pela linguagem verbal, na sua manifestação oral ou escrita; haja vista, que essas nos permeiam de maneira mais constante e usual. Tal distinção nos fez por muito tempo acreditar cegamente que o único meio autêntico e sólido de comunicação seria pela escrita alfanumérica, excluindo e no máximo, relegando às outras formas não-verbais para um patamar secundário e constantemente suspeito de ilegitimidade (SANTAELLA, 2003).

Contudo, cientes de que a imagem é concebida como uma via profunda e variada de apreensão do passado; todavia, não menos perigosa. Esse tipo de fonte histórica impõe certos cuidados quando da investigação e elaboração do saber histórico, haja vista que —para utilizar a evidência de imagem de forma segura, e de modo eficaz, é

necessário, como no caso de outros tipos de fonte, estar ciente de suas fragilidades (BURKE, 2004, p.18).

Pois, como afirma Mikhail Bakhtin em sua obra *Marxismo e Filosofia da linguagem*, a natureza de todo sistema de comunicação, de toda linguagem é eminentemente ideológica e múltipla. Todo signo é ideológico, caracterizado como uma realidade ideológica, que tem sua materialidade e que se constrói no ambiente social da comunicação, pela interação verbal e não-verbal. Dessa forma, são visíveis as intencionalidades incutidas em cada desenho chargico ou humorado, é a crítica ou apologismo propriamente dito pelo olhar da forma e do conteúdo mediante auxílio da iconografia (BAKHTIN, 2006).

Em sentido próximo está também à linguagem jurídica, a parcialidade que a atravessa é notória, apesar de sua construção histórica ser alicerçada na gênese do próprio Estado como algo próprio dos seres humanos e sua pretensa necessidade instintiva de autopreservação. Em outras palavras, o Direito obedeceu ao caminho de seu senhor, o Estado. Em todos os autores clássicos, a relação entre Estado, lei e coerção é abordada mesmo que em pequena porção. Assim, por exemplo, para Nicolau Maquiavel a inerência do Estado com a coerção é explícita, a lei e a força são postas como alternativas necessárias. Em Thomas Hobbes, no livro o *Leviatã*, essa relação legal de observância das regras é colocada como algo intrínseco ao ser humano, as chamadas —leis naturais—. Em outra perspectiva, mas ainda em conformidade com a ideia da lei como expressão de uma vontade geral, prediz Jean Jacques Rousseau, que a desigualdade é produto da força, que é transformada em direito, são as —potências legítimas—, que somos obrigados a obedecer. Embora pareça, Rousseau não é contra as leis. A vontade geral é um ato de soberania, atende ao povo, por isso é lei.

Contudo, a melhor construção formal do conceito de Estado de Direito, está na obra *Economia e Sociedade* de Max Weber, onde desenvolve suas reflexões sociológicas sobre o direito. A dominação legal é sempre em virtude de estatuto, de lei. O direito, essencialmente, da forma pela qual nós o conhecemos, é um tipo de dominação burocrático-legal, em que o jurista se legitima pelas normas e leis. Ao mesmo tempo, e mais importante, tais dominações são tidas por legítimas porque neutralizam suficientemente as indisposições individuais e sociais, de tal sorte que os explorados se reconhecem submetidos e agem a partir de tal condição como dominados (WEBER, 1999).

Eis a dominação e legitimidade legal por excelência, que nos governos

autoritários, por exemplo, a ditadura empresarial-militar brasileira, foi evocada diversas vezes em favor de um discurso de proteção do país personificado nos decretos-leis, medidas provisórias, suspensão de garantias individuais, doutrina de segurança nacional e a lei de imprensa. Por esse viés, o que para Weber é a evidência da qualidade do Estado Racional, para Karl Marx é um dos principais pilares que alicerçam a estrutura do capitalista e a manutenção da desigualdade entre os indivíduos. Segundo a teoria marxista, o domínio capitalista é indireto, quem procede à intermediação dessa dominação do capital é o Estado e o Direito.

Logo, através do humor despertado pela caricatura, cartum, charge e quadrinhos, aflora um valioso caminho comunicativo que se gesta entre o autor e o leitor e afronta a ordem, a lei. Por isso, aos ditadores, as leis e normas sempre serão —armas a tira colol reproduzidas à exaustão. Entretanto, na rigidez legal a crítica ilustrada flui por entre suas brechas e faz respirar vários setores silenciados de uma sociedade.

### **Ditadura, Legislação e Humor Gráfico: uma abertura política com relatividades**

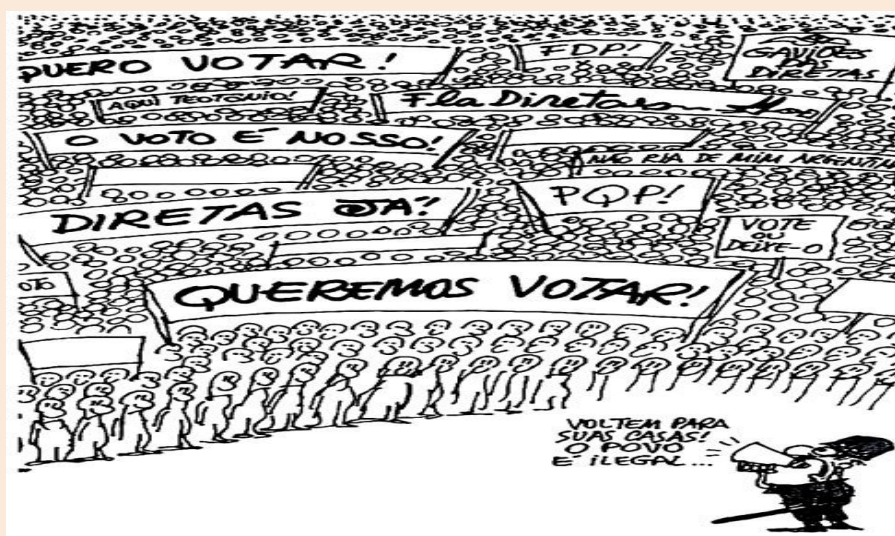
Os anos derradeiros da ditadura empresarial-militar caminharam consonantes à observância oposicionista ou apologista dos cartunistas e seus nanquins. Eram soldados discursivos de grandes jornais que legitimavam a situação política do país ou estavam nas barricadas resistentes da imprensa alternativa, sujeitos ao peso de um arsenal de leis, com destaque aqui à lei de imprensa (Lei nº 5.250/1967), desnudando as imensas contradições de um Estado opressor que não conseguia esconder sua farsa de —democracia ordeiral.

O processo de abertura política iniciado a partir da segunda metade da década de 1970 e que só se encerrou na metade da década seguinte, foi antes de tudo um grande eufemismo cruel, haja vista toda a mobilização institucional que se empreendeu para relegar ao esquecimento a coerção e a censura utilizada pelo regime ao longo de sua vigência; a maquiagem sobre o —Milagre Econômico<sup>2</sup> e as ufanistas propagandas do desenvolvimento da nação; a Abertura Política tutelada e o Movimento das —Diretas Já!

---

<sup>2</sup> Período de grande crescimento econômico brasileiro entre os anos de 1969 e 1973, mediante vultosa contração de empréstimos internacionais e supercrescimento da dívida externa do país, alta inflação e má distribuição de renda.

<sup>3</sup> como o ato final de um período histórico da nação, imbricado à ausência democrática.



**Figura 01:** Charge de Henfil – Início dos anos de 1980. <http://zonacurva.com.br/henfil-e-diretas-ja/>. Acesso em: 16/09/2017

A charge acima elenca o fervor popular em curso nos início dos anos de 1980, em favor da redemocratização, contudo, não sem a espreita dos ditadores que ainda expunham o que realmente eram aqueles anos, uma ditadura. Mas, existiria mesmo uma democracia imaculada sempre ameaçada pelo flagelo das ditaduras ou nossa herança democrática guarda aspectos autoritários por natureza? A história da república brasileira é mais a tradição do autoritarismo que democracia. E mesmo essa democracia pretendida, sempre fora um tanto questionável. Uma vez que, como assevera Giorgio Agamben no livro —Estado de Exceção<sup>1</sup>, a legitimidade das democracias contemporâneas é largamente amparada por elementos autoritários e suspensivos de direitos. É o caso, por exemplo, do estado de exceção, produto direto ou indireto de textos constitucionais democráticos fundados sobre um direito de necessidade inerente à existência mesma do Estado, ou ainda, sobre uma lacuna do direito que deve ser preenchida por dispositivos excepcionais. Isso mostra que a teoria do estado de exceção não é de modo algum patrimônio exclusivo da tradição antidemocrática (AGAMBEN, 2004).

Destarte, quando nos debruçamos a um olhar mais aprofundado dos dispositivos legais do período ditatorial, no caso, a lei de imprensa, observamos o quão homérico ainda é o debate sobre esse passado recente. Afinal, exemplos como o da lei de imprensa (Lei nº 5.250/1967) que fora um dos principais meios tolhimento da

<sup>3</sup> Movimento político popular que reivindicava a aprovação da emenda constitucional nº 05 de 1983, proposta pelo deputado federal Dante de Oliveira que propunha a retomada de eleições diretas para presidente da República.

liberdade expressão na época do regime empresarial-militar, são didáticos para entendermos o que assevera Agamben, uma vez que a lei de imprensa passou a vigor em 1967 e só foi revogada em 2009. Sim, somente 21 anos após a redemocratização constitucional é que esse —antigo| aparelho de restrição ideológica foi retirado do corpo normativo-jurídico nacional. O interessante é que no relatório do Supremo Tribunal Federal (STF), o mote da revogação da lei foi o vício de inconstitucionalidade, ou seja, incompatibilidade com o Estado Democrático de Direito brasileiro (BRASIL. Relatório do Supremo Tribunal Federal - Revogação da Lei de Imprensa, 2009).

Nesses termos, não ficam dúvidas quanto aos laços intestinos da redemocratização com a anterior ditadura. Mas como entender a sobrevivência de tal lei por tanto tempo dentro desse novo período democrático brasileiro? Conciliando a teoria de Giorgio Agamben à crítica clássica do marxista sobre o Direito, especificamente aqui, através dos livros *O Socialismo Jurídico* de Friedrich Engels e Karl Kautsky e *O Estado e a Revolução* de Vladimir Ilitch Lenin, temos uma resposta elementar. Não há qualquer contradição nesse questionamento, pois o núcleo duro da ideologia burguesa é por essência a concepção jurídica de mundo (ENGELS, 2012). Assim, enquanto para Marx a —ordem| é o que legaliza a submissão, amortece as colisões das classes; para os políticos burgueses e seus juristas a ordem é precisamente a conciliação das classes. Cabe ressaltar que como essa dominação deve ser disfarçada, por vezes, temos esses —deslizes| de aparente incoerência com a democracia, mas que em verdade é seu espírito (LENIN, 2010).

Por conseguinte, a partir dessa compreensão basilar, temos como primordial a composição de uma análise discursiva entre alguns dos canais jornalísticos da grande imprensa e imprensa alternativa com seus respectivos trabalhos ilustrados no contexto da ditadura empresarial-militar e os embates com a legislação da época. Por esse viés, as teorias do intelectual marxista italiano Antônio Gramsci, no caso, o conceito de Aparelhos Privados de Hegemonia e sua eficácia na construção de estereótipos políticos à opinião pública, são vias fundamentais para a compreensão da dinâmica sócio-política que o mesmo denomina de sociedade política e sociedade civil.

Para Antônio Gramsci a possibilidade ou impossibilidade do desenvolvimento de consenso, isto é, momentos em que os valores das classes dominantes são adotados pelas classes dominadas como se seus fossem, demandando-se que seja instituído um campo de significados agregados. Os aparelhos privados de hegemonia se tornam assim instrumentos culturais de pensar e construir, fazer e desconstruir, ou seja, era a

exteriorização velada do empenho dos Aparelhos Privados de Hegemonia na construção de arquétipos pejorados à opinião pública (GRAMSCI, 2005).

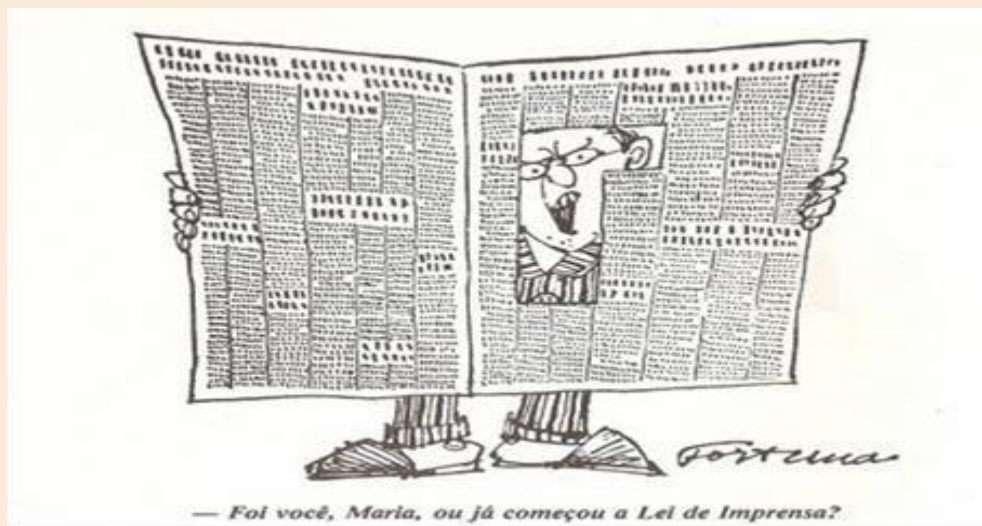
Para tanto, quem orquestrava esses aparelhos? Para elucidar tal questão, aciona-se a carga conceitual de autores como René Dreifuss, historiador e cientista político uruguaio que esmiuçou como poucos as entranhas da ditadura empresarial- militar por meio de obras como —1964: a conquista do Estado - a ação política, poder e golpe de classel. Conceito esse de —empresarial-militar, inclusive, elaborado pelo mesmo autor, tendo em vista que não admitia pela complexidade sócio-político- econômico daquele contexto histórico brasileiro, o reducionismo dos militares como agentes unilaterais na consecução e controle do Estado pela via anti-democrática golpista. Além de ser também o elaborador original da definição —civil-militar, posta em desuso por alguns autores que passaram a observar uma banalização do uso do termo sem a carga conceitual adotada por Dreifuss.

Segundo Demian Melo, por exemplo, a expressão —civil-militar foi apresentada pela historiografia como meio mais coerente para adjetivar o golpe de 1964 e o conseqüente regime. Seu propósito foi apresentar a ação golpista e os governos do período ditatorial como não restritos a atuação única das Forças Armadas. Adverte que segmentos civis vinculados ao capitalismo nacional e transnacional, por exemplo, apoiaram o golpe e participaram da condução do processo político entre abril de 1964 até 1985, quando a historiografia majoritária limita o encerramento do regime. Contudo, é interessante frisar, que por conta de apropriações teóricas superficiais do conceito de Dreifuss, parte da historiografia (à qual se vincula Demian Melo) passou a encampar uma denominação diferente, e também elaborada por Dreifuss, ditadura como —empresarial-militar (MELO, 2012).

Para René Dreifuss a liderança do processo político que culminou no golpe em 1964 não foi protagonizada exclusivamente pelos militares. Seus conspiradores estavam distribuídos em diversos nichos civis, entre eles a iniciativa privada, nacional e internacional. Tendo na atuação de associações como o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) os mecanismos necessários para tal ação golpista; somado ainda o apoio da burguesia tradicional, setores oligárquicos (no qual se insere Victorino Freire) e rede de apoio das forças armadas (DREIFUSS, 1987).

Sobre esse período, desenvolveu-se uma vasta bibliografia sobre o foco de abordagem tanto da grande imprensa, quanto da imprensa nanica ou alternativa.

Respectivamente, a maior parte da imprensa brasileira estava —caladadl, por opção ou medo, consentida por se enquadrar dentro dos padrões da Lei de Imprensa. Especialmente os grandes jornais, como *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e o *Diário Carioca*, entre outros, que apesar de tímidas ações de oposição, no geral, encamparam o discurso das novas frações de poder que passaram a dirigir os destinos do país com o golpe de 1964 e reafirmaram a ordem hegemônica.



**Figura 02:** Charge de Fortuna (*Correio da Manhã*, ano 66, nº 22.548, 7/10/1966).

<http://mestresdahistoria.blogspot.com.br>. Acesso em: 16/09/2017

No entanto, outros veículos de grande rodagem como o *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, por exemplo, obstinavam subverter os ditames militares e em consequência disso recebiam retaliações por sua ousadia cotidiana (SILVA, 2012). Sobre eles e os demais veículos de mídia oposicionista pesavam os artigos, incisos e alíneas da lei. A lei 5.250, em seu preambulo de apresentação, dispunha que a mesma regulava a liberdade de manifestação do pensamento e de informação, logo, temos o primeiro elemento coercitivo da lei, o extremo subjetivismo. Por exemplo, via de regra nos vazios da lei, o seu preenchimento era estabelecido por discursos moralistas abrangentes, porém calcados na matriz cultural cristã do país. Isso é facilmente observado no artigo 17 da lei de imprensa: —Art. 17. Ofender a moral pública e os bons costumes: Pena - Detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região (BRASIL. Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967, p.05). Assim, quando os jornais e seus chargistas não eram enquadrados no teor de seus trabalhos chárgicos pelo conteúdo político, não escapavam na questão moral (tradicionalmente de orientação cristã e arraigada por suas instituições) e nas de ofensa a símbolos nacionais.



**Figura 03:** Charge de Ziraldo (1979). <http://lemad.fflch.usp.br/node/7885>. Acesso em: 16/09/2017

Dessa forma, o sensor tinha a sua disposição um leque de possibilidades de enquadramento subversivo, afrontoso à moral pública e aos símbolos nacionais, o que fazia o trabalho dos chargistas crescer em produção para que um mínimo de charges, cartuns, caricaturas e tiras fossem aprovados pela censura. Na imagem acima, vemos uma crítica direta aos turbos anos da abertura política, que apesar da euforia democrática que se avolumava, ainda não era o bastante pra esconder a real face daqueles anos de exceção. O Brasil ainda era uma —democracia relativa, observada de perto pelos aparelhos de coerção do Estado, —Edi-Stensão ainda era a —legítima esposa de —Athos Sinco, um trocadilho muito bem ornado pelo chargista Ziraldo para ilustrar que a truculência ditatorial estava em pleno casamento com a dita retomada democrática —à brasileira em desenvolvimento.

No que tange ainda sobre a censura, seu trabalho era facilitado por outro dispositivo viabilizado pela lei, a censura prévia, ou seja, os aparelhos de segurança exigiam antecipação na entrega dos materiais a serem publicados, algo que praticamente anulava a periodicidade de jornais alternativos que já contavam com uma série de fatores para a sua irregularidade. O policiamento ideológico na lei visava impedir qualquer chance de ingerência —subversiva nos meios de imprensa. Quando não pela censura prévia, era pelo não enquadramento nos quesitos da lei que o jornal alternativo e suas publicações eram silenciados, uma exemplo disso era o artigo 7º, § 2º, da lei de imprensa que asseverava que ficava sujeito à apreensão pela autoridade policial todo impresso que, por qualquer meio, circulasse ou fosse exibido em público sem estampar o nome do autor e editor, bem como a indicação da oficina onde foi impresso, sede da mesma e data da impressão (BRASIL. Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967, p.03).





**Figura 04:** Charge de Ziraldo – Final dos anos 1970. <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/pesquisa-mostra-46-pela-revisao-da-lei-da-anistia/> Acesso em: 16/09/2017

Assim, segundo Bernardo Kucinski, diante da truculência progressiva da ditadura, gestou-se um sentimento de contraposição e crítica ao Estado ditatorial por meio de um segmento da imprensa, denominado como imprensa alternativa, nanica ou independente. Ela, em contrapartida a complacência de parte da grande imprensa nacional diante do regime ditatorial, fazia críticas sistemáticas ao modelo econômico, político, à realidade social e, inclusive, à própria estrutura de leis do país com sátiras, ironias, chistes, regado a muito humor (KUCINSKI, 1991). Na imagem acima, temos uma charge, também de Ziraldo, que ataca frontalmente o aspecto econômico e político de uma vez só, afinal, o seletivismo posto em vigor com a lei de anistia e os altos índices de inflação eram irmãos siameses de um mesmo pai, a ditadura empresarial-militar.

Todavia, apesar de um sistema de improviso constante na elaboração do jornal, não havia uma perda de qualidade dos trabalhos. Ao contrário, a desorganização era equilibrada pelo gênio criativo de intelectuais que viviam entre a boemia e a crítica ou com as duas ao mesmo tempo. Esta imprensa, naquele contexto, se originara da articulação de duas forças básicas: de um lado, o desejo das esquerdas tradicionais de protagonizarem modificações estruturais na sociedade brasileira e do outro o anseio e busca de jornalistas e intelectuais, por espaços razoáveis e alternativos à grande imprensa e à universidade, ambos vigiados ostensivamente pelos milicos (KUCINSKI, 1991).

Kucinski ressalta que a derrocada desse viés jornalístico no decênio final da

ditadura empresarial-militar se deveu entre outras coisas a avassaladora perseguição e tolhimento criativo que a censura e a repressão policialesca imprimiam. Isso, mesmo nos anos finais do regime, fez desencadear uma decadência gradativa dos jornais, o que prova a falsa ideia de amenização dos aparelhos de coerção no período de abertura política do país. Além da própria autocensura dos proprietários de bancas que vendiam os jornais alternativos e tinham medo dos ataques à bomba sabidamente arquitetados pelos milicos, indo até os habituais desentendimentos ideários nas redações e suas separações.

### **Considerações Finais**

A democracia sonhada renasceu torta e eivada daquilo que em um sentido utópico de democracia jamais poderia ter, vícios antidemocráticos. Entretanto, como trabalhado, essa democracia sonhada é a exterioridade mais rasa e ilusória, pois não existe contradição entre ela e elementos autoritários da burocracia do Estado, isso foi constatado pelo próprio caminho de redemocratização que o país tomara.

A lei é a expressão mais serena e cruel da democracia e dos governos ditatoriais, uma vez que maquia a realidade opressora e reduz seus opositores à pejoração e marginalidade. Afinal, em uma construção social burguesa que qualificou a legislação como o arauto da pacificação dos seres humanos, conciliando as classes, quem está na trincheira oposta mais se assemelha a um apologista da barbárie.

Contudo, por mais que a lei se imponha hegemônica, nas fileiras contra-hegemônicas a sua contraposição não cala. Essa resistência se dá por muitas formas, neste trabalho ela se fez ver pela crítica ilustrada das charges, cartuns, caricaturas e tiras. Desvelar a podridão por traz da ditadura empresarial-militar foi seu mote fundamental, eram tempos difíceis, mas essa arte combativa fluiu pelas fissuras do regime, driblando os dispositivos da lei e o mecanicismo estéril do censor.

Portanto, a crítica ilustrada é um discurso que desarma, desconserta e despe o seu objeto de crítica a ponto de fazê-lo rir de si e de sua própria imbecilidade; é ele também um escudo contra a subestimação que os detentores do poder atribuem às massas. É a consciência e a reflexão do leitor que se irradia num desejo coletivo no instante da compreensão da charge, cartum, caricatura e tira.

Tudo que está imbricado em seus traços é permeado de códigos inteligíveis a qualquer um, o indivíduo só precisa estar vivo para um dos múltiplos sentidos lhe tocar;

visto que é uma arte do cotidiano, logo, do povo. A sociedade heterogênea que é, faz então catarses por meio da crítica ilustrada através do cômico, pela reflexão burlesca. Desse modo, por vezes, a sensação que temos é a de que os chargistas e/ou cartunistas nos leram a mente e falaram por nós, fazendo do traço chiste uma catarse revigorante frente às opressões contemporâneas e passadas.

## Referências Bibliográficas

### Textos Legais

BRASIL. Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação de pensamento e de informação. Brasília, DF, 1967.

Site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm) Acesso em: 18/03/2017.

BRASIL. Relatório do Supremo Tribunal Federal - Revogação da Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/1967). Brasília, DF, 2009.

Site: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/vernoticiadetalhe.asp?idconteudo=107402> Acesso em: 18/03/2017.

BRASIL. LEI Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. **Concede anistia e dá outras providências.** Brasília, DF, 1979. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm) Acesso em: 18/03/2017.

### Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção.** São Paulo: Boitempo, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 12ª Edição – 2006 – HUCITEC.

BERGSON, Henri. **O RISO - ensaio sobre a significação do cômico** / Henri Bergson. - segunda edição, Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1983.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem** / Peter Burke; tradução Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. – Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.

CIRNE, Moacy. **Uma introdução política aos quadrinhos.** Rio de Janeiro, Achiané / Angra, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci, estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. A ação política, poder e golpe de classe.** Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

ENGELS, Friedrich. **O socialismo jurídico** / Friedrich Engels e Karl Kautsky; tradução Livia Cotrim e Márcio Bilharinho Naves. – [2. ed., ver.] – São Paulo: Boitempo, 2012.

FICO, Carlos. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar** / Carlos Fico. – Rio de Janeiro, Record, 2004.

FLÔRES, Onici. **A leitura da charge.** / Onici Flôres – Canoas: Ed. ULBRA, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- História da imprensa no Brasil** / Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, (organizadoras). – 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2011.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da Imprensa Alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução: o ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução** / V.I. Lenin; [tradução revista por Aristides Lobo] – 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.
- MELO, Demian Bezerra de. **Ditadura “Civil-Militar”?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente**. Espaço Plural • Ano XIII • Nº 27 • 2º Semestre 2012 • p. 39-53 • ISSN 1518-4196.
- MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Editora Vozes, 2ª edição, 1984.
- NERY, João Elias. **Charge e Caricatura na construção de imagens públicas**. São Paulo: PUC/SP. Tese de doutoramento em Comunicação e Semiótica. 1998.
- NICOLAU, Marcos. **As tiras e outros gêneros jornalísticos: uma análise comparativa**. Revista Eletrônica Temática. João Pessoa-PB: 2009.
- O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX** / organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. – (O Brasil Republicano; v.4).
- O Pasquim: A Subversão do Humor**. Documentário dirigido por Roberto Stefanelli/Produção: TV Câmara, 2004.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade** / Daniel Aarão Reis. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica?** / Lúcia Santaella. – Coleção 103, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.
- SILVA, Adriano Negreiros da. **Traço a traço: análise da crítica ilustrada presente em jornais ludovicenses no contexto do regime militar brasileiro – 1964-1974** / Adriano Negreiros da Silva.– São Luís, 2012. Universidade Estadual do Maranhão, Monografia, Curso de História.

# A TRAJETÓRIA REVOLUCIONÁRIA IBÉRICA NO INÍCIO DO OITOCENTOS: REVOLUÇÃO DE CÁDIZ X REVOLUÇÃO DO PORTO

Ana Lúvia Aguiar de Sena<sup>1</sup>

## I. Revolução e Modernidade

*É chegada a hora de conclamar cada um para o seu verdadeiro destino. O progresso da razão humana preparou esta grande Revolução, e vós sois aqueles os quais recai o especial dever de acelerá-la (Koselleck, 2006, pág.25).*

Nesta citação Koselleck expõe o pensamento de Robespierre, no período da Revolução Francesa. Para ele, este excerto auxilia a compreender a concepção do revolucionário francês acerca da aceleração do tempo histórico. Na sua visão, a aceleração traria ao homem o dever de instalar um —tempo de liberdade e de felicidade. Esta ideia não é indiferente aos anseios dos habitantes das Américas em relação às suas metrópoles nas décadas posteriores à revolução Francesa, visto que, a Revolução de Cádiz (1812) e a Revolução do Porto (1820) foram movimentos de contestação que lutaram para romper o jugo imposto pela permanência de tropas estrangeiras<sup>2</sup> em seus territórios, tema que nos centraremos mais à frente.

Neste início, centraremos a atenção em questões relacionadas aos verbetes modernidade e revolução, contidas na produção de Koselleck (2006), Hunt (2007) e Rémond (1976). Antes, entretanto, é interessante atentarmos para a noção de *aceleração do tempo* que marca o início dos tempos modernos. Koselleck (2006) diz assim: —o homem experimentava o tempo sempre inédito, como —um novo tempo modernol. Este tempo é entendido a partir do prisma das singularizações da modernidade, pois, notadamente, tem-se um posicionamento político-social voltado contra modelos dantes vigentes, devido, principalmente, ao posicionamento dos iluministas em sua tentativa de ruptura com passado.

A partir das concepções surgidas pós 1789, a revolução transforma-se em coletivo singular, já que passa a concentrar em si todas as trajetórias dos sujeitos envolvidos e as percepções particulares de cada um sobre o mesmo evento. Segundo Koselleck (2006):

---

<sup>1</sup>\*Mestranda do programa de pós graduação da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS) e pesquisadora financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA).

<sup>2</sup> Lembrar que devido ao Bloqueio Continental imposto por Napoleão Bonaparte, tanto Portugal quanto Espanha tiveram seus territórios invadidos por tropas francesas.

É assim que revolução torna-se um conceito meta-histórico, separando-se completamente de sua origem natural e passando a ter por objetivo ordenar historicamente as experiências de convulsão social. Em outras palavras, o conceito adquire um sentido transcendental, tornando-se um princípio regulador tanto para o conhecimento quanto para a ação de todos os homens envolvidos na revolução (p.69).

Portanto, o conceito de revolução deixa de ter um sentido natural e passa a representar as transformações das experiências destes indivíduos em sociedade. Com o iluminismo, adquire um caráter de detentor de todas as —experiências utópicas, percebido como um —novo horizonte de expectativas que conduziria a um futuro sempre mais esperançoso.

Esta aceleração ganha seus contornos definitivos na segunda metade do século XVIII, como o tradutor de um tempo de esperanças no futuro que estava por vir. Este é um tempo de transição marcado por um novo tempo e um novo período. O último serviria como um termômetro para medir a aceleração do tempo e a experiência pelas quais os sujeitos estão submetidos.

Em decorrência disso, a linguagem dos sujeitos torna-se bastante representativa das novas ideias que estavam em circulação. Tem-se a ressignificação dos termos que eram comumente utilizados, sendo adaptados ao tempo vivido. A Revolução Francesa caracteriza bem esta ressignificação. Na obra: *Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa* de Lynn Hunt, no primeiro capítulo denominado de *A poética do poder*, faz uma análise da mudança no significado das palavras feitas pelos revolucionários, se não deixassem de utilizá-las, conferiam a estas novas significações.

—As palavras jorraram, porém mais importante foi seu caráter único e mágico... A linguagem política tornou-se cada vez mais investida de significado emocional, até mesmo de vida e de morte. Palavras associadas ao Antigo Regime, nomes contaminados com realismo, aristocracia e privilégio tornaram-se tabul (Hunt, 2007, p.42). Neste sentido, Hunt centra sua análise nas representações e nas práticas destes revolucionários.

Percebe, também, o uso das palavras como meio de ruptura com o Antigo Regime, pois esta forma de governo era entendida enquanto um modelo de arbitrariedades. A linguagem representou um dos mecanismos de mudança social e

política, não é estranho que o termo Antigo Regime venha a ser usado neste momento como forma de demarcar a ruptura com período anterior.

Para além disso, na retórica da revolução francesa, a política não deveria representar um espaço de discussões entre grupos opositores, mas deveria ser compreendida como —... um instrumento para reestruturar a natureza humana, transformar súdito em cidadãos, escravos em homens livres, oprimidos em republicanos (Hunt, 2007, p.72). Esta concepção permeou o sentimento dos revolucionários lusitanos, que conclamavam o retorno do monarca, volta de sua soberania e a resolução da —precariedade econômica de Portugal<sup>3</sup>.

A Revolução de Cádiz e a Revolução do Porto não buscaram uma cessão radical com o monarca, como o percebido na Revolução Americana e na Francesa, contudo, beberam dos ideais e das ideias que esta disseminou. Deste modo, o princípio da legitimidade dinástica triunfou, principalmente, devido ao processo de restauração<sup>4</sup> dos governos dinásticos, após a queda de Napoleão.

Com o Congresso de Viena (1815), tem-se uma tentativa de retorno ao modelo político vigente anterior à Revolução Francesa, mas o que se observou foi que —... sob a aparência de uma volta ao Antigo Regime e sob o disfarce de uma restauração, manifestam-se apreciáveis concessões ao espírito do tempo e à reivindicação liberal de um texto constitucional (Rémond, 1979, p.12).

—*O século das revoluções*<sup>5</sup>” traz à tona levantes de contestação aos modelos políticos que estavam em vigor. Nas revoluções ibéricas<sup>6</sup>, os princípios políticos concentraram-se em torno das noções de soberania. Os colonos apropriaram-se dos discursos em voga e passaram a exigir direitos, que outrora lhes era negado.

Entretanto, as concessões liberais postas em práticas referem-se, em grande

---

<sup>3</sup>Com a abertura dos portos para comércio com nações estrangeiras, os portugueses se sentiram extremamente prejudicados, principalmente pela assinatura dos Tratados de Comércio e Navegação (1810), que favorecia amplamente os mercadores britânicos. Com o fim das guerras napoleônicas ocorreu, também, a assinatura do Tratado de Paris, e grande parte das potências europeias viam Portugal como um mero protetorado da Grã-Bretanha.

<sup>4</sup>Com isso, tem-se o retorno dos Bourbons ao trono espanhol e dos Bragança ao trono português. É interessante perceber que antes da Revolução de 1789, o posto do monarca era incontestado, contudo após este evento tem-se um discurso legitimador da posição e do poder que se conferia aos soberanos na Europa, ainda que reconfigurados pelas constituições.

<sup>5</sup>Segundo Rémond(1976), o século XIX vai do fim das guerras napoleônicas (1815) até o começo da primeira grande guerra (1914).

<sup>6</sup>Neste caso, estou a me referir da Revolução de Cádiz (Espanha) e a Revolução do Porto (Portugal).

medida, a uma política voltada para uma minoria, ou seja, para as elites. Nos primeiros decênios do século XIX, a política luso-brasileira segue o princípio do liberalismo definido por uma: —*igualdade de direitos, mas uma desigualdade de fato*” (Rémond, 1976, p. 41). Esta igualdade de direitos assenta-se na igualdade dos direitos civis em que, perante a lei, todos, teoricamente, seriam iguais; no entanto, em relação às condições sociais as diferenças permaneceriam.

As monarquias constitucionais estabelecem uma ruptura com o Antigo Regime, isto acontece devido a existência de cartas constitucionais que passam a reger as relações entre soberanos e súditos/cidadãos. Para Rémond (1976), as cartas constitucionais trazem em seu bojo um conjunto de novas instituições representativas, além de conferir a estes sujeitos o direito à livre expressão e comunicação, caracterizada por: câmaras eletivas, liberdade de culto, liberdade de opinião e liberdade de imprensa.

## **II. As monarquias constitucionais e as sociedades ibéricas**

As monarquias constitucionais nascem do anseio por mudanças na situação vigente, como se observa nos reinos ibéricos. Os termos *liberalismo* e *monarquia constitucional* têm estreita ligação com as sociedades ibéricas. O liberalismo assenta suas bases no racionalismo<sup>7</sup>, sendo reconhecido pela existência de uma constituição e pela descentralização do poder. Contudo, não significa uma rejeição à monarquia e/ou ao princípio dinástico, mas a negação ao absolutismo monárquico.

Tal ideário político tem origem com a Ilustração do século XVIII, ao apresentar uma nova concepção de como o poder deveria ser exercido, em oposição ao absolutismo monárquico. Seus principais pensadores tentam encontrar uma maneira de adequar os interesses do monarca e o do corpo social, por intermédio de um contrato<sup>8</sup> que ditaria os direitos e deveres de cada um destes.

Neste contexto, o súdito transforma-se em cidadão, ganha uma maior importância nos rumos dos impérios espanhol e português. Culpavam os magistrados<sup>9</sup> pelos males que lhes afligiam, pois estes sintetizavam as práticas despóticas estabelecidas na província, por isso, muitas vezes o rei era a figura a quem recorriam quando se viam

---

<sup>7</sup>Ver René Rémond (1976) e Telmo Verdelho (1981).

<sup>8</sup>Enrique Dussel (2014), ao deslindar a produção dos filósofos em sua obra, coteja as distintas concepções acerca do contrato estabelecido entre soberano e súdito. Os filósofos analisados foram: Jean Bodin, Thomas Hobbes, Baruch Espinosa, Jonh Locke, David Hume, Adam Smith, Jean Jacques Rousseau, dentre outros.

<sup>9</sup>Ver Rémond (1976) e Neves (2003).



prejudicados. Na concepção dos súditos/cidadãos a relação ocorria da seguinte maneira: —era o cidadão ideal, porque ama o monarca, respeita-o quando é respeitável, amaldiçoa, quando é indigno e tirano, e prefere a morte a um jugo insuportável (NEVES, 2001, p. 86).

Em relação a este jugo insuportável, é importante recordar que em 1807-1808, tanto Espanha quanto Portugal tiveram permanência francesa em seus territórios. Na Espanha tem-se o cárcere do rei espanhol Felipe VII e em Portugal a transmigração da família real para o Brasil. Esta situação possibilitou na Espanha levantes contra a dominação imposta, com a resistência do povo espanhol contra a dominação estrangeira e luta pela expulsão destes.

Enrique Dussel (2014) faz uma análise do processo de independência latino-americana, mas especificamente os de colonização espanhola, reconstruindo o —antidiscorso da modernidade como fator preponderante para a emancipação da América hispânica. Para os limites deste trabalho, não explorarei o processo de emancipação da América hispânica ou portuguesa, mas os mecanismos que possibilitaram maior participação dos habitantes das Américas espanhola e portuguesa nas decisões políticas feitas por suas metrópoles através do estabelecimento de constituições.

No primeiro decênio do oitocentos, a América Latina insere-se num momento político sem igual, pois as alterações<sup>10</sup> experimentadas pelas metrópoles conferem uma possibilidade singular para a política do continente latino-americano. Dussel (2014) se apropria dos discursos proferidos por Primo Verdad no vice-reinado da nova Espanha e comenta sobre a abdicação do monarca espanhol. Para Verdad, o cabildo neste momento seria o representante do —povo, enquanto o rei não pudesse desempenhar as suas funções. Logo, no vice-reinado da nova Espanha, esta atividade caberia aos cabildos. — Duas são as autoridades legítimas que reconhecemos, a primeira é a do nosso soberano (o rei, preso), e a segunda a dos cabildos aprovados e confirmados por aqueles (Dussel, 2014, pág.453 apud Verdad, 1910,11, p.143).

Durante o interregno que se estendeu de 2 maio de 1808 a 4 de junho de 1814, observou-se o início dos movimentos de independência na América Espanhola e a ofensiva —luso-espano-inglesa nos territórios ibéricos, antes ocupados por tropas francesas. De acordo com Vicente (2004), esta era uma — ... época da crise profunda,

---

<sup>10</sup>Estabelecimento de José Bonaparte como José I, através da abdicação de Carlos IV e Fernando VII na Espanha e Transmigração da corte real portuguesa para o Brasil.

levou o povo espanhol à semelhança do que se passara em Portugal, no tempo da união das duas coroas, ao apelo do — desejado<sup>11</sup> que salvaria a nação destrocada (p.1106). Tinham a crença de que com a volta do monarca a nação seria restaurada.

Devido esta ausência, os espanhóis se mobilizaram para a criação de uma Junta Central, visto que, não se viam representados na figura do francês José I. Para organizar a situação política, estabeleceram eleições de representantes em todos os domínios hispânicos. Em Cádiz (1812), formulam uma constituição liberal que sintetizaria os anseios destes na luta por sua soberania. Neste sentido, a constituição tinha como preceitos básicos a soberania nacional e a divisão de poderes.

Segundo Dussel<sup>12</sup>, a soberania se caracteriza de três formas: na primeira, a origem concentra-se no povo, representado nas colônias pela elite local; na segunda, o poder legítimo concentrava-se nas mãos do rei, pois a sua origem era divina; na terceira, seria popular advinda de todos os estratos sociais. Contudo, prevaleceu nas colônias a primeira e a segunda forma de soberania, visto que, com a ausência dos monarcas, formaram-se juntas governativas.

Em contrapartida, em Portugal (1820), eclode a revolução liberal do Porto, resultante da insatisfação de alguns setores da sociedade portuguesa. Insatisfação decorrente da permanência de tropas inglesas em solo português, corporificadas pela presença do general inglês William Beresford, que exercia controle sobre a regência criada para administrar Portugal no período de ausência do seu rei.

Como resistência a este domínio, organizou-se o sinédrio em 1818 que se movimentou contra a ordem instituída. Seus líderes eram Manuel Fernandes Tomás, José Ferreira Borges e José da Silva Carvalho, que deflagraram o movimento vintista na cidade do Porto, em 24 de agosto de 1820. Entre suas primeiras medidas estavam a extinção da regência, a criação de uma Junta de Governo e a convocação de uma assembleia constituinte.

O parlamento português extraiu a sua essência da Constituição Gaditana<sup>13</sup> (1812). Esta nova esfera de representatividade garantiu a participação de um maior número de indivíduos no cenário político do oitocentos, pois o liberalismo se sobreporia ao Antigo Regime, dando início a regeneração política de Portugal. A regeneração portuguesa

---

<sup>11</sup>Seria representado na figurada do rei que solucionaria todas as adversidades do reino. Sendo, por isso, o desejado, o esperado.

<sup>12</sup> Ver capítulo 11, no subcapítulo 1.3. O pensamento político da — Primeira Emancipação (desde 1808). As três concepções da soberania.

<sup>13</sup>Original de Cádiz. Uma importante aproximação entre as duas constituições pode ser consultada em Berbel; Oliveira (2012).

conservava três princípios fundamentais: o protecionismo responsável por sustentar o discurso mercantilista português; o reformismo que reestruturaria as antigas instituições, dando novos significados representativos e; o princípio liberal, ao garantir a burguesia novos espaços políticos.

Jorge Miranda (2011) aponta as similitudes entre a constituição gaditana e portuguesa, bem como analisa os seus pontos dissonantes. No artigo segundo, expõe que a forma de governo de Espanha e Portugal é, respectivamente, —a monarquia moderada hereditária em Espanhal (art.14.º) e —a monarquia constitucional hereditária em Portugall (art.29.º). O princípio de legitimidade dinástica nas duas era transmitida através das gerações pertencentes ao mesmo grupo familiar.

A Constituição espanhola é mais extensa (384 artigos) do que a portuguesa (240 artigos). Segundo Moraes Filho (1972), a extensão da constituição espanhola advém do fato de não se querer dar brechas para a contestação de seus preceitos e de suas —liberdades públicas, sendo preparada de forma cuidadosa e meticulosa. Esta representava a consciência patriótica dos hispânicos no momento que se configurava.

Representou, também, um —desenraizamento, ao mobilizar os povos da América espanhola em prol da carta constitucional. Moraes Filho (1972), pontua que a constituição era,

Romântica, irreal, desenraizada, a verdade é que a carta de Cádiz de 1812 representou um papel da maior significação, servindo de intermediária entre o constitucionalismo revolucionário e os povos do novo mundo. Nas suas cortes estiveram reunidos também os representantes das colônias espanholas na América subindo a mais de trinta o número desses representantes que a subscrevem (p.69).

Conceito adotado também na América Portuguesa, a base de representatividade política do grande império português englobou todos aqueles que fizessem parte da grande nação portuguesa. Com isso, iniciaram o processo eleitoral que escolheria os representantes que se fariam presentes nas Cortes. A dinâmica política estabelecida pelos vintistas incluía os representantes da população<sup>14</sup> além-mar, pois, —não se limitava apenas ao continente europeu (BERBEL, 1999, p. 47).

Por este fato, divulgaram as instruções para a escolha das pessoas que comporiam o parlamento português, mas sem respeitar a proporcionalidade da população nos dois

---

<sup>14</sup> Segundo André Roberto de Arruda Machado (2011, p. 40), a pronta aceitação de algumas capitânias brasileiras (Grão-Pará e Bahia) à criação de juntas provisórias alinhadas as Cortes, antes mesmo do pronunciamento de D. João VI sobre este projeto, demonstra que reger-se por um governo constitucional era extremamente sedutor para os portugueses da América, motivados por interesses distintos.

lados do Atlântico. Entretanto, as representações dos deputados do além-mar não foram pensadas de forma paritária, incorporaram da constituição gaditana o processo e instruções eleitorais, que tinha uma maior presença de deputados da metrópole, ou seja, em uma decisão importante sempre conseguiriam aprovar questões que representassem os seus interesses.

Na América espanhola, questionava-se a representação a que teriam direitos os espanhóis da América, pois, em tempos constitucionais<sup>15</sup>, não deveria haver diferenciação entre os espanhóis europeus e americanos, visto que, ambos estariam sob os desígnios de um só Monarca (Filipe VII) e uma só lei. Injusto seria mantê-los a margem das decisões tomadas pela Junta Central, no momento em que caíra nas mãos dos franceses.

Como exemplo, os cabildantes de Santa Fé de Bogotá, em 1809, apresentavam a vantajosa união dos dois povos, através de um mesmo soberano alegando que: —... somos descendentes dos que derramaram seu sangue para adquirir estes novos domínios (2009, p. 73); deste modo, deveriam ter a mesma prerrogativa aplicada aos nascidos em território espanhol. Outro fator destacado se refere ao número proporcional de deputados. Estes deveriam variar em quantidade, dependendo da população da província e/ou território, para isso, queriam que a —Junta Central<sup>16</sup> se baseasse na igualdade, pois, somente com esta se teria uma representação justa.

A questão da representatividade proporcional não escapou à observação dos deputados da América portuguesa. Apenas como exemplo, registro um fragmento do discurso do deputado maranhense Joaquim Antonio Vieira Belford:

O Sr. Belford - Pouco tenho que acrescentar ao que se tem dito em favor do artigo. Só farei uma reflexão. Este soberano Congresso compõe-se de noventa e tantos Deputados da Europa, e vinte e tantos do Brasil: digo eu, se acaso a opinião for contra o artigo, que dirão os Brasileiros? Não de dizer certamente: houve tantos Deputados europeus contra os Brasileiros, e isto foi o que decidiu contra o artigo: e parecerá isto bem? Será isto acertado? Eu o deixo á consideração deste soberano Congresso (Diário das Cortes. Sessão de 14 de novembro de 1822).

Na Constituição de 1812, — não há representação paritária das províncias da Europa e do ultramar no Conselho de Estado(art.232º), ao invés do que sucede na

<sup>15</sup>Ideias retiradas do documento *Representação do Cabido de Santa Fé, capital do Novo Reino de Granada, á Suprema Junta Central da Espanha no ano de 1809*. Para maiores informações, ver Marco Pamplona e Maria Elisa Mader (2009).

<sup>16</sup> Em Portugal seu equivalente era o Soberano Congresso.

Constituição de 1822(art.162º) || (MIRANDA, 2001, p.15). Ainda podemos destacar os pontos dissonantes da política gaditana e vintista. No quarto ponto, Miranda compara as votações estabelecidas em Espanha e Portugal, da seguinte maneira: —4º) O sufrágio para eleição das Cortes é universal, mas indireto em Espanha (arts.35.º e segs), e com algumas incapacidades(art.33.º), mas direto em Portugal (arts.37.º e segs)||; e no quinto ponto, discorre sobre as possibilidades de reeleição dos deputados, da seguinte maneira: —5º) A Constituição de Cádiz proíbe a reeleição dos Deputados (art.110.º), não a portuguesa (art.36.º)|| (MIRANDA, 2001, p.14-15).

A vigência da constituição gaditana será breve, já que dois anos após sua aprovação a constituição foi revogada por Fernando VII, quando este retoma a coroa espanhola, usurpada pelos franceses em 1808.Em 1820, a Espanha retoma os preceitos da constituição gaditana e submete Fernando VII aos seus desígnios.Estes anos de instabilidade política na Espanha culminou numa crescente luta de emancipação dos povos latino americanos. Enrique Dussel (2014) expôs minuciosamente a dinâmica destes processos no seio da elite crioula e o alijamento dos estratos mais desfavorecidos no processo de independência da América espanhola.

No caso português, D. João jura as bases da constituição em 3 de junho de 1821 e estende-se até 1823, quando a constituição foi revogada.

### **Considerações Finais**

O século XIX caracteriza-se como um século liberal<sup>17</sup>. O liberalismo representou um contraponto as ideias reacionárias advindas da reunião dos estados europeus no congresso de Viena, por isso, os liberais, por meio do racionalismo, acreditavam que os acessos as liberdades anteriormente citadas, resultariam em uma crescente produção da verdade. Como filosofia política, apresentava-se como uma confiança no diálogo político estabelecido pelo constitucionalismo nascente e pela rejeição a tudo o que estivesse ligado a um poder absoluto, despótico e arbitrário.

A ausência dos monarcas em seus tronos - Espanha e Portugal- foi fator preponderante para o ápice do constitucionalismo ibérico. No que concerne a Espanha, Fernando VII ausentou-se do trono por longos seis anos, neste período estoura em Cádiz um movimento liberal comumente conhecido como Revolução de Cádiz, que institui

---

<sup>17</sup>Neste artigo, trabalhei com a noção liberal relativa à política e não à economia.

uma constituição que tem como base a soberania nacional e a divisão dos poderes; no caso português, D. João VI permaneceu quatorze anos no Brasil, regressando apenas em 3 junho de 1821, quando jurou as bases da constituição portuguesa, derivada do movimento revolucionário vintista.

Com o pleno funcionamento da Corte espanhola e portuguesa pós revoluções de Cádiz e Porto, observou-se o surgimento do liberalismo nestes espaços, ambientes propícios para o alargamento dos debates em torno da situação político-social das metrópoles e reconfiguração e maior autonomia de decisão as suas colônias da América. A duração da submissão do rei às constituições e ao parlamento se deu por um curto espaço de tempo. Fernando VII, ao reassumir o trono, foi contra a existência de uma constituição e do estabelecimento das Cortes em novos moldes, lembrando que as cortes têm sua existência desde a idade média, mas possuíam apenas funções consultivas e com a revolução gaditana, torna-se deliberativa.

As cortes espanholas vigiram de 1812 a 1814. Em 1814, com o retorno do monarca ao trono espanhol tem-se a paralisação dos trabalhos das cortes. Os monarcas ibéricos conservaram-se como figuras centrais daquele momento, pois o parlamento deveria funcionar sob a tutela do rei e não o contrário. Observa-se, assim, a permanência da tradição monárquica ibérica de concessão de mercês aos súditos.

## Referências

### Impressos

REPRESENTAÇÃO do Cabido de Santa Fé, capital do novo Reino de Granada, à suprema Junta Central da Espanha no ano de 1809. In: PAMPLONA, Marco Antonio; MADER, Maria 52 Elisa (orgs). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas:** Nova Granada, Venezuela e Cuba. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 67-89. Col.Margens / América Latina, v. 3

### Bibliografia

DUSSEL, Enrique. **Política da Libertação.** Na dependência da —modernidade madural. Alguns temas para uma história da política na América Latina. Passo Fundo: IFIBE, 2014. p.431-474.

HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. Puc-Rio, 2006.

MIRANDA, Jorge. **O constitucionalismo liberal luso-brasileiro**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p.7-21.

MORAES FILHO. Evaristo de. **O constitucionalismo liberal no Brasil de 1823**. 1972. Acessado em: 19/07/2017, às 19:09. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/view/59207/57648>

RÉMOND, René. **O Século XIX: 1815-1914**. São Paulo: Editora Cultrix, 1976.

VICENTE. Antônio Pedro. **As imagens de Fernando VII na literatura panfletária portuguesa** (1808-1814). Estudos em homenagem a Luís Antônio de Oliveira Ramos. Faculdade de Letras da universidade do Porto. 2004. Págs:1103-1115. Acessado em:18/07/2017, às 18:52. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5040.pdf>

# AS REPRESENTAÇÕES NOS DOCUMENTOS SOBRE O SUICÍDIO DE NEGROS ESCRAVIZADOS NO MARANHÃO IMPERIAL (1850-1888)

Carlos Victor de Sousa Ferreira\*

## 1. Introdução

As renovações historiográficas em torno dos negros escravizados tem legado diversas posições de análise sobre o lugar destes agentes históricos nas relações sociais, de vítima à herói, dócil à rebelde. Estas renovações tem reverberado na forma como a sociedade ainda tem absorvido sobre os mais de 300 anos de escravidão. As representações sobre os escravos dizem muito sobre suas atitudes em sociedade, através das fontes históricas tem permitido historiadores e pesquisadores a apreenderem sobre as dinâmicas sociais que eram desenvolvidas em sociedade.

Neste sentido este artigo é uma amostra parcial da pesquisa de monografia que tem sido desenvolvida em torno da representação do suicídio de negros escravizados nas documentações oficiais da sociedade maranhense do século XIX, a respeito das documentações se tratam de registros policiais, inquéritos e jornais que abordam o suicídio como fenômeno que acontecia na sociedade maranhense. Entendemos por representação, a partir do conceito de Roger Chartier elaborado em sua obra *A História Cultural entre práticas e representações* (1990) do qual pretendemos buscar nas fontes relacionadas ao suicídio de escravos, entendendo que a representação constrói a simulação de uma presença de algo ou alguém dotada de significado simbólico. (CHARTIER, 1990, p. 23)

Conhecido por discussões relacionadas a História Cultural, segundo este autor precisamos levar em conta algumas modalidades para entender o imaginário social: 1º a construção na produção de sentidos múltiplos para a realidade social, percebendo uma diferenciação na maneira de construir essa realidade variando de grupo social para grupo social; 2º as práticas sociais que buscam criar uma identidade própria no mundo; e as formas sociais as quais um grupo representa o outro. (ESPIG, 2004, p. 54)

Assim, as fontes produzidas pela sociedade são discursos, dotados de interpretação simbólica sobre um fato real, apreendido e construído a partir de uma mentalidade ou imaginário do agente histórico que produziu a fonte.

Na primeira parte deste artigo desenvolvemos uma pequena discussão sobre como o suicídio esteve representando em diversas sociedades do ocidente e oriente, para observamos parcialmente como outras sociedades se comportavam perante a prática do suicídio e no

---

\* Graduando do 8º período do curso de Licenciatura em História pela Faculdade Santa Fé/ IDESP (MA)



Brasil não foi diferente, a forma de sentir e analisar a morte advém muito do contexto histórico e cultural do qual cada sociedade se encontra.

O segundo ponto trataremos sobre o a escravidão moderna no Maranhão e seus atores sociais, observando as milhares de contribuições de africanos e crioulos que faziam parte da sociedade maranhense, esta parte é responsável para nos situarmos historicamente sobre o contexto analisado neste artigo.

E por fim, tratamos sobre alguns casos de negros escravizados que optaram pelo suicídio, observando os diversos fatores que podem ter levado a prática do ato através das informações da documentação, focando no modo como a sociedade analisava ou descrevia os casos de suicídios.

## **2. As Representações Do Suicídio no Ocidente**

Nesta operação historiográfica é preciso historicizar o conceito de suicídio e considerar as transformações que foram legadas a sua secularização. Apesar de ser um ato que ocorria em diversas sociedades, Fábio Lopes afirma que as pesquisas tem naturalizado e universalizado a morte voluntária, segundo o autor os pesquisadores não estão —considerando suas históricas e singulares condições de possibilidade; insistem, dessa maneira, em abordá-lo e apresenta-lo como um fenômeno universal e atemporal (LOPES, 2014, p. 34), enfatiza se assim a necessidade de temporalizar o evento, o objeto e os sujeitos que optaram por este fenômeno, destacando as especificações para o estudo do suicídio.

Neste sentido concorda se com Ezequiel Canario que afirma sobre a morte voluntária:

Apesar de ser um ato individual, o suicídio tem uma dimensão social que é assimilada de diferentes maneiras em várias culturas, estando as atitudes destinadas aos suicidas intimamente relacionadas às concepções de morte e de morrer de cada grupo social. Sendo assim, o suicídio, para alguns grupos humanos, pode ser considerado um ato de grande condenação moral e religiosa ou como uma questão de honra, altamente respeitado e incentivado em certas circunstâncias (CANARIO, 2011, p. 22)

Portanto, o suicídio foi sentido e compreendido de diversas maneiras variando de sociedade pra sociedade. Debatido, julgado, condenado —a liberdade do homem em escolher sobre o momento de não viver mais (CANARIO, 2011, p. 22). Encontramos variações sobre o ato suicidas nas diversas temporalidades, a exemplo foi condenado por Platão e Aristóteles mas louvado e considerado positivo pela corrente filosófica do Estoicismo na Antiguidade, as

práticas estoicas influenciaram a elite romana a naturalização do suicídio. (MINOIS, 1998, p. 60)

Na Idade Média condenado e considerado um crime contra Deus por Santo Agostinho, no Japão o suicídio não estaria atrelado ao pecado, sendo compreendido até como uma questão ética. Na Melanésia, pode estar relacionado a auto castigo ou reabilitação social de algum transgressor, sendo incentivado até pela própria comunidade. Em grande parte do ocidente judaico e cristão, o suicídio foi compreendido como pecado, irreligiosidade, auto homicídio e crime com punições ao corpo do suicida. (CANARIO, 2011, p. 22-23)

Em África a prática suicida não era desconhecida por alguns povos, é possível perceber variações na compreensão acerca do suicídio. Em alguns reinos e impérios da antiguidade a prática do regicídio por morte voluntária era completamente aceita, por uma questão de manutenção da ordem do reino. Já outros povos, dentre eles os que vieram escravizados para o Brasil, como os Iorubas e Bantos, observa se práticas de punição e condenação ao suicídio, a morte seria uma espécie de desordem da ordem natural. (CANARIO, 2011, p. 41)

A partir do século XVIII, observa se uma medicalização em torno do suicídio influenciado pelas transformações dos valores culturais e materiais da burguesia que incidiu em novas formas de sentir a morte, a prática do suicídio e o suicida, José Rodrigues afirma que: —o corpo, outrora recipiente da alma, elemento sagrado e submetida ao poder do sacerdote cristão, se torna cadáver, uma matéria biológica que deve ser estudada e submetida ao poder médico. (RODRIGUES, 1983, p. 160)

Neste sentido no século XIX no Brasil, notamos o processo de medicalização que o suicídio foi submetido, este fato se dá pela influência de Jean Étienne Esquirol<sup>1</sup>, que contribuiu ao associar o suicídio numa abordagem patológica como enfermidade mental, e influenciada também por fatores sociais externos, como: vícios, dívidas, sentimentos ou vergonha pública. Bases que permitiram repensar o suicídio fora do campo das influências religiosas, do crime e do pecado como é marcado a História do Suicídio em grande parte do Ocidente. (MINOIS, 1998)

Partimos do pressuposto de que o suicídio sofreu ressignificação pelo negro escravizado na América portuguesa, submetido ao cativo e a tantas outras condições sociais, que fizeram com que milhares destes optassem pelo suicídio como alternativa. Estes atos, porém, eram representados de diversas maneiras pela sociedade maranhense letrada,

---

<sup>1</sup> Jean-Étienne Dominique Esquirol foi um psiquiatra francês. Entre vários outros notáveis trabalhos cunhou o termo "alucinação".

casos que iam de condenação ao ato e outros que buscavam a compreensão da morte pelo escravo.

### 3. A Escravidão Moderna no Maranhão

O Maranhão foi um dos estados do Brasil que recebeu um dos maiores número de escravos entre os séculos XVIII e XIX, pelos menos 53% da população era escrava em meados do século XIX segundo Regina Faria (2012). Sujeitos que participavam diretamente no cotidiano das relações nas cidades, e nas fazendas do campo; seja ofertando sua mão de obra, suas contribuições culturais como técnicas de cultivo, ou procurando dentro da dinâmica social espaços de liberdade e de autonomia, territórios que realçam sua subjetividade.

Para dar conta da participação de africanos e negros escravizados no Maranhão, é preciso retomar sobre a vinda destes povos para a região do Atlântico Equatorial, vindo em condições escravas para trabalharem nas fazendas de agricultura que se formaram no Maranhão, com maior força a partir do século XVIII.

Sobre a colonização do Estado do Maranhão, se deu a partir das consequências da colonização portuguesa séculos XVI e XVII. Apesar do Maranhão se manter fora do processo de expansão da colonização portuguesa e do comércio internacional durante determinado tempo, enquanto a colonização portuguesa se voltava principalmente para o eixo Salvador/Pernambuco e Rio de Janeiro/Minas Gerais, alguns fatores foram definitivos para inclusão da região norte neste sistema, como afirma Josenildo Pereira um deles é a influência de Marquês de Pombal na:

[...]estrutura de poder da Corte Portuguesa e uma conjuntura favorável a novo produtos de exportação, a agricultura mercantil e escravista foi constituída, em definitivo, condicionando a forma de ocupação, povoamento, exploração econômica e, por conseguinte, do perfil de relações sociais (PEREIRA IN BARROS, 2016, p. 49-70)

Sua inserção vem da criação da *Companhia Geral de Comércio do Estado Grão Pará e Maranhão*, que tinha função principal fomentar a atividade comercial do norte, aumentar as práticas mercantilistas do reino. Assim se praticava a doação de terras, capital para os proprietários rurais e mão de obra escrava. O Maranhão ficou conhecido pelas suas exportações de produtos primários para a metrópole e mercado mundial, o cultivo e exportação de produtos como algodão, arroz e açúcar, que se estendeu até finais do século XIX.

Dinâmica social fundamentada pelas relações escravistas do trabalho escravo, de africanos e crioulos. Para a formação da sociedade escravista, foi necessário um grande fluxo de tráfico de escravos, desembarcado nos portos do Maranhão. Tráfico este, que enriqueceu uma grande parte de homens que participavam diretamente desta prática comercial. Kátia Mattoso afirma que foram entorno de —9 milhões e meio de africanos transportados para as Américas, e o Brasil figura como o maior importador de homens pretos (MATTOSO, 1988, p. 19)

Os negros escravizados enquanto agentes históricos participavam diretamente no cotidiano das cidades e fazendas do campo, seja ofertando sua mão de obra, suas contribuições culturais, ou procurando dentro da dinâmica social espaços de liberdade e de autonomia em territórios que realçavam sua subjetividade. Os estudos sobre os escravos do Maranhão, tem ampliado suas análises, abordam temas como criminalidade, resistência, fuga, atos de liberdade, relações amorosas, insurreição e dentre elas também se encontra o suicídio

Deste modo, o suicídio foi uma prática que acontecia entre os escravizados no Maranhão, que procuravam dentro destes atos busca por —liberdade, ou uma solução para seus infortúnios e desprazeres da vida. Entender o ato suicida e representar o ato pautado pela formação cultural e histórica de cada sociedade.

Outrora demonstrado a secularização do suicídio demonstrou que a sociedade poderia analisar o suicídio por outros primas para além do religioso, mas também pelo científico, apesar de entendermos que nem toda sociedade utilizava o discurso de medicalização e científico. Destacamos nesta análise observar as representações dos atos suicidas na sociedade maranhense do século XIX.

#### **4. Da Loucura ao Desespero: O Suicídio de Escravos nos Documentos Maranhenses.**

As pesquisas sobre os suicídios de escravos ainda é algo embrionário no Maranhão, alguns caminhos já foram traçados por Pereira (2001), Lopes (2010) e Sousa (2014) onde analisaram alguns casos de suicídio e apontaram para a necessidade de um aprofundamento maior desta vivência escrava. Acreditamos que o motivo da pesquisa tardia acerca do suicídio de escravos no Maranhão, estar por se tratar de um ato de resistência individual e por incidir um impacto de menor proporção para a modificação do sistema escravista, geralmente foi analisado por pequenas brechas na história e sendo citado apenas de forma simples, em geral atrelado a atos de resistências e estratégias maiores como quilombos e insurreições.

O suicídio no Maranhão era algo recorrente entre as diversas camadas sociais, sendo

interpretado e sentido de diversas formas. Onde se permite encontrar variedades nas interpretações sobre os casos nas documentação, realizado por homens e mulheres, taxados como loucos, desesperados, irreligiosos e ou de má índole.

Ferreira (2004) acredita que a maioria dos casos de suicídio de escravos estariam ligados a escravidão, logo após em sua dissertação analisar minuciosamente os casos da Bahia. De igual modo, no Maranhão os métodos da morte voluntária variaram, encontramos até o momento na maioria dos casos efetuados e tentativas, métodos por enforcamento, degolamento, afogamento, envenenamento, arma branca e de fogo.

Se os métodos variavam, as motivações mais ainda, encontramos uma pluralidade de realidades ao qual os negros escravizados estavam submetidos e que por diversos motivos, optaram pelo suicídio. Desde resistência a vendas, as pesadas condições escravas, problemas com a justiça e seus donos, passionais e a enfermidade mental de alguns.

No presente andamento da pesquisa, dispomos entre 1849-1851 - 7 casos encontrados, sendo 5 homens, 2 mulheres, 5 consumados, 2 tentativas. Entre 1873-1886 - 12 casos encontrados, sendo 5 homens e 6 mulheres, 4 consumados e 2 tentativas.

Este número ainda é considerado ínfimo, no desenvolvimento da pesquisa acreditamos que encontraremos mais casos para além destes já catalogados. Entendemos que milhares de casos podem ter sido omitidos e não noticiados, ou eram assassinatos configurados pela documentação em suicídio, isso se dava principalmente por senhores de escravos para não sofrerem nenhum tipo de punição pela justiça da época. Uma vez que a partir da segunda metade do século XIX, iniciou o período de criminalização da escravidão e dos castigos de escravos, pautados em leis que limitavam a ação do senhor sobre a punição de seus escravos.

De igual forma, havia uma disparidade entre a justiça no campo e a justiça urbana, pelo difícil acesso e transporte as localidades distante da zona urbana e o pequeno número de contingente da força militar e policiais. Deste modo, as notícias e acontecimentos, tanto em documentos policiais como jornais, em sua maioria das vezes eram incompletas ou os casos só eram noticiados após vários dias do ocorrido.

É válido ressaltar que o suicídio não era encaixado como crime para as Leis Criminais do Império, segundo Luciana Sousa, o crime só era constado para quem auxiliasse ou ajudasse o pretensioso a cometer o ato. (SOUSA, 2014, p. 30) Na República também não foi criminalizado, mas iniciou os processos científicos e de saúde para combater mazelas que contribuía para a morte voluntária.

Em 1847, o presidente da Província do Maranhão Francisco Xavier Paes Barreto, trouxe em seu relatório, possíveis causas que levaram os escravos a optarem ao suicídio como

opção: — ... a respeito dos suicídios não será difícil explicar [...] esses infelizes sujeitos à duros e constantes trabalhos, e muitas vezes seviciados horrivelmente por senhores poucos humanos, [...] procurão com a morte pôr termo a seus sofrimentos. <sup>Relatório datado de 13 de abril de 1847.</sup>

APEM/São Luís: MA IN: PEREIRA, 2001, p. 99)

Outros julgamentos aos casos dos suicidas escravos geralmente eram atribuídos a culpa de sua índole, sua natureza ou sua vida. É o caso da escrava Lucya que cometeu suicídio após matar o próprio filho de 9 meses na fazenda de seu senhor. Segue abaixo dois documentos policiais, que tratam acerca do suicídio da escrava:

a cerca do suicídio a preta Lucya, escrava de José Francisco Nogueira Brandão, depois de haver degolado a um seu filho menor de 9 mezes de idade, cabe-me dizer a Ex<sup>a</sup> que igual participação me fez. Delegado de Policia do Coroaatá, escrevendo que tendo encontrado o cadáver da escrava dentro de um poço reconheceu de que ela também de havia degolado dentro do mesmo poço.

O processo do inquérito e a conclusão:

Procedeu-se do inquerito policial respectivo da preta, da qual se verificou que semelhante recorrencia foi tida devida á índole perversa da mesma escrava, que assim procedeu por ter se recebido de seu senhor leves pancadas por falta cometidas, verificando-se do corpo de delicto não haver vestígio de pericia. (Correspondência do Chefe de Polícia Miguel Calmon ao presidente da Província Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, Maranhão 26 de Agosto de 1873)

A partir do documento acima e por se tratar de um documento de caráter oficial, observamos um posicionamento bem claro de condenação ao suicídio da escrava Lucya, segundo a fonte, a mesma cometeu o ato do suicídio por se tratar de alguém de perversa índole. Fica claro neste documento que as autoridades não tentaram entender o real fato que levou a escrava a cometer o ato, percebemos que o ato de matar o pequeno filho de nove meses, nos leva a acreditar que a mesma não queria que o filho vivesse em condição e sob a perversidade da escravidão, podemos aferir que nem a mesma se permitia viver sob a condição e os atos do seu senhor.

O inquérito aponta que a escrava levou —leves pancadas por faltas cometidas, mas não deixa claro como e aonde aconteceram às pancadas por não encontrar marcas de sevícias, por se tratar de um documento oficial não percebemos se o caso da morte da Lucya se trata de um assassinato cometido pelo seu senhor, pelas suas então —faltas cometidas.

Consideramos que o caso se trata também de uma —contradição da escravidão, pela historiografia tradicional caracterizamos o ser escravo como alguém desprovido de liberdade,

relacionado sempre as ordens de seu senhor. Porém, é perceptível no ato do suicídio da Lucya que a mesma demonstra ser dona de seu próprio corpo.

Outrora mencionado neste artigo, o suicídio ganhou novas perspectivas de análise no século XIX. Onde saiu da esfera dos julgamentos religiosos e morais, para serem visto pelo prisma da ciência, como causado por uma enfermidade mental. Neste sentido os discursos médicos ampliaram categorias outrora inexistentes, como loucura e alienação mental.

Podemos perceber o uso desses termos científicos influenciados por este alinhamento ao prisma científico, associando a alienação mental e a loucura a motivações suicidas, algumas fontes deixam claro isto. É o caso do pardo livre Antônio Maciel, —que foi encontrado no quintal de Tiago José Salgado Sá Moscoso, enforcado, segundo o corpo de delito o mesmo sofria de **alienação mental** [grifo nosso]. (MARANHÃO, 30 de Janeiro de 1850, Fl. 73 doc. 35 - Repertório de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão 1818-1852, Arquivo Público do Maranhão, 2015) Depreende se que o escravo já não era mais um pecador, ou um assassino contra Deus, que merecia punições ao seu corpo e lhe negar o enterro em solo sagrado, mas era alguém que sofria de patologias mentais, um doente que merecia de cuidados e um tratamento.

Outros casos o termo alienação reaparece, como foi o caso notificado no ofício do presidente da província sobre o corpo de delito em uma criança recém nascida que foi morta por sua —mãe alienada. (MARANHÃO, 12 de Abril de 1850. Fl 95-96v, doc.99- Repertório de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão 1818-1852, Arquivo Público do Maranhão, 2015)

Outros fatores considerados externos como: vícios, dívidas, sentimentos quebrados, vergonha pública também possibilitariam com que outras pessoas fossem também influenciados e optassem pelo suicídio.

O caso da negra escravizada Joaquina Raimunda de Oliveira diz muito sobre, esta era um vendedora de doces. Tentou suicídio no dia 10 de dezembro de 1881, o local foi o Cais da Sagração. A mesma não conseguiu cumprir o ato, pois foi salva por um dos escravos do senhor Jeronymo José Tavares Sobrinho, realizado o corpo de delito na escrava, constatou que o ato foi provocado pela mesma escrava usar bebida alcoólica, e isto aconteceu antes do ato.

A ligação de vícios, ociosidade, conflitos amorosos e morais, foram vistos por parte da classe médica brasileira como fatores sociais que influenciaram milhares de pessoas a buscarem a morte voluntária. Bernardo Teixeira de Carvalho foi um dos médicos que no século XIX, defenderam que o suicídio era consequência de fatores externos, bem como loucura ou hereditariedade. (SOUSA, 2014, p. 28). Raimunda também foi encaixada como um

destes fatores, porém será que o somente o uso de bebida pode de certa forma ter contribuído para o intento da escrava?

A proprietária de Raimunda, Joaquina Raimunda Colvert de Oliveira, se pronunciou publicamente no Jornal Pacotilha, tentativa possível de não sofrer punições e culpa como a incentivadora da tentativa da escrava, segundo a matéria do jornal Joaquina Oliveira disse:

—A escrava Raimunda é dada ao vício da embriaguez[...] que quando se embriaga não dá conta da venda e que por esse motivo nunca foi castigada[...] seus vizinhos dão pleno testemunho da maneira que sempre tratou Raimunda. (PACOTILHA. São Luís, 10 dez. 1881, p.2)

Resistência a venda foram supostos motivos que levaram escravos ao suicídio, um destes exemplos é o da cafuza Raimunda que se enforcou na casa de Manoel Joaquim Fernandes, na noite de 25 de Outubro de 1875, esta da qual foi enviada de Turiaçu para ser vendida. No exame do corpo de delito não foi encontrado no cadáver nenhum vestígio de sevícias.

Raimunda fazia parte do número significativo de escravos que foram vendidos pelo chamado tráfico interprovincial para as lavouras cafeeiras do sudeste do país, logo após a segunda lei (Eusébio de Queirós – 1850) que dava fim ao tráfico negreiro. A crise do algodão e do açúcar e o crescimento do cultivo do café aumentaram a venda de escravos do norte para o eixo sul do império. Notamos portanto, que a escrava Raimunda encontrou no suicídio a solução para seus problemas, neste caso o da possível separação de sua família. Era preferível morrer do que não estar mais entre os seus e ter que enfrentar o desconhecido? (PEREIRA, 2001, p. 101)

As variações e significações em torno do suicídio, podem observados pelo suposto motivo e pelo método empregado pelo suicida ao seu intento. A escrava de Constância Maria Cirqueira Pinto, a mulata Veridiana, após sair da Santa Casa de Misericórdia tentou logo adiantar o trabalho que seria feito pela sua senhora. Segundo a fonte:

na Santa Casa de Misericórdia , a mulata Veridiana, escrava de dona Constância Maria Cirqueira Pinto Nunes, tendo alta, enfio uma faca na garganta, e foi logo mandado o subdelegado para proceder nela os exames do corpo de delito. (Maranhão, 10 de Janeiro de 1850. Fl. 65 doc. 10 – Repertório de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão 1818-1852, Arquivo Público do Maranhão, 2015)

A conclusão do corpo de delito se deu:

Ofício ao Presidente da Província, informando-lhe o resultado do corpo de delito feito na mulata Veridiana, escrava de dona Constância Maria de Cerqueira Pinto Nunes, que se desferiu dois golpes no pescoço, alegando que



ao retornar ao poder de sua senhora, esta lhe tiraria a vida. (Maranhão, 12 de Janeiro de 1850. Fl. 66-66v doc.15 - Repertório de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão 1818-1852, Arquivo Público do Maranhão, 2015)

Veridiana encontrava no suicídio a melhor forma de morrer, sem ser pela mão de sua dona, por isso a mesma tentou adiantar o que segundo ela seria feito pela sua proprietária ao retornar para casa.

Dentre outras formas de sobrevivência dentro sistema que excluía a etnia negra, a criminalidade foi um meio encontrado por muitos negros escravizados para acenarem a sociedade que estavam vivos e que faziam parte das dinâmicas sociais. Podemos encontrar um destes casos no suposto suicídio do escravo Feliciano, que antes de morrer assassinou o alferes Pedro Gomes Lima, como consta no Ofício:

Ofício ao presidente da Província comunicando-lhe, entre outros assuntos, o assassinato do alferes Pedro Gomes Lima, ocorrido em sua fazenda, pelo escravo Feliciano, que resistiu à prisão, mas morreu em consequência da água que bebeu, de uma poça; tendo sido recomendado ao subdelegado a investigação da real causa dessa morte. (Maranhão, 13 de Agosto de 1849. Fl. 17v-18 doc 286 – Repertório de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão 1818-1852, Arquivo Público do Maranhão, 2015.)

Algumas informações no levantam alguns questionamentos sobre o caso de Feliciano, primeiro pela documentação não especificar o que levou o escravo a assassinar o alferes. Segundo pela suposta resistência à prisão e logo em seguida não se especificar a água que o escravo bebeu de uma poça que ocasionou em sua morte. As informações do ofício apesar de incompleta, requerem outras fontes complementares do qual ainda não dispomos. A possibilidade desta fonte complementar, encontrasse na recomendação do subdelegado a —investigação da real causa dessa mortel.

Como os casos analisados acima, o suicídio foi dotado de análises simbólicas e representados de diversas formas, que variavam de acordo com a realidade histórica de cada negro escravizado.

## **5. Considerações Finais**

Como analisado, o suicídio obteve diversas configurações no ocidente e no oriente, onde encontramos desde louvação ao ato, condenação e até punição ao corpo do suicida. O Brasil também não esteve excluído de comportamentos de condenação ou entendimento ao

ato, mesmo após a secularização do suicídio no século XIX.

A sociedade maranhense e milhares de escravos viveram sobre diversas condições que demonstram a dificuldade para se entender a disparidade entre a forma como a sociedade letrada interpretava o ato suicida, para o significado que este possa ter na visão escrava. Estes casos eram representados por uma parcela da sociedade que entendia e descrevia o suicídio a partir da mentalidade e do imaginário que produziam socialmente. O que levava o suicida escravo a assumir diversos papéis em sociedade. Os casos aqui analisados são apenas alguns para deprendermos da ação suicida dos escravos no Maranhão, atores sociais que interferiam na dinâmica social e eram representado pela sociedade dominante. De índole perversa à ato de loucura ou desespero, de alienado mental à violentos, de mortes repentinas à viciados.

Raimunda, Veridiana, Feliciano, Luzia, Antônio e tantos outros negros escravizados no Maranhão obtiveram o suicídio como opção. Para a sociedade era dotado de significados simbólicos para eles podem ter sido atos de transformações ou busca por espaços de autonomia e liberdade.

## 6. Referências

ABRANTES, Elizabeth Sousa; BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos (org). **O Maranhão e a Escravidão Moderna** – São Luís: EDUEMA, 2016.

CANARIO, Ezequiel David do Amaral. —**É mais uma scena da escravidão**! Suicídios de escravos na cidade do Recife, 1850-1888. 170f. Trabalho de conclusão de curso (Dissertação) – Universidade Federal do Pernambuco. Recife, 2011.

CHALOUB, Sidney. **Visões de Liberdade**. Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *A história cultural* – entre práticas e representações. São Paulo: Difel, 1990.

ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História. Disponível em:

<[www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/download/701/522](http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/download/701/522)> Acesso em 21/07/2017.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade**. São Luís: EDUFMA, 2012.

FERREIRA, Jackson. **Por hoje se acaba a lida: suicídio escravo na Bahia (1850-1888)**. Afro-Ásia, núm. 31, 2004, pp. 197-234; Universidade Federal da Bahia, Bahia,

GOULART, José Alípio. **Da fuga ao Suicídio: Aspectos da Rebeldia dos Escravos no Brasil**. Rio de Janeiro, Conquista, 1972.

LOPES, Fábio Henrique. **Sentidos da morte e do morrer na Ibero – América**. Eduerj, Rio

de Janeiro, UERJ, 2014

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MINOIS, Georges – **História do Suicídio**. A sociedade Ocidental perante a Morte Voluntária. Lisboa. Teorema, 1998.

OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. **O suicídio de Escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.371-388, abr.-jun. 2008.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na fronteira do cárcere e do paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista – Pós-Graduação em História**, PUC/SP, São Paulo, 2001 - Dissertação (Mestrado)

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da Morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983, p. 160.

SOUSA, Luciana Costa da Silva. **ENTRE DRAMAS E HUMOR: representações do suicídio nos jornais Diário do Maranhão e Pacotilha (1880 – 1900)**. (Monografia) – UFMA, 2014.

#### **Documentos:**

**BARRETO**, Francisco Xavier Paes. Relatório de 13 de abril de 1847. APEM/São Luís: MA IN: PEREIRA, 2001, p. 99

#### **Documentos policiais:**

MARANHÃO, Secretária de Polícia. Ofício de 10 de Dezembro de 1881 da Subdelegacia de Polícia do 1º Distrito da Capital. Documentos Avulsos. APEM.

Cf. Livro dos crimes e factos notáveis. Lv. 02, p. 149. Setor de Códices – APEM/São Luís – MA.

#### **Jornais:**

**Pacotilha**. São Luís, 10 dez, 1881, p. 2.

#### **Ofícios e correspondências:**

Correspondência do Chefe de Polícia Miguel Calmon ao presidente da Província Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, Maranhão 26 de Agosto de 1873.

Repertório de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão 1818-1852, Arquivo Público do Maranhão, 2015 - Correspondência do Chefe de Polícia com Presidente da Província, Maranhão, 30 de Janeiro de 1850, Maranhão. Fl. 73 doc.35.

Repertório de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão 1818-1852, Arquivo Público do Maranhão, 2015 - Correspondência do Chefe de Polícia com Presidente da Província, Maranhão, 12 de Abril de 1850. Fl 95-96v, doc.99.

Repertório de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão 1818-1852, Arquivo Público do Maranhão, 2015- Correspondência do Chefe de Polícia com Presidente da Província, Maranhão, 10 de Janeiro de 1850. Fl. 65 doc. 10.

Repertório de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão 1818-1852, Arquivo Público do Maranhão, 2015 - Correspondência do Chefe de Polícia com Presidente da Província, Maranhão, 12 de Janeiro de 1850. Fl. 66-66v doc.15.

Repertório de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão 1818-1852, Arquivo Público do Maranhão, 2015- Correspondência do Chefe de Polícia com Presidente da Província, Maranhão, 13 de Agosto de 1849. Fl. 17v-18 doc. 286.

# MEANDROS DAS (IN)DEFINIÇÕES E SOLUÇÕES DA LEGISLAÇÃO ANTI-RACISTA<sup>2</sup>

Cirila Regina Ferreira Serra\*<sup>3</sup>

## Introdução

As diferenças construídas, pelo homem, têm determinado não só a estrutura, como também as relações nas mais distintas sociedades no correr da história. No Brasil, para além do gênero, a construção de uma concepção de diferença entre os sujeitos que configuram sua existência, foi centrada na cor da pele, o que pesa sobre a vida de milhões de brasileiros, na medida em que produz desigualdade, segregação social e dificulta seu acesso aos direitos do cidadão.

Apesar das leis existentes no país, discriminar pessoas devido à cor da sua pele é algo recorrente, prática essa que, dentre outras, se evidencia nas recusas à contratação de negros (as) para determinados cargos e funções; na desconfiança claramente demonstrada e na fiscalização praticada sobre eles em estabelecimentos privados; em sua rara presença em cargos de exigência intelectual e exercício de poder, observando-se, contrariamente, uma predominância desses homens e mulheres em atividades cuja exigência maior da força física. Reflexo, portanto, do tipo de sociedade que o Brasil construiu com base na escravidão, instituição que reproduziu por mais de três séculos e que, mesmo após 129 anos de sua extinção, ainda demonstra a profundidade da internalização dos valores e práticas que disseminou.

No que tange a gravidade das consequências de questões como as apresentadas, o Brasil demonstra uma grande dificuldade em discutir e em enfrentar a problemática do racismo, quando tal problemática deveria constituir importante ponto de pauta da produção do conhecimento e das políticas do Estado, com vistas a superar as desigualdades no âmbito da saúde, educação, segurança, trabalho, e outros domínios, uma vez que, além das desigualdades, o racismo atinge a auto-estima daqueles que sofrem cotidianamente discriminação, ao mesmo tempo em que fomenta a violência física e moral que ainda impera no país até os dias de hoje.

No curso da história do racismo, em consequência mesmo dos conflitos gerados

---

\* Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas (PPGHEN-UEMA).

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de uma pesquisa orientada pelo professor Dr<sup>o</sup> Josenildo de Jesus Pereira (DEHIS/PPGHIS/UFMA).

por ele, foram surgindo debates sobre o que Frantz Fanon chamou de —problema do negro. Notadamente após o período escravista, quando se criou meios de afirmar uma suposta degeneração racial dos negros, com o objetivo de inferiorizá-los e assim organizá-los socialmente como seres de segunda classe, na perspectiva de impedir a divisão igualitária dos direitos sociais. Apesar disso, nos anos 30, Gilberto Freyre (2006) amenizou as crenças sobre a suposta degeneração racial construindo uma imagem positiva da mestiçagem, o que a historiografia denominou de —mito da democracia racial.

Dos anos 30 em diante o Brasil passou a ser visto como um país onde não havia diferença social entre negros (as) e brancos (as), o que levou à negação dos efeitos sociais cultivados como herança da instituição escravista. Como, porém, se tratava de uma falsa democracia, nesse mesmo contexto vozes começam a ser ouvidas e pequenos grupos passaram a debater a problemática da população negra e a denunciar a existência e a violência do racismo, num processo que levaria o Estado a reconhecer o racismo como um —mal social. Na efervescência das discussões que envolveram o centenário da abolição. Assim a Lei Caó foi a medida de enfrentamento apresentada como forma de punir práticas discriminatórias, ao criminalizar o racismo, dando origem a outras leis para viabilizar a igualdade de direitos sociais à população negra. Para chegar às estruturas de permanência do racismo na sociedade propusemo-nos a fazer uma análise historiográfica, a partir da produção de uma legislação anti-racista, analisando as (in)definições e soluções da problemática da questão racial.

### **A Questão Racial no Brasil**

Na sociedade do período colonial das Américas, em geral, e em particular do Brasil ficou estabelecida uma hierarquia social entre negros e brancos dinamizada pela escravatura. Com a abolição desta forma de trabalho as desigualdades continuaram sustentada pelo racismo, mas não sem resistência. A este respeito, Pereira sublinha

Ao longo do século XX, nos EUA, na Europa, na África e no Brasil inúmeras mobilizações políticas contrárias a este não faltaram. O Pan-Africanismo e o Movimento Negritude em prol da independência do continente africano do colonialismo europeu; as lutas pelos direitos civis de negros nos EUA; a Imprensa Negra, o Teatro Experimental do Negro (TEN), o Movimento Negro Unificado (MNU) com suas ramificações, no Brasil, são expressões paradigmáticas dessa luta. No entanto, ele continua atual gerando os seus males, sobretudo, para os negros, em todo o mundo, ainda envolvidos por uma representação simbólica desqualificante e uma pobreza material crônica. (PEREIRA, 2011, p. 1).

Esta permanência, segundo Carlos Hasenbalg é —um fenômeno de atraso cultural, devido ao ritmo desigual de mudança das várias dimensões dos sistemas econômico, social e cultural do país (HASENBALG, 1992, p. 151). Este atraso está associado a uma cultura colonialista que se mantém até hoje impedindo o Brasil de se desfazer da hierarquia social que se instituiu desde o período colonial. No tempo da pós-escravidão essa hierarquia foi reproduzida com base no racismo — sendo —os privilegiados os da ‘raça branca’ detentores do poder econômico, político e simbólico, enquanto que o corpo negro foi posto na condição de subalterno ao corpo branco ao ser transformado em ‘raça negra’ (PEREIRA, 2016, p. 67).

A partir desse pressuposto, no Brasil, os percursos históricos da população negra apontam para a construção de uma sociedade que fez do racismo uma de suas bases de sustentação e constitutivo de todos os tipos de desigualdade que há entre negros e brancos. As leis promulgadas, sobretudo no começo desse século como enfrentamento às práticas racistas confirmam que o Brasil é um país racista.

A este respeito, Pereira destaca que —no Brasil contemporâneo, o racismo é uma de suas variáveis estruturantes porque determina o ritmo e a dinâmica da vida cotidiana de brasileiros bem como, por isso mesmo, orienta a formulação, o planejamento e a execução de políticas públicas e de ações privadas individuais e ou coletivas com vistas a sua superação (PERREIRA, 2016, p. 66). Do contrário, não se verificaria as leis que permitem a punição à prática do racismo, as que melhoram o acesso de negros (as) à educação superior e na disputa nos concursos públicos por via de cotas; a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira em instituições públicas e privadas.

A subalternidade do negro devido às desigualdades sociais a ele imposta e usados como fator de diferença natural e, paradoxalmente, reproduzido por parte de seus representantes é pouco questionada pelos que fazem a gestão pública e os que detêm o poder socioeconômico no país viabilizando, assim, a continuidade do racismo nas esferas sociais e institucionais. Ao se considerar os fatos que perpassam a história social de negros no Brasil, se compreende que a continuidade dos mesmos está condicionada ao racismo institucionalizado na cultura brasileira e, por isso, agenciados pelos que fazem a gestão de instituições dos setores públicos e privados, e expressos por meio de ações que contradizem o aparato de leis de combate ao racismo e aos problemas dele derivados.

Por ter alcançado fronteiras políticas no Brasil, a problemática das questões raciais abriu caminho para promulgação de leis destinadas a enfrentar as práticas racistas e de exclusão social da população negra na sociedade brasileira, muitas das quais conquistadas a partir da organização de movimentos sociais, como o Movimento Negro Unificado,

intelectuais e de militâncias políticas influenciadas pelo contexto histórico que se desenhava no momento. Estas leis apontavam também para um novo tempo histórico e social do país, e assim veio as leis que criminalizaram a prática do racismo, e as que vieram já no início do século XXI, de inclusão da população negra ao ensino superior e ao concurso público, as quais veremos em seguida.

### **As Leis De Punição Às Práticas Racistas**

Nos anos 50, a lei Afonso Arinos, que incluiu entre as contravenções a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor, surgiu a partir de um acontecimento que não deixou dúvidas de que o racismo existia no país. A proibição a Katherine Dunham<sup>4</sup>, uma bailarina negra norte-americana, de se hospedar em um hotel em São Paulo, devido a sua cor, a sua marca social, o que repercutiu negativamente sobre a imagem do Brasil no exterior, pois, naquele momento, o país representava o modelo de convivência harmoniosa entre as diferenças raciais.

Num tempo em que não se admitia a existência do racismo, a aprovação da lei Afonso Arinos configurou-se em uma contradição moral e política para o país, que historicamente demonstrava uma grande dificuldade em tratar dessa problemática. Para alguns estudiosos, a lei mostrava-se fraca e sem efetivação jurídica, o que acabou reforçando o mito de que não havia racismo no Brasil, devido ao fato de não ter sido acionada, o que levou Skidmore a dizer que —a lei tornou-se um gesto simbólico, pois não havia nenhuma iniciativa oficial para investigar possíveis casos de discriminação (SKIDMORE, 2012, p. 291).

A Lei Caó de nº 7.716 promulgada em 5 de janeiro de 1989, apresentada com uma redação mais dura, definia os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor com penas que chegam até cinco anos de reclusão. Ainda vigente, foi a primeira lei a definir o que são práticas racistas e assim estabelecer o crime de racismo, a garantia ao seu cumprimento se tornou um dos grandes entraves para aqueles que sofrem com algum tipo de segregação, ofensa física ou moral por preconceito relacionados a cor da pele.

A Lei 12.033/09 foi apresentada como outra forma jurídica de enfrentamento ao racismo, punindo a partir de uma ação penal o crime de injúria referente —a raça, cor, etnia,

---

<sup>4</sup>Bailarina norte-americana formada em Antropologia Social pela Universidade de Chicago, considerada uma das maiores pesquisadoras de dança de origem negra, possuía uma companhia de dança, de nome —Katherine Dunham Company, composta por bailarinos negros, foi ela quem abriu caminho para as danças negras na Broadway, tendo também coreografado e dançado em Hollywood. Katherine Dunham além de dançarina, foi também uma grande ativista pelos direitos da população negra norte-americana. O acontecimento pelo qual passou no Brasil, acabou por obrigar o Brasil a discutir as práticas racistas, mesmo que timidamente.



religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, o que teoricamente difere dos crimes previstos na Lei Caó. Na lei 12.033/09, que criminaliza o ato de injúria, no que diz respeito à raça ou cor, consiste em ofender alguém atingindo a sua dignidade, o que na prática se concretiza em ofender alguém devido a sua cor ou características físicas. O crime de injúria, ao contrário da Lei Caó, é prescritível e afiançável.

A Lei Afonso Arinos e a Lei Caó, que, como vimos, constituíram-se em avanços enquanto reconhecimento da existência do racismo no país, na prática, ao servir como instrumento legal capaz de punir quem comete tais crimes, ambas as leis se mostraram com pouco efeito punitivo, isto porque, enquanto fundamento ideológico, o racismo representa uma construção social criada para dominação de um povo sobre o outro.

### **As leis de inclusão social**

No Brasil, a partir da década de 1990, algumas medidas legais foram articuladas para amenizar as diferenças de oportunidades verificadas entre negros/as e brancos/as, pois, como já salientado, para se superar o racismo não se deve, apenas, punir o ato em termos jurídicos. Dentre outras, se destacam as leis que asseguram a equidade de acesso à educação e ao serviço público. Não é demais salientar que até ao governo Collor não haviam avanços significativos em relação ao combate do racismo e aos problemas sociais gerados por ele, ou seja, políticas públicas de inclusão social da população negra. Contudo vale sublinhar a *Lei Caó*, de 1989, a qual previa punição às práticas racistas. No governo de Fernando Collor foram feitas algumas alterações na Lei Caó, por meio da Lei 8.081/1990, a qual incluía os crimes de —religião, etnia ou procedência nacional, praticados pelos meios de comunicação ou por publicação de qualquer natureza (BRASIL, Lei 8.081/90).

Em relação a garantia de permanência de moradores de comunidades negras tradicionais em suas terras vale destacar a criação da *Fundação Cultural Palmares/FCP* para fazer o reconhecimento de comunidades quilombolas certificando-as e auxiliando ao acesso a programas sociais do governo federal (BRASIL. Decreto de lei nº 418/92).

O início do século XXI foi o tempo de políticas públicas e de diálogos relativos a questões racial com os seus efeitos. No governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010), uma série de medidas foram tomadas com vistas a diminuir as desigualdades socioeconômicas fazendo com que, no Brasil fosse, em dez anos, reduzido os índices de extrema pobreza e da taxa de desigualdade social. O governo do PT construiu diálogos

positivos com os movimentos sociais, em geral, e com Centrais Sindicais no campo da esquerda com foco nas questões sociais de diversos matizes.

Dentre as políticas compensatórias algumas leis foram criadas com objetivo de viabilizar acesso da população negra as universidades federais e a concursos públicos, como a Lei 12.711/12, que dividiu entre as vagas ofertadas por cada curso, 50% para os alunos oriundos de escola pública. O acesso é condicionado a partir da autodeclaração de pertencimento aos grupos étnicos preto, pardo e amarelo, isto é, o candidato à vaga deve se autodeclarar pertencente algum desses grupos no ato da inscrição, e pela avaliação do fator socioeconômico. O princípio da autodeclaração permite que mesmo os candidatos que não tragam consigo as características fenotípicas, mas sim, o pertencimento relacionado a partir do seu meio social, do seu núcleo familiar e dos elementos que formam a imagem/identidade social e cultural do candidato, tenham acesso as vagas.

A Lei 12.990/14, configurou-se em ser mais uma ação afirmativa com a finalidade de promover a oportunidade de acesso aos negros (as) ao serviço público, reservando vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, para quem se autodeclarar preto ou pardo no ato da inscrição. A lei que possui dois anos de efetividade, mas ainda causa discussões, pois sempre que se tem uma ação afirmativa para oportunizar a igualdade de acesso gera um novo debate sobre o desígnio das ações afirmativas.

### **A Lei 10.639/03: uma nova perspectiva para a História e Cultura Afro-brasileira**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei 9.394/96, foi alterada no Capítulo II pela lei 10.639/03, a qual tornou obrigatório nas escolas de educação básica públicas e privadas a temática —História e Cultura Afro-brasileira.

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)". (BRASIL, Lei Federal nº 10.639/03).

A lei foi promulgada a partir do projeto de lei nº 259/99, apresentado pelos

deputados Esther Grossi e Bem-Hur Ferreira, os quais chamava a atenção para a necessidade de correção do currículo escolar nacional ainda baseado no eurocentrismo e no racismo distorcendo a história e cultura da população negra. À época sublinhavam,

Torna-se imperioso e de fundamental importância que se resgate a história do povo negro, reformulando o currículo escolar nas suas deformações mais evidentes, que impedem a aproximação do negro da sua identidade étnica. E também que se desenvolvam programas de conscientização de todos os agentes envolvidos no processo de educação, para que a escola promova uma educação sem complexos, enriquecida de um senso antropológico, contribuindo para a criação de uma sociedade em que todos tenham direitos e possam gozar das mesmas oportunidades, seja no plano social, econômico e político na Nação. (FERREIRA e GROSSI. 1999, p. 4).

Para além destes aspectos do problema, não é demais lembrar a centralidade que diversos povos africanos têm no processo de formação sociocultural brasileiro, mas que por conta do racismo, os seus descendentes foram submetidos a uma perversa invisibilidade ou o seu reconhecimento na condição escrava e, por isso mesmo, a terem que assumir o padrão estético e cultural de um outro não africanos. Para completar esse quadro, as suas múltiplas linguagens culturais ou são consideradas, apenas, elementos da cultura popular ou indícios de —coisas ruins‖ tal como são tratadas as suas concepções e práticas do sagrado (PEREIRA, 2009,).

A lei entrou em vigor no dia 9 de janeiro de 2003, após ter sido sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O desafio seria o cumprimento de sua garantia enquanto um dispositivo legal para proporcionar uma educação cuja referência histórica da população negra não fosse limitada a escravidão, mas acerca da historicidade de povos do continente africano para além do olhar europeu. Hebe Mattos, ao refletir acerca da problemática do ensino de África na educação básica faz a seguinte sugestão,

Desenvolver condições para uma abordagem da História no mesmo nível de profundidade com que se estuda a história europeia e suas influências sobre o continente americano. (...) Incorporar, de forma vigorosa, à formação de professores do ensino fundamental, as novas pesquisas que abordam, historicamente, experiências concretas de criação e de transformação culturais e identitárias, na experiência da diáspora africana. Ao contar a história das festas populares, das vivências religiosas de escravos e livres nas irmandades católicas ou nos terreiros de candomblé, ao discutir as transformações da capoeira ou estudar as diferenças étnicas e culturais entre os escravos africanos, bem como seus conflitos e alianças com os escravos nascidos no Brasil, entre tantos outros temas, começa-se finalmente a romper a dualidade Brasil mestiço versus pureza africana e a enfatizar uma perspectiva efetivamente plural, do ponto de vista da história cultural. (MATTOS, 2009, p. 135).

Para além da inclusão da —História e Cultura Afro-brasileira no currículo escolar como forma de enfrentamento ao racismo que se construiu e vem se reinventando ao longo dos anos, tornar visível nos meios de comunicação a densidade da população negra que representa metade do país também é uma proposta de reparação e representação social. A democratização da imagem nos meios de comunicação de massa como a televisão e a internet, por exemplo, possibilita uma identificação justa e necessária.

A televisão, ainda hoje é um dos grandes meios de segregação racial, na qual a presença de negros em programas de entretenimento, dramaturgia, jornalismo, esporte e publicidade é ínfima em relação a protagonistas brancos. O *Estatuto da Igualdade Racial* sugere a criação de ações afirmativas para que o Estado e a iniciativa privada possam criar medidas especiais de correção para promoção da igualdade de oportunidades. E, assim, com tais medidas se possa trabalhar a autoestima dos que não se veem representados na grande mídia, em livros didáticos, e na própria historiografia. Enfim, para que se possa amenizar no futuro o —racismo sem raça<sup>5</sup> (MBEMB, 2014, p.19)).

Conforme Hélio Santos, —a construção de uma pedagogia reversiva, que possa ser usada pela escola, em conjunto com a visibilidade positiva do negro e o afro-mestiço pela mídia – facilitarão ao país assumir a sua verdadeira cara. Isso significa construir um modelo novo estético-cultural que revolucione o país, pois muda a maneira do brasileiro ver a si próprio (SANTOS, 1996, p. 119).

Nesta perspectiva, a lei 10.639/03 e outras são necessárias ao enfrentamento de práticas racistas. Logo, exigir a garantia do seu cumprimento significa não só uma reparação social, mas um direito à afirmação de uma identidade que é negada à população negra, a qual ao longo da história foi marcada como sendo descendente de escravo e não de povos sequestrados em seu continente de origem e submetidos ao trabalho escravo.

## **Considerações Finais**

No Brasil, o bem-estar social da população negra sempre esteve condicionado a garantia de determinadas leis. Assim foi com a lei que libertou aqueles que estavam submetidos (as) a condição de sujeitos escravizados, as que vieram no século XX para punir as práticas racistas, e as leis do início desse século que oportunizaram acesso da população

---

<sup>5</sup> Nessa acepção, referimo-nos a Achille Mbembe, que esclarece que a categoria negro foi —inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja um limite sempre conjurado e abominado, que resultou na construção de uma raça social fundamentada na ideologia do racismo.

negra a setores sociais.

Tais leis promulgadas em prol do bem-estar social da população negra e para superação do racismo, assim com as suas variáveis – a discriminação e o preconceito racial – utilizadas na manutenção de desigualdades materiais e simbólicas entre negros e brancos, embora importantes, na prática, apresentaram-se com pouco efeito, ou quase que nenhum – um fato que nos faz problematizar o porquê de as mesmas não terem alcançado os seus objetivos quanto a (re)integração da população negra à sociedade brasileira em outras condições e de punir àqueles que a discriminam.

A naturalização da condição desigual de vida verificada entre os integrantes da população negra verificada no imaginário social brasileiro permite que o racismo se mantenha socialmente praticável. Isto se deve, em grande medida, ao —racismo anti-racismo‖ utilizado como método político-ideológico de combate ao racismo. A afirmação das identidades biológicas com base em critérios físicos (fenótipo) tem esse limite de não fazer a crítica profunda ao racismo caindo na armadilha de debitar na cor o sucesso ou o insucesso, ou que a —igualdade racial‖ seja a solução de um problema que é produzido por uma estrutura de classes.

Ao se considerar os fatos que perpassam a história social de negros no Brasil, se compreende que a continuidade dos mesmos está condicionada ao racismo institucionalizado na cultura brasileira e, por isso, conduzidos pelos que fazem a gestão de instituições dos setores públicos e privados, e expressos por meio de ações que contradizem o aparato de leis de combate ao racismo e aos problemas dele derivados.

A legislação anti-racista indicou, a seu tempo, que os fomentadores do poder público, na esfera federal, estavam interessados em responder às pressões políticas de movimentos sociais negros contra o racismo e os seus derivados e, no longo prazo, promover a superação da continuidade de divergências socioeconômicas verificadas entre negros/as e brancos/as no país. O que resume que tais iniciativas do Estado de produzir leis para uma demonstração social de respostas aos problemas sociais derivados da cor, ao final, em grande parte alcançam resultados apenas simbólicas, pois na prática a condição social da população negra ainda se encontra em proporção violentamente desigual a população branca.

### **Referencias Bibliograficas**

HASENBALG, Carlos A. Negros e mestiços: vida, cotidiano e movimento. In: SILVA, Nelson do Valle, HASENBALG, Carlos A. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., IUPERJ, 1992.

HASENBALG, Carlos A. A pesquisa das desigualdades raciais no Brasil. In: SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos A. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., IUPERJ, 1992.

MATTOS, Hebe M. O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

MBEMB, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

PEREIRA, Josenildo de J. A Lei 10 639/03 e as representações da África na Cultura Ocidental. Revista Pesquisa em Foco. Educação e Filosofia. V. 2, Nº 2, São Luís: EDUEMA, Abril. 2009. ISSN 1983 – 3946.

PEREIRA, Josenildo de J. AFRICANO, ESCRAVO E NEGRO: armas e armadilhas da identidade racial. In: ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL – ANPUH. São Paulo, Julho 2011.

PEREIRA, Josenildo de J. A experiência racial brasileira: apontamentos de uma crítica. In: MELLO, William J.; MUNIZ, Altamar da C. (orgs.). **História, memória, oralidades e culturas**. Fortaleza: EDUECE, 2016.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: raça e nacionalismo no pensamento brasileiro (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SANTOS, Hélio. Uma visão sistemática das estratégias aplicadas contra a discriminação racial. In: **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Editora USP: Estação Ciência, 1996.

SERRA, Cirila Regina Ferreira. A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: meandros das (in)definições e soluções da legislação anti-racista. Monografia de Conclusão de Curso. São Luís: Universidade Federal do Maranhão. 2016.

### **Documentos De Leis**

BRASIL. Lei Federal nº 1390, 3 de julho de 1951.

BRASIL. Lei Federal nº 7.716, 5 de janeiro de 1989.

BRASIL. Lei Federal nº 10.639, 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. Lei Federal nº 12.033, 29 de setembro de 2009.

BRASIL. Lei Federal nº 12.711, 29 de agosto de 2012.

BRASIL. Lei Federal nº 12.990, 9 de junho de 2014.

FERREIRA e GROSSI. Projeto de Lei nº 259/1999.

# ELEIÇÕES PARA O GOVERNO ESTADUAL DO MARANHÃO (1965 A 1982): PROPOSTA DE UM MATERIAL PARADIDÁTICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.

Drielle Souza Bittencourt\*

## 1. Introdução

Neste trabalho será discutida a proposta de criação de um material paradidático sobre a história política do Maranhão, mais especificamente as eleições para o governo estadual no período da ditadura empresarial militar. Esta proposta faz parte do meu projeto de mestrado no Programa de Pós Graduação em História, Ensino e Narrativas.

A opção conceitual deste trabalho é ditadura empresarial-militar, pois, é importante demarcar que o golpe e os governos pós-golpe não foram hegemonicamente conduzidos pelos militares, mas sim por uma coalizão civil-militar, mais especificamente empresarial-militar, para deixar explícito qual era essa fração da classe civil. Para a adoção do termo o trabalho que orientou foi o de René Dreifuss, *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, pois:

[...] os empresários e tecno-empresarios que ocuparam setores chaves da administração do Estado e os Ministérios eram ativistas do complexo IPES/IBAD ou industriais e banqueiros, que compartilhavam das metas daqueles que haviam contribuído para os esforços dirigidos pelo IPES para a derrubada de J. Goulart. Em muitos casos, sócios e empregados de líderes do IPES foram indicados para órgão administrativos e ministérios. [...] a congruência das reformas administrativas, econômicas e políticas pós-1964 com as propostas de reformas aventadas pelos grupos de Estudo e Doutrina do IPES, que forneceu as diretrizes e a orientação para as reformas estruturais e mudanças organizacionais da administração pós-1964 [...]. Os tecno-empresários e empresários puderam assegurar, através de seus cargos públicos, o rumo do Estado brasileiro ao longo de uma via capitalista, servindo aos interesses gerais dos industriais e banqueiros multinacionais e associados (DREIFUSS, 1987, p. 417).

Então, o projeto político que chega ao poder em 1964 privilegiava sobremaneira os interesses empresariais e buscava o maior número de estados para ter como aliado. Uma das estratégias para cooptar o maior número de aliados era interferindo nas sucessões eleitorais, principalmente, para o cargo de governador. No Maranhão, em 1965, o candidato aliado ao governo federal era José Sarney e o presidente Castelo Branco ofereceu todo apoio a sua candidatura. Sarney ganhou a eleição e tornou-se o maior representante dos interesses políticos e econômicos da ditadura empresarial militar no Maranhão.

Ao longo deste trabalho serão discutidos os caminhos teóricos e metodológicos que

---

\*Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Mestranda do Programa de Pós Graduação em História, Ensino e Narrativas (PPGHEN-UEMA). Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA).

deram suporte para a construção dessa proposta, que tem como objetivos: contribuir para reconfiguração das práticas do ensino de história com a criação de um material paradidático sobre a história do Maranhão, que abordará as sucessões eleitorais no período da ditadura empresarial militar utilizando os impressos como fonte; construir estratégias de ensino-aprendizagem através do material paradidático a ser elaborado, tendo como foco as disputas eleitorais de 1965, 1970, 1974, 1978 e 1982; analisar o posicionamento dos jornais maranhenses no período histórico analisado diante das principais questões presentes nas conjunturas eleitorais; elaborar sugestões de atividades pedagógicas com os jornais, imagens, gráficos e as tabelas que irão fazer parte do material.

## **2. Análise das eleições para governo estadual durante a ditadura Empresarial-Militar nos livros didáticos**

Em 1964 o Brasil sofreu um golpe de Estado, sendo destituído o presidente democraticamente eleito João Goulart. Em 09 de abril de 1964 foi instaurado o Ato Institucional nº1 (AI-1), que estabeleceu eleições indiretas para presidência da República, sendo assim eleito pelo colégio eleitoral o Marechal Humberto Castelo Branco.

De acordo com a Constituição de 1946, em 1965 deveriam ser realizadas eleições para governadores em onze estados (Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Paraíba, Pará, Rio Grande do Norte, Maranhão, Mato Grosso e Alagoas). Castelo Branco cumpriu o calendário e as eleições aconteceram no dia 03 de outubro de 1965. O livro didático *História*, do Projeto Múltiplo, escrito por Claudio Vicentino, Gianpaolo Dorigo e José Vincentino, lançado pela editora Scipione, faz a seguinte análise sobre o resultado dessas eleições:

Os políticos ligados ao regime militar sofreram sucessivas derrotas eleitorais, como em 1965, na eleição para governador de estado (vitória de Negrão Lima na Guanabara e Israel Pinheiro, em Minas Gerais, ambos ligados a Juscelino Kubitschek). (VICENTINO; DORIGO; VICENTINO, 2014, p. 954)

Com esse trecho é possível perceber que o governo ditatorial perdeu em estados fortes, além da Guanabara e Minas Gerais, também em Santa Catarina e Mato Grosso. Com essas vitórias expressivas da oposição o governo autoritário criou estratégias para que seu poder não fosse enfraquecido. Assim, em 17 de outubro de 1965 foi assinado o Ato Institucional Nº 2, poucos dias após as eleições. Outro livro didático intitulado *História: conexões com a História*, elaborado por Alexandre Alves e Letícia Fagundes e lançado pela editora Moderna,



apresenta da seguinte forma o AI-2:

O Ato Institucional Nº 2 estabelecia eleições indiretas para presidente da República, alterava a composição do Supremo Tribunal Federal e extinguiu os partidos políticos. No lugar dos antigos partidos foram criados dois novos, os únicos que poderiam funcionar: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No bipartidarismo imposto pelo AI-2, a ARENA aglutinava os apoiadores do governo e o MDB reunia os políticos de oposição. (ALVES, OLIVEIRA, 2015, 648).

Como apresenta o material didático, com o AI-2 só poderiam existir dois partidos e a sucessão dos presidentes seria feita de forma indireta, o que afetou significativamente a configuração do processo eleitoral. Mas, as alterações na política não paravam por aí, como demonstra esse trecho do mesmo livro trabalhado anteriormente:

O espaço para a sociedade participar da política ficou ainda mais reduzido com o decreto dos Atos Institucionais nº 3 e nº4, em 1966. O AI-3 transformava em indireta a eleição para governador e vice-governador e suspendia as eleições para prefeito das capitais, que passava a ser indicado pelos governadores. O AI-4 fortalecia o Poder Executivo e extinguiu os efeitos da Constituição em 1946 (ALVES, OLIVEIRA, 2015, 648).

Os autores apresentam as principais características dos Atos Institucionais, mas poderiam problematizá-los mais, explicando que com AI-3, estabeleceram-se eleições indiretas para governadores, o governo ditatorial teve maior controle nas sucessões, principalmente, nos estados importantes em que fora derrotado em 1965. Em relação ao AI-4 o jogo de palavras poderia ser melhor, deixando claro a ratificação da Constituição de 1967, legalizando muitas medidas excepcionais decretadas nos atos institucionais e complementares.

Em 1979 o processo eleitoral sofreu outra mudança com a Lei Orgânica dos Partidos, que extinguiu o MDB e a ARENA e voltava o pluripartidarismo, como explica essa passagem do livro didático *Historia: conecte*, de autoria de Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina Santos, lançado pela editora Saraiva:

Foi realizada ainda uma reforma partidária, autorizando o pluripartidarismo. Com isso, novos partidos foram fundados, como o Partido dos Trabalhadores (PT), sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola, que perdeu juridicamente a sigla do velho PTB para outro grupo político. O MDB, uma frequente de oposições, mudou o nome para Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O núcleo da antiga Arena fundou o Partido Democrático Social (PDS), continuando na posição de partido do regime militar (FARIA,

Os autores apresentam como foram criados esses partidos existentes hoje existem, porém, também poderia haver uma maior problematização em torno dos reais interesses por trás dessa mudança, como dividir e enfraquecer a oposição. O que foi ainda mais acentuado em novembro de 1981 com a criação do —pacote eleitoral que visava garantir a vitória do PDS nos estados na eleição de 1982, pois ficou acordado que em 15 de novembro de 1982 ocorreriam eleições gerais. Todos os partidos legalizados poderiam participar.

Esta análise foi feita usando três livros didáticos para apresentar como é trabalhado o processo eleitoral no Brasil de 1965 a 1982. Por tudo apresentado, é possível perceber como houve muitas oscilações na política e como esses livros apresentam certo avanço por apresentarem discussões sobre esses processos, apesar de faltar mais problematizações.

É importante destacar que esses livros são usados no ensino de história em escolas do Maranhão. Suas abordagens, todavia, apresentam uma realidade histórica do centro-sul como hegemônica, deixando as especificidades regionais de lado. Por isso, um dos pontos centrais desta pesquisa é reconstruir as especificidades do processo eleitoral estadual do Maranhão durante a ditadura empresarial militar usando a imprensa escrita como corpus documental principal.

Dessa forma, está sendo proposta a construção de um novo saber histórico sobre o período em análise, adaptando a produção acadêmica para um trabalho a ser utilizado no cotidiano escolar. O uso dos impressos também abrirá a discussão com os alunos sobre a diversidade de fontes históricas existente, rompendo com a noção dos documentos oficiais como as únicas fontes possíveis para construção historiográfica.

### **3. Discussão teórica e metodológica**

A história enquanto disciplina já passou por várias estruturações. De acordo com Katia Abud (2006), a história escolar não nasceu no Brasil, veio da Europa. Assim como a acadêmica, a história escolar herdou a estruturação europeia, principalmente do modelo francês. Dessa forma, os programas de estudos, como datação e seleção dos fatos, foram construídos a partir desse modelo.

Seguindo a linha de raciocínio da autora, esse modo de fazer história, herdeira da França, buscava a construção de uma identidade nacional brasileira. Faltava problematização sobre a história dos diversos grupos, dando a entender que a história dos grupos dominantes

era a mesma dos governados por eles. Essa influencia materializou-se na escola Pedro II e na elaboração do seu programa de ensino, que iria servir como base para todas as escolas secundárias até 1931. Neste ano houve a Reforma Francisco de Campos que:

Transformou radicalmente o sistema de ensino e deu às escolas secundárias reconhecidas oficialmente autonomia para expedir seus próprios diplomas de conclusão do curso secundário e aos sistemas escolares estaduais a autorização para elaborar seus próprios programas. Este fato não trouxe grandes mudanças. A leitura dos programas elaborados pelas escolas estaduais autônomas não fugia aos cânones já consagrados pelo Pedro II, mantendo para o ensino secundário as concepções de história que vinham do século anterior, que continuavam a ser do interesse das elites governantes (ABUD, 2006, p. 167).

Outra reforma curricular importante foi a feita por Gustavo Capena, Ministro da Educação do Estado Novo, em 1942, porém — não modificava os aspectos essenciais dos programas de História para o curso ginásial: a relação de ‘subalternidade’ da História do Brasil em relação à História da Europa Ocidental (ABUD, 2006, p. 168). Ainda residia o mesmo problema de analisar o Brasil pelos mesmos parâmetros da Europa, sendo que eram duas realidades muito diferentes.

Esse modelo de construção da história do Brasil privilegiou a região sul-sudeste como hegemônica. Por isso, um dos grandes desafios dos historiadores é voltar os seus estudos para a história local. A partir de experiências em sala de aula foi constatado o quanto é necessária a criação de materiais de apoio para professores e alunos sobre a história do Maranhão. Por isso, este trabalho reconstituirá as sucessões eleitorais para o cargo de governador estadual de 1965 a 1982, reforçando o quanto a ditadura empresarial-militar incidiu neste estado, principalmente no que tange sua configuração política.

O período histórico abordado se inclui nos anos da ditadura empresarial-militar brasileira. Por muito tempo ficou subtendido que o Maranhão tivesse tido pouca incidência dos governos ditatoriais. Mas, através de pesquisas recentes foi possível trazer a tona o quanto este estado estava inserido na dinâmica dos governos federais (1964 a 1985). Porém, através de indagações feitas a alunos do ensino fundamental e médio foi possível perceber uma resistência em compreender o Maranhão dentro dessa dinâmica.

Outro aspecto percebido foi o pouco conhecimento sobre as sucessões eleitorais que resultaram nos governos de: José Sarney (1966 a 1970), Pedro Neiva de Santana (1971 a 1974), Nunes Freire (1975 a 1978), João Castelo (1979 a 1982) e Luiz Rocha (1983-1987). Uma das grandes dificuldades dos alunos é entender as mudanças ocorridas, pois, a eleição de 1965 aconteceu apenas em onze estados, inclusive no Maranhão, a partir de 1966 com a

instauração Ato Institucional Nº 3 passou a ser indireta a escolha para o representante do Executivo Estadual se estendendo até a sucessão de 1978. Em 1982 as eleições foram gerais, sendo escolhido o governador através do voto.

No final de 1965, com a instauração do Ato Complementar Nº 4 e, conseqüentemente, a implantação do bipartidarismo, Sarney assume no estado a liderança do partido do governo, a ARENA. O poder que ele passou a ter incidiu diretamente nas sucessões governamentais posteriores. De acordo com Wagner Cabral (1997), os governos de Pedro Neiva de Santana e Nunes Freire marcaram um acirramento dentro da própria ARENA, de Sarney com seus adversários. A chegada de João Castelo ao Executivo Estadual significou uma vitória de Sarney sobre seus adversários dentro da ARENA, assim conseguindo ter mais controle nas sucessões estaduais, como a vitória de Luis Rocha em 1982, eleição na qual já havia sido restabelecido o pluripartidarismo e o candidato era do partido do governo federal, o PDS.

A imprensa maranhense tem um papel importante nesse contexto histórico. A escolha por trabalhar com os periódicos para enriquecer o material didático a ser construído, se explica pela importância da imprensa dentro da dinâmica política de acordo com as formulações teóricas de Antônio Gramsci, que orienta teoricamente este trabalho.

Gramsci amplia o Estado dialeticamente, ou seja, dentro dele têm duas esferas essenciais: a —sociedade política e a —sociedade civil (Estado ampliado ou integral). O aparelho de Estado (Sociedade Política) é uma organização de classe e tem como principal interesse garantir os interesses da classe economicamente dominante. Nesse âmbito estão os aparelhos repressivos (controlados pela burocracia executiva e policial-militar), ou seja, o poder de coerção, e, —[...] por coerção não se deve entender somente apenas a violência pura e simples, mas todos os atos governamentais que sou obrigado a cumprir, ainda que não concorde com eles [...]] (COUTINHO, 2011, p. 26).

A luta pelo poder político e pela hegemonia não acontece apenas no âmbito da sociedade política, mas também no da civil, que é de suma importância para a conquista ou permanência da hegemonia política e ideológica de uma classe ou fração dela. Essa direção moral e intelectual é realizada no âmbito da sociedade civil através dos aparelhos privados de hegemonia (imprensa, escolas, igrejas, partidos, etc). Esses são os espaços onde serão disputados ou impostos os interesses particulares de uma classe (ou fração) como sendo de toda sociedade. A sociedade política tem o poder coercitivo, mas não é só através dele que mantêm seus interesses resguardados, também é necessário a criação do consenso, senão não há direção política na sociedade civil.

Através desse embasamento teórico será possível explicar como ocorreram as

sucessões eleitorais no Maranhão no período da ditadura empresarial militar, problematizando como foi a atuação da sociedade política e a da sociedade civil, principalmente a imprensa, ressaltando a interação entre elas, quebrando um tabu de analisar o Estado, no seu sentido restrito, como totalmente separado da sociedade civil.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de História (1998), a utilização de fontes documentais auxilia na criação de situações de ensino-aprendizagem em sala de aula. O uso dos periódicos como fontes documentais só foi possível graças a reformulações ocorridas no —fazer histórico, que logo incidiram em renovações metodológicas para o ensino de história.

O tema de estudo aqui abordado se inclui no campo da História Contemporânea. Nem sempre estudos como este foram possíveis, de acordo com Piccolo (2010), havia a alegação da impossibilidade de aplicar as regras científicas a uma pesquisa com recuo menor no tempo, por isso lhe era renegado o estatuto da história. A cientificidade da história contemporânea:

[...] foi cerceada pela paradoxal caracterização de suas fontes, na medida em que eram consideradas abundantes e ricas, porém escassas, já que inacessíveis, pois estariam fora do alcance da análise histórica encontrando-se, em sua maioria, trancafiadas nos limites dos arquivos públicos que, por sua vez, encontravam-se vedados à investigação acadêmica (PICCOLO, 2010, p. 35).

Com o advento do movimento dos Annales no século XX, a partir da terceira geração (década de 1960), o campo historiográfico sofreu consideráveis mudanças, dentre elas está a possibilidade de estudar a História do Tempo Presente. O pesquisador não precisava estar mais tão distante temporalmente do seu objeto para estudá-lo e os documentos oficiais deixaram de ser as únicas fontes possíveis. Dessa forma, houve um alargamento no campo de pesquisa do historiador, como nos afirma Hobsbawm,

Os últimos trinta ou quarenta anos foram os mais revolucionários da história. O mundo, ou seja, a vida dos homens e mulheres que vivem na Terra, nunca foi transformado de maneira tão profunda, dramática e extraordinária dentro de um período tão curto (HOBBSAWM, 1995, p.107).

Com essas renovações, o passado também foi visto a partir de uma nova perspectiva. De acordo com Piccolo (2010), houve uma mudança na sua noção como imóvel e estático, que ficava petrificado a espera do historiador para ressuscitá-lo. Outras questões importantes foram postas em discussão, como a compreensão e definição do presente e seus limites cronológicos. Esses movimentos possibilitaram a habilitação científica da História Contemporânea e a inserção da História do Tempo Presente como importante para construção

historiográfica.

Apesar da primeira geração dos Annales (1930) ter começado um movimento que trouxe mudanças significativas para o campo historiográfico, no que se refere à história política os resultados não foram os mesmos, pois foi afastada dos grandes debates, por ser considerada uma —história factuall, e a ênfase passou a ser dada as análises a partir do econômico e do social. Segundo Tânia de Luca (2008), se antes desfrutava de grande prestígio, passou a sofrer um período de grande ostracismo.

A terceira geração dos Annales propôs novos problemas, abordagens e objetos para a pesquisa histórica. Dentre essas renovações estão, a interdisciplinaridade, principalmente com a ciência política e a sociologia, e a ampliação na noção de documento. Assim, houve um —retornoll da história política, pois a:

[...] pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados lembraram que a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais; contribuíram para dar crédito à idéia de que o político tinha uma consciência própria e dispunha mesmo de uma certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social (RÉMOND, 2003, p. 23).

Com a ampliação do uso das fontes, a imprensa escrita constituiu uma fonte possível apesar de seu lado subjetivo, esta característica antes usada como uma das argumentações para barrar seu uso no campo de pesquisa dos historiadores, passou a ser um elemento para resgatar fatos históricos importantes, principalmente na história política. —Nesse sentido, os estudos sobre processo eleitoral, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública, mídia e relações internacionais têm se expandido consideravelmente (PICCOLO, 2010, p. 39).

A adoção de periódicos como fonte, além de auxiliar na explicação do período histórico estudado, também ampliará o raio de discussão a ser realizada com os alunos sobre o uso das fontes históricas e os caminhos percorridos para que houvesse a sua ampliação, além de aguçar a curiosidade para ter contato direto com a fonte, pois, —o manuseio das fontes é uma ferramenta necessária para poder interpretar, criticar a fonte pesquisada e, conseqüentemente, construir conhecimento histórico (RODRIGUEZ, 2010, p. 37). Mas, é importante destacar que a construção deste trabalho:

Não tem a intenção de fazer do aluno um pequeno historiador, mas propiciar reflexões sobre presente-passado e criar situações didáticas para que conheça e domine procedimentos de como interrogar obras humanas do seu tempo e de outras épocas (Parâmetros Curriculares Nacionais de História, 1998, p. 85).

Esta pesquisa é fruto dos resultados de uma bolsa de iniciação científica

PIBIC/CNPq<sup>7</sup>, ou seja, uma produção acadêmica será adaptada didaticamente para ajudar na construção da consciência histórica de alunos do ensino básico, estreitando os laços entre a academia e a produção de materiais didáticos.

Além disso, a criação de materiais além dos livros didáticos é extremamente necessária, como explica os Parâmetros Curriculares Nacionais de História (1998), todo material que tenha a função de mediar à comunicação entre professores e alunos, pode ser considerado um material didático. E a sua produção é muito importante, pois:

É um instrumento específico de trabalho na sala de aula: informa, cria conflitos, induz à reflexão, desperta outros interesses, motiva, sistematiza conhecimentos já dominados, introduz problemáticas, propicia vivências culturais, literárias e científicas, sintetiza ou organiza informações e conceitos. Avalia conquistas. (Parâmetros Curriculares Nacionais de História, 1998, p. 79).

O material também estará composto por instrumentos auxiliares na compreensão dos assuntos abordados, como tabelas, gráficos e imagens. Dessa forma, os alunos desenvolverão o senso de interpretação que vai além de apenas ler textos, e, também é uma alternativa de tornar mais atrativo e de melhor compreensão o assunto trabalhado. Assim, eles poderão formar uma opinião crítica, aprendendo a interpretar os meandros da política e saber olhar para fonte e interpretá-la.

O trabalho, principalmente com os alunos, que o material paradidático a ser construído pretende fazer é com o objetivo de ajudar a formar uma —escola criadora, como Antônio Gramsci propôs, pois, a escola unitária —deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-lo elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para criação intelectual e prática e uma certa autonomia na orientação e na iniciativa (GRAMSCI, 2012, p. 37). Assim, estarão sendo formados sujeitos ativos na sociedade, que saberão o seu papel de agente transformador.

#### **4. Conclusão**

A intenção do produto deste trabalho é ajudar o professor a auxiliar seus alunos a conhecer a história do Maranhão e aguçar seu senso crítico diante do que está sendo exposto.

---

<sup>7</sup>Bolsa de iniciação científica PIBIC/CNPQ intitulada: O SARNEYSMO CHEGA AO PODER: AS DISPUTAS POLÍTICAS AO GOVERNO ESTADUAL DO MARANHÃO DURANTE A DITADURA EMPRESARIAL MILITAR BRASILEIRA, vigência do segundo semestre de 2015 ao primeiro semestre de 2016. Esta pesquisa resultou no trabalho de conclusão de curso intitulado: JORNAL O IMPARCIAL: O PODEROSO APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA NAS ASCENSÃO POLÍTICA DE JOSÉ SARNEY.

A partir da compreensão de um momento histórico do passado entender a realidade presente. As oscilações políticas durante a ditadura empresarial-militar têm muito a nos dizer sobre a política atualmente, por isso a necessidade de reconstrução desse período.

Essa reconstrução será feita através desse material paradidático, que com certeza irá contribuir no diálogo entre professores e alunos, mas também ajudará a suprir um problema apresentado por Marieta Ferreira e Renato Franco (2008), o hiato entre as discussões da academia e o que é ensinado em sala de aula.

Além disso, o trabalho com as fontes também é muito importante, uma vez que, o jornal além de fonte também foi um sujeito histórico com uma participação significativa no período analisado. Sem dúvidas, isso não destoa dos acontecimentos atuais, então, será mais um elemento para contribuir na aprendizagem dos alunos, não só de conhecimento histórico, mas também do seu próprio lugar na sociedade.

## **REFERENCIAS**

### **I) Fontes Documentais**

Edição do Periódico: Jornal *O Imparcial, do Dia, O Estado do Maranhão e Pequeno*

Publicações datadas de 1965 a 1982

Acervo documental localizado na Biblioteca Benedito Pública Leite.

### **II) Bibliografia**

ABUD, Katia Maria. A guardiã das tradições: a História e seu ensino curricular. **Tempo**, v. 11, n. 21, p. 163-171, 2006.

ALVES, Alexandre. OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. **História: conexões com a História**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2015.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**-2.ed.-Petrópolis: Vozes.1984.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney**. São Luís: Edufma, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. **Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DREIFUSS, René. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro, Vozes, 1987.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.



GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas** – 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Ensino Fundamental. História** Brasília: MEC, 1998.

PICCOLO, Monica. **Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niteroi: Tese de doutorado, 2010.

RÉMOND, René. **Do Político**. In: RÉMOND, Por uma história política. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria. Pesquisa histórica: o trabalho com as fontes documentais. IN: COSTA, Célio Juvenal. MELO, Joaquim José Pereira. FABIANO, Luiz Hermenegildo (orgs.). **Fontes e métodos em História da educação**. Dourados: Ed. UFGD, p. 35-48, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. FARIA, Sheila de Castro. [et al]. **Conect: história, volume único**. 1º Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VICENTINO, Cláudio. DORIGO, Gianpaolo. VICENTINO, José. **História: projeto múltiplo, volume único**. São Paulo: Scipione, 2014.

# MEMÓRIA E ANISTIA NO BRASIL: A DISSEMINAÇÃO DA LUTA PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS ATRAVÉS DO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA (MFPA)

Leonardo Leal Chaves\*

A presente comunicação se propõe a construir correlações entre a historicização da Lei de Anistia de 1979 e a presença desta temática no cotidiano escolar da Educação Básica no Maranhão, Conduzidas pela importância de se trazer à tona as discussões e interpretações sobre o contexto histórico em que a anistia foi aprovada e seus desdobramentos na contemporaneidade, numa relação simbiótica de silenciamento e esquecimento, se propõem a mapear a utilização deste instrumento jurídico em 1979, suas fundamentações e distintos projetos. Conjuntamente, serão realizadas análises referentes às políticas de memória efetivadas a partir de 1995, passando pela criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), do regime do anistiado político, sem perdermos o esquadramento também da linha de continuidade da impunidade garantida pela lei de anistia. Deste modo, serão apresentadas tanto a legislação, quanto as obras que discorrem sobre a anistia pretendida e a que foi hegemonicamente construída e nacionalizada.

Nas disputas pela memória, em especial ensejada em torno da anistia e sua utilização como argumento para evitar a responsabilização judicial dos agentes da repressão, temos uma trajetória que oscila entre as possibilidades de reinterpretção da lei, particularmente sobre a retirada da abrangência da medida expressa no termo —crimes conexos<sup>1</sup>. Neste caso, os desdobramentos dessa reciprocidade sobre a sociedade brasileira podem ser observados na

---

\* Aluno do Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas (PPGHEN/UEMA). Bolsista FAPEMA.

<sup>1</sup> Carla Simone Rodeghero explicita que —para melhor entender a aproximação realizada entre crimes conexos e reciprocidade é elucidativo voltar no tempo e acompanhar a presença desses dois elementos em anistias anteriores. A expressão —crimes conexos aos políticos<sup>1</sup> faz parte do texto de três anistias decretadas por Getúlio Vargas, em momentos de governo provisório (1930 e 1934) ou de ditadura (1945). A primeira abrangeu os participantes dos movimentos tenentistas e da própria Revolução de 1930, e incluía —todos os crimes políticos e militares, ou conexos com estes<sup>1</sup>. Em maio de 1934, o decreto de Vargas isentava de —toda responsabilidade os participantes do surto revolucionário verificado em São Paulo, em 9 de julho de 1932, e suas ramificações em outros estados<sup>1</sup>. A isenção dizia respeito a —qualquer outro crime político e [a]os que lhe forem conexos, praticados até esta data<sup>1</sup>. Em 1945, também por meio de decreto, foi —concedida anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934 até a data da publicação deste decreto-lei<sup>1</sup>. Além dos crimes políticos, eram abrangidos os crimes conexos, definidos como —crimes comuns praticados com fins políticos e que tenham sido julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional<sup>1</sup>. Como se vê, em todas as ocorrências, os crimes conexos seriam outros crimes praticados no período e associados àqueles que eram alvo da anistia. (...) Tanto em 1945 quanto no período de 1975 a 1979, os diferentes atores envolvidos nas campanhas pró-anistia falavam em anistia ampla e geral ou em anistia ampla e irrestrita, louvavam os benefícios do esquecimento, defendiam que a medida iria pacificar a família brasileira e que seria o primeiro passo para a redemocratização. Vistos a distância, os slogans eram os mesmos. Acompanhando mais de perto os atores políticos e sua compreensão sobre a medida, percebem-se as diferenças. No fim da década de 1970, mesmo que permanecesse a equação —anistia = esquecimento<sup>1</sup>, entre a oposição já era majoritária a visão de que o Estado tinha cometido crimes, e que estes não eram passíveis de anistia; que a medida deveria ser acompanhada de esclarecimento e de punição; e que o esquecimento não era o melhor caminho para a construção da democracia (RODEGHERO, 2010, p. 106-107).

memória (nacional) coletiva ou na memória individual dos atingidos pela violência do regime ditatorial.

Nas informações lacunares ou sem problematizações dos livros didáticos de história sobre a anistia e seus desdobramentos na contemporaneidade, as discussões e reflexões aqui propostas seguem inicialmente pelas mobilizações pela anistia no Brasil; os projetos em disputa pela aprovação no Congresso; a aprovação da lei e sua repercussão; o(s) silêncio(s) imposto(s) à lembrança do tema até a criação da Comissão de Mortos e Desaparecidos em 1995; a criação da Comissão de Anistia; a criação da Comissão Nacional da Verdade; a regulamentação do regime do anistiado em 2002; a entrega do relatório final da CNV em 2014; a tentativa de revisão da Lei através da Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153; a condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos e a recusa da denúncia de estupro e outras violações de direitos humanos da militante Inês Etienne Romeu por agentes do Estado brasileiro. Desta forma, se faz possível o mapeamento da Lei, de seus desdobramentos e, possivelmente, da complexa relação entre "perdão" e "esquecimento", em nome da "tradição conciliatória brasileira" e de uma "harmonização e pacificação nacional", tão alardeada no período.

Assim, este artigo se propõe a investigar os distintos projetos de anistia propostos entre 1978 e 1979, inseridos no quadro de distensão do regime militar, as relativas reformulações sofridas pela lei, no que concerne à possibilidade de apuração dos fatos ocorridos, de reparação simbólica ou financeira, e a tentativa de compreensão da realidade brasileira no período e seus ecos na vida dos atores sociais que viveram os dias de luta pela anistia, mantendo a discussão sobre a temática e possibilitando com a construção de parte fundamental do acervo digital da luta pela anistia no Maranhão proposto na dissertação, ampliando os lugares de preservação da memória histórica deste período ainda obnublado e profundamente marcado, apesar do esquecimento comandado, na sociedade brasileira.

Destarte, a hipótese central que se desenrola sobre a temática aqui abordada se sustenta no argumento de que o projeto de anistia que se conforma a partir da aprovação da lei de 1979 significou a vitória de um determinado projeto de anistia que representava os interesses da fração dominante da classe dominante. Mas o processo de aprovação da lei de anistia foi ceifado por embates entre as distintas frações de classe que possuíam projetos diferentes. O projeto que se torna hegemônico, portanto, marcado pela conciliação e pela tentativa de esquecimento, é o resultado da vitória de uma determinada fração de classe que consegue naturalizar o seu projeto como nacional e que, portanto, o amplia às demais frações de classe. Ao fim do processo de aprovação, foram derrotados os projetos de anistia defendidos pelos movimentos sociais e predominou aquele projeto de anistia defendido pelos partidos<sup>2</sup> hegemônicos nacionalmente.

Em sua importante publicação no ano de 1978, o jornalista e ativista político Renato Ribeiro Martins (2010) afirma que seu livro nasceu de dois elementos básicos: a sua convivência com condenados por crimes políticos, cujas penas excedem 50, 60, 80 anos, durante o cumprimento de sua própria pena, e a observação da utilização do recurso da anistia como uma tradição na sociedade brasileira. Dividido em duas partes, na primeira o autor

---

<sup>2</sup> A concepção de partido aqui presente é aquela construída por Antônio Gramsci (2002) na qual ‘partidos’ seriam os agentes responsáveis pela nacionalização de um determinado projeto e, portanto, organizadores da vontade coletiva.

analisa a própria origem da anistia e sua introdução no Brasil. Remonta ao estudo de Ruy Barbosa e sua digressão a Sólon, Trasíbulo ou Patrocleides como os primeiros a concederem a anistia na Grécia, baseados, respectivamente, na reintegração de direitos e privilégios a cidadãos, excluindo outros condenados por traição ou homicídio; ou esta mesma lógica de restabelecimento de direitos, acrescida da diretriz de queima de todos os registros do período anterior à concessão; e o acordo de paz entre espartanos e atenienses (MARTINS, 2010, p. 24-25). Na análise pela trajetória histórica da concessão da anistia, Martins cita também o *generalis abolitio* romano<sup>3</sup>, ou seja, o esquecimento, a abolição geral, baseada na extinção da criminalidade e indulgência das restrições. Etimologicamente, Martins contextualiza o entendimento sobre a anistia e sua relação com a democracia, destacando que

Prevaleceu para as línguas latinas o radical grego *amnéstia*, do que veio a se originar a formação latina *amnestia*, a francesa *amnestie* e até mesmo a forma inglesa *amnesty*, sendo a portuguesa *amnístia* simplificada no Brasil pra *anístia*. Seu sentido, no entanto, está ligado tanto ao radical grego *amnéstia* como ao *generalis abolitio* romano. Tem sido um ato eminentemente político destinado a promover o esquecimento dos crimes e processos decorrentes das lutas e divisões internas dos povos e, assim, reconquistar a paz. Pela sua origem, a anistia é irmã gêmea da democracia. Surgiu a partir de necessidades políticas, com o estabelecimento da república e suas primeiras experiências de vida democrática. A democracia grega veio estabelecer pela primeira vez a regra da convivência dos contrários, do respeito às minorias e à oposição, e da alternância de grupos no poder. Era a fórmula capaz de conciliar interesses políticos conflitantes e manter a unidade da nação. Mas tais regras não eliminavam por si só a possibilidade de conflitos de maior gravidade. (...) Somente um ato de alta sabedoria política poderia apagar as consequências naturais dos fatos geradores de tais conflitos. (MARTINS, 2010, p. 25-26).

De acordo com o entendimento do autor, a —anistia é uma extensão progressiva do direito da graça usado desde tempos imemoriais (MARTINS, 2010, p. 26-27). Ao dividir sua análise entre —anistia ontem e —anistia hoje, o autor percorre, através de diversos períodos da história política brasileira, o período colonial brasileiro, o processo de independência, no império, passando pela República Velha até a concessão da anistia em 1945 (data da concessão da última anistia antes da anistia de 1979<sup>4</sup>), no fim do Estado Novo, mapeando a concessão desta medida atrelada ao perdão e à graça, concedidas no Brasil.

Antes de partir para as reflexões sobre as lutas e possibilidades de concessão da anistia até 1978, ano em que seu livro foi escrito, Martins elenca o que chama de esboço de —algumas conclusões históricas. São descritas oito inferências sobre essas concessões relativas à graça, perdão e como instrumento apaziguador, conciliador até o regime militar: 1) a anistia é uma

---

<sup>3</sup> —O romanos não lhe conservaram o nome original, mas sob o de *generalis abolitio* lhe mantiveram a feição primitiva. A abolição geral era, entre elle, o apagamento, o olvido, a a extinção da possibilidade de processo. —abolitio est delectio, oblivio vel extintio accusationis. Commentando o principio do direito imperial neste ponto, CUJACIO estabelece a identidade entre a *generalis abolitio* e a *amnístia*, preceito de esquecimento ambas, eliminação da criminalidade, indulgencia sem restricções: —*Haec indulgentia perfecta est abolitio criminum et lex oblivionis et amnistia.*" Fóra dessa expressão completa da clemencia publica, só se conhecia o indulto, a graça, sob suas formas individuaes: a *purgatio*, que, a requerimento do accusador, extinguiu a accusação, e a *deprecatio*, que, a pedido do accusado, remittia a pena, deixando intacto o stygma da culpaa (BARBOSA, 1896, p. 47).

<sup>4</sup> A anistia de 1979 será discutida adiante sob o aspecto da apropriação/ressignificação do termo —conexo referentes aos delitos anistiados.

tradição na História no Brasil; 2) houve exceções (especialmente na Inconfidência Mineira e na Conjuração Baiana); 3) a concessão da anistia, por si só, não é suficiente; 4) há exemplos históricos de todos os tipos de anistias; 5) as anistias se deram nas mais variadas situações políticas; 6) nunca houve penas demasiadamente longas (neste primeiro momento analisado); 7) a tradição é pela concessão de anistia aos crimes políticos e de rebelião; e 8) sem anistia uma série de personalidades não teriam desempenhado papel de destaque na vida política do país.

João Roberto Martins começa sua observação sobre a —anistia hoje| com a apresentação da ideia de que —cessada a resistência (após o golpe), o movimento militar anistiasse os vencidos que foram derrubados. Assim era a tradição| (MARTINS, 2010, p. 146). Estava aberta, desta forma, uma nova exceção no que se refere à anistia.

As demandas por uma anistia para os opositores do golpe instaurado em 1964 intensificam-se com as perseguições e prisões em decorrência dos dois primeiros Atos Institucionais. Rodeghero (2014) afirma que vozes discordantes, como do jornalista Carlos Heytor Cony<sup>5</sup> e do filósofo Alceu Lima Amoroso, publicaram artigos, entre dezembro de 1964 e janeiro de 1965, respectivamente, denunciando a truculência do regime e apontando para uma anistia parcial ou clamando para o fim da fase punitiva do regime, o que equivaleria, já nesse momento, a passar uma —esponja no passado, a anistia geral, a pacificação dos espíritos| (RODEGHERO, 2014, p. 103).

Em sua contextualização sobre as fissuras no interior do grupo dos militares, especialmente sobre os limites e rumos da abertura política, Cunha destaca que já não se conseguia —ocultar episódios significativos que escudavam a erosão do regime|, com destaque para o posterior episódio do Riocentro<sup>6</sup>, o autor destaca que houve identificação de alguns dos responsáveis que, muito embora —tenham seguido a carreira, com algumas restrições, até a reformal, não foram judicialmente condenados e punidos. Para o autor, embora a anistia decretada tenha sido criticada por ser recíproca e restrita, houve certa oxigenação na cena política brasileira com a volta de milhares de exilados.

No que interpreta ser uma limitação intrínseca a anistia de 1979, são apresentadas as mobilizações de setores militares para uma abrangência maior que incluísse oficiais subalternos punidos e cassados com base nos Atos Institucionais<sup>7</sup>. Outra relevante questão apresentada sobre as limitações da anistia se refere à impossibilidade de reintegração ao serviço ativo dos cargos, postos e vagas de trabalho de cassados, ocorrendo a contabilização

---

<sup>5</sup> Nas palavras de Cony, —é preciso que a palavra cresça: invada os muros e as consciências. Desde 1º de abril que o governo tem diante de si um dilema incontornável: ou processa e condena *regularmente* os milhares de acusados em todo o país ou concede anistia. A primeira opção caiu por terra: os processos, em sua maioria, não foram feitos e os poucos que estão em curso peçaram-se de irregularidades e de deformações jurídicas e policiais. (...) Resta a segunda opinião: a anistia. Que o Congresso vote a anistia, baseado na falta de processos regulares, na falta de critérios e, principalmente na falta de provas| (MARTINS, 2010, p. 150)

<sup>6</sup> Skidmore destaca que —a imprensa teve um dia movimentado expondo as contradições da investigação oficial. Os jornais foram apenas informados (não foram permitidas perguntas) pelo coronel Job Lorena de Sant'Anna, que dirigiu o inquérito oficial. Partes vitais da explicação do coronel eram contraditadas pelo laudo da autópsia emitido separadamente pelas autoridades civis. Isto É, 8 e 22 de julho de 1981. O semanário humorístico Pasquim (9 de julho de 1981) satirizou as incoerências da história do coronel. O embaraço dos militares era resultado da abertura, ela mesma contraditória. Órgãos como o DOI-CODI ainda existiam, mas a censura fora suspensa e as autoridades civis haviam reconquistado seu status|. (SKIDMORE, 1988, p. 333).

<sup>7</sup> É citada a criação de entidades como a Associação Democrática e Nacionalista dos Militares (ADNAM); a Associação dos Militares Incompletamente Não Anistiados (AMINA); a Unidade Mobilização Nacional pela Anistia (UMNA); e o Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania (MODAC).

do tempo de serviço que impactaria na aposentadoria dos punidos, salvo pontuais exceções através de recursos às altas instâncias (CUNHA, 2010, p. 32).

Roberto Ribeiro Martins (2010) mapeia, através dos sucessivos governos militares, as discussões acerca das aproximações (embora restritas e excludentes) entre a possibilidade de uma anistia em meados da década de sessenta, ou mesmo a prática do indulto, como a medida decretada por Costa e Silva<sup>8</sup>, que alcançava todos os condenados primários até quatro anos, sem exceção daqueles que foram punidos pela Lei de Segurança Nacional.

A partir da intensificação da postura contestatória, especialmente de estudantes, operários, intelectuais, políticos do MDB, setores da igreja e artistas, é destacado o ano de 1968 como um marco nas mobilizações sociais de caráter oposicionista contra o regime<sup>9</sup>. No mesmo ano é apresentado o projeto de lei nº 1346/1968, de autoria do deputado do MDB/SC, Paulo Macarini, posteriormente ele próprio cassado pelo AI-5, que —concede anistia em todo o território nacional, aos estudantes e trabalhadores envolvidos nos acontecimentos que se sucederam a morte<sup>10</sup>, a partir do dia 28 de março de 1968, data da morte do estudante Edson Luis na manifestação pelo fechamento do restaurante estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro. Sobre o projeto de lei e sua votação Martins aponta que

Depois do projeto ter sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça por 13 votos a 1 (...) o governo Costa e Silva resolveu fechar a questão, ameaçado que estava de ser derrotado no plenário. Assim mesmo, 35 deputados da Arena (...) somaram com 110 do MDB os 145 votos favoráveis à anistia, contra 198 arenistas, em votação que se deu a 20 de agosto. A pressão governamental que resultou na rejeição da anistia foi vigorosamente combatida por parlamentares de ambos os partidos. Todos estavam lembrados das palavras de Costa e Silva de respeitar o parlamento (MARTINS, 2010, p.153-154).

A importância da compreensão dos Atos Institucionais como fundamentação das punições, conforme exposto no capítulo anterior, se justifica por ser o escopo como instrumento de determinação da abrangência/exclusão do alcance do benefício da anistia. O aumento das oposições e intensificação dos movimentos contestatórios ao regime, inclusive armado, nos leva a outra necessidade de esclarecimento quando do tratamento da questão da caracterização da luta armada, outro caminho trilhado em torno de uma mobilização para a anistia e a situação dos presos políticos no Brasil foi a greve de fome, com especial destaque

---

<sup>8</sup> Decreto presidencial nº 60.522, de 31 de Março de 1967.

<sup>9</sup> Marcelo Ridenti (2009) aborda, com ênfase na intelectualidade, que —talvez os anos 1960 tenham sido o momento da história republicana mais marcado pela convergência revolucionária entre política, cultura, vida pública e privada, sobretudo entre a intelectualidade. Então, a utopia que ganhava corações e mentes era a revolução – não a democracia ou a cidadania, como seria anos depois -, tanto que o próprio movimento de 1964 designou a si mesmo como revolução. As propostas de revolução política, e também econômica, cultural, pessoal, enfim, em todos os sentidos e com os significados mais variados, marcaram profundamente o debate político e estético. Rebelia contra a ordem e revolução social por uma nova ordem mantinham diálogo tenso e criativo, interpretando-se em diferentes medidas na prática dos movimentos sociais, expressa também nas manifestações artísticas. O autor baseia-se em Michel Löwy para fundamentar o que entende como intelectualidade, a saber, são —os produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológico-culturais (LÖWY apud RIDENTI, 2009, p. 164)

<sup>10</sup> Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=190925>. Acessado em abril de 2016.

para a última delas, ocorrida dia 17 de abril de 1978. O movimento ocorreu no Presídio Itamaracá e se estendeu por 23 dias, se espalhando pelo país. Roberto Ribeiro Martins, ao se referir aos presos políticos condenados à prisão perpétua, aponta que —quando uma lei draconiana determina tratamento tão desumano a pessoas condenadas a passar o resto da vida encarceradas, só uma reivindicação coloca-se como necessária e urgente para o povo brasileiro: *anistia geral!* (MARTINS, 2010, p. 170).

Dentro da perspectiva histórica aqui ensejada, podemos destacar, segundo Paulo Ribeiro da Cunha (2010), 48 anistias ao longo da história republicana brasileira. A primeira concedida em 1895 e a última, nosso objeto de análise aqui, em 1979. O autor destaca o caráter conciliatório da quase totalidade dessas anistias concedidas, afirmando que

a marca central conciliatória também prevaleceu nesses episódios, embora tenha apresentado contradições várias e outras esferas de mediação. Nela, houve inegavelmente um embate político diferenciado quando comparada às anistias anteriores. Em especial pela emergência de —setoresl da sociedade civil expressos por meio de vários atores (civis e militares) que digladiaram e procuraram influenciar o processo, bem como as derivações decorrentes nos seus vários adendos (CUNHA, 2010, p. 15-16).

O contexto e as particularidades da aprovação da Lei de Anistia em 28 de agosto de 1979 abrem espaço para as reverberações, ou adendos, como denomina Paulo Ribeiro da Cunha, e modificações posteriores como desdobramentos da concessão da anistia, sua tentativa de revisão e mobilizações a respeito da reciprocidade embutida na Lei. A ausência de culpabilização dos agentes responsáveis pelas graves violações de direitos humanos durante o regime militar, a tentativa de reparação simbólica e financeira expressos na Lei 9.140 de 04 de dezembro de 1995 e a aprovação de mecanismos jurídicos que permitissem a criação de uma Comissão Nacional da Verdade para a apuração dessas graves violações de direitos humanos também podem ser destacados como importantes desdobramentos da lei de anistia.

O posicionamento a favor da adoção de políticas específicas de memória para enfrentar um passado traumático visa garantir não apenas a compreensão do que ocorreu (a acepção de —verdade l trabalhada nesta perspectiva), mas, também, —reforçar a compreensão de que não é possível a um povo (re)conhecer a si próprio sem entender o legado de sua história política e social, até mesmo para que se possa construir um futuro diferente (STAMPA, 2015, p. 507). Desta forma, a linha de continuidade de luta pela anistia não se encerra, conforme vimos anteriormente, no ano de 1979, com a aprovação da Lei, nem com a possibilidade de reparação simbólica e financeira expressos na Lei nº 9.140. A necessidade de uma regulamentação e de reparação econômica para aqueles que haviam sido impedidos de exercer suas atividades em razão do alcance dos Atos Institucionais e Complementares se faz presente através do chamado —regime do anistiado político, em referência à lei 10.559<sup>11</sup>, promulgada em 13 de novembro de 2002, que garante direitos como a

---

<sup>11</sup> Conforme demonstra Fábio Fernandes Maia (2014), a Lei 10.559 —entrou em vigor inicialmente por meio da Medida Provisória 2151-2, de 27.07.2001, que foi revogada pela também Medida Provisória 65, de 28.08.2002, posteriormente convertida em Lei no dia 13.11.2001. A Lei 10.559/02 regulamentou o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com 14 anos de atraso. Ela tem um duplo efeito: de um lado reparar tanto simbolicamente, com as declarações de anistiado quanto materialmente, as vítimas de atos autoritários do

declaração da condição de anistiado político; reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única ou em prestação mensal, permanente e continuada, asseguradas a readmissão ou a promoção na inatividade; contagem, para todos os efeitos, do tempo em que o anistiado político esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais, em virtude de punição ou de fundada ameaça de punição, por motivo exclusivamente político, vedada a exigência de recolhimento de quaisquer contribuições previdenciárias; conclusão do curso, em escola pública, ou, na falta, com prioridade para bolsa de estudo, a partir do período letivo interrompido, para o punido na condição de estudante, em escola pública, ou registro do respectivo diploma para os que concluíram curso em instituições de ensino no exterior, mesmo que este não tenha correspondente no Brasil, exigindo-se para isso o diploma ou certificado de conclusão do curso em instituição de reconhecido prestígio internacional; e reintegração dos servidores públicos civis e dos empregados públicos punidos, por interrupção de atividade profissional em decorrência de decisão dos trabalhadores, por adesão à greve em serviço público e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional por motivo político. (BRASIL, 2002).

No corpo da Lei, assim, encontra-se a ampliação da caracterização dos possíveis requerentes à condição de anistiado político, especificando dezessete tipos de punições em decorrência de motivação exclusivamente política, no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988. Dentre as punições, podemos destacar, além das punições normatizadas pelos AIs e ACs, a transferência do local de trabalho e, por conseguinte, de residência; perda de comissões; afastamento profissional para acompanhar o cônjuge; aqueles que sofreram punição sendo estudantes; cassação de mandatos ou punidos com a cassação de aposentadoria ou disponibilidade funcional. Conforme relembram Paulo Abrão e Torelly (2010), entre as características próprias deste regime do anistiado político, se destaca a abrangência temporal de vinte presidentes da República com apenas seis deles eleitos pelo voto direto,

é essa correta percepção do que é a anistia brasileira – coerente com a luta histórica dos perseguidos políticos que a sustentaram – que levou a Comissão de Anistia a promover uma —virada hermenêutica nas leituras usualmente dadas à lei n.º 10.559/2002: não se trata de simples reparação econômica, mas gesto de reconhecimento das perseguições aos atingidos pelos atos de exceção. Tanto é assim que, a partir de 2007, a Comissão passou a formalmente —pedir desculpas oficiais pelos erros cometidos pelo Estado consubstanciado no ato declaratório de anistia política. Corrigiu-se, dentro das balizas legais existentes, o desvirtuamento interpretativo que dava ao texto legal uma leitura economicista, uma vez que a anistia não pode – para fazer sentido como ato de um Estado fundado nos valores em que se funda o Estado brasileiro – ser vista como a imposição da amnésia ou como ato de esquecimento, ou de suposto e ilógico perdão do Estado a quem ele mesmo perseguiu e estigmatizou como subversivo ou criminoso (ABRÃO; TORELY, 2010, p. 42).

---

Regime Militar; do outro contribuir para a construção da memória e da verdade, já que os processos administrativos da Comissão de Anistia, criados com a Lei, são públicos e suas informações servem de importante fonte de documentação e pesquisa sobre o período (MAIA, 2014, p. 81).



Parte das discussões sobre a caracterização de anistiado como alguém que foi perseguido pelo regime militar, abrange a imprecisão do termo utilizado e mesmo posicionamentos antagônicos. A perspectiva de concessão de anistia para aqueles que *cometeram crimes políticos* se apresenta, a partir de 2002, como benefício àqueles que foram *atingidos por motivação exclusivamente política*. Parte-se do ponto de vista (ou de interpretação jurídica) de reparação àqueles que foram prejudicados pelas arbitrariedades do regime. Assim, tornam-se central os mecanismos que possibilitem a criticidade e acesso às informações, desconstruindo ou problematizando as narrativas oficiais sobre os crimes de Estado, efetivando o direito à verdade (conforme aqui juridicamente entendida), à memória e à reparação.

A relevância dos trabalhos das duas comissões de reparação no Brasil<sup>12</sup> se coadunam com projetos que estimulam debates sobre a memória histórica e promoção de ações educativas em direitos humanos, na continuidade da luta contra o esquecimento, no enfrentamento à negação da atuação dos agentes da repressão, na visibilidade dos atingidos e familiares e seus relatos por tantos anos silenciados, na —reconstrução de episódios históricos que vigiam sob versões oficiais deturpadoras da verdade factuall (ABRÃO; TORELLY, 2012, p. 368), criação de consenso sobre a gravidade dessas violações de direitos humanos e pelo surgimento de novas mobilizações em torno dessa anistia ainda inconclusa. Sob este prisma interpretativo, nessa nova —mutação‖ no conceito de anistia é o cidadão violado quem perdoa o Estado, especialmente através do projeto Caravanas da Anistia<sup>13</sup> e suas audiências e ações itinerantes. No que tange a importância dos avanços na legislação concernente à anistia, ainda de acordo com Abrão e Torelli, a declaração de anistiado político pode ser entendida como

um ato oficial de reconhecimento do direito de resistência da sociedade contra o autoritarismo e a opressão. Se o significado da anistia, para alguns, reverberava o *esquecimento* ou *amnésia*, agora ele passa, pela ação estatal de *reconhecimento*, a revelar o protagonismo da *reparação* e da *memória* (ABRÃO; TORELLI, 2012, p. 368).

Nas referências às competências administrativas, a Lei 10.559 de 2002, em seu 12º artigo, determina a criação, no âmbito do Ministério da Justiça, de uma Comissão de Anistia, com a finalidade de examinar os requerimentos de anistia e assessorar o Ministro de Estado da Justiça em suas decisões. A fundamentação das ações da Comissão de Anistia, como a realização de diligências, o requerimento de informações e documentos, audiências públicas para ouvir testemunhas ou a emissão de pareceres técnicos com o intuito de instruir os processos e requerimentos de anistia se encontra no corpo do regime do anistiado, assim como a regulamentação do direito de indenização aos dependentes do anistiado em caso de

---

<sup>12</sup> A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (1995-2007) e a Comissão de Anistia (2001 até os dias atuais)

<sup>13</sup> Para Abrão, Carlet et al, (2010, p. 4), —as Caravanas da Anistia consistem na realização de sessões públicas itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia política acompanhadas por atividades educativas e culturais, promovidas pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. A Comissão é o órgão do Estado brasileiro responsável por reconhecer oficialmente o cometimento de atos de exceção, na plena abrangência do termo, contra brasileiros e estrangeiros, materializados em perseguições políticas e que ensejam o direito constitucionalmente assegurado à reparação.‖

falecimento. O caráter administrativo dos trabalhos da Comissão de Anistia pode ser compreendido a partir de sua composição e atuação. Assim, a Comissão

é composta por quinze conselheiros que analisam o requerimento formulado diretamente pelo interessado ou por seus dependentes. A reparação econômica, prevista na Lei 10.559/02, deve ser concedida mediante portaria do Ministério da Justiça, após parecer favorável da Comissão. A indenização poderá ser paga em prestação única, correspondente a 30 salários mínimos, por ano de perseguição política, desde que respeitado do limite de R\$ 100 mil, ou em prestações mensais, permanentes e continuadas, correspondente à remuneração relativa ao posto, cargo, graduação ou emprego que o anistiando ocuparia, observado o limite do teto da remuneração do servidor público federal (AMBOS et al, 2010, p. 162-163).

De acordo com informações divulgadas pela própria Comissão da Anistia, foram contabilizados mais de 75 mil requerimentos. Destes, aproximadamente 43 mil pessoas foram declaradas anistiadas políticas, com ou sem reparação financeira<sup>14</sup>. Neste aspecto, as continuidades dessa luta pela anistia extrapolam o campo econômico e passam, em 2010, pela intensificação do viés da responsabilização e punição para os agentes das violações de direitos humanos. Para Maia (2014, p. 131), essa responsabilização simbolizaria a justiça de transição por excelência. A exploração de uma —controvérsia constitucionall expressa na Lei de Anistia é a tônica para a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153 (ADPF-153) proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e julgada improcedente em 2010 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por sete votos a dois. Sobre este instituto jurídico legitimamente brasileiro e seu caráter *sui generis*, destaca-se o fato que

não existe instituto correlato no ordenamento jurídico ocidental. Na tradição constitucional brasileira esse instituto só veio a surgir com a Constituinte de 88, apesar de poder se identificar no instrumento da intervenção previsto no artigo 6º da Constituição de 1891 —*uma fórmula precursora da arguição de descumprimento, já que desde sua origem se encontra um conjunto delineado de preceitos constitucionais como hipóteses válidas para fins de desencadear essa vetusta medida*” (TAVARES apud MAIA, 2014, p. 161)

A demanda em questão se baseia no questionamento sobre o alcance da anistia para os agentes públicos responsáveis pela prática de homicídios, desaparecimentos forçados, torturas e outras graves violações de direitos humanos contra os opositores do regime ditatorial. A concepção implícita de autoanistia fere os chamados preceitos fundamentais da Constituição Brasileira, entre eles o que se refere à tortura e outras ações correlatas. A ausência de quaisquer outros instrumentos jurídicos que possibilitem sanar a *lesividade*, neste caso, questionar perante o Poder Público a respeito da impunidade desses agentes da repressão

---

<sup>14</sup> A divulgação da lista atualizada em 07 de abril de 2017, contendo nome, CPF, número de requerimento e portaria no Diário Oficial da União do anistiado político se encontra no endereço eletrônico <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/pessoas-anistiadas/sinca-exportacao-07abr2017-16h36m-lista-anistiados-politicos.pdf>. Acessado em abril de 2017.

contra opositores políticos, justifica juridicamente o acionamento do instituto da arguição de preceito fundamental. A percepção é a de que não há conexão que garanta a concessão da anistia aos agentes públicos por não se coadunarem com a caracterização de crimes políticos, uma vez que não atentaram contra a ordem política e a segurança nacional (ADPF Nº 153, 2008, p.7).

O caráter excludente da Lei de Anistia de 1979, em referência aos condenados por terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal, também foi questionado e a alegação de desrespeito à memória e verdade histórica, fundamentada no impedimento de apurações dos fatos ocorridos durante o regime ou qualquer outra medida investigatória que conduzisse à identificação dos abusos cometidos, discutida na ADPF 153. O requerimento de interpretação da Lei de Anistia foi recusado sob a argumentação de que esta teria —exaurido seus efeitos—, ainda em 1979 (RELATÓRIO DO STF, 2010, p. 4), não cabendo, portanto, recurso à revisão de seu alcance. A negação de uma audiência pública em 2010 se justificou pela clareza dos argumentos da ADPF Nº 153, evitando atrasos com o julgamento da matéria, e pela demora no pedido, uma vez que a petição inicial da OAB data de 2008. O parecer sobre a improcedência do pedido de revisão em questão aponta, além do que denomina de contradições inerentes a este requerimento, para a concepção de que essa reinterpretção desejada —ultrajaria preceitos esculpidos na Constituição da República de 1988— (WOJCIECHOWSKI, 2013, p. 167). A perspectiva de manutenção da ordem social existente nos remete, novamente, à ideia de conciliação nacional que norteou a aprovação da Lei em 1979, especialmente na argumentação<sup>15</sup> do relator Eros Grau ao encerrar seu relatório ao afirmar que:

É necessário dizer, por fim, vigorosa e reiteradamente, que a decisão pela improcedência da presente ação não exclui o repúdio a todas as modalidades de tortura, de ontem e de hoje, civis e militares, policiais ou delinquentes. Há coisas que não podem ser esquecidas. (...) É necessário não esquecermos, para que nunca mais as coisas voltem a ser como foram no passado. Julgo improcedente a ação (RELATÓRIO DO STF, 2010, p. 72-73).

Assim, mesmo após a recusa do pedido de revisão da Lei 6.683, as disputas pela anistia continuaram no âmbito jurídico após a condenação do Estado brasileiro, em sentença de 24 de novembro de 2010, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso que ficou conhecido como Gomes Lund e outros (—Guerrilha do Araguaia—) *versus* Brasil. Um dos movimentos de guerrilha rural que, em tese, serviria, segundo o ideário da esquerda armada, de preparatório para a luta urbana. De acordo com Gorender (2014), a desarticulação que assolava as tentativas de mobilizações armadas no campo se dava pelo desmantelamento por

---

<sup>15</sup> O voto do presidente do STF, Cesar Peluzo, se alinha ainda mais com essa percepção conciliatória ao defender que —se é verdade que cada povo acerta as contas com o passado de acordo com sua cultura, com seus sentimentos, com a sua índole e com a sua história, o Brasil fez uma opção pelo caminho da concórdia. E diria, se pudesse, mas não posso, concordar com afirmação de que certos homens são monstros, que os monstros não perdoam, só o homem perdoa. Só uma sociedade superior, qualificada pela consciência dos mais elevados sentimentos de humanidade, é capaz de perdoar, porque só uma sociedade que, por ter grandeza, é maior do que seus inimigos é capaz de sobreviver. Uma sociedade que queira lutar contra os inimigos com as mesmas armas, os mesmos instrumentos, os mesmos sentimentos, está condenada a um fracasso histórico— (LIVRO DE VOTOS DA ADPF153 DO STF, 2010, p. 214)

intervenção do regime e seus agentes ou internamente, dentro da própria base dos grupos rurais que se opunham à ditadura. Dessa forma,

unicamente o PC do B conseguiu preparar e efetuar verdadeiras operações de guerrilha rural. Se considerarmos a fase de preparação de seis anos, cabe concluir que se tratou de notável façanha. A própria guerrilha esteve ativa durante cerca de dois anos, o que representou façanha ainda mais notável. (...) O PC do B pôde, em suma, concentrar recursos humanos e materiais na estruturação da sua base guerrilheira, no que se revelou extraordinária capacidade organizativa. A partir de 1967, fixou-se à margem esquerda do rio Araguaia, no Sul do Pará, um grupo de militantes com treinamento na China (...) Paulatinamente, sobretudo a partir de 1970, chegaram outros militantes e o total atingiu 69, dispersos ao longo de um arco estendido de Xambioá até Marabá (GORENDER, 1987, p. 207-208).

Com o objetivo inicial de construir e residir em moradias iguais às dos camponeses, o grupo que chega à região escolhida não revela suas estratégias, nem mesmo sua verdadeira identidade, —mostrando-lhes os cuidados que deveriam ter com a saúde e ensinando-lhes métodos produtivos de cultivo de solo (SKIDMORE, 1988, p. 181). Esse quadro se configura deste modo até 1972, quando é descoberto pela inteligência militar o —foco subversivo em gestação. Em seu primeiro confronto, para o exército brasileiro são relevantes as dificuldades concernentes à adaptação ao terreno e ao desconhecimento da região e dos guerrilheiros, forçando a retirada das forças de repressão, sendo a área declarada como zona de segurança nacional. Sobre a repressão à Guerrilha do Araguaia, ainda de acordo com o que Skidmore denomina de —teatro de operações, é notório destacar que:

os moradores eram obrigados a portar documentos de identidade em qualquer ocasião. Um heliporto, um aeroporto e cinco novos alojamentos foram construídos. Num dos alojamentos funcionava um centro para o interrogatório de suspeitos. Apesar de todos esses recursos, o Exército levou mais de dois anos para completar sua missão. Em 1975 todos os guerrilheiros estavam mortos ou na prisão; apesar de seus preparativos e de sua valentia, não puderam resistir às equipes de contra-insurreição do Exército, tal como o uso da tortura pela polícia e o Exército havia anteriormente extirpado as guerrilhas urbanas. Muitos camponeses inocentes foram apanhados em ações repressivas e torturados, e aqueles que haviam aderido aos revolucionários foram caçados implacavelmente. O Exército, ao que se dizia, decapitava os insurretos e os exibia aos camponeses e demais moradores. Se tal coisa de fato aconteceu, foi um retorno à tática que os portugueses usaram no combate aos rebeldes em pleno Brasil colonial dois séculos atrás (SKIDMORE, 1988, p. 182).

Não obstante a violência da repressão silenciada pela censura do regime militar contra o foco de resistência armada ocorrido no Araguaia, os brasileiros pouco souberam sobre a guerrilha, com exceção de uma matéria sobre a mobilização do exército brasileiro na região, publicação do jornal O Estado de São Paulo, no dia 24 de setembro de 1972. Na tentativa de contabilização dos mortos após a repressão a este conflito, as dificuldades se avolumam devido ao aspecto de

segredo (que) recobria prisões, torturas e mortes. Os familiares não eram comunicados sobre as detenções e percorriam uma *via crucis* pelos órgãos

repressivos, no mais das vezes sem sucesso. As mortes provocadas pelos agentes repressivos, fossem elas —acidentais, sob tortura, ou propositais, eram encobertas com versões de atropelamento, suicídio, enfrentamento com agentes ou choque com os próprios companheiros de organização. O desgaste provocado ao longo dos anos pela sucessão de histórias forjadas levou à adoção de outra prática repressiva, o desaparecimento. Os corpos passavam a ser sepultados em locais desconhecidos ou em valas comuns destinadas a indigentes. O número de desaparecidos apresenta crescimento constante de 1971 a 1974, momento em que atinge o auge pela eliminação da guerrilha do Araguaia (JOFILLY, 2014, p. 97-98).

A busca por uma responsabilização dos agentes públicos que perpetraram graves violações de direitos humanos, após a recusa de revisão da Lei de Anistia pelo STF, repercutiu no plano internacional<sup>16</sup> em relação aos esclarecimentos do desaparecimento de aproximadamente 21 pessoas que teriam sido presumivelmente mortas quando da desarticulação da Guerrilha do Araguaia. As alegações se fundamentam na violação dos direitos à personalidade jurídica, à vida, à integridade e liberdade pessoal, de acesso à justiça ou direito à liberdade de consciência, de religião, de pensamento ou expressão. Assim, a acusação de falha (ou falta) na garantia do direito à justiça por parte do Estado brasileiro foi recentemente julgada, em 24 de novembro de 2010, perante a CIDH sob a argumentação do impedimento que a Lei de Anistia de 1979 oferece às investigações e às sanções aos graves ultrajes aos direitos humanos, sendo, portanto, destituída de efeito jurídico. Na decisão da Corte expressa em sua sentença, é dada ênfase à implementação das seguintes medidas:

a) assegurar que a Lei de Anistia 6.683/79 —não continue a ser um obstáculo para a persecução penal das graves violações de direitos humanos que constituem crimes contra a humanidade; b) —determinar, por meio da jurisdição de direito comum, a responsabilidade penal pelos desaparecimentos forçados das vítimas; e c) sistematizar e publicar todos os documentos referentes às operações militares contra a Guerrilha do Araguaia (Sentença do caso da Corte IDH, caso Gomes Lund e outros vs Brasil, 2010).

A decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo repúdio à interpretação e aplicação da Lei de Anistia brasileira, tal qual se configura até os dias de hoje, se baseia no chamado controle de convencionalidade, ou seja, a obrigatoriedade de harmonia entre a Constituição brasileira, a jurisprudência da Corte Interamericana e Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), a qual o Brasil é signatário. Paola Bianchi Wojciechowski (2013) critica a pouca ênfase dada à ampliação dos direitos humanos, em contraposição a uma política que objetiva apenas a reparação ou avanços no que diz respeito à memória dos opositores ao regime, uma vez que:

no Brasil, prevalecem, portanto, estruturas continuadas de poder que optam por manter o silêncio em relação aos abusos perpetrados no passado, a fim de garantir a impunidade destes mesmos atos no presente e futuro. A impunidade dos atos pretéritos reflete sobre a sociedade brasileira,

---

<sup>16</sup> Segundo Kai Ambos et al (2010), a primeira tentativa de exame internacional da Lei de Anistia se deu pela apresentação de uma petição apresentada pela seção brasileira do Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e *Human Rights Watch*/Américas à Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 07 de agosto de 1997.

fragilizando a democracia e arraigando mazelas sociais, instrumentos de dominação social e, principalmente, a violência policial (WOJCIECHOWSKI, 2013, p. 178).

Nos desdobramentos das lutas contra esses silenciamentos e esquecimentos ensejados com a aprovação da Lei de Anistia, é de fundamental importância a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2011, sua repercussão e mobilização a fim de apurar as práticas de exceção cometidas pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988. Contudo, a difícil lição de —aprender o verbo perdoar, alardeada pelos defensores do projeto de anistia aprovado, garante juridicamente a impunidade dos agentes de repressão até os dias de hoje.

Em sua manifestação mais recente, a decisão pela recusa da denúncia contra Antonio Waneir Pinheiro Lima (identificado pela alcunha de —Camarão) pelos crimes de sequestro, estupro e outras violações de direitos contra Inês Etienne Romeu, se alicerçou em basicamente quatro argumentos apresentados pelo juiz federal titular Alcir Luiz Lopes Coelho. O primeiro deles diz respeito ao artigo nº 1 da Lei nº 6.683 de 1979 que concede anistia a —todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes. Seguindo esta argumentação, o juiz alega que o denunciado foi acusado de ter cometido —crimes relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política<sup>17</sup>. Portanto, na defesa da ideia de que, conforme cita Ruy Barbosa em sua decisão, a anistia é irrevogável, irretirável, irrenunciável, o juiz Alcir Lopes Coelho aponta que a matéria em questão (uma tentativa de interpretação da Lei de Anistia) já foi julgada improcedente pelo STF, no caso da ADPF nº 13, não havendo mais necessidade se efetuar um controle de constitucionalidade. Neste caso, a tentativa de imputação criminal ocorrida há quase quarenta anos, segundo o referendo judicial, atenta contra a Lei de Anistia de 1979 e toca na segunda argumentação ao tratar da prescrição como um fundamento para a extinção da punibilidade<sup>18</sup>.

A inversão da ideia da defesa da garantia dos direitos humanos e a tentativa de punição dos agentes da repressão se fazem presente na medida em que a decisão judicial contra Antonio Waneir Pinheiro Lima aponta para a defesa do direito adquirido do acusado em razão da extinção da punibilidade pela prescrição. Concomitante a esta ideia jurídica de prescrição, a proibição de retroatividade de normas de caráter penal também é exposta pelo juiz como parte dos direitos humanos, e —a violação dessa norma também ofende a dignidade humana (DECISÃO ETIENE, 2017, p. 5). A argumentação seguinte é pautada em uma peça de informação que compõe o processo nº 1.30.001.006267/2012-58 movido pelo Grupo Justiça de Transição do Rio de Janeiro<sup>19</sup> sob a alegação de que a criação de um —grupo no

---

<sup>17</sup> Os trechos da argumentação do juiz Alcir Luiz Lopes Coelho foram extraídos da decisão do processo nº 0170716-17.2016.4.02.5106 que tem como autor o Ministério Público Federal. Disponível em [www.jfrj.jus.br](http://www.jfrj.jus.br). Acessado em abril de 2017.

<sup>18</sup> Na decisão judicial é apresentada a argumentação sobre a prescrição dos crimes em que o denunciado é acusado. Segundo o juiz do caso, estes crimes prescreveram em 10 de agosto de 1983 e, ainda na fundamentação da recusa, a própria Constituição brasileira em seu inciso XL do art. 5º estabelece que à lei penal não é permitido retroagir, salvo em benefício do réu. Nas palavras do juiz, —além de ser caso de desrespeito ao direito adquirido em razão da Anistia de 1979, o caso também é de evidente desrespeito a outro direito adquirido do acusado, tendo em vista a verificação da prescrição: o de tentar retroagir uma —normal de caráter penal com a finalidade de prejudicar o acusado (DECISÃO ETIENNE, 2017, p. 5)

<sup>19</sup> Grupo de Trabalho (GT) criado pela Procuradoria da República do Rio de Janeiro em março de 2012, por orientação da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, como objetivo de objetivo

âmbito do Ministério Público Federal, sob o nome de —justiça de transição, configuraria a —criação pelo MPF de um simulacro de tribunal de exceção (DECISÃO ETIENE, 2017, p.5) e que a atuação deste grupo violaria a norma de proibição da existência de juízo ou tribunal de exceção, ofendendo diretamente a dignidade humana.

O quarto argumento que fundamenta a recusa da denúncia é apresentado como a —ausência de qualquer indício de existência real da narrativa ali descrita ao se referir à documentação anexada ao processo em questão, com exceção de cópias das certidões emitidas pelo escrivão da 3ª auditoria da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, emitidas em janeiro e outubro de 1979, uma vez que desqualifica as reportagens, entrevistas, petições e decisões judiciais em âmbito de medidas cautelares ou mesmo o que denomina de deduções para que possam servir como prova de fatos no juízo penal (DECISÃO ETIENE, 2017, p. 6). Deste modo, ao se encaminhar para a decisão de não acatamento da denúncia contra —Camarão, o juiz descaracteriza as violências cometidas contra Ines Etienne e passa a apresentar sua condenação à prisão perpétua pelo Tribunal Superior Militar, de modo que:

resta provado que Inês Etienne Romeu foi condenada pela Justiça Militar, por sentenças transitadas em julgado, pela prática dos crimes de sequestro seguido de morte (art. 28 § único do Decreto Lei nº 898/69) e de associação a agrupamento que, sob orientação de governo estrangeiro ou organização internacional, exerce atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional. Como escreveu Olavo de Carvalho, ninguém é contra os —direitos humanos, desde que sejam direitos humanos de verdade, compartilhados por todos os membros da sociedade, e não meros pretextos para dar vantagens a minorias selecionadas que servem aos interesses globalistas. (DECISÃO ETIENE, 2017, p. 7).

A ideia de uma anistia —ampla, geral e irrestrita, principal bandeira do Comitê Brasileiro pela Anistia, não se coaduna com este engendramento jurídico convenientemente seguro para o legislador e para o regime em distensão e que se impõe (ou contrapõe) como —restrito e recíproco. Restrito, uma vez que exclui os condenados de terrorismo, atentado pessoal e sequestro (os chamados —crimes de sangue). E recíproco, pois garantiu que a concessão da anistia se estendesse às torturas, os sequestros, os desaparecimentos forçados, abusos de autoridade, lesões corporais, atentados violentos ao pudor, estupros e a tantas outras violações de direitos humanos que, mesmo apuradas, documentadas, relatadas (ou até confessadas), esbarram na irrevogabilidade da Lei de Anistia e mantém uma linha de continuidade de silenciamentos e esquecimentos de cunho conciliatório e pacificador, apesar dos relativos avanços como a tentativa de reparação financeira disposta na lei 9.140 de 1995, o regime do anistiado de 2002, a criação de uma Comissão Nacional da Verdade, a abertura para consulta pública aos documentos antes classificados como restritos disponibilizados através da Lei de Acesso à Informação, as Caravanas da Anistia e suas possibilidades de levantamentos regionais desses casos de violações de direitos humanos. Mesmo que pautada pela impossibilidade de culpabilização ou responsabilização dessas violações de direitos, essas ações são de grande importância para o cumprimento da ideia de —prestar contas com o passado.

## Referências Bibliográficas

### I) Fontes

#### Legislação

CONGRESSO NACIONAL. Comissão Mista sobre a Anistia. Brasília, 1982

Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979, regulamenta a lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, que concede anistia e dá outras providências.

Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, concede anistia e dá outras providências.

Lei nº 9.140 de 04 de dezembro de 1995, reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas.

Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, Regulamenta o artigo 8º do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

Lei nº 12.520/11, de 18 de novembro de 2011, cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

### II) Obras Gerais

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. Mutações do conceito de anistia na Justiça de Transição brasileira: a terceira fase de luta pela anistia. *Revista de Direito Brasileira*, out/2012, nº 3, p. 357-379.

\_\_\_\_\_. —As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça. In: Ministério da Justiça. *A anistia na era da responsabilização*. Oxford, Oxford University: Latin American Centre, 2011, p. 212-249.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

AMBOS, Kai et al. *Anistia, Justiça e Impunidade: reflexões sobre a justiça de Transição no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

Arquidiocese de São Paulo. *Um relato para a História. Brasil: Nunca Mais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

BARBOSA, Rui. *Amnistia inversa: caso de teratologia jurídica*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Comércio, 1896.

BRITO, Alexandra Barahona de. —Verdade, justiça, memória e democratização no cone sul da América Latina, In: \_\_\_\_\_ et al. *A política da memória. Verdade e Justiça na transição para a democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004, p. 155-194.

CARVALHO, Alessandra. —ARENA e MDB: gerações políticas e trajetórias partidárias na Ditadura Civil-Militar. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *1964: 50 anos depois – a ditadura em debate*. Aracaju: EDISE, 2015, p.323-362.

CARVALHO NETO, JS. —O II Congresso da Anistia: momento de resistência e definições. In: ZACHARIADHES, GC., org. IVO, AS., et al. *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, vol. 1, pp. 259-285.

CERQUEIRA, Adriana S. Lopes da Gama; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. —Memória e esquecimento: o regime militar segundo pesquisas de opinião. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. *História e memória das ditaduras do século XX*, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p.157-182.

CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Militares e Militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: UNESP, 2014.

\_\_\_\_\_. —Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 15-



40.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.9, n.20, p. 05-74, jan-abr, 2017.

\_\_\_\_\_. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, p. 43-59, jan-jun, 2012.

\_\_\_\_\_. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado —perdão aos torturadores|. *Revista Anistia*, n. 04, p. 318-333, 2011.

\_\_\_\_\_. —A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura|. In: REIS, Daniel Aarão et. al. *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 265-276.

GOENDER, Jacob. *Combates nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, ANTÔNIO. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRECO, Heloisa Amelia. Dimensões fundacionais da luta pela anistia. Tese de Doutorado, Curso de Pós-Graduação das Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas, Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

GROPPO, Bruno. —Amnésia, repressões, mitos: como se conta o passado após uma Ditadura|. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *1964: 50 anos depois – a ditadura em debate*. Aracaju: EDISE, 2015, p. 11-34.

JOFILLY, Mariana. —O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento|. In: AARÃO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; PATTO, Rodrigo (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 93-101.

MAIA, Fábio Fernandes. *Lei de Anistia & Justiça de Transição: o redimensionamento do debate e o julgamento da ADPF nº 153 pelo STF*. Curitiba: Juruá, 2014.

MARTINS FILHO, João Roberto. —A ditadura revisitada: unidade ou desunião?|. In: REIS, Daniel Aarão et. al. *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p.125-140.

MARTINS, Roberto Ribeiro. *Anistia ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

MEZAROBBA, Glenda. —O processo de acerto de contas e a lógica do arbítrio|. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p.109-122.

\_\_\_\_\_. Um acerto de contas com o futuro: a Anistia e suas consequências – um estudo do caso brasileiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2003.

Ministério de Justiça, Comissão de Anistia, Comissão Brasileira Justiça e Paz. *Memória e compromissos: a participação dos cristãos na redemocratização do Brasil e anistia política*. Brasília: Ministério de Justiça, Comissão de Anistia, 2016.

MORAES, Luciana Carrilho de. *Verdade e justiça: lei a anistia e comissão nacional da verdade na democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

MORAES, Tais; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. —Os historiadores na —batalha da memória: resistência e transição democrática no Brasil|. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 96-108.

NERY, Vanderlei. —Diretas Já: mobilização de massas com direção burguesa|. In: PINHEIRO, Milton. *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014. p.247-268.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. *Transições do regime autoritário. Primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

- O'DONNELL, Guillermo. —Introdução aos casos latinos americanos. In: Guillermo; SCHMITTER, Philippe C; WHITEHEAD. *Transições do Regime Autoritário. América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 17-36.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994.
- PICCOLO, Monica. —PND e PED: Agências e Agentes na construção da hegemonia do projeto privatista (1964-1974). In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel Guimarães; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas; CAMPOS, Pedro Henrique(orgs.). *Ensaio de História Econômico-social: séculos XIX e XX*. Niterói: EDUFF, 2012, v. 1, p. 129-148.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas,SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RIDENTI, Marcelo. —As oposições à ditadura: resistência e integração. In: AARÃO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; PATTO, Rodrigo (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.17-27.
- \_\_\_\_\_. —Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: REIS, Daniel Aarão et. al. *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 53-66.
- RODEGHERO, Carla Simone. —A Anistia de 1979 e seus significados ontem e hoje. In: AARÃO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; PATTO, Rodrigo (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 101- 109.
- SILVA, Angela Moreira Domingues da. —Ditadura e Justiça Militar no Brasil: o papel do Superior Tribunal Militar no julgamento dos crimes políticos. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *1964: 50 anos depois – a ditadura em debate*. Aracaju: EDISE, 2015, p.363-388.
- STAMPA, Inez; RODRIGUES, Vicente. —Ditadura e transição democrática no Brasil: mecanismos de justiça de transição para o enfrentamento do legado histórico de violações de direitos humanos. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *1964: 50 anos depois – a ditadura em debate*. Aracaju: EDISE, 2015, p.505-548.
- WOJCIECHOWSKI, Paola Bianchi. *Leis de Anistia e o sistema internacional de proteção dos direitos humanos: estudo comparativo Brasil, Argentina e Chile*. Curitiba, Juruá, 2013.
- ZERBINE, Terezinha. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Escolas profissionais Salesianas, 1979

## **O CLÃ E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA DURANTE A DITADURA MILITAR ARGENTINA.**

**Gilvan Cardoso Silva**

O Clã é um filme argentino lançado em 2015 e foi dirigido por Pablo Trapero, que apresenta em sua narrativa fílmica a história da família Puccio, que aparentemente é uma família com uma vida normal na cidade de Buenos Aires. O filme vai apresentado elementos de que o patriarca Arquimedes realizava maciçamente sequestros e assassinatos no período de 1982 à 1985. Apesar de ser um caso bem famoso na Argentina, essa história escancarou as atrocidades existentes na Argentina de violência, que foi sendo acobertado pela ditadura militar Argentina e como a violência é representado no cinema apresentando esse contexto muitas vezes denominado de época de terror.

O filme apresenta a rotina da família Puccio e como eles fingiam viver normalmente, além de representar o patriarca o filme foca na relação conturbada entre o patriarca e o filho mais novo, que participa do processo de sequestro e assassinato. As representações existentes no filme, denominam que categoricamente essa família realizava essas atrocidades a medida em que eles detinham o respaldo de militares, que faziam parte do governo ditatorial da Argentina.

O filme deixa bem claro que o patriarca tinha relações com esses militares que faziam parte do governo no período e as representações existente no filme nos apresentam essa argumentação de que o patriarca, além de ter uma relação com os militares era um ex – agente militar que atuou na ditadura militar Argentina. Apesar do roteiro ser original por que o diretor não se baseou em nenhuma obra existente ele teve essa dificuldade de elaborar um roteiro novo sobre a história da família Puccio através de entrevistas com os familiares e vizinhos e com isso o diretor montou uma narrativa que apresenta os pontos dessa história com a com o contexto histórico da Argentina.

A narrativa apresenta, que o patriarca aproveitou a experiência que ele adquiriu nas sombras do poder e da influência que os militares ainda tinham nos primeiros tempos da democracia para perpetrar o golpe. Através da busca do diretor de pistas sobre o que exatamente acontecia na casa dos Puccios, ele tentou traçar o perfil dos personagens, onde resultou maciçamente na ficção dos resultados de interpretação dos fatos sobre os acontecimentos dessa história de maneira dramática.

O filme é um retrato da história recente da Argentina, onde apresenta o momento da transição da ditadura para a democracia. Esse retrato ou até mesmo interpretação sobre a

história da Argentina, visa em contribuir para uma melhor compreensão do processo violento que a ditadura Argentina teve, mas que foi maciçamente acobertada.

O que chega a ser bastante interessante é o fato do cinema argentino contribuir para a compreensão desse processo. Segundo Gontijo (2011), a linguagem cinematográfica do cinema argentino pós ditadura militar vem contribuir para essa construção de memórias e formação de identidades, ou seja, o cinema é bastante eficiente nesse processo de representação sobre os fatos que aconteciam de certa forma nas sombras do medo que existia sobre a ditadura militar na Argentina. Essas representações podem sim contribuir para a formação desse imaginário sobre a ditadura militar e conseqüentemente apresentar discussão, que abrange maciçamente as relações existente em um ambiente violento e de terror.

Essas representações são muito importantes para que a história não seja meramente esquecida e que provoque os diálogos e as discussões sobre como o processo da ditadura militar na Argentina é categoricamente violenta. O cinema argentino é comum existir esses filmes para apresentar como o processo via a violência no cotidiano, podemos ver no filme O Segredo dos Teus Olhos e Garagem Olimpo, que apresentam as várias formas de como a ditadura utilizava o sistema para acobertar a violência do estado.

Na Argentina esse processo violento vem sendo apresentado antes da instalação da ditadura militar. Segundo Anthony Pereira (2015), os tribunais civis foram importantes para desenvolver esse processo de encobrimento da violência do estado. Antes da instalação da ditadura militar houve um regime que durou de 1966 à 1973, onde os militares desenvolveram uma relação bem estreita com o sistema judiciário e através dos tribunais civis eram julgados os militantes de esquerda que para os militares eram subversivos e para o autor os tribunais civis foram a forma que eles encontraram de legitimar essas prisões e torturas que aconteciam nesse processo.

Esse regime para Anthony Pereira foi um processo importante e maciçamente importante para o desenvolvimento das atrocidades que fizeram durante a ditadura militar. Segundo o autor esses tribunais foi uma manobra dos militares de esconderem e acobertarem o processo de violência e tortura, que foi sendo desenvolvida antes da ditadura e que foi uma manobra de legitimação dessa violência.

O que precisa ficar evidente é justamente como essas representações no cinema demonstram esse encobrimento de uma vida cercada de violência provocada pela ditadura militar. Essas representações ficam na recepção sobre história e cinema e como essa técnica do cinema acaba interagindo com a história. Nessa reflexão, segundo Eduardo Morettin (2011), ele analisa texto do Marc Ferro (1971) e apresenta uma análise de como ele faz uma

reflexão sobre a problemática de cinema e história e como Ferro ver que o cinema é uma singularidade do seu tempo, é uma produção que não tem controle.

Essas representações do cinema se tornam as vezes uma forte dominação sobre a história. Segundo Ferro (1971), o filme ele tem uma certa tensão existente, que acaba viabilizando elementos para a realização de uma análise sobre a sociedade e demonstra um segmento que reflete maciçamente na construção de uma memória e identidade sobre o ambiente e o lugar que o filme se passa.

O filme acaba atingindo uma estruturação da sociedade que para Morettin, no filme reside uma força que possibilita apresentar uma visão e identificação que o cineasta tem sobre o assunto é com um certo controle pode afetar maciçamente as técnicas e ramificações fílmicas. Para o autor a análise das relações entre cinema e história através de uma dicotomia ele não acredita pelo fato de que o historiador tem uma ideia de que a produção cinematográfica não expressa direto os projetos ideológicos e que maciçamente não vai dá suporte eficaz no resultado.

O filme em si existe para apresentar uma representação sobre a história que está contando através das imagens. Os elementos propícios de uma interpretação meio que secundária acaba considerando e permitindo uma proliferação da iconografia existente no cinema e como isso é responsável para criar o copo de um filme. Na medida que faz uma identificação de uma arquitetura estrutural do filme nos proporciona um sentido que acabou estando em uma discussão que se assemelha na formação e estruturação de um filme.

Para Gontijo (2011), o prisma que acabamos encontrando nos recursos audiovisuais se torna uma fonte meio que preciosa para a compreensão do passado e no caso da Argentina esse passado ditatorial. O filme como documento de uma época que não só encena o passado ela acaba expressando o presente e com isso faz um alicerce coerente para projetos futuros. Com isso, o filme faz uma representação sobre o passado e enquanto é visto como documento alimenta maciçamente uma encenação esse passado com expressão do presente, mas só que isso pode interferir no processo do filme realizações do presente interferir na história.

No caso do filme O Clã, o diretor procurou conhecer a dinâmica da família Puccio até mesmo para buscar um certo perfil de como essas pessoas poderiam ser transformadas em personagens interessantes para a narrativa. A imagem do patriarca e maciçamente uma representação dessa ditadura violenta que abrange até o cotidiano da família. As relações da narrativa com a história da ditadura estão na representação do patriarca que é um personagem central para estreitar as relações da história e narrativa do filme com o contexto histórico.

A forma como o filme retrata as relações de violência e muito bem enfocada nas

críticas que o filme recebeu durante seu lançamento. Um dos destaques é a forma como o diretor usou mais elementos do suspense para construir a narrativa do filme e como os crimes são bem significativos para conduzir a história do filme é fazer a construção da família na narrativa. De certa forma, são todas —vítimas— daquele pai e se deixam levar por uma rotina de violência e abuso. Ao mesmo tempo, muitos tomam atitudes que fazem com que não possam ser considerados como vítimas.

O principal mérito da produção é conseguir contar uma história abrangente e ao mesmo tempo intimista. Analisa o período da Argentina, que havia sido libertada há pouco tempo do regime militar, mas que ainda trazia muitas cicatrizes. Essa é a relação mais consiga que a crítica abrange a relação da narrativa fílmica com o contexto histórico da Argentina.

Já o lado intimista está no estudo de caso e de personalidade que é o retrato desta família. É curioso notar que o espectador chega a ficar um pouco triste com o rumo que determinado personagem toma, chegando a torcer por ele, independentemente de suas atitudes. Esse é um processo da narrativa que o filme foca em construir os personagens e dá uma certa personalidade para cada personagem central da trama.

Uma das mais violentas ditaduras implantadas durante os anos 60 e 70 na América Latina foi a da Argentina. Portanto, histórias de abusos, torturas e horríveis crimes são o que não faltam vindas desse país. Integrantes de muitas famílias foram sequestrados e desapareceram. Muitos desses crimes foram cometidos por integrantes do governo. Mas um exemplo de crime cometido com motivação completamente diferente das demais está sendo contado pelo filme *O Clã*.

Essas informações são bastante importantes para apresentar o filme em uma crítica que já começa fazendo essas apresentações sobre a ditadura militar na Argentina e como foi bastante violenta no processo. As críticas analisadas e apresentadas são dos sites *adoro cinema* e *observatório do cinema* que apresentam de forma dinâmica um texto sobre o filme e como os elementos fílmicos são importantes para contar a história da família Puccio nessa narrativa das representações do cinema.

Família Puccio. Ela é formada pelo patriarca Arquimedes (Guillermo Francella, de *O Segredo de Seus Olhos*), pela mãe Epifania (Lili Popovich) e os filhos, Alejandro (Peter Lanzani), Adriana (AntoniaBongoechea), Guillermo (Franco Masini) e Silvia (Giselle Motta). Ainda tem Maguila (Gastón Cocchiarale) que vive há anos na Nova Zelândia. Alejandro é um conhecido jogador de rúgbi da seleção argentina. Maguila também foi jogador desse mesmo esporte até ir para a Oceania.

Mas por trás da normalidade dessa família de classe média alta, do bairro de San

Isidro, Buenos Aires, o patriarca Arquimedes Puccio, contador e, também, funcionário do SIDE (Sistema de Inteligência Nacional, órgão de espionagem argentino), mantinha o padrão de vida de sua família de uma maneira nada ortodoxa: ele sequestrava, geralmente, filhos de famílias ricas com ajuda de seu filho mais velho Alejandro e dois comparsas.

O Clã é baseado em fatos reais. Arquimedes, Alejandro e Maguila foram presos em 1985 e a história da família veio à tona e surpreendeu a toda Argentina. A adaptação desse macabro episódio da Argentina para tela grande foi realizada pelo também diretor do longa, Pablo Trapero, Julian Loyola e Esteban Student. Eles construíram um longa que explica perfeitamente as razões pelas quais Arquimedes Puccio realizava os sequestros e todos esses são mostrados. Cada integrante da família é apresentado de forma que os espectadores percebam qual é a relação de cada um com os eventos e qual era a opinião de cada em relação a eles.

O Clã tem fotografia de JúlianApezteguia (Abutre, 2010). Quase que totalmente, em um tom pastel, o filme passa impressão de uma velha fotografia esmaecida por causa do tempo. Esta ideia combinou perfeitamente com o que está sendo contado, porque acaba dando mais força para as cenas de violência. Apezteguia teve ótimas ideias de uso da câmera. A cena na qual a família inteira, de certa forma, é apresentada para o espectador através de um plano sequência – quando a câmera tem seu posicionamento mudado sem interrupções – é um exemplo disso. Assim, como os posicionamentos da câmera nas cenas de carro e nos closes usados nas conversas entre os personagens Arquimedes e Alejandro combinam perfeitamente com o clima das cenas.

A edição do filme realizada também por Trapero em conjunto com Alejandro CarrilloPenovi é básica. Os dois fazem este trabalho perfeitamente, quase sem destacar esse quesito. Porém, em algumas cenas envolvendo Alejandro, a edição dá um diferencial ao reforçar um sentimento do personagem de Lanzani. Trapero conseguiu fazer com que uma história – que se fosse ficção, poderia ser considerada fantasiosa demais – fosse contada da maneira certa. O que deu uma força ainda maior a ela.

Essas informações são apresentadas nas críticas sobre o filme e como é de se destacar a forma técnica como foi sendo realizado o filme para compor os elementos fílmicos da narrativa. As críticas utilizadas nesse texto foram do site adoro cinema e observatório do cinema o que é mais interessante observar e como nessas críticas eles apresentam o roteiro extremamente bem realizado e como aos poucos na narrativa os personagens vão sendo construído e dando personalidade mesmo fazendo atrocidades violentas.

Além de apresentar as técnicas existente do filme que compõe maciçamente a forma

como o diretor escolheu apresentar essa história que chega a ser absurda, mas é uma história real que demonstra como a violência em um período de conflito acaba aceitando todas as esferas sociais. O modo como a trilha sonora é colocado a fotografia é observada pela crítica para compor a história do filme é interessante observar como esses elementos são importantes para a condução da história do filme.

O filme *O Clã* Baseado em uma história real, vemos aqui um retrato perturbador de um verdadeiro psicopata, que abalou a história da Argentina. *O Clã* recebeu o Leão de Prata em Veneza por sua direção e certamente marca o espectador por sua perturbadora narrativa.

Nos cento e oito minutos de projeção acompanhamos Arquímedes Puccio (Guillermo Francella), que, juntamente de seus dois filhos e alguns amigos sequestram membros de famílias ricas a fim de conseguir quantias absurdas com o resgate. A tensão familiar, contudo, assume uma reta crescente, conforme os sequestrados, ao invés de serem liberados, são assassinados a sangue frio. Com uma narrativa que segue em dois tempos distintos – uma no momento da captura dos criminosos e outra no passado – assistimos o que levou à falha do esquema nefasto de Arquímedes, enquanto sua frieza rouba nossa atenção, criando uma tensão palpável no espectador.

O que chega a ser mais assustador é a forma analítica como o patriarca da família encara toda a situação à sua volta. Em ponto algum ele parece estar fora de controle e mesmo no momento de sua captura, seu pensamento calculista não o abandona. Dizendo sempre estar pensando no bem da família, Arquímedes é retratado com precisão pelo roteiro e direção de Pablo, se tornando desde já um marcante e perturbador vilão do cinema. A construção do ambiente familiar hipócrita à sua volta é também um dos pontos altos do longa, ao passo que a imagem da família perfeita procura ser transmitida em meio aos gritos abafados das vítimas. Cuidadoso em sua decupagem, Trapero não dá espaço para o espectador respirar e mesmo momentos aparentemente desconexos de todo o crime são entrelaçados com a maldade realizada pelo pai.

O que falta em humanidade, porém, em Arquímedes, sobra em seu filho, Alejandro (Peter Lanzani). Enxergamos em seu personagem uma verdadeira e crescente angústia que muito o diferencia de seu pai, garantindo uma maior pluralidade de todo esse quadro e permitindo uma construção coesa do clímax, que nada mais é que uma grande explosão de sentimentos reprimidos conforme vidas são despedaçadas. No fim enxergamos que todos (à exceção da mente por trás de tudo) são vítimas naquela situação e a narrativa procura deixar isso evidente ao explorar cuidadosamente cada um dos indivíduos presentes no texto. Ao mesmo tempo, essa abordagem acaba por dilatar a obra, criando uma lentidão em alguns



momentos, algo que seria resolvido facilmente por meio de uma montagem mais dinâmica.

Esse deslize, porém, não consegue afastar nossa percepção positiva de *O Clã*, filme digno de ter encerrado mais uma edição do Festival do Rio. Temos aqui mais uma prova de qualidade do cinema argentino, que cada vez mais nos surpreende. Pablo acerta em cheio com uma retratação bastante humana de um homem desumano e das pessoas a seu redor. Um longa verdadeiramente assustador que abala as estruturas daqueles que o assistem.

Essa crítica pode observar que os elementos fílmicos garantem uma trama bem terno do suspense e a forma como o diretor filme deixa como alegoria uma sensação de claustrofobia eminente por toda a situação em que o personagem principal está inserido. A crítica que se observa nesse momento é do site ponto crítico que faz uma observação bem nítida que aparenta o filme de uma narrativa perturbadora, no sentido de que eles conseguem dá uma certa humanização aos personagens e até mesmo ao final do filme é impressionante como os personagens tem base para instigar o espectador em questionar como isso aconteceu e se aconteceu de fato da forma como ocorreu.

Essa crítica está no site cine pop e demonstrar maciçamente como o filme é um retrato da violência existente na Argentina no período da ditadura e como necessariamente o filme aborda esse tema de forma bem elaborada pelo diretor e como ele agrega elementos eficazes para apresentar essa história sem torna – lá absurda.

Contudo eu estou no início da pesquisa e pretendo discutir melhor sobre a violência provocado pelo estado ditatorial na Argentina, além tentar agregar conceitos de representação, cinema e história. Assim que perceber sobre esses conceitos e como eles fazem uma elaboração para pensar sobre como o cinema é importante e faz representações eminentes sobre os processos históricos que existiu nesses ambientes de violência e terror e agregar ao modo como irei analisar o filme como filme é perceber essa relação sobre história e cinema.

Portanto, irei apresentar como a violência está envolvida com o sistema da ditadura militar na Argentina e apresentar os elementos que o filme apresenta sobre a história e como esses elementos técnicos são eficazes para a estrutura da narrativa fílmica e perceber como esses ambientes históricos resultam em narrativas complexa em termo de elaboração de personagem e como foi importante para a compreensão de dinâmicas violentas.

## **Referência Bibliográfica**

Ferro, Marc. **Cinema e história**, Rio de Janeiro, paz e terra, 1992.

Morettin, Eduardo. **O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. História e Cinema: Dimensões Históricas do audiovisual.** (org) Maria Helena Capelato, São Paulo,

Alameda, 2011.

Pereira, Anthony W. **Ditadura e Repressão – O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, Chile e na Argentina.** O Antilegalismo na Argentina, 2015, p. 181 – 206.

Oliveira, Euller Gontijo de. **Entre a memória e o esquecimento: O cinema argentino pós – ditadura militar.**2011.

Chartier, Roger. **O Mundo como representação. In. À beira da Falésia: A história entre certezas e inquietudes.** Porto Alegre: UFRGS, 2002. A História cultural. Entre práticas e Representações. Rio de Janeiro, 1990.

Franco, Marina. **Do terrorismo de estado à violência estatal problemas históricos e historiográficos no caso argentino.** Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai/ Rodrigo Patto Sá Motta, (org). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

## EIS QUE SURGE O “HOMEM NOVO”: A CONSTRUÇÃO NACIONAL MOÇAMBICANA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA (1975-1983)

Jeferson Gonçalves Mota\*

### Introdução

Moçambique torna-se oficialmente independente do grilhão colonial português em meados de 1975. A conferência de Berlim realizada em 1884-1885, fragmentou diversos territórios africanos colocando-os sob o parecer tutelar das nações europeias. Angola, Cabo verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe são países que também estiveram sob domínio Português. O sistema colonial português foi caracterizado pela política do assimilacionismo, em contraposição ao sistema de diferenciação característico do mundo inglês e alemão. Tal política de assimilacionismo estabelecia que o essencial para os africanos seria incorporar os hábitos euro/portugueses e o abandono sistemático dos seus usos e costumes.

Sob forma de estatuto jurídico, o sistema de assimilação ganhou corpo mediante o decreto-lei nº 39. 666 de 1954 (MACAGNO, 2014), que estabelecia o *estatuto dos indígenas portugueses*, o qual acentuava que para ascender à categoria de assimilado o indivíduo deveria: saber ler, escrever e falar o português correntemente; ter meios suficientes para sustentar a família; ter bom comportamento; ter necessária educação e hábitos individuais e sociais, de modo a poder viver sob a lei pública e privada de Portugal; fazer um requerimento à autoridade administrativa da área, que será submetido ao governador do distrito para ser aprovado. (AGC, 1946 apud D.C.DOS. P.DE.F.O.P, 2014, p. 31-32).

Em verdade, pouquíssimos conseguiram aspirar a esta categoria de assimilado, posto que o nível de escolarização nas colônias era baixíssimo. Em Moçambique por exemplo, mais de 90% da população estava em situação de analfabetismo (BASÍLIO, 2010; GASPERINI, 1989). O sistema educacional nesse período, por exemplo, estava segregado em “*ensino rudimentar*” para os nativos das colônias, que ficava a cargo da Igreja católica e outras missões religiosas; “*ensino oficial*” para os filhos de colonos portugueses e para os filhos de uns poucos assimilados. Tal contradição no ensino, ressaltava-se segundo o aparato colonial, por diversos fatores. Um bastante difundido até meados dos anos 1950, dizia respeito a aspectos relacionados ao desenvolvimento cognitivo entre negros e brancos, haja vista que esse período é marcado pela difusão de —modernos‖ postulados (pseudo) científicos, que justificavam por exemplo, medidas racistas nos sistemas escolares, como os antiquados testes de Inteligência geral (GASPERINI, 1989).

---

\* Universidade Estadual do Maranhão. Mestrando em História, Ensino e Narrativas. Bolsista FAPEMA.

A demasiada humilhação a que foram submetidos, o racismo institucional, a criação de fronteiras geográficas imaginárias e a efervescente negação dos valores locais foram minando as populações nativas e criando um sentimento de revolta contra o aparato colonial. De certo é que, as populações das colônias de África foram sendo tomadas gradativamente pelo sentimento de libertação nacional e autodeterminação. Os ideais nacionalistas ou protonacionalistas tomam corpo em diversas colônias, tendo no final dos anos 1950 até a década de 1970, levado a cabo o desencadeamento da luta armada (principalmente nas ex-colônias portuguesas e na Argélia) em favor da libertação do jugo europeu.

A ideia de minoridade africana dotada de uma moral heterônoma, ou seja, que necessitava de um tutor assumidamente forte e bem esclarecido, parece não ser mais digerida de modo tão natural pelas populações das colônias. Gesta-se deste modo ideias que atravessam o atlântico e recriam cenários propícios ao surgimento da luta pela libertação nacional. Sobretudo ideias de jovens intelectuais que vão estudar na Europa e EUA, que estando fora do seu continente de origem percebem-se como dotados de uma personificação mesmo que representativa e imaginada, a de que são —africanosl.

Desse modo, movimentos organizados com base ideológica fundamentada no socialismo, emergem como proposta referencial a independência dos países africanos. O mais considerável destes movimentos pode ser apontado indiscutivelmente através da temática —pan-africanista,|| que surge como proposta política e cultural para a busca de uma ressignificação do continente africano bem como da união entre os africanos da diáspora. Nomes como Kwane Nkruma, Jomo Kenyatta, Cheik anta Diop, Du Bois, Sékou Touré, e, tantos outros, figuram como personagens marcantes para o pensamento libertário de África.

Em Moçambique, a luta pela libertação nacional e autodeterminação ficou sob à égide da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Uma frente nacionalista que formou-se nos anos 1960 a partir da união de três partidos políticos: UDENAMO, UNAMI e MANU (CABAÇO, 2007). O sucesso da luta só poderia ser possível se a FRELIMO mobilizasse a população rural de Moçambique, que até aquele momento correspondia a mais de 80% da população total do país.

A ajuda externa recebida pela FRELIMO, principalmente pela antiga União Soviética, bem como por outros países ligados mais à esquerda do espectro político, pode ter influenciado a posterior adesão ao socialismo como sistema político no ulterior pós-independência. —Os campos foram se clarificando pela nacionalidade dos armamentosl (CABAÇO, 2007, p. 420). Tendo logrado êxito no processo de luta armada, a 8 de Setembro de 1974 foi assinado o acordo de Lusaka, que pôs fim ao conflito armado iniciado em 1964. Desse

modo, o governo de transição estabeleceu-se definitivamente em 25 de junho de 1975, tendo a FRELIMO como herdeira das funções administrativas do então Estado colonial.

Estabelecido o novo governo, necessário seria demarcar os princípios que serviriam como base para a então nação que estava a se gestar no território moçambicano. Entretanto, que princípios seriam estes? Quais os meios necessários seriam empregados para a formação deste novo país? Algumas destas questões foram obtendo respostas no decorrer do governo da FRELIMO, que também transforma-se de uma Frente nacionalista para um partido de vanguarda Marxista-leninista, como destacou-se no seu III congresso ocorrido em 1977 (WANE, 2010). Desse modo, o socialismo deveria reger tanto as relações interpessoais quanto a economia.

### **O ideal de “homem novo” e construção da nação em Moçambique**

No imaginário da elite dirigente do partido FRELIMO, necessário seria romper com todas as características oriundas do passado, ligadas tanto ao colonialismo português quanto a tradição-feudal (como descrito pelo partido) dos povos do universo etnocultural de Moçambique. Assim, segundo o Frente, surgiria um —homem novo‖ e um nova nação, designios perseguidos incessantemente. O novo homem seria o espelho da identidade nacional balizada no projeto de —moçambicanidade‖. Desse modo, a nação pretendida pela FRELIMO teria como marca principal a unidade entre todos os grupos *étnicos* do país, do Rovuma ao Maputo haveria apenas um só povo (CABAÇO, 2007)<sup>1</sup>.

A definição do inimigo a ser combatido tanto internamente quanto externamente representou sobremaneira um conjunto de práticas adotadas pela Frente de Libertação de Moçambique. O dualismo —nós‖ / —eles‖ ou —nossa zona‖ / —zona do inimigo‖, retratava bem a antítese que deveria ser enfrentada por todos os que compactuavam com os preceitos da nova nação. Com a proposta já elaborada, a da —moçambicanidade‖, restava apenas delimitar os valores que serviriam de referência ao —homem novo‖. À —unidade nacional que se pretendia no projeto da FRELIMO deveria corresponder um novo indivíduo formado com base nos valores revolucionários que se propunham a romper com as amarras do passado‖ (WANE, 2010, p. 140).

Dentro da FRELIMO (teoria do inimigo interno), os males a serem combatidos são

---

<sup>1</sup> José Luís Cabaço esclarece como o vocábulo do Rovuma ao Maputo entrou no léxico da FRELIMO —O Rovuma é o rio que traça a fronteira norte com a Tanzânia e o Maputo o que delimita Moçambique a sul. A expressão ‘do Rovuma ao Maputo’ entrou no léxico da FRELIMO para designar a unidade nacional. (CABAÇO, 2007, p. 406).

expressamente revelados por Samora Machel<sup>2</sup>: —o tribalismo, regionalismo e racismo, se associaram a ambição, os vícios herdados, o espírito de sabe tudo, o militarismo, o espírito de vitória, o machismo e outros (MACHEL, 1975 apud CABAÇO, 2007, p. 409). A Frente de Libertação de Moçambique procede a uma elaboração mais detalhada das práticas e valores que deveriam ser incorporados. Outrossim, a FRELIMO cria uma nova bipolarização entre práticas reacionárias e as que deveriam valorizar-se:

Entre as primeiras se inscrevem principalmente certos ritos considerados inibitórios da libertação da —imaginação criadora do indivíduo e as instituições políticas e religiosas que perpetuavam o pensamento tradicional; das segundas constavam os sistemas de produção e troca e o valor social do parentesco (que representariam, na visão da FRELIMO, a família, a solidariedade e a história, transigindo, por isso, com a prática da poligamia e a realização dos ritos de iniciação) assim como a produção artística e criativa (escultura, dança, música, representações cênicas etc.). (CABAÇO, 2007, p. 411).

Portanto, do ponto de vista da FRELIMO, os valores pretendidos chocavam-se com os valores difundidos pelo aparato colonial e as práticas tradicionais eram consideradas inibitórias do pensamento criativo significando uma obstrução cultural. Em conformidade com a lógica cartesiana, ou seja, do pensamento científico, as práticas consideradas tradicionais como a medicina, curandeirismo, a possessão de espíritos, foram todas rechaçadas sendo categorizadas como ações obscurantistas que drenavam a racionalidade científica. A figura do chefe tradicional cai em descrédito pelos artífices da modernidade socialista. Também por isso, muitos moçambicanos oriundos da zona rural atribuíam certos acontecimentos que levaram a situação de caos, de pobreza e guerra em Moçambique, aos espíritos ensandecidos pelo não cumprimento de certos rituais religiosos renegados pela FRELIMO, como relata Cabaço (2007) e Wane (2010).

O projeto de identidade nacional norteou significativamente o imaginário da frente que preterindo as diversas identidades autóctones, realizou uma verdadeira tentativa de unificação no mesmo território dos mais diferenciados grupos etnoculturais. Caminhando de mãos dadas com o projeto de nação, sob a égide da FRELIMO (partido único) formando desse modo a sociedade socialista nos moldes moçambicano. Não haveria mais makuas, nem chopis, nem tsongas, nem macondes, só moçambicanos. Buscando inverter o ethos<sup>3</sup> tanto tradicional quanto colonial através da práxis educativa, a FRELIMO travou uma luta no âmbito cultural, pois reconhecendo a íntima relação entre educação e cultura, a frente compreendeu que quando

<sup>2</sup> Samora Moisés Machel (1933-1986). Segundo presidente da FRELIMO. Celebrado como o pai da nação moçambicana.

<sup>3</sup> Empregamos o ethos aqui como todo repertório sócio/cultural de um determinado povo, que traduz-se nas suas normas, valores e costumes.

—o propósito de uma práxis educativa é a mudança do ethos de um indivíduo ou de um grupo, nesse propósito, é contra os valores que se luta, constituindo-se numa luta contra a cultural (GONÇALVES, 2009, p. 234).

Compreendemos a nação almejada pela FRELIMO, como convencionou-se no universo acadêmico mais contemporâneo, como uma comunidade política imaginada, tal qual postulada por Benedict Anderson (1983), segundo o qual as nações e os nacionalismos são artefatos culturais que se tornaram entidades históricas, sendo variados seus significados ao longo do tempo. Para ele, o nacionalismo, para ser melhor compreendido deveria ser tratado similarmente a —parentesco e —religião, mais que a —liberalismo ou —fascismo. Para Anderson, a nação é —uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana. (ANDERSON, 1983, p. 14-16).

Há uma mútua relação entre Estado e Nação – um necessita do outro para coexistirem. O Estado era o ente que garantiria a existência de um futuro para a nação. E a nação sem o Estado teria insegurança e incerteza sobre o seu passado, seu presente e a possibilidade de um futuro. (BAUMAN, 2005, p.27). A existência do Estado (aqui personificado na elite dirigente da FRELIMO) é condição *sine qua non* para a proclamação da nação, portanto datada no tempo e dotada de elementos simbólicos. Sendo assim, a identidade nacional:

Pode ser compreendida como uma construção histórica, resultante de um processo que atribui significados e sentidos a uma —comunidade imaginada. Esse processo é contínuo e sujeito a inúmeras invenções, reelaborações e disputas em torno dos aspectos que poderão servir para diferenciar uma nação de outras: a língua, as tradições, a história e etc. Assim, a identidade nacional precisa ser continuamente reinventada e revestida de significados e sentidos, a partir de situações históricas específicas. (GONTIJO, 2003, p. 55)

Assim, na busca por uma identidade nacional, diversas identidades ligadas aos grupos autóctones provenientes de Moçambique foram postas de lado em prol da nação. Bauman (2005, p. 27) esclarece-nos que —a identidade nacional diferentemente de outras identidades, não admite opositores, nem outras alternativas identitárias. Cuidadosamente construída pelo Estado e seus agentes, a identidade nacional visa monopolizar e traçar as fronteiras entre nós e eles. Sendo assim, algumas outras estruturas contribuem para um sentimento de pertença ligado ao estabelecimento da identidade nacional, é o caso exemplar da memória.

A memória é um fator decisivo na articulação entre os conceitos de identidade e mesmo de nação, pois todo passado é ancorado em histórias, mitos, narrativas fundantes da nação. A memória é seletiva, constrói imagens na cabeça de experiências não vividas, de narrativas vivenciadas por outros. Numa primeira percepção e sobretudo nos primeiros postulados, atribuiu-se ao fenômeno da memória uma instância pessoal. Mas, como identifica

Michael Pollak (1992), é nos anos 1920-1930 com Maurice Halbwachs, fortemente marcado pela sociologia das representações coletivas de Émile Durkheim, que a memória adquire um caráter e um entendimento do fenômeno como sendo intrinsecamente ligado ao coletivo e ao social. Como mostra Pollak —Na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva. (POLLAK, 1989, p. 1).

A memória é legitimadora do sentimento de identidade. São elementos constitutivos de uma memória individual ou coletiva: os acontecimentos, personagens e lugares (POLLAK, 1992). Diga-se de passagem, a memória tida como oficial, ou seja, a memória nacional, é frequentemente campo de disputas onde quem detém o poder numa perspectiva simbólica (dos capitais de Bourdieu), estabelece que histórias irão formar o mito constitutivo gerador de coesão daquela sociedade. Um espaço de reprodução desses mitos geradores da nação, especificamente é a escola e o sistema educativo de maneira geral. Desse modo, o partido FRELIMO elegeu a educação formal como o principal vetor para a construção da nova nação e do —homem novol moçambicano.

### **A educação para o “homem novo” moçambicano**

Dando mais destaque às questões relacionadas com o sistema educacional, a FRELIMO concentrou esforços em organizar uma educação de tipo novo, que levaria os moçambicanos a superarem todo o processo de escravidão, racismo e obscurantismo representados pela educação colonial e educação tradicional-feudal<sup>4</sup>.

A experiência dos centros pilotos, organizados nas zonas libertas, no período de luta pela libertação nacional, deveria ser a base do nascente sistema educacional moçambicano. Nestes centros pilotos, eram organizadas escolas onde os alunos além de receberem instrução

---

<sup>4</sup> A chamada educação tradicional praticada em Moçambique tem alguns momentos e espaços privilegiados. —A educação tradicional é uma educação não sistematizada, ministrada nos ritos de iniciação, que acontecem uma vez por ano, no verão. Ela é organizada e dada pelos (as) anciãos (as)l. Nela, —transmitem-se os costumes e os saberes que permitem aos jovens ministrar suas vidas na comunidade. Ela ocorre de forma separada entre jovens de gêneros diferentes: meninos e meninas. O seu objetivo é tornar os jovens membros ativos na sociedade e reconhecidos como pessoas adultas e responsáveisl (BASÍLIO, 2010, p. 102). —Além da primordial função transformadora, esses ritos intentam dar a criança uma formação completa para que cumpra o seu papel na comunidade. Constituem a principal instituição social destes povos porque iniciam para vida do grupo, descobrem os mistérios ocultos e intentam conservar a classe dos homens guardiões da tradição, da religião e da ética. (BRAÇO; CASALLI, 2007, p. 10-11) Altuna (1985) e Braço e Casalli (2007) sustentam que esses ritos podem ser vistos como escolas que funcionam como aparato conciliador entre conhecimento e vida. Desse modo, através dos ritos de iniciação os mais jovens são formados a exercerem um modo de vida que garanta a coesão entre os indivíduos que congregam a comunidade a que estão filiados. São sobretudo grandes escolas voltadas para a boa convivência ética, —[...] os ritos de iniciação constituem-se em espaços privilegiados da educação ética. (GONÇALVES, 2009, p. 241).



militar para combater na guerra, recebiam também conhecimentos oriundos da prática pedagógica. Foi incorporado também o trabalho como categoria ontológica numa perspectiva marxiana, fundante da personalidade do novo homem moçambicano. A prática pedagógica, o desenvolvimento científico, o trabalho, o patriotismo seriam na perspectiva da FRELIMO elementos que paulatinamente desembocariam no surgimento do homem novo e da nova nação que se pretendia estabelecer.

A unidade nacional seria gestada no seio da escola, que agiria como um aparelho ideológico do Estado de modo a reproduzir o imaginário da elite dirigente do país, personificada na FRELIMO. As disciplinas curriculares passariam a moldar a identidade que se queria estabelecer àquela altura. A mudança curricular, ou seja, de conteúdos desconexos da realidade cultural moçambicana, como observava-se no período colonial, não foi feita de maneira arbitrária, posto que, por exemplo, passou-se a estudar a geografia e a história de Moçambique.

Assim como a própria história, o currículo foi compreendido pela FRELIMO como algo não neutro, construído socialmente e dotado de intencionalidades. No sistema de ensino, o português continua a ser utilizado como língua oficial para instrução dos estudantes. Um dos argumentos utilizados era o de que até àquela altura da revolução não haveria nenhuma língua nacional que pudesse veicular elos de unidade nacional. Pretendeu-se ampliar o sistema de ensino e a sua democratização, para tentar suprir o enorme contingente de indivíduos analfabetos até aquele momento.

Os professores desempenhariam papel fundamental neste processo, pois seria através deles que os alunos inculcariam os elementos necessários para a construção da identidade coletiva. Sobretudo os professores de história desempenhariam a função de socialização e de transmissão desses conteúdos que serviriam de elementos norteadores da pretensa moçambicanidade. Se —a coletividade se alimenta da matéria fornecida pela história, este fato também é verdade para os professores de história, cuja atividade contribui para a construção de relações de pertencimento e para a afirmação de identidades sociais (GONTIJO, 2003, p. 70). Ora, os fatos narrados pelos professores teriam como ponto de partida a história bem como os heróis e grandes feitos pela FRELIMO no período de luta pela libertação nacional, seria a seletividade desses fatos que organizariam a narrativa cronológica fundante da nova nação moçambicana.

A FRELIMO procurou resgatar a memória coletiva do povo moçambicano, mas a partir de sua própria elaboração dos conhecimentos do passado e da seleção de tradições e heróis, embora pretendesse afirmar que os alunos desenvolvessem o espírito crítico em relação à realidade social. (LOPES, 2010, p. 106).

A história que seria ensinada aos alunos moçambicanos teria âncoras fincadas naquilo que supostamente o partido representaria nos fatos legitimadores do passado. —É o surgimento dela e a construção da nação que desponta que se tornam a origem a partir da qual todos os acontecimentos posteriores devem ser contados! (LOPES, 2010, p. 43). A representação feita do passado moçambicano pela FRELIMO foi permeada pelo movimento de lembrar/esquecer que sustentaria o então anseio nacionalista. No que diz respeito ao nacionalismo, achamos deveras esclarecedor as constatações de Eric Hobsbawm:

O exemplo-padrão de uma cultura de identidade, que se ancora no passado por meio de mitos disfarçados de história, é o nacionalismo. [...] As nações são entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo. É inevitável que a versão nacionalista de sua história consista de anacronismo, omissão, descontextualização e, em casos extremos, mentiras. (HOBSBAWM, 1998, p. 287).

José de Sousa Miguel Lopes (2010) traz à tona o programa de História da 4ª classe depois de 1975, o mesmo estabelece que —A História deveria ser ensinada através dos fatos mais notáveis das figuras principais, de maneira a que ajudasse a formar no aluno a personalidade moçambicana e a fixar a noção elementar de pertencer a uma nação que tinha cultura e História próprias!. (LOPES, 2010, p.42) Não obstante, entra em cena um dos elementos formadores da memória coletiva, ou seja, os personagens. Os personagens podem ou não fazer parte do espaço temporal dos indivíduos que congregam a nação (POLLAK, 1992), contudo, esses personagens representam o modelo a ser seguido pelos membros que aspiram pela manutenção do sentido de nação. Desse modo, portanto, em Moçambique, buscava-se:

Nos livros de História do ensino primário, através dos heróis, a integração da criança ao espaço social e político do país. Procurava-se, através dos heróis, uma adesão inquestionável a um sistema político e à classe ao poder. Visava-se ainda, fortalecer a unidade nacional [...] (LOPES, 2010, p. 44).

A FRELIMO buscava inculcar por meio dos mais variados tipos de instrumentos de poder simbólico um ethos dominante que abasteceria os costumes da coletividade. Pois é comum que na forja de uma ideia de nação, baseada numa perspectiva de identidade social coletiva, os valores assumidos recaiam sob o parecer do grupo socialmente dominante, dotado dos mais variados tipos de capitais culturais. Ao mesmo tempo, —o ensino de história permitiria legitimar o sistema político e sua liderança, que o poder apresentava como ponto de referência, face à sua trajetória de luta e como precursora da unidade nacional! (LOPES, 2010, p. 107).

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1983.

- BASÍLIO, Guilherme. **O Estado e a Escola na Construção da Identidade Política Moçambicana**. 2010. 249f. Tese (Doutorado em Educação: currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP, São Paulo, 2010.
- BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**; IN: BAUMAN, Zigmunt. *Identidade*. Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2005.
- CABAÇO, José de Oliveira. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. 2007. 475f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- GASPERINI, Lavínia. **Moçambique: educação e desenvolvimento rural**. Roma: Edizioni Lavoro/Iscos, 1989.
- GONÇALVES, Antônio Cipriano Parafino. **“Modernidades” Moçambicanas, Crise de Referências e a Ética no Programa de Filosofia para o Ensino Médio**. 2009. 385f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- GONTIJO, Rebeca. **Identidade Nacional e Ensino de História: a diversidade como “patrimônio sociocultural”**; IN: *História: Conceitos, Temáticas e Metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. **Não basta a História de Identidade**; IN: HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LOPES, J.S. Miguel. *Educação e cultura africanas e afro-brasileiras: cruzando oceanos*. 1 ed. Belo Horizonte: A tela e o texto, 2010. v. 1. 224 p.
- MACAGNO, Lorenzo. Assimilacionismo. In: **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. SANSONE, Livio; FURTADO, Claudio Alves. (Org.). Salvador: EDUFBA, 2014.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v.2, n.3, p. 3-15, 1989.
- \_\_\_\_\_. Memória e identidade social. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992.
- WANE, Marilio, **A Timbila chopi: construção de identidade étnica e política da diversidade cultural em Moçambique 1934-2005** (Dissertação de mestrado). Salvador, UFBA, 2010.

# OS TRAÇOS DA MODERNIDADE NA AMÉRICA LATINA: OS HOMOSSEXUAIS EM FOCO

Jefferson Maciel Lira\*

## 1. Introdução

*“Nas últimas semanas, surgiram relatos sobre batidas policiais e prisões secretas que alguns definem como "campos de concentração para homossexuais" na Chechênia, parte da Federação da Rússia. Nestes locais, homossexuais - ou aqueles vistos como homossexuais - apanham, são torturados e, em alguns casos, são mortos ou desaparecem.”. [...] O governo checheno negou os relatos, chamando-os de "mentiras" e garantindo que na região, localizada no Cáucaso e de maioria muçulmana, não existem homossexuais”(BBC BRASIL, acesso 14/07/2017)*

Esta é uma das mais recentes notícias internacionais no mundo moderno do Séc. XXI na Chechênia, uma região que faz parte de uma das republicas da Federação da Rússia, no leste europeu, que, por estes tempo está envolvida em casos homofóbicos, em perseguição a indivíduos da comunidade LGBT. A sociedade da Chechênia é classificada por muitos como religiosa onde impera o islamismo e conservadora em aplicações políticas, portanto, é vista como uma sociedade difícil para a mídia e alguns conservadores políticos. Aqui pontuamos estas notícias tão recentes para exprimir o quanto que a —sociedade modernall galgou em todos esses anos de implementação do projeto da modernidade para civilidade humana.

A homossexualidade nas sociedades ocidentais tem um percurso histórico bastante difícil e vista como um tabu, onde por diversas vezes é remediada como doença, maldição ou antinatural, imprópria para o convívio benéfico da sociedade. Porém, historicamente sabemos que a partir de olhares para relações próximas ao que hoje consideramos homossexuais, a pederastia em sociedades antigas como a grega não era condenável, embora estejamos ressaltando aquela que foi a balizadora dos moldes ocidentais, a sociedade grega.<sup>5</sup>

A reportagem em destaque serve apenas para reflexão do quanto às promessas feitas na elaboração do projeto da modernidade foram falhas e adquiriram seus próprios modos de existir independente do seu processo gestacional, que acarretou na falibilidade do que se esperava para a igualdade e a civilidade da humanidade.

Indivíduos homossexuais ainda hoje no ano de 2017 são perseguidos diversas formas, seja moralmente, seja politicamente, seja por violência física ou verbal, mas o fato é que a homossexualidade na modernidade ainda incita padrões de comportamento violentos em reação a sua existência, que oprime aqueles que são homossexuais e os subjuga a condições sociais

---

\*Mestrando em História pelo PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (PPGHIS/UFMA) Bolsista de Mestrado pela CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa Poderes e Instituições, Mundos do Trabalho e Ideias Políticas (PIMTI/ UFMA)

<sup>5</sup> Para essa discussão recomendamos ler *Eros: Dialética e Retórica* de Donald Schüler

insalubres, não sendo tolerantes com a diferença e o princípio de liberdade e igualdade baluarte de uma concepção modernizante de uma sociedade moderna enquanto ilusório.

A modernidade como um projeto gerido desde o Séc. XVII em um contexto europeu agregou a si uma proposta única de desenvolvimento da raça humana para seus modelos de sociedade erguidos, como sendo únicos exemplos máximos e limítrofes da progressão humana natural, obtida através da aquisição da razão, das experiências acumuladas e redirecionadas a uma linear ascensão, que resultaria em uma Liberdade, Igualdade e Fraternidade entre todos um lema adotado pelo líder revolucionário na França Maximilien Robespierre e posto como símbolo maior a revolução francesa.<sup>6</sup>

Este lema supracitado ficou conhecido como um daqueles que foi um dos maiores marcos na História Ocidental segundo a produção historiográfica, a Revolução Francesa, que, para a sociedade europeia ocidental marcou a transformação de diversos fatores sociais da condução da humanidade, sejam novas perspectivas políticas, mudanças em projetos de ordem econômica, as religiões e a laicidade do Estado, bem como as relações sociais de comportamento humano.

Igualdade parece ser um dos parâmetros principais a ser alcançado pelo projeto da modernidade dentro das sociedades ocidentais. Existem diversas maneiras de analisar o alcance desta pauta na modernidade. Será que no mundo moderno (hoje) a igualdade entre as relações humanas gerida no seio do projeto da modernidade foi alcançada?

Julgamos aqui até onde esta modernidade alçou dentro das configurações das relações humanas a liberdade e a igualdade entre os homens modernos do Séc. XX, pois, segundo Boaventura Santos —o projeto da modernidade é um projeto ambicioso e revolucionário. As suas possibilidades são infinitas mas, por o serem, contemplan tanto o excesso das promessas como o déficit do seu cumprimento || (1994,p 71) .A compreender que, segundo Enrique Dussel (2014), a análise acerca dos homens modernos e a modernidade na América Latina é uma transposição de parâmetros e paradigmas, como se dá esta igualdade progressiva lançada para o bem do homem moderno na América Latina.

Aquilo que é moderno é algo que está à frente do antigo, que superou o velho, que elucida novas perspectivas e caminhos para o encontro da felicidade humana pautada na razão a partir de seus arquétipos, e um deles é a sociabilidade entre os homens modernos e seus novos modelos estabelecidos de comportamento. Este processo de modernização atinge diversos graus

---

<sup>6</sup> Pensamentos como estes são nítidos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Documento composto por 17 artigos, ele foi aprovado em 26 de agosto de 1789 pela Assembleia Nacional Constituinte, e tinha como base a defesa do que considera os direitos naturais, inalienáveis e não negociáveis do homem

dos âmbitos que compõem a sociedade que, segundo N. Bobbio, se define por:

Entende-se por Modernização aquele conjunto de mudanças operadas nas esferas política, econômica e social que têm caracterizado os dois últimos séculos. Praticamente, a data do início do processo de Modernização poderia ser colocada na Revolução Francesa de 1789 e na quase contemporânea Revolução Industrial inglesa que provocaram uma série de mudanças de grande alcance, nomeadamente na esfera política e econômica, mudanças que estão intimamente inter-relacionadas. Naturalmente, o fermento dessas duas grandes transformações há de ser buscado nas condições e nos processos que vinham se desenvolvendo havia algumas décadas e que culminaram nas duas revoluções. Estes processos de transformações profundas e frequentemente rápidas tiveram repercussões imediatas no sistema internacional e foram exportadas pelos europeus para toda a parte, mesmo que só vingassem lenta e parcialmente. É essa a razão porque o processo global foi designado com o nome de europeização, ocidentalização ou, enfim, com o termo mais abrangente e menos etnocêntrico de Modernização. (BOBBIO,1998, p.768)

Dessa forma, o comportamento homossexual seguindo os preceitos modernos imaginados para as sociedades futuras gerido em séculos anteriores deveria ser a ampliação da liberdade do homem moderno na capacidade de sociabilidade, participação e representatividade na sociedade moderna. Ou seja, o projeto da modernidade não incluiu a homossexualidade como parte da ampliação da liberdade humana, em sua capacidade de socialização, participação e representatividade na sociedade.

Boaventura Santos (1994) destina-se a elucidar dentro do projeto da modernidade, quais as possibilidades reais existentes dentro de uma sociedade ocidental capitalista de se concretizarem no que é esperado. Para clarificar os maiores impactos destas possibilidades, aponta os maiores fracassos do projeto moderno nas sociedades, ou seja aponta o não cumprimento destas promessas feitas a humanidade, e atribui um caráter irreversível em um contexto histórico destes não cumprimentos para um momento após o aplicado, destacando que a modernidade deixou de cumprir e apresentou déficit não por que apenas falhou, mas que a modernidade é o que se apresenta em si, discorre o autor:

[..] É superação na medida em que a modernidade cumpriu algumas das suas promessas e, de resto, cumpriu-as em excesso. É obsolescência na medida em que a modernidade esta irremediavelmente incapacitada de cumprir outras das suas promessas. Tanto o excesso no cumprimento de algumas das suas promessas como o déficit no cumprimento de outras são responsáveis pela situação presente, que se apresenta superficialmente como de vazio ou de crise, mas que é, a nível mais profundo uma situação de transição. (SANTOS,1994, p.70)

Compreendemos, portanto, a modernidade na América Latina como sendo falha enquanto o cumprimento de suas promessas primaciais, porém identificamos que ela seja como realmente se apresenta, não com uma progressão humana esperada, mas um processo desastroso, ilusório e construído sob os preceitos racionais iluministas que creditaram aos modernos uma

convivência humana mais —superiorl e menos —arcaical, que envolveria principalmente as suas práticas de sociabilidades com todos os humanos como participantes.

Portanto, neste entendimento, pretendemos demonstrar através dos discursos de impressos acerca dos homossexuais na América Latina, especificamente no Brasil durante um dos acontecimentos mais tenebrosos do Séc. XX que foram os regimes autoritários, as falhas dessas promessas quanto a forma como estes indivíduos foram classificados e tratados, não alcançando um daqueles preceitos modernos que é a igualdade de todos no mundo moderno. Ou seja, Ou seja, no quesito da igualdade a modernidade falhou e não cumpriu seu projeto, não somente na dimensão da sexualidade, mas na dimensão econômica e racial-étnica. Assim, não se pode separar estas dimensões na crítica ao projeto modernizador sob a hegemonia capitalista.

A homossexualidade quase sempre em diversos contextos ocidentais foi menosprezada e subjugada, sejam por discursos religiosos (em sua maioria cristãos) que possuem grande força para oprimir estes indivíduos. Mesmo com o avanço da modernidade ao conquistar a laicidade do Estado, às vezes foi o próprio braço do Estado que também oprimiu a homossexualidade. Sobretudo, historicamente tem sido perceptível que, em contextos de existência do Estado de Exceção<sup>7</sup> onde imperam regimes de governabilidade autoritário de natureza militar, fascista ou até mesmo socialista, incidiu uma ênfase maior nesta perseguição sob estes indivíduos, o que pretende-se denotar neste texto.

## 2. Discussão historiográfica e contexto da América Latina

A historiografia que trabalha os aspectos das ditaduras de regime militar na América Latina, sobretudo discorre e aponta fatores que possam ser vistos como pilares para a explicação das transformações políticas e econômicas em suas continuidades e rupturas, a historiografia será discutida mais adiante.

Após a crise do capitalismo de 1929, o Estado se reestruturou em suas maneiras mecânicas de atuação, como manobra de reelaboração do capital para a sobrevivência do próprio sistema capitalista, desta maneira, e instaurado uma nova perspectiva de política de Estado, como é o chamado Estado de Bem Estar Social, que na perspectiva de Boron (2004) seria uma nova maneira pragmática do Estado intervencionista, com novas adaptações as novas exigências

---

<sup>7</sup> Compreende-se Estado de Exceção como uma realidade da situação do Estado opositora a um Estado de direito, de forma que pode anunciar uma agressão advinda de forças estrangeiras, uma efetiva ameaça a constituição democrática em ordem vigente, principalmente compreendido como uma suspensão de garantias e direitos concedidos pelas forças constitucionais. É uma situação temporária que concentra os poderes e restringe direitos sob aspectos autoritários indica-se ler o conceito de [Giorgio Agamben](#) em *Estado de Exceção*

do capitalismo.

Dito isto, pontuamos aspectos de uma modernização do próprio aparato do Estado em prol das mudanças e necessidades trazidas pelos aspectos da modernidade, porém contando de que maneira isso se deu na América Latina, ainda que baseado na perspectiva de progresso dos homens modernos, observando suas implicações políticas, econômicas e sócias.

As transformações na política estatal se dinamizam em diversas áreas de intervenção tutelada ao governo, bem como em ordem social, a ampliação das margens de influência deste Estado nas decisões nas dinâmicas sociais, ampliando o campo de atuação não apenas em instâncias públicas, mas em circuitos privados, para a garantia —do bem estar social—. É desta maneira que se dá margem para a abertura de diversas formas de reconfiguração estatal no anseio de garantir e angariar consenso para novas implementações de ações.

Desta forma, o Estado passa a ser interventor na vida social do indivíduo na elaboração de dispositivos que garantem a normalização e a adequação desta sociedade, como uma das manobras para garantia do bem estar e civilidade do progresso humano. Gramsci (2005) pensou as políticas que transformaram o Estado e toda a ossatura em uma perspectiva mais ampliada onde existe uma participação civil muito maior nessa nova configuração em que passam a atuar para garantir estes interesses daqueles que dominam utilizando de aparatos do Estado consensualmente ou coercitivamente.

Na América Latina, portanto, alguns aspectos são de relevante importância para compreender as reconfigurações dos Estados após reconfiguração do capital. Padrós (2007) elabora o caráter das ditaduras militares na América Latina esfacelando olhares que constroem estes regimes autoritários como possível fascismo latino americano ou ainda uma forma de Estado Burocrático Autoritário, e direciona o arquétipo destes regimes pautados como ditaduras de doutrinas de segurança nacional, abordando o principal papel da fermenta de Terror de Estado como sendo a principal forma de garantia de estabelecimento e permanência dessa estruturação.

As transformações advindas desta face nova de política de governabilidade do Estado, foram ambiente propício para instauração de uma nova perspectiva econômica, que também via-se ainda que embrionária para garantir, além de transformações sociais ocorridas pelo Estado de Bem Estar Social, uma alternância econômica futura, para saída destes regimes autoritários em transição a regimes democráticos em contraponto ao Bem Estar Social, é o viés de caráter teleológico que seria apoiado em medidas neoliberais como sendo o único adequado para mudança, que muitos historiadores abordam como sendo um equívoco considerando apenas como única saída

Estas transformações que em nada são equiparadas as condições embrionárias pautadas



no projeto de igualdade no progresso da humanidade, para serem bem executadas passam antes pelo ajuste social, ou seja, pelo ordenamento social pautado em uma sociedade muito mais moldada seja moral, política ou economicamente para alcançar os meios rumo ao —progresso—. Segundo Bobbio sobre a o processo de modernização —a par das transformações que se originam na esfera econômica, influenciadas por elas e a elas ligadas, ocorrem também profundas transformações na esfera social. (1998. P774). O Estado passa então a intervir mais na vida social do indivíduo no sentido de garantir uma normatização da esfera pública com vistas a, pretensamente, assegurar o dito bem estar social. Sobre isso Bobbio apud Bendix (1998) afirma acerca desta reestruturação social para o processo de modernização diz ser necessária:

A exigência de uma instrução elementar é comum a todas as posições políticas: é apoiada pelos conservadores, que temem a indisciplina inata do povo, indisciplina que é preciso conter com a instrução sobre os fundamentos religiosos, inculcando, dessa forma, a fidelidade ao rei e à pátria; os liberais sustentam que o Estado nacional exige cidadãos educados pelos órgãos do Estado; os populistas afirmam que as massas populares que contribuem para a criação da riqueza do país deveriam participar das vantagens da civilização. (BOBBIO,1998, p.774)

Segundo o professor de ciência política da Universidade Federal de Santa Catarina Nilson Borges, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento,<sup>8</sup> que são as bases do Regime Militar instaurado no Brasil, teve origem nos Estados Unidos durante o período da "Guerra Fria". Seus fundamentos básicos são a manutenção de um Estado forte, da ordem social e da concepção de guerra permanente e total entre capitalismo e comunismo. Nesse contexto, o exército brasileiro teorizou essa ideologia na Escola Superior de Guerra,<sup>9</sup> preparando quadros para gestar um Estado em regime de exceção como propósito claro, segundo Padrós de

...defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro e promovidas pelas organizações populares. Essa experiência teve paralelo, concretamente, nos regimes destruir as tendências de questionamento social e de exigência de mudança estrutural semelhantes que se disseminaram pelo Cone sul latino-americano, entre as décadas de 1960 a 1980. (PADRÓS,2007. p.1-2)

Nesse sentido, a dita degenerescência dos sagrados valores instituídos pela família e pela Igreja, instâncias reguladoras da ordem social, atribuída aos indivíduos homossexuais, expressos principalmente na sua busca por uma liberalidade sexual desvinculada de normas ou padrões,

<sup>8</sup> Essa doutrina, que vai virar lei em 1968, com a publicação do decreto-lei no. 314/68, tinha como objetivo principal identificar e eliminar os —inimigos internos, ou seja, todos aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido. E é bom que se diga que —inimigo interno era antes de tudo, comunista e subversivos

<sup>9</sup> A Escola Superior de Guerra foi criada em 20 de agosto de 1949, sob a influência das experiências obtidas por um grupo de militares, capitaneados pelo Marechal César Obino, após o segundo conflito mundial e diante dos prenúncios de uma nova ordem, apontados pelo início da guerra fria.

passam a ser vistos como expressões diretas não só da anormalidade da sua natureza pervertida como também uma clara associação ao sentido subversivo e desagregador do —ateísmo comunista e como tal, deveriam ser diretamente combatida em sua essência —pecadora e corruptoral.

Esta é a questão principal deste artigo, colocando os realces sobre a América Latina, que em tese deveria estar sobre a égide de um desenvolvimento em todas as áreas já citadas anteriormente, e com enfoque no desenvolvimento e progresso das relações sociais humanas em todas as suas dinâmicas, que implicaria em dizer sobre o êxito do projeto da modernidade gerido e gestacionado por estes parâmetros recém inaugurados de governabilidade, economia, política e estabelecimento social o que não ocorreu segundo nossa análise utilizando os indivíduos homossexuais como foco desta percepção.

No Brasil, durante o período de 1964 e 1985, escolhido para discussão, percorrem discursos alarmantes sobre uma modernização do país a partir do estabelecimento do novo regime instaurado, que envolvem um alto grau de otimização da economia, um crescente crescimento da indústria nacional, melhor desempenho nos índices educacionais, e não menos importante um grau evidente de estabelecimento da segurança e da ordem social reveladora do bem estar coletivo que configuraria um auge de uma nação em seu pleno progresso civilizacional.

Dessa forma, analisamos de que forma indivíduos destoaram desta realidade a regra de uma sociedade moderna, que implicaria em seguir padrões e regras estabelecidos que pudessem ser considerados —normais e parte da sociedade então desenvolvida. Pois indivíduos que destoassem dessas normas estariam de alguma forma maculando a imagem rígida, segura e eficaz trazida pelos novos moldes modernos do regime autoritário, que em sua essência esconde os mais putrefatos interesses humanos em dominar, perseguir e suprimir em prol de seus próprios desejos. A Igualdade entre os humanos, verbete pilar dos ares modernos europeus parece ter sido corretivamente banido nas atitudes executadas neste momento, afinal ditadura em nada professa igualdade.

Para isto recorreremos brevemente a análise de algumas notícias de circulação de alguns impressos selecionados. Compreendo o regime ditatorial instaurado como um regime estabelecido por militares e civis, no qual localizamos estes civis pertencentes desde do golpe a caracterização do regime como uma fração da classe dominante, que aqui denominamos a classe empresarial, partindo dos pressupostos advindos da obra de Dreiffus (1987) no qual localiza e nomina esta classe em sua tese de doutorado e assim caracteriza o regime como sendo de participação mista.

Portanto, em um entendimento gramsciano sobre este aspecto do Estado, compreende-se o Estado em seu sentido mais amplo onde sociedade política e sociedade civil, neste caso esta segunda possui mecanismos utilitários para servir destes interesses no qual são os chamados aparelhos privados de hegemonia, que através do consentimento dentro da própria sociedade civil tenta erguer a partir daqueles que são seus interesses a organização da vontade coletiva para o estabelecimento do projeto desta fração de classe dominante dentro da sociedade política que é o Estado sem seu sentido restrito.

A exemplo destes Aparelhos privados de hegemonia, estão os jornais aqui já citados anteriormente dos quais enxergamos por esta ótica, que servirá como aquele que discursara acerca da supressão deste indivíduos homossexuais para o estabelecimento desta organização social ordenada, moralizante e moderna.

Segundo Daniel Arão Reis (2014) este modelo de regime instaurou uma modernização na América latina, neste caso no Brasil, o que ele chama de —modernização conservadora, não seria contraditória utilizar este termo, uma vez que os preceitos que estão imbricados na concepção de moderno e na palavra modernização são o avanço, o rompimento do tradicional, o deslocamento de transformação do que está conservado, a ideia e a palavra moderna não cunha no espaço e no tempo um ideia de mudança, transformação e movimento como demonstra Walter Benjamin (2000). Porém, para Reis (2014) o regime empresarial militar configura uma modernização no país, onde ele pontua alguns aspectos e não considera outros que aqui estamos colocando em ênfase

Entre 1967 e 1974, a ditadura esmagou as oposições e consolidou um modelo de modernização conservadora e ditatorial, impulsionada pelo Estado, articulando grandes capitais estatais, nacionais e estrangeiros. Em grande medida, uma retomada da tradição nacional-estatista. Renunciou-se, assim, à ambição liberal de liquidar a herança varguista. A noção da importância-chave do Estado como promotor e regulador da economia, da política e da cultura, foi retomada. Mesmo as estruturas corporativas de patrões e empregados, antes demonizadas, foram preservadas quando se evidenciou que eram suscetíveis ao controle estatal. (REIS, 2014, p 89)

Este tipo de afirmação consideramos equivocada mesmo que esteja tendenciosa a nos informar que seja uma forma de permanência de ações e práticas, considerar modernização é antítese a utilização de termos e valores conservadores.

Dito isto compreendemos para a capacidade de sociabilidade neste mundo latino americano modernizado por todas essas transformações citadas nenhuma melhoria nas experiências vividas pelos homossexuais, mas identificamos uma perseguição e distinção social, uma rechaçamento moral, visto como inimigos dos bons costumes e da segurança nacional, estes

elementos conotam que esta modernidade não alcançou o progresso de libertar a humanidade da desigualdade social.

### 3. Os impressos e os homossexuais em foco

Desta forma, analisar os discursos impressos nos jornais aqui neste contexto não é algo meramente corriqueiro que compõe o cotidiano de uma determinada sociedade, e aqui escolhemos a sociedade maranhense na escolha de dois jornais o *Jornal Pequeno*<sup>10</sup> e o *Jornal do Dia*<sup>11</sup> que na nesta perspectiva aplicada, os meios de comunicação, na modalidade impressa, são um dos principais agente interventores na vida social dos indivíduos em questão, levando em consideração o recorte espacial e temporal selecionado onde o jornal era um dos veículos de comunicação mais utilizados.

Os periódicos efetivamente constituem discursivamente estes indivíduos no seio da dinâmica social a partir das perspectivas daqueles que estão no poder, pautando, sobretudo seus interesses de moralização social a partir de valores próprios de uma classe, sendo, portanto um veículo de construção de consentimento na sociedade civil acerca de tais comportamentos apresentados por estes indivíduos, colocando portanto em pratica o projeto da classe dominante de —ordenamento e segurança socialll afim de restaurar a sociedade para o bem estar social e propicia ao progresso e desenvolvimento da civilidade estabelecida pela modernidade.

Pois, de acordo Tania Regina de Lucca, tudo o que está contido no impresso passa por uma análise feita pelo corpo editorial do jornal, todas as reportagens, notícias, manchetes e editoriais são selecionadas e intencionalmente escolhidas a apresentarem-se no corpo do periódico segundo as intenções ideológicas, políticas e sociais que possui o jornal assim como aqueles que o dirigem. Há sempre um interesse em todos os temas que são despejados nas paginas dos folhetins, da mesma forma e não menos importante a forma como é disposto e a escolha dos gêneros gramaticais e narrativos com a única intenção de atingir o publico alvo segundo de Lucca —a ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingirll.( LUCA,2014,P.118)

Portanto, não é aleatório discorrer acerca dos homossexuais em períodos tão conturbados

---

<sup>10</sup> Jornal Pequeno é um [jornal brasileiro](#) que circula em [São Luís](#), capital do [Maranhão](#). É o segundo jornal mais antigo do estado, perdendo apenas para [O Imparcial](#). Circula desde 1951. O Jornal Pequeno se notabiliza pelo combate ao esquema político chefiado e instalado pelo [José Sarney](#) em [1966](#)

<sup>11</sup> Jornal fundado em 1959, tinha como principais noticias esporte e colunas sociais,posteriormente é comprado em 1973 pelo ainda então Governador José Sarney e Bandeira Tribuzzi e torna-se o Jornal O Estado do Maranhão

como da Ditadura Empresarial Militar,<sup>12</sup> mas é de caráter pedagógico, moralizante e de segurança que a sociedade civil seja informada acerca da ameaça nacional que este tipo de indivíduo carrega a partir de seus comportamentos, que não maculam apenas os aspectos sexuais, mas que contribuem para degeneração social, política e religiosa da sociedade. Os jornais, portanto agem pedagogicamente elaborando discursos a fim de conter e reordenar estes indivíduos do meio social para a garantia do estabelecimento da ordem e a segurança contra estes inimigos internos eleitos pelo próprio regime autoritário.

O *Jornal Pequeno* impresso destaca sua posição quanto ao comportamento dos indivíduos homossexuais, considerados como —Transviados!.

A Lei não proíbe que o indivíduo se vista como bem entende, contanto que o faça em sua própria casa, longe das vistas do público. Pode andar de vestido de mulher, de porco, de onça, com cabeleira frisada, maquiagem feminina ou bovina, como bem entenda. Isso não tem a menor importância se o indivíduo não passar além dos batentes da sua casa. (Jornal Pequeno, São Luís, 23.06.1969)

A reportagem demonstra de que maneira homens —anormais! devem se comportar e demarca as esferas pública e privada. A esfera pública era a ameaça à ordem, por isso, era necessário o controle e a homogeneização. No entanto, este discurso foi absolutamente ineficaz ante a dinâmica social

Neste caso fica nítida a construção da ameaça que é feita acerca do indivíduo homossexual, e por isso que merece ser contido e redirecionado a adequar-se, da mesma forma a maneira a qual espera-se da polícia em relação a estes indivíduos acentuando que —pode delegado de polícia prender homem que anda pela via pública vestido de roupas femininas, com cabeleira e enfeitos femininos, provocando escândalo, ou simplesmente atraindo a atenção pública? Pode e deve! (Jornal Pequeno, São Luís, 23.06.1969).

Cabe a polícia portanto a ação de manter atitudes de enérgicas e violentas em relação aos homossexuais, no qual se faz necessário de acordo com a fala a prisão dos mesmos para a seguridade social no espaço público. Esta fala é uma fala que, sabemos, de fato, sustenta ações violentas da polícia, entretanto, esta ação está amparada por outras forças legitimadoras, para além do jornal, que estão apoiadas nos discursos religiosos vigentes, e neste caso o Catolicismo que ataca a prática homossexual baseada na doutrina cristã bíblica, o discursos da Doutrina de Segurança Nacional que balizam a condição de ordem e segurança social na vigilância acerca de

---

<sup>12</sup> A escolha do termo "Empresarial-Militar", no que se refere ao regime autoritário instaurado pós 1964, é um posicionamento dentro dos confrontos historiográficos em torno do caráter do Golpe de 64 e caracterização do próprio regime. Compreendendo que a utilização do termo "Civil Militar" por uma corrente revisionista que reproduz várias considerações, concordamos com a aplicação do termo "Empresarial Militar", proposto pelo historiador René Armand Dreifuss em sua obra 1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe, no resalta o caráter classista do Golpe e da Ditadura.

elementos e indivíduos que dissipem desordem comportamental e ideológica, estes também são elementos que endossam com o discurso legitimador dos jornais.

Discursos como estes nos meios impressos tentam construir consenso, através de uma tentativa da organização de uma vontade coletiva acerca do comportamento ao qual consideram de desordem ou —anormal|| mantido por estes indivíduos homossexuais. Esta notícia é um recorte de uma reportagem transcrita do jornal *O Povo*,<sup>13</sup> que circula na cidade de Fortaleza-CE, ao qual relata o cotidiano da cidade focando nos indivíduos homossexuais em que tinha uma transitoriedade em casas e clubes considerados de bom comportamento, e o apontamento é uma tentativa do impresso de refratar esta circulação dos mesmos nesses espaços, na intenção de estabelecer uma ordem moral que considerava-se adequada e propícia para o bem estar social.

Esta censura moral exercida por esse jornal fica explícita nessa troca de notícias entre os jornais dos estados, uma distribuição de reportagens com caráter pedagógico de realocação destes indivíduos na dinâmica social através desta circulação de ideias na esfera civil. O que de certa forma destaca uma afinação dos discursos dos jornais com os discursos produzidos pelo próprio regime em questão de um planejamento de moralização social que parte do princípio paradigmático de comportamento, desconsiderando as liberdades individuais pregadas pela modernidade. Estes indivíduos portanto deveriam ter espaços sociais reduzidos e uma necessária lapidação comportamental.

Uma questão que atravessa essa relação entre moral pública e o regime militar é a relativa à manutenção da ordem. Contudo, os próprios meios de repressão como a polícia eram em sua concepção corruptos e corrompidos, mas defendiam um dado moralismo, exigido pela religiosidade e pelo tradicionalismo das famílias. A perseguição aos comunistas era justificada, dentre outras razões, pela aproximação e defesa de homossexual. Conforme a reportagem demonstra —se sair, porém para via pública haverá de convir que provocará escândalo com a sua anormalidade com prejuízo para formação de jovens de ambos os sexos, especialmente crianças" (Jornal Pequeno, São Luís, 23.06.1969)

As propagações destes discursos nos impressos facilitam a ação de absorção das ideias de uma anormalidade e degenerescência destes indivíduos, ao qual os tornam e constituem discursivamente inadequados, tanto pela regime em vigor quanto por parcela significativa da sociedade civil,

A diferença entre os espaços públicos e os espaços privados é recorrente nas reportagens distinguindo quais os espaços de sociabilidades destinadas a estes indivíduos que são geralmente

---

<sup>13</sup> Fundado em [7 de janeiro](#) de [1928](#) por [Demócrito Rocha](#), em seu primeiro editorial, O Povo defendeu o propósito de um jornal "defender dos interesses da sociedade contra as oligarquias dominantes", da época, e capaz de "levar o desenvolvimento ao Ceará".

atribuídos apenas a socialização e existência em espaços privados "se o indivíduo não passar além dos batentes de sua casa", assegurados por um "limite da tolerância social". Seria atribuição do Estado a garantia que os —invertidos‖ estivessem confinados aos espaços privados e permanecem para "o limite da tolerância social, deve ser custodiados correccionalmente em nome da moral pública.‖( Jornal Pequeno,São Luís, 23.06.1969)

O periódico *Jornal do Dia*, adotou desde do início uma posicionamento em apoio ao regime empresarial-militar através de suas reportagens, notícias e colunas, acerca dos homossexuais manteve um discurso afinado com as expectativas de plano moralizador da sociedade, e acerca dos homossexuais em uma de suas reportagens publicou uma de título "As bonecas pernambucanas engrossam com a polícia" que transcreve da cidade do Recife uma situação de enfrentamento e tentativa de coerção e censura de um grupo de travestis que queriam usufruir das brincadeiras do carnaval

As —Bonecas‖ Pernambucanas resolveram realizar no Carnaval o primeiro baile das bonecas, —contra tudo e contra todos e sem ligar para a proibição da Policial (Jornal do Dia, São Luís, 21.02.1971.)

—o sr.Juraci comerciante um dos lideres do movimento revelou que na reunião compareceram dezenas de travestis. Tendo explicado que o primeiro golpe que recebemos este ano foi a proibição de nós oribirmos pelas ruas. Imagina que Bebete, gastou 450 cruzeiros com uma maxissaia e sonhava desfilar pela Avenida Guararapes, e agora não será possível.‖( Jornal do Dia, São Luís, 21.02.1971)

Mesmo que os jornais de forma intencional e pedagógica utilizassem da sua capacidade de articulação de ideias e inúmeras tentativas de construção da vontade coletiva acerca destes indivíduos, é possível perceber através do trecho acima de que maneiras indivíduos como os homossexuais se organizavam em luta em prol de seus direitos de ir e vir, de suas liberdades individuais e confrontavam o regime e a sociedade resistindo em prol de sua existência e direito aos seus comportamentos sociais. O que havia sempre de danoso nestes indivíduos não é era um perigo de cunho político, que não era o único espaço de disputa travadas no campo ideológico, porém os maus costumes, a corrosão da moralidade que julgava ser inerente e propalada por estes indivíduos um espaço de ideologia de subversão moral, o que poderia de alguma forma desenvolver ambiente propício aos jovens para servir de mola propulsora para tipos de subversão.A existências dessas notícias e reportagens nos impressos conotam a tentativa de construir um consenso com o objetivo de refratar estes indivíduos socialmente, adquirindo um caráter pedagógico do comportamento que deveria ser seguido e dos padrões que precisavam ser readequados.

#### 4. Considerações finais

As manobras de construção de consenso, coerção e controle, se dão em diversas naturezas e se apresentam pulverizadas no seio da sociedade civil, milimetricamente pensados, em um nível de sofisticação elaborado para atingir ao seu real objetivo: a manutenção dos militares no poder e da classe dominante beneficiada, atendendo às demandas desta classe, garantindo, portanto, a segurança nacional daquilo que por eles mesmos foram oficialmente elencados como ameaça nacional, afim do estabelecimento efetivo do progresso e desenvolvimento da civilização humana trazida pela modernidade.

A modernidade, ou a modernização da sociedade latino-americana como nos moldes europeus elaborados não se configurou no século XX como elaborado em seu planejamento gestacional. O Sec. XX nas sociedades latino americanas, mais especificamente no Brasil, se reconfigurou e se apresenta de outra maneira, indicando uma —falhal no projeto inicial elaborado.

Em um século posterior mas não definido teleologicamente que foi o século xx para o século gestor desses preceitos modernos, demonstrou como esta modernidade não possui os atributos a ela esperado, que desempenhou um outro papel ao qual é antagônico ao que se conjecturou ao seu respeito.

America Latina tratou e trata os homossexuais ainda hoje no mundo moderno com critérios estigmatizantes de igualdade, poucos avanços de dignidade cidadã para o desenvolvimento e inclusão destes indivíduos na sociedade, as diversidades humanas e as diferenças ainda são um ponto não resolvido pelo homem moderno, que parece não caminhar para o progresso linear, mas que sincronicamente caminhar em círculos e em expansão de suas próprias mazelas racionalizadas.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIM, Walter. **A modernidade e os modernos. Edições Tempo Brasileiro.** Rio de Janeiro: 2000a.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política I Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquin,** Brasília : Editora Universidade de Brasília, 11 ed., 1998. P 768

BORGES, Nilson. **A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares**

BORON, Atilio.Estado, **Capitalismo y democracia na America Latina, Buenos Aires: CLACSO,**2004, cap 7, p 227-262

DREIFFUS, Renê. **1964: a conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe.** Rio de Janeiro: Vozes, 1987, p 417-479.



DUSSEL, Enrique (2014). Política **da Libertação- História Mundial e Crítica**. Vol. 1. Ed 1º, Passo Fundo, editora IFIBE. p. 431-475.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LUCA, Tania Regina de Luca. História **dos, nos e por meio dos periódicos** IN PINSKY, Carla Fontes documentais

PADRÓS, Enrique Serra. **América Latina: Ditaduras, segurança nacional e Terror de Estado**. Revista História e Luta de Classes ,ano 3-Edição nº 4, 2007. p.1-2.

PINSKY,Carla Bassanezi (organizadora). Fontes históricas, 3. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.p.118.

REIS, Daniel Aarão. **Modernização, Ditadura e Democracia**.RJ: editora MPPFRE e Objetiva Vol 5. In : História do Brasil Nação : 1808-2010.2014, P 89

SOUSA SANTOS, Boaventura de (1994). **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 8. ed. Edições Afrontamento. p. 71.

## 5. FONTES DOCUMENTAIS

Jornal Pequeno, São Luís, 23.06.1969. Acervo Biblioteca Pública Benedito Leite.

Jornal do Dia, São Luís, 21.02.1971.Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite

British Broadcasting Corporation Brazil (BBC BRASIL).  
<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-39603792>. Acessado em 14/04/2017.

# DISCUSSÃO NEOLIBERAL: A PRIVATIZAÇÃO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE (CVDRD) NAS PÁGINAS DO JORNAL O IMPARCIAL E O JORNAL PEQUENO<sup>14</sup>

Josieuder Silva Pereira<sup>15</sup>

## 1. Introdução

É de suma importância à compressão do posicionamento de dois dos maiores jornais de circulação no Maranhão, o jornal Pequeno e o jornal o Imparcial sobre o processo de privatização de uma estatal brasileira no território maranhense. Por isso, esse trabalho pretende contribuir para entender sobre esse processo nesses impressos e para desenvolver um nexo entre a historiografia brasileira e historiografia maranhense.

O jornal o Imparcial é o jornal de segunda maior circulação no estado do Maranhão. O jornal Pequeno é o jornal que tem a terceira maior circulação no estado. A utilização desses impressos foi importantíssima no processo de privatizações da CVRD, noticiando imensas reportagens sobre esse acontecimento. Assim, é relevante entender o posicionamento institucional desses dois grandes jornais no processo de consolidação do neoliberalismo no estado do Maranhão. Sobretudo, na privatização da Vale.

Tomarei como análise teórica, para melhor entendimento do posicionamento institucional desses jornais (o Imparcial e jornal Pequeno), a Teoria do Estado Ampliado do Filósofo Italiano Antônio Gramsci. Na sua concepção o Estado em sentido Ampliado é dividido entre Sociedade Política ou —sentido restrito e Sociedade Civil. E transitando entre a Sociedade Política e Sociedade Civil estão os Intelectuais Orgânicos, que são responsáveis pela elaboração de um Projeto que venha se tornar Hegemônico. E no seio dessa Sociedade Civil estão os aparelhos Privados de Hegemonia, e Contra Hegemonia, um desses aparelhos que será analisado nesse trabalho é a Imprensa. Segundo Gramsci, esses aparelhos são utilizados para a organização da vontade coletiva.

Neste caso, o jornal o Imparcial, poderia estar —garantindo ou não a perpetuação hegemônica do processo de consolidação do neoliberalismo no estado, tendo como umas das diretrizes principais a privatização e a reforma do estado. O jornal Pequeno neste caso estava funcionando dentro dessa Sociedade Civil, em um movimento de contra hegemonia, pois estava contrário ao projeto de privatização.

No decorrer do trabalho, serão lidas linhas teóricas de cunho, História do Tempo

---

<sup>14</sup>Texto produzido para a publicação dos anais do evento IV |simpósio de História Contemporânea/ I Colóquio de História das Américas do Norte e Nordeste.

<sup>15</sup>Graduando do curso de História Licenciatura pela Universidade estadual do Maranhão(UEMA) e membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC)

Presente, História Política e História Econômica, para assim, termos uma maior compreensão a respeito das relações entre a Sociedade e o Estado, sobretudo, a relação de poder entre ambas as estruturas.

Esse trabalho tem como objetivo principal analisar o processo de consolidação do neoliberalismo no Maranhão, no que desencadeou o movimento das privatizações das empresas públicas do estado, tendo como foco principal a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, que é o objeto central desse trabalho. Tal venda se deu no período em que o Maranhão era governado por Roseana Sarney no ano 1997. Em que a mesma poderia estar usando, ou não, tal processo como estratégia política para permanecer a frente do estado Maranhão, com o discurso do —novo!, do moderno! e principalmente do —novo tempo!.

O processo de consolidação do neoliberalismo no Maranhão foi concretizado com as privatizações das estatais maranhenses, principalmente, a antiga Companhia Vale do Rio Doce, hoje apenas Vale, esse é um projeto do governo Federal, que a frente tinha Fernando Henrique Cardoso, por isso, um projeto de âmbito federal pode estar ligado ao projeto de âmbito estadual no Maranhão.

Será usado como fonte documental para possibilitar uma maior compreensão dessa abordagem, os jornais de maiores circulação no estado, o Imparcial e o jornal Pequeno, no ano em que a CVRD foi leiloadada (1997). E também os periódicos no período em que o estado foi governado por Roseana Sarney, mais especificamente entre os anos de 1995/1998. Todavia, serão privilegiadas as discussões acerca da (re)estruturação das políticas públicas no âmbito político e econômico.

No encaminhar da pesquisa nos impressos maranhenses, serão selecionados os impressos que poderão ser utilizados no entendimento desse momento tão importante da administração estadual da governadora Roseana Sarney (1995-1998). Privilegiando leituras sobre a historiografia no que tange os processos de consolidação do neoliberalismo no Brasil e no Maranhão. Assim, contribuir para a construção da historiografia no Maranhão, sobretudo com ênfase em História do Tempo Presente, e o processo de consolidação das políticas neoliberais implementadas no Brasil, mas especificamente, entender como se deu esse processo no Maranhão, que acarretou diretamente no movimento da privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

## **2. O tempo presente, jornal como fonte e o Estado Ampliado de Gramsci.**

A privatização da CVRD insere-se metodologicamente no campo da História do Tempo

Presente, pois, tal fato ocorreu nos anos noventa do século passado e, todavia, e um campo que merece um maior aprofundamento. Lucilia de Almeida Neves Delgado (2013), o estudo da História do Tempo Presente, que durante tanto tempo foi objeto de resistências e interdições, entrou na ordem do dia no Brasil, não só como objeto de pesquisa acadêmica, mas também como um tema desafiador para os historiadores, do ponto de vista ético e político.

O estudo da História do tempo presente é um processo de longa construção, pois, não é fácil escrever sobre o tempo —vidido sem recair em enfadonhos momentos quem trazem a tona a sua própria memória sobre o fato. Para efeito de problematização o historiador deve ter a máxima atenção epistemológica no ato de escrever sobre o Tempo Presente. Fazer assim, questionamentos contundentes e qualitativos no ato da pesquisa histórica sobre o —fazer História do Tempo Presente.

A escrita da História do Tempo presente é algo que o historiador deve ter se atentar para os momentos propícios de onde se fala, principalmente, quando é um fato recorrente, do qual o historiador presenciou. Portanto, tem que haver uma criticidade tanto subjetiva quanto objetiva de onde se fala. Por isso segundo Maranhão Filho o historiador deve ter cuidado por muitas vezes ser testemunha e historiador, ele deve buscar a objetividade como historiador e identificar as peculiaridades da —verdade do tempo vivido, portanto;

A escrita do tempo presente deve ser identificada não como a expressão de um sujeito, mas como um lugar no qual a subjetividade ensaia e experimenta a si mesma em relação à exterioridade e estranheza, e identificar isto tem muita relevância especialmente pelo vínculo que se forma com a própria concepção de verdade (MARANHÃO FILHO, 2009, p.144)

Monica Piccolo (2010) a —História Contemporânea outros pontos polêmicos marcam o desenvolvimento de uma História do Tempo Presente, os postos essenciais que marcam o desenvolvimento do estudo sobre a História do Tempo Presente é;

O abandono da noção do passado como imóvel, estático, pronto e acabado, encontrando-se petrificado somente esperando o momento que será ressuscitado, trazido à vida pela sapiência e erudição do historiador, e o entendimento e definição do presente e seus limites cronológicos (PICCOLO, 2010, p.36).

Para a autora, o historiador ao adentrar nas vicissitudes do estudo sobre História do Tempo Presente deve ter uma atenção erudita com cuidados que levem ao entendimento dos limites do enfrentamento do estudo categórico do presente, em que, essas —categorias passam, fundamentalmente, por um novo entendimento e, por consequência, uma nova abordagem em

torno de questões que já se encontravam presentes no *métier* historiográfico (MONICA 2010).

Dentro da lógica do Tempo Presente que vem ganhando notoriedade com novas abordagens e novas pesquisas, podemos destacar a relação com a construção história com o uso do jornal como fonte, principalmente, com os estudos sobre a ditadura militar no Brasil. Assim, com essa aproximação entre o tempo presente e o uso do jornal como fonte, pode em muito contribuir para a construção historiográfica.

Desse modo, para podermos ter uma noção sobre a privatização da Vale que ocorreu em 1997, é necessário a compressão dos jornais como fonte histórica, até mesmo entender como esses periódicos agem na sociedade. Assim;

A imprensa é porta voz das elites, o jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos. Pequenos periódicos ligados as classes trabalhadoras. Os meios de comunicações tendem a desviar as vistas dos leitores para planos e ângulos convenientes aos dominantes. Manipulações de visões, com objetivo de lucro ou ideologias impedindo que os interesses dos menos favorecidos sejam atendidos. A imprensa resgata, comenta e participa da história, batalha pela conquista de corações e mentes. ( CAPELATO, p.15, 1987)

Para Capelato os periódicos podem agir dentro da sociedade como um porta voz cheio de interesses de uma classe. E que, portanto, essa voz pode ser usada como meio de propagar ideologias da classe dominante, em que essa classe domina —as mentes e os corações da sociedade. Portanto, os impressos podem ter sido usados como peça essencial no embate de privatização da CVRD.

Assim para Gramsci, em sua concepção o Estado em sentido Ampliado é dividido entre Sociedade Política ou —sentido restrito e Sociedade Civil. E transitando entre a Sociedade Política e Sociedade Civil estão os Intelectuais Orgânicos, que são responsáveis pela elaboração de um Projeto que venha se tornar Hegemônico. E no seio dessa Sociedade Civil estão os aparelhos Privados de Hegemonia, e Contra Hegemonia, um desses aparelhos que será analisado nesse trabalho é a Imprensa. Segundo Gramsci, esses aparelhos são utilizados para a organização da vontade coletiva.

Para Gramsci as utilizações desses aparelhos servem para garantirem a hegemonia de determinado projeto, ou até mesmo que um novo projeto se torne hegemônico. E inserido dentro desses aparelhos – ou não - estão os Intelectuais Orgânicos que transitam entre a Sociedade Política e Sociedade Civil, onde os mesmos tem o objetivo de nacionalização de determinados projetos, que será destacado nesse trabalho é a imprensa, ou seja, os impressos maranhenses de maior circulação.

### **3. Uma breve discussão neoliberal no governo Roseana Sarney e a CVRD**

O neoliberalismo é uma doutrina econômica que procura adaptar o liberalismo tradicional às condições do capitalismo moderno, prega que a vida econômica é regida por uma —ordem natural, cujas molas são as decisões individuais e o mecanismo dos preços. Portanto, Sonia de Regina Mendonça apresenta;

O neoliberalismo ganhara força no mundo capitalista no decorrer dos anos 1980. Na visão dos seus defensores, a economia deveria ser deixada ao sabor das —livres forças do mercado, este sim convertida em —entidade suprema do capitalismo em transformação desde a crise do Petróleo da década de 1970(...) o receituário neoliberal baseia-se em três diretrizes centrais: o princípio da não intervenção do Estado na economia (ou estado-Mínimo), a redução dos gastos públicos e a privatizações de empresas estatais (MENDOÇA, 2004, p. 106-107).

Assim, as políticas econômicas adotadas pelo governo do estado do Maranhão no período de 1995-1998, que tinha a sua frente à governadora Roseana Sarney, foi incorporando ao seu governo princípios da política econômica neoliberal, que um dossiê receituários, prega a privatização das empresas públicas, para assim diminuir os gastos públicos e aumentar o índice de crescimento, portanto, foi nesse discurso do receituário neoliberal que a governadora começou o processo de privatização das empresas públicas do Maranhão, um projeto de âmbito federal, que concomitou com a venda da Companhia Vale do rio Doce.

No desenrolar desse processo neoliberal no Maranhão, Zulene Barbosa, fala que o emaranhado das políticas adotadas pelos governos do José Sarney de 1965-1979 e o da Roseana Sarney, usando o —Novo como discurso, principalmente, enfatizadas na mídia, não passaram de estratégias políticas para a perpetuação e manutenção desse grupo no cenário central da política no Maranhão, e uma dessas estratégias está o receituário neoliberal adotada pela governadora Roseana Sarney no seu discurso da modernidade, reforma do estado e do —Novo Tempo.

O governo da Roseana Sarney agregou os elementos econômicos políticos e ideológicos da política neoliberal, articulando-se ao novo padrão de dominação desenvolvido no Brasil, para cuja implementação foi importante as políticas iniciadas no governo Fernando Collor e aprofundado no governo de Fernando Cardoso, (1994 e 1998). (BARBOSA, p. 7, s/d)

Protagonizando o —Novo Tempo, o governo de Roseana Sarney seguiu estritamente o receituário da política desenvolvida no âmbito federal. E, portanto, a privatização e a racionalidade da gestão estatal constituíram-se no lado —racional de seu governo, porque é necessário evitar o desperdício e alocar eficazmente os recursos públicos e humanos.

Podemos destacar, sobre esse processo de implementação e consolidação do neoliberalismo, Sergio Cabral da Costa. Em que os discursos usados pela oligarquia —sarneystasl de perpetuação no poder dentro da política maranhense é de uma variante da política econômica neoliberal, e que as características marcantes dessa oligarquia era, sobretudo, a defesa da modernização capitalista da economia maranhense.

Segundo Wagner Cabral, o governo estadual tem procurado programar algumas medidas do receituário neoliberal, tais como, a tentativa de doação fraudulenta (disfarçada de —privatizaçãol) do Banco do Estado, a reforma administrativa (com ênfase na criação das gerências regionais), e o apoio à grande agricultura de exportação (em detrimento da agricultura familiar).

A Vale do Rio Doce foi criada durante a Segunda Guerra Mundial, para cobrir a procura da Inglaterra e dos EUA por minérios de ferro para a fabricação de armas. Nos chamados —Acordos de Washingtonl, firmados no dia 3 de março de 1942, nos EUA, o governo britânico se dispunha a transferir ao governo brasileiro o controle das jazidas de minério de ferro pertencentes à Itabira Iron Ore, substituída pela Vale. E o governo estadunidense se comprometia a um financiamento no valor de 14 milhões de dólares.

Na década de 50, o governo brasileiro assumiu o controle definitivo do sistema operacional da Vale do Rio Doce. Nos anos 70, a companhia se tornou a maior exportadora de minério de ferro do mundo e foi levada pelo governo brasileiro ao Norte do país. Em 1995, a CVRD foi considerada pelo Instituto Brasileiro de Economia a primeira empresa no ranking nacional.

Está presente em 13 Estados brasileiros: Pará, Maranhão, Tocantins, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. E ainda, em 16 países: África do Sul, Angola, Argentina, Austrália, Chile, China, Estados Unidos, França, Gabão, Índia, Japão, Moçambique, Mongólia, Noruega, Peru e Suíça. Durante 55 anos a Vale do Rio Doce foi uma empresa mista e o seu controle acionário pertencia ao Estado brasileiro. Desde 1984, a privatização da estatal já era cogitada e alvo de muitas discussões. Segundo Severo Gomes<sup>5</sup>, já na década de 80 o imenso complexo da Vale do Rio Doce, agente fundamental no processo de desenvolvimento brasileiro, esteve a ponto de ter seu controle transferido para grupos privados, através de uma bem sucedida operação que foi abortada nos últimos momentos.

Em 1990, por meio do Decreto nº 1510, o então presidente da República Fernando Collor de Melo criou o Programa Nacional de Desestatização (PND). Anos depois, em 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso, seguindo à risca os planos de privatizações, incluiu a Companhia Vale do Rio Doce no PND, deixando a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) organizar o processo de privatização por meio de um leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

O argumento do governo foi, entre outros, a ausência de recursos livres do Estado para realizar tarefas típicas na promoção da educação básica, saúde, segurança pública, saneamento e habitação. Outro argumento era de que a Vale não conseguia fazer investimentos necessários para aumentar sua produtividade e obter maior taxa de retorno sobre o capital investido e que ela vinha perdendo capacidade de dar respostas adequadas às crescentes exigências dos mercados em que atuava.

Finalmente, com a privatização, a Companhia seria capaz de continuar a cumprir papel relevante no novo ciclo de crescimento do país, gerando riquezas e impostos, desenvolvimento tecnológico, aumento de exportações, novas oportunidades de emprego e atração de investimentos de longo prazo. Outra razão alegada pelo governo, e essa com mais força, foi que o Estado já não teria condições de administrá-la e, ao vendê-la, o governo amortizaria uma parte da dívida pública interna e externa.

Um dos autores que podemos destacar sobre a privatização da Vale do Rio Doce que é o temacental do projeto é Monica Piccolo onde ela apresenta dados que afirmam que a venda da Companhia Vale do Rio Doce foi a empresa vendida que mais arrecadou fundos para os cofres públicos. Todavia, essa privatização foi a mais importante tanto em âmbito nacional como estadual.

Das empresas vendidas em 1997, a que garantiu a maior arrecadação foi a Companhia Vale do Rio Doce. Da totalidade de recursos adquiridos com as privatizações, 87% provieram da venda da maior siderúrgica do país. Se não por esse percentual, a privatização da Vale também assume destaque pelo fato de ter sido o único caso em que houve transferência de dívida pública para a iniciativa privada. Do montante final arrecadado em 1997, 44% foram representados por transferência de dívidas na privatização da empresa. (PICCOLLO, 2010, p. 336).



## **4. A privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) nas páginas do Jornal O Imparcial e Jornal Pequeno**

### **4. 1. Jornal Pequeno**

A análise dos jornais Pequeno e o Imparcil no processo de consolidação da venda da Vale são de grande relevância para o entendimento dessa venda, para poder (des) naturalizar interpretações que estão em um campo —vazio! da historiografia maranhense. Os dois jornais reagiram com destaque sobre esse ocorrido, onde os mesmos naturalizavam reportagens imensas de como estava sendo as diversas reações sobre tal acontecimento. E nesse processo havia varias mobilizações contra essa venda ate mesmo a favor do leiloamento da vale. Podemos destacar os jornal Pequeno.

É de autoria do advogado e procurador do município Vagner Lago, a primeira ação popular contra a venda da Companhia Vale do rio Doce (CVRD). Ele protocolou a documentação ontem dia 25 ás 10h, na Justiça Federal do Estado do Maranhão, que duas horas depois recebeu semelhante patrocinada por parlamentares e lideranças Sindicais. —Devemos buscar todos os recursos que visem impedir que esse rico patrimônio do povo brasileiro seja entregue a conglomerados econômicos nacionais ou estrangeiros apenas para atender os interesses do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC)!. Afirma Vagner Lago. (Jornal Pequeno, 26/04/1994).<sup>16</sup>

A venda da Companhia Vale do Rio Doce foi um processo conturbado e que não ocorreu sem que houvesse resistência por parte da sociedade, principalmente, das camadas populares e de lideranças sindicais. Podemos perceber que o jornal pequeno está dando ênfase para essa resistência, em que os anseios populares não estar em questão com a venda dessa empresa e sim os interesses políticos e econômicos da classe dominante, querendo continuar hegemônica no poder consolidando seu projeto politico. A consolidação do neoliberalismo por meio da privatização da CVRD.

Neste caso o jornal pequeno está agindo dentro da sociedade civil como um aparelho contra-hegemônico, pois esta vinculando reportagens sobre os anseios populares contrários a venda da Vale, ou seja, contrariando o projeto que está construindo como hegemônico.

O leilão da Companhia Vale do Rio Doce ocorreu em 07 de maio de 1997, e vários jornais maranhenses destacaram esse ocorrido, mas a ênfase desse trabalho é apresentar o enfoque do jornal pequeno e o Imparcial. Portanto vamos enfatizar no jornal pequeno tal

---

<sup>16</sup>Ação popular contra a venda da vale. Jornal pequeno, 26 de abril de 1997.

enfoque apresentado a seguir:

Manhã tensa na porta da bolsa de valores do Rio de Janeiro. Desde cedo os protestos contra a venda da Companhia Vale do Rio Doce transformaram o centro do rio num campo de batalha. Manifestantes e policiais se enfrentaram com bombas e pedras. Mais de 800 homens, com apoio de cães, da cavalaria e do brucutu, um carro usado para dispensar manifestantes. Foi esse o superesquema de segurança que isolou a Bolsa de Valores no Centro do Rio, numa estratégia da Polícia para evitar acontecimentos como o de anteontem à noite, quando manifestantes conseguiram furar o bloqueio e acabaram entrando em choque com a PM. (Jornal Pequeno, 06/05/1997)<sup>17</sup>

Na concepção gramsciana dentro da sociedade política ou —estado restrito‖ o projeto pode vim se tornar hegemônico com o consenso ou com o uso da força. Dentro da sociedade política existem os aparatos repressivos que servem como o exercito e a policia que agem como aparelhos repressivos ou não.

Assim, dentro dessa reportagem enfocada no jornal pequeno, podemos destacar os aparatos repressivos do estado no sentido restrito com o uso da força para a manutenção do projeto que esta sendo hegemônico a privatização da Companhia Vale do Rio doce, mesmo havendo resistência por parte da sociedade civil por meio de um aparelho de contra hegemonia, o jornal Pequeno,contrario a essa privatização, nada adiantou, pois o projeto foi assegurado por meio da coerção.

Grosso modo, a Companhia Vale do Rio Doce foi leiloada no dia 07 de maio de 1997, e jornal pequeno da ênfase para a concretização dessa estatal.

Concretizada a venda da Companhia Vale do Rio Doce. O BNDES, responsável pelo processo de privatização, já recebeu o cheque de pagamento; o maior valor já emitido na história econômica do Brasil: 3 bilhões, 199 milhões, 974 mil, 496 reais. Foi o quanto custou a liquidação financeira da Vale do Rio Doce. O valor corresponde a 40% das ações no leilão, que pertenciam à União. Os outros 139 milhões de reais foram depositados nas contas dos acionistas minoritários que também venderam as ações no leilão. (jornal Pequeno, 07/05/1997).<sup>18</sup>

Podemos perceber que com a concretização da venda da Vale o projeto da privatização foi assegurado e se tornou hegemônico. O jornal pequeno ressalta a quantia que a Vale foi vendida quase R\$ 3 bilhões e 200 milhões de reais. E que o responsável pela concretização da venda foi um aparato dentro da sociedade política, ou seja, o —Estado no sentido restrito‖percebemos, o quanto o aparato estatal age para concretizar o projeto que vem a se tornar hegemônico.

<sup>17</sup>**Venda da vale provoca tumultos e sangue no país inteiro.** Jornal Pequeno, 06 de maio de 1997.

<sup>18</sup>**Concretizada a venda da Vale.** Jornal Pequeno, 07 de maio de 1997.

## 4. 2. O Imparcial

Nos tramites legais da venda da vale o jornal imparcial não ficou por fora desse grande acontecimento econômico que ocorreu no Brasil, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Forma reportagens imensas sobre esse ocorrido tão importante da história econômica do Brasil. Como o próprio jornal destaca:

O governo marcou o leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce para amanhã, a partir das 10 Horas, anunciou ontem à noite o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio. A esperança é a de que em algumas horas o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Demócrito Ramos Reinaldo, examine na sexta-feira as informações complementares que pediu a Advocacia Geral da União (AGU). (jornal Imparcial, 03/04/1997)<sup>19</sup>

Desde quando foi anunciado que a CVRD seria privatizada ocorreram vários conflitos na sociedade brasileira, e vários veículos de comunicação enfatizam isso em suas manchetes diárias. Em contra partida o jornal imparcial estava dando mais ênfase a ação do governo FHC para que se concretizasse o projeto de privatização dessa estatal.

O governo federal estava jogando tudo para que ocorresse logo tal privatização. Como o próprio imparcial destaca que o governo ficava se —aliando| coma alta cúpula do judiciário, para que o mesmo desse causa ganha contra as liminares contrario a venda da Vale, assim, pedindo urgência para o ministro do STJ por meio da AGU para examinar os tramites dessa privatização. Vemos nesse processo o —estado restrito| usando seus aparatos estatais para tornar tal projeto de privatização hegemônico.

É interessante perceber como esse aparelho estava agindo dentro da sociedade civil, onde o mesmo destaca um certo alinhamento com o —estado restrito|, quando tal jornal enfoca que a reportagem “**consórcio perde muito dinheiro com o atraso**” do leilão da Vale.

O custo do atraso do leilão de privatização da Vale do Rio Doce para o Consórcio Brasil é de, no mínimo, US\$ 180 mil por dia. Esses cálculos forma feitos com base no financiamento concedido pelo Nations Bank, de US\$ 1,2 bilhão, ao consórcio liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) para disputa o controle da estatal. (Jornal Imparcial, 30/04/1997)<sup>20</sup>

Na tocante reportagem o jornal Imparcial, apresenta sua preocupação com o capital

<sup>19</sup>Governo marca leilão da Vale para amanhã e vai jogar tudo. Jornal Imparcial, 03 de abril de 1997.

<sup>20</sup>Consórcio perde muito dinheiro com o atraso. Jornal Imparcial, 30 de abril de 1997.

privado e não com a sociedade brasileira. Enfatizando que o consórcio está perdendo dinheiro com o atraso do leilão da Vale do rio Doce. Neste trecho podemos perceber que o jornal está atrelado à uma fração de classe, o empresariado, tomando como fundamentação teórica de Capelato, onde ela apresenta que o jornal é — o porta voz das elites, neste caso o jornal Imparcial está sendo um porta voz dessa elite econômica que à frente da compra da Vale do rio Doce, apresentando que tal fração de classe está perdendo dinheiro com esse atraso, mas, e o estado também não está perdendo com a concretização dessa grande estatal?

Quando a Vale do Rio Doce foi vendida no dia 07 de maio, esta foi a maior transação econômica da história do Brasil, esse fato foi noticiado pelo Brasil inteiro, o jornal Imparcial foi um grande impresso que noticiou esse ocorrido, onde o mesmo destaca uma imensa reportagem sobre esse dia histórico. **“Vale é vendida a Consórcio CSN”**

Em um leilão dramático e extenuante, o governo vendeu ontem o controle da Companhia Vale do Rio Doce, a maior mineradora de ferro do mundo. O consórcio Vale-par, liderado pela Companhia Vale do Rio Doce, arrematou o controle das Vale por R\$ 3.338.178.240, com ágio de 19,99% sobre o preço mínimo. Do total apurado, o governo ficará com cerca de R\$ 3,2 bilhões, aproximadamente R\$ 532,8 milhões acima da mínima esperada (R\$ 2,667 bilhões). (Jornal Imparcial, 07/05/1997).<sup>21</sup>

Notoriamente percebemos o enfático —apoio do jornal Imparcial na questão de acúmulo de capital do governo com venda da Vale do Rio Doce, de que, o governo arrecadou mais do que o —esperado com o Leilão da Vale do Rio Doce. Nitidamente, o impresso está enfatizando a concretização do projeto hegemônico como a melhor solução para a sociedade brasileira e, também tal jornal está atrelado como porta voz da classe dominante.

## **5. Considerações finais**

A privatização da Vale do Rio doce foi a maior venda de uma estatal brasileira do século 20. É uma problemática que merece atenção e muitos estudos sobre o caso, por isso, é de grande relevância entender o posicionamento do jornal pequeno e do imparcial sobre esse grande acontecimento, a maior transição econômica do século passado. Assim, o estudo da História do Tempo Presente é importante, pois ajuda a construir momento recente e importante da sociedade brasileira.

Todavia, podemos perceber que o jornal O Imparcial, ora funcionou como um Aparelho privado de Hegemonia, pois, foi utilizado no processo de privatização, não apenas da VALE, como

---

<sup>21</sup>**Vale é vendida a Consórcio CSN.** Jornal Imparcial. 07 de maio de 1997.

das estatais maranhenses, ora estava contra, especificamente contra a venda da VALE. Mas, não descaracteriza que esse projeto vir a se tornar hegemônico, e o mesmo jornal estava funcionando como um partido que no caso estava organizando uma vontade coletiva.

E o Jornal Pequeno estava sendo nesse processo de privatização da Vale do Rio Doce e das outras estatais maranhenses como um aparelho contra-hegemônico, pois estava apresentando argumentos contrários ao projeto que viria ser hegemônico. Neste caso o movimento de privatizações, sobretudo, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

## 6. REFERÊNCIAS

Jornal imparcial (03/04/1997)  
Jornal imparcial (30/04/1997)  
Jornal imparcial (07/05/1997)  
Jornal pequeno (26/04/1997)  
Jornal pequeno (06/05/1997)  
Jornal pequeno (07/05/1997)

ANDERSON, Perry. **Balço do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo: as políticas sócias e o Estado democrático. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1995.

BARBOZA, Zulene Muniz. **As “temporalidades” da Política no Maranhão**. Disponível em: [HTTP://WWW.fundaj.gov.br/imagens/stories/observanordeste/barboza2.pdf](http://www.fundaj.gov.br/imagens/stories/observanordeste/barboza2.pdf)

CAPELATO, Maria Helena Rolin. **Imprensa e História no Brasil – SP: Contexto/EDUSP, 2ª edição: 1994.**

COSTA, Wagner Cabral da. **Novo tempo/Maranhão novo quais os tempos da oligarquia?**. Disponível em [HTTP://WWW.fundaj.gov.br/imagens/stories/observanordeste/cabral2.pdf](http://www.fundaj.gov.br/imagens/stories/observanordeste/cabral2.pdf)

COSTA, Wagner Cabral (1997) **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”. A Trajetória da Oligarquia Sarney**, (Mimeog.).

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol, 03. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente: desafios. IN: **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p, 111-124, maio/jun. 2000.

GOMES, Ilse (2001) **Participação popular e reforma do Estado brasileiro: tensões e contradições**. Tese de Doutorado. São Paulo, PUC /SP.

GONÇALVES, Maria de Fátima da C. **INVENÇÃO DE UMA RAINHA DA ESPADA: Reatualizações e embaraços da dinâmica política do Maranhão dinástico**. Tese de Doutorado em Políticas Públicas apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. São Luis, 2006.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Para uma História do Tempo Presente: um ensaio de nós mesmos. IN: **Revista catarinense de História**, Florianópolis, n. 17, p. 137-151, 2009.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A Industrialização brasileira**. São Paulo: Editora: Moderna, 2004.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

PICCOLO, Monica. **REFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niterói: Tese de Doutorado, 2010.

# O CARTEL DE MEDELLÍN E PABLO ESCOBAR NA IMPRENSA MARANHENSE (1984-1993).

Laura Santos Botelho<sup>1</sup>

## 1. Introdução

Para essa comunicação escolhemos apresentar a pesquisa que analisa como a imprensa maranhense noticiou e analisou a formação e atuação do Cartel de Medellín na Colômbia e a trajetória do principal líder dessa organização de narcotraficantes, Pablo Escobar nos primeiros anos da década de 1980. Os marcos cronológicos da pesquisa são 1984 e 1993, pois em 1984 o presidente colombiano Belisário Betencur pressionado pelos Estados Unidos sanciona a Lei de Extradicação e em 1993 porque se dá a morte de Pablo Escobar o principal líder do Cartel de Medellín. Utilizamos como fonte de pesquisa o jornal *O Estado do Maranhão* que está localizado no acervo da Biblioteca Benedito Leite em São Luís.

Pablo Emilio Escobar Gaviria (1949-1993) foi um dos mais importantes traficantes de drogas da Colômbia do século XX alcançando influência internacional devido sua grande fortuna advinda do tráfico de drogas e seu envolvimento com a política, sendo acusado de diversos assassinatos como o do ministro da justiça Rodrigo Lara Bonilla e do candidato à presidência Luís Carlos Galán.

A partir da morte do ministro da justiça em 1984 se inicia uma ferrenha perseguição aos traficantes de drogas. Desde então, Pablo Escobar e o Cartel de Medellín avançam com violência contra o Estado na tentativa de barrar a Lei de Extradicação. Em 1991 uma nova lei que proibia a extradicação e pedia a entrega espontânea dos narcos fez com que se entregasse e ficasse detido em uma prisão que ele mesmo mandou construir, no entanto após denúncias das suas extravagâncias na prisão e das mortes de rivais, levaram as autoridades a transferi-lo, mas Pablo, avisado com antecedência por sua rede de informantes foge de La Catedral. Assim, Escobar passa seus últimos dias fugindo até sua morte em dezembro de 1993. O Cartel de Medellín passa a ser desmantelado a partir de uma série de assassinatos e prisões de seus membros. O denominado Cartel de Medellín surge quando grupos de narcotraficantes locais se unem como uma associação de exportadores de cocaína com o objetivo de controlar toda a produção local e nos seus principais centros de consumo.

A apresentação da pesquisa sobre O Cartel de Medellín e Pablo Escobar no jornal *O Estado do Maranhão* terá como tema principal analisar algumas notícias sobre o narcotráfico colombiano nos dois primeiros anos do recorte.

---

<sup>1</sup>Graduanda em História pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA (Bolsista PIBIC/UEMA)

Antes de serem tratadas as matérias jornalísticas será feita uma discussão a respeito de autores que escreveram sobre a atuação do Cartel de Medellín e Pablo Escobar no narcotráfico colombiano. No artigo de Carlos Medina Gallego (2012) intitulado *Marfia y narcotráfico en Colombia: elementos para un estudio comparado* faz uma análise sobre o conceito de narcotráfico:

(...) faz referência a um conjunto de atividades ilegais através das quais se implementa a produção, transporte e comercialização de drogas psicoativas e a constituição de um modelo [de] organização econômica e social ilegal com altíssimo nível de influência nos aspectos econômicos e políticos das sociedades formais. (GALLEGO, p.5).

Assim como também aborda —cartell como uma —forma particular de articulações em redes clandestinas através das quais operam os diferentes *empresários* da droga compartilhando recursos e estratégias que possibilitam os processos de produção... (GALLEGO, p.5) <sup>2</sup>. E ainda faz um histórico sobre seu desenvolvimento da droga na Colômbia, este aponta que a introdução do fenômeno do narcotráfico na Colômbia se deu pela proibição do consumo de narcóticos no começo do século XX pelos Estados Unidos, que declarou guerra contra as drogas no contexto dos países latino-americanos. Segundo o autor, após o ciclo da —marijuana, ou seja, a maconha que entrou em decadência devido a fatores externos e internos como a legalização da maconha para consumo pessoal no seu principal mercado consumidor os Estados Unidos e o bloqueio de canais e rotas de exportação, levando assim esses produtores a ingressarem no tráfico de cocaína que ganhava força no início da década de 1970.

O historiador Forrest Hylton no livro *A Revolução Colombiana* (2010) na tentativa de desconstruir visões simplistas e errôneas sobre a história da Colômbia afirma: —em geral os investigadores advertem sobre o erro de se interpretar a violência do final do século XX como resultado lógico dos padrões do século XIX. As provas históricas são insuficientes para respaldar a ideia de que uma —cultura de violência explica a política colombiana. No capítulo deste mesmo livro intitulado *Negociando a Guerra Suja (1982)-(1990)* Forrest demonstra como as organizações criminosas do tráfico de drogas transformaram a cidade de Medellín num —centro de único produto de exportação que os colombianos fabricavam e controlavam totalmente, esse monopólio do tráfico de cocaína foi facilitado pelas migrações de colombianos para os Estados Unidos. Nesse período, a economia do tráfico supera a do café aparecendo como —30% das exportações colombianas. (HYLTON, p.105). Este autor aponta para os diversos fatores existentes no contexto da década de 1980 como a —abertura promovida pelo presidente da

---

<sup>2</sup> Tradução feita por mim

Colômbia Belisário Betencur que seria uma maior flexibilidade de negociação com os movimentos insurgentes, o financiamento de forças contra insurgentes pelos EUA, o paramilitarismo, o narcotráfico, as FARC, EPL, M-19, etc.

O jornalista colombiano Alonso Salazar J. em seu livro *Pablo Escobar: ascensão e queda do grande traficantes de drogas*(2014) percorre a trajetória do traficante apontando como conseguiu tamanha fama e poder a partir do tráfico de cocaína. O livro por ser de uma linguagem jornalística, coloca Escobar como sendo dono de certo protagonismo, —heroísmo e genialidade, não deixando de mostrar aspectos de sua vida particular desde criança até quando se torna um homem público que sonhava com a política.

O objetivo é contextualizar e debater os acontecimentos e as formas de abordagem do jornal O Estado do Maranhão e se já é possível notar neste pequeno recorte (1983-1986) se este denota contribuição para a legitimação de um imaginário social da Colômbia como um local da América Latina dominado pelo narcotráfico; apresentar um histórico sobre a história do narcotráfico na Colômbia para estabelecer as balizas cronológicas da pesquisa; identificar a visão do jornal sobre o tema do narcotráfico na Colômbia no jornal O Estado do Maranhão.

A metodologia para este trabalho consiste em levantamento bibliográfico do tema, análise e registro de reportagens sobre o narcotráfico no impresso, fichamento e análise do jornal, dessa forma podemos construir uma visão de como o jornal aborda o tema.

Tânia Regina de Luca num artigo intitulado *História dos, nos e por meio dos periódicos* do livro *Fontes Históricas* (2008) aponta que na década de 1970 já havia vários trabalhos escritos sobre a história da imprensa —mas relutava-se em mobilizá-los para escrita da História por meio da imprensa. Isso se dava ainda pela concepção positivista do século XIX que postulava o fanático apego as fontes documentais e a neutralidade do historiador, avistando o jornal como —registros fragmentários do presente, realizado sobre o influxo de interesses, compromissos e paixões. As mudanças ocorridas no campo da história sob influência da Terceira Geração dos Annales —alteraram a própria concepção de documento e sua crítica... (LUCA, p. 11, 12,13).

Em um artigo de Maria Helena Capelato (2015) de título: *A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador* a autora indica que —A análise do jornal como fonte e objeto pressupõe uma avaliação crítica desse documento, o que implica sua desconstrução. Nesse processo, devem — se considerar as circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores. (CAPELATO, 2015, p.115).



## 2. Análise do jornal

Segundo Teresa Cristina no artigo “*Revolução e Evolução*”: *O “Milagre maranhense” e o consenso do progresso no jornal Do Dia/O Estado do Maranhão (1873/74)*. (CRISTINA, 2015, p. 204), escreve que o jornal O Estado do Maranhão é resultado do jornal *Do Dia* fundando em 1959, quando Albert Aboud comprou o jornal de Alexandre Costa. Segundo a historiadora, o jornal circulava desde 1953, fundado por um grupo político conservador do estado e continuou nessa perspectiva política após a aquisição por Alberto Aboud, membro do PTB e, posteriormente, do PSB, entre as décadas de 50 e 60. Mantendo a mesma postura política após a aquisição por José Sarney no ano de 1973 e eventual mudança de nome para jornal O Estado do Maranhão, como salienta a autora, José Sarney ascende ao poder a partir da ajuda dos golpistas.

### Síntese das reportagens

Esse é o resultado dos primeiros meses sobre a análise das fontes, portanto ainda não é possível falar de um resultado absoluto cabendo aqui enunciar o que as primeiras reportagens tentam transmitir. Essa pesquisa tem o recorte do ano de 1984 a 1993, no entanto por uma questão de contextualização foi verificado as notícias sobre o tema a partir de 1983. Neste ano aparecem apenas duas notícias vinculadas ao tráfico de drogas na Colômbia. Na primeira notícia visualiza-se que —Ministro colombiano diz que violência é grande obstáculo|. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 27.01.1983 p. 4. Na reportagem citada acima o então ministro da defesa Fernando Landasabal comenta que —o principal obstáculo à paz| são: —os sequestradores, a extorsão e o Tráfico de estupefacientes| e acrescenta fazendo referencia a Lei de Anistia que —os traficantes do crime ficaram despojados da mascara política, que usaram para a subsistência e aproveitamento do seu fatídico negócio|. Nessa reportagem percebe-se que o ministro ver relação entre grupos de guerrilhas e narcotraficantes.

A segunda notícia referente ao ano de 1983 notifica o seguinte —Juiz da Colômbia acusa oficiais de crimes organizados|. **O Estado do Maranhão**. 16.06.1983 p. Nesta notícia dois militares são detidos acusados de pertencerem —ao grupo criminoso que se autodenomina —Morte aos Sequestradores| (MAS)|. Nesta é possível notar a corrupção de instituições corrompidas pelo narcotráfico.

No ano seguinte 1984 se tem um evidente aumento de notícias vinculadas ao narcotráfico colombiano. As duas primeiras notícias desse ano sobre o tema dizem respeito a um mesmo episódio que se trata da apreensão de um navio com cocaína nos EUA. A primeira notícia faz menção a um jornal da Colômbia (não explicitado) em que denuncia —que a drástica medida pode ser uma represália pela recusa do governo de Belisário Bentancur em extraditar traficantes

de drogas (—Colômbia tem navio preso nos E. Unidos. **O Estado do Maranhão.** 27.01.1984.p.4). A segunda trata dos tramites de negociação sobre apreensão do mesmo navio nos Estados Unidos após terem encontrado —a bordo uma partida de cocaína avaliada em 20 milhões de dólares (— Navio colombiano apresado em Loa Angeles conduzia cocaína. **O Estado do Maranhão.** 29.01.1984. p.4).

O que se tem nos meses precedentes são reportagens que mostram a luta de Betencur para livrar a Colômbia do —terrorismo vinculando-o a uma série de atentados cometidos por —elementos desconhecidos. Atentados desse teor e mais a atuação das guerrilhas levam o presidente Belisário Betencur a decretar Estado de Sítio. (—Betencur decreta —estado de sítio. **O Estado do Maranhão.** 15.03.1984. p.01). E com o assassinato do ministro da justiça Rodrigo Lara Bonilla em fins de abril de 1984 o presidente colombiano aumenta as sanções na tentativa de achar os culpados. (—Betencur decreta o estado de sítio e anuncia as sanções. **O Estado do Maranhão.** 03.05.1984.p.06.)

Nas reportagens em que são mencionados o tráfico de drogas, sempre há maior destaque para a ação guerrilheira principalmente o movimento do M-19 (no qual Pablo Escobar tinha infiltrados), essa parece ser a preocupação do governo alertando aos traficantes —... que não lhes dará um tratamento semelhante ao oferecido às guerrilhas e que continuará a luta contra o ilícito negócio(...). (—Betencur aguarda a pacificação do país. **O Estado do Maranhão.** 08.07.1984.p.06). Dessa forma percebe-se que existem dois problemas principais a que Belisário tende a resolver. Mas a medida que as guerrilhas dão uma trégua e acontecem centenas de prisões e desmonte de laboratórios de cocaína começam a se pensar no —retorno da paz e a suspensão do estado de sítio. (—Estado de Sítio pode ter fim na Colômbia. **O Estado do Maranhão.** 29.08.1984.p.06).

Os ataques à bomba e o aumento dos sequestros levaram a Colômbia intensificar a caçada aos traficantes como mostra algumas reportagens como essa: —Colômbia vai reagir a onda de violência. **O Estado do Maranhão.** 21.11.1984.p.06.

Em outra reportagem aparecem indivíduos que foram presos no exterior —acusados de pertencerem a duas organizações dedicadas ao tráfico de cocaína que pela historiografia são ligados diretamente a Pablo Escobar. (—Mafiosos de Bogotá são presos em Madril. **O Estado do Maranhão.** 23.11.1984.p.06).

Durante o ano 1985 as notícias giram em tono do acontecimento mais importante daquele ano a invasão ao Palácio da Justiça pelos homens do M-19. As notícias sobre o assunto começam no dia 08 de novembro 1985 e tem quatro reportagens sobre esse mesmo acontecimento nesse dia. No geral essas reportagens explicam como foram as negociações entre

o governo e o grupo guerrilheiro, apresentado saldo de mortos e feridos. Em umas dessas notícias observa-se a ênfase que se dá para a queima dos arquivos da secretaria e de —todos os processos em andamento. (—Prédio ainda em chamas. **O Estado do Maranhão**. 08.11.1985.p.06,) é justamente esse fato que leva a uma possível relação de Pablo Escobar com a invasão, pois este teria interesse em destruir provas que pudessem levá-lo a ser extraditado, no entanto, o M-19 nega que ele tenha sido o mandante.

Após o ataque noticia-se que a morte dos principais líderes do movimento 19 de Abril poderia levar a uma desarticulação do movimento. (—Guerrilheiros se desarticulam após a tragédia. **O Estado do Maranhão**. 10.11.1985.p.01).

Na última notícia referente ao narcotráfico do ano 1985 (—Colômbia: guerrilha se justificava. **O Estado do Maranhão**. 12.11.1985.p.01). se diz que um dos motivos para que o M-19 atacasse o Palácio da justiça seria uma ação contra os ministros que iriam —decidir sobre a legalidade de um tratado de extradição de traficantes de drogas entre a Colômbia e os estados unidos, quem teria dado essas informações seria o Ministro da Justiça Enrique Parejo Gonzalex e os familiares dos magistrados assassinados.

No entanto a partir do ano de 1986 verifica-se um crescente aumento das reportagens frisando a presença fortíssima do narcotráfico em detrimento de notícias sobre as guerrilhas. Os traficantes se tornam o principal alvo das notícias sobre a Colômbia principalmente quando se aproximava as eleições que levariam Virgílio Barco à presidência aparecendo num total 25 reportagens citando diretamente ou indiretamente a guerra contra as drogas e um esforço conjunto de outros países para o restabelecimento da paz na Colômbia como atesta essa reportagem em que Virgilio Barco discursa numa assembleia geral da ONU (Organização das Nações Unidas) na qual ele teria feito — uma exortação no sentido de que se fortaleça a luta contra o terrorismo e o tráfico de drogas, que sejam apoiados os esforços para uma solução pacífica na crise centro-americana (...). (—Barco inicia programa contra pobreza na AL. **O Estado do Maranhão**. 02.10.1986.p. 6).

Mesmo sem ter feito uma análise mais profunda das reportagens do jornal *O Estado do Maranhão* do ano de 1986 (que ainda vão ser mais profundamente analisadas), vê-se os principais elementos que encaminham a pesquisa tais como, o nome de Pablo Escobar, a questão do Tratado de Extradicação (—Traficantes querem fugir da extradição. **O Estado do Maranhão**.09.05.1986. p.6), os assassinatos de juízes, (—Traficantes matam juiz colombiano. **O Estado do Maranhão**. 01.08.1986. p.6), o estabelecimento do —estado de sítio, o alcance da droga no mercado externo para além dos Estados Unidos (—Cocaína é para Europa. **O Estado do Maranhão**.23.09.1986. p.6), os —extraditáveis, o ataque aos jornalistas como mostra esta

reportagem em que jornalistas protestam contra a onda de violência eu atinge a essa classe —A paralisação é um protesto contra violência em geral em particular pelo assassinato de Guillermo Cano e outros colegas disse um diretor de jornal. Guillermo Cano foi morto a mando de Pablo Escobar. —Imprensa em greve geral na Colômbia. **O Estado do Maranhão**.20.12.1986. p.6)

### 3. Conclusão

Para este trabalho foram selecionadas 13 reportagens entre os anos 1983 a1985 e mais um resumo do que se tem nas reportagens a cerca do ano de 1986, nesse último caso para se ter uma noção de como o jornal começa a mudar o tratamento do tema sobre o narcotráfico. É importante frisar que em todas as notícias analisadas até aqui (1985) no jornal *O Estado do Maranhão* os nomes como o de Pablo Escobar e o Cartel de Medellín não aparecem, isso acontece a partir do ano seguinte, no entanto, existem frequentes menções a fatos e acontecimentos que de acordo com o levantamento bibliográfico revisado sobre o tema tem relação com Pablo e o Cartel de Medellín.

Sendo assim, de acordo com a historiografia escrita, noto um tratamento diferente desse jornal com relação aos problemas da Colômbia do século XX. Nesses dois anos (1984 e 1985) de análises das fontes percebo que o jornal não concebe o tráfico de drogas e seus agentes como principais alvos a serem combatidos como mostra muitos escritos, mas dar a esse tema uma posição secundária. É notável que o jornal se volta para a luta de Belisário Betencur contra as guerrilhas, principalmente o M-19, responsabilizando-o por diversos acontecimentos do período e —omitel a forte presença do cartel e dos principais chefes do tráfico ou mesmo a provável fusão dessas forças. No que diz respeito às manchetes a partir 1986 o tema é quem ganha maior destaque nesse jornal, deixando de aparecer notícias frequentes relacionadas as guerrilhas. Importante observar que não se quer aqui fazer comparações sobre qual tema tem mais manchetes nesse periódico (guerrilhas ou narcotráfico colombiano), porém, como a hipótese que norteia esta pesquisa tenta explicar o imaginário sobre a Colômbia : entende-se que nesse primeiro momento o narcotráfico na visão desse jornal não é o elemento predominante na Colômbia e sim a ação do M-19. Verifica-se um aumento significativo das notícias vinculadas ao trafico como já dito antes a partir 1986 em diante.

Pode-se dizer que até o estágio atual da pesquisa a forma como as reportagens são construídas não dão conta de um imaginário de que a Colômbia foi dominada pelo tráfico de drogas nos primeiros anos da década de oitenta, deixando assim essa marca para a segunda metade da mesma. No período corespondente à primeira metade da década de 80 as abordagens

desse impresso sugerem que a Colômbia esteve sob o terror das guerrilhas insurgentes, porém não se nega a atuação dos traficantes que nas notícias aparecem como sendo a segunda maior preocupação do governo.

### **Referencias bibliográficas**

HYLTON, Forrest. *A revolução colombiana*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

GALLEGO, Medina Carlos. *Marfía y narcotráfico en Colombia: elementos para un estudio comparado*. Clasco, Buenos Aires, 2012.

CAVON, Alfredo Fauner. *Organização do narcotráfico a partir da década de 70: os novos modelos de gestão da empresa capitalista são utilizados no tráfico de drogas?*. UFSC. Florianópolis, 2012.

SALAZAR, Alonso. *Pablo Escobar: ascensão e queda do grande traficante de Drogas*. 1. ed.- São Paulo: Planeta, 2014.

# ENTRE O JORNAL DO DIA E O ESTADO DO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO JORNALÍSTICA NOS ANOS DE CHUMBO.

Manoel Afonso Ferreira Cunha\*

## Introdução

O objetivo deste trabalho é examinar de forma estrutural, em determinado recorte cronológico, os periódicos: *Jornal do Dia* e *O Estado do Maranhão*. A opção por esses jornais se dá pela estreita relação histórica entre os dois impressos. O centro de análise é expor as rupturas e continuidades existentes no processo de transição entre os dois veículos de comunicação, oriundas da mudança ocorrida no ano de 1973. Naquele ano, o *Jornal do Dia*, empreendimento fundado por Alberto Aboud<sup>1</sup>, em 1951, foi adquirido por José Sarney e Bandeira Tribuzzi e sendo transformando em *O Estado do Maranhão*, atualmente membro domáio conglomerado de comunicações do Estado do Maranhão.

As reflexões terão como enfoque a última semana de veiculação do *Jornal do Dia* e a primeira semana de circulação do *O Estado do Maranhão*. A escolha deste recorte temporal se dá pela viabilidade de análise imediata do processo de transição jornalística exposto ao público em meados de 1973. O exame dessas documentações será norteado por questionamentos propostos pelo historiador Marco Morel<sup>2</sup> em material de propostas para abordagem e levantamento inicial para aqueles pesquisadores que se propões a estudar os arquivos da imprensa escrita.

## Breve abordagem histórica do *Jornal do Dia* e *O Estado do Maranhão*

---

\*Especialista em Supervisão, Gestão e Planejamento Educacional pelo Instituto Superior Franciscano (IESF). Mestrando em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação: História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHEN-UEMA). Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), grupo de estudos vinculado à mesma instituição. Bolsista de Mestrado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Ciência no Maranhão (FAPEMA). Atua na área de pesquisa em Ditadura, Imprensa e Ensino de História no Maranhão.

<sup>1</sup> "Alberto Wadih Chames Aboud nasceu em São Luís, no dia 15 de junho de 1922, filho de Wadih Aboud e de Malvina Aboud. Industrial, ingressou na política filiando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo eleito deputado estadual no pleito de outubro de 1958. Transferindo-se para o Partido Social Democrático (PSD), em outubro de 1962 conquistou uma cadeira de deputado federal. Após a vitória do movimento civil-militar de 31 de março de 1964, com a extinção dos partidos políticos determinada pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a consequente instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime. Foi, ainda, prefeito de São José de Ribamar (MA). Faleceu em São Luís no dia 29 de julho de 1980." (FONTES: CÂM. DEP. Anais; CÂM. DEP. Deputados brasileiros. Repertórios (1963-1967, 1967-1971); CÂM. DEP. Relação dos dep. (1826-1976); FLEISCHER, D. Thirty; INF. FAM.; TRIB. SUP. ELEIT. Dados (4, 6 e 11). In: FGV-CPDOC <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-wadih-chames-aboud-n>)

<sup>2</sup> Possui graduação em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990), mestrado em História - Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1992), doutorado em História - Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1995) e Pós-Doutorado (IEB \ USP) (2005). É professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisador associado sem vínculo à - Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). Atua na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, principalmente nos seguintes temas: história política, Brasil império, história cultural, história da imprensa e história do Brasil. (FONTE: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780898H2>)

Um dos primeiros pontos de análise sobre os jornais em questão foi à busca por uma data exata de fundação destes empreendimentos, tarefa que gerou uma reflexão importante diante de informações diferenciadas. Levando em consideração o *Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca pública Benedito Leite*, o *Jornal do Dia* foi inaugurado no ano de 1953, em São Luís, apresentando o subtítulo "Um órgão a serviço da verdade". Contudo, o site do jornal *O Estado Maranhão*, herdeiro histórico do *Jornal do Dia*, apresenta uma leitura diferente:

Nas últimas cinco décadas, a história do Maranhão foi registrada pelo jornal *O Estado do Maranhão*, veículo de comunicação que se tornou divisor de águas na história da imprensa local. Desde o início, a proposta do jornal foi a de ser "um órgão a serviço da verdade", como afirma texto publicado em sua primeira edição. Fundado em 1º de maio de 1959, pelo empresário e político Alberto Aboud<sup>4</sup>, *O Estado* é herdeiro do *Jornal do Dia*. (*O Estado do Maranhão*, 2009, p.01)

O *Jornal do Dia* surge como um órgão de enfoque em temáticas como esportes, variedades, cinema, teatro, economia e política, tendo em sua primeira direção o comando de Arimathéa Athayde<sup>3</sup> e Renato Carvalho, respectivamente diretor e gerente da instituição. O final da década de 1950 é marcante em sua trajetória no sentido do periódico experimentar um conturbado momento de rotatividade no quadro diretivo do jornal. No entanto, Em 1955 o título do folhetim passa a ser *Jornal do Dia: alma e pensamento da cidade*. Alterações no quadro diretor se tornaram corriqueiras novamente até o ano de 1967, quando assume a direção jornalística o então deputado federal e depois senador Clodomir Millet<sup>4</sup>.

A estreita proximidade entre jornalismo e política sempre foi uma particularidade marcante dentro do *Jornal do Dia*, e a década de 1960 aponta muito bem isso. Num cenário de popularidade de suas publicações, principalmente na capital São Luís, marca-se o estágio de ascensão política de José Sarney. Naquele momento (1969), o diário, sob a direção do então deputado federal Artur Carvalho, se fortifica como um dos principais meios de comunicação da época. As páginas dos jornais naquele período são provas dessa forte relação.

1973 é ano crucial para este trabalho, tendo em vista que esse é o marco cronológico que demarca a mudança do *Jornal do Dia* para *O Estado do Maranhão*. Fundado em 1 de maio

---

<sup>3</sup> José de Arimathéa Athayde Lima foi jornalista, professor, escritor e também primeiro secretário de Comunicação Social do Maranhão, no governo de João Castelo (1979/1982). Arimathéa Athayde foi, ainda, professor de Comunicação Social na Universidade de Brasília (UNB) e correspondente do jornal *O Globo*. (Fonte: <http://melquiadesgomes.blogspot.com.br/2014/07/morre-o-jornalista-arimathea-athayde.html>)

<sup>4</sup> Nascido no ano de 1913, Clodomir Teixeira Millet foi médico, empresário e político. Sua carreira política foi marcada por ter sido deputado federal por quatro vezes e senador por uma legislatura. Pertenceu aos principais partidos políticos das décadas de 1960 e 1970 como o PDS, PSP e ARENA.

daquele ano, tendo como José Sarney e Bandeira Tribuzzi como proprietários, o "novo" diário manteria um caráter predominantemente político, enfatizando de forma secundária, outros assuntos como esporte, cultura, economia e afins. A Biblioteca Benedito Leite traz uma importante leitura acerca disso:

O editorial inicial, escrito pelo seu fundador, descreve o objetivo do jornal: "Modernizar a imprensa maranhense. Inovar em termos de artes gráficas e renovar em termos de elevá-la, dar-lhe dimensão cultural, estimular vocações novas, semear ideias, discutir problemas. Um simpósio permanente sobre o destino de nossa vida, da vida de nosso Estado, da vida de nossa cidade, reflexo e alma do nosso grande povo. (SECMA, 2007, p.185)

Iniciava-se ali um novo tempo na política maranhense, mas também uma nova conjuntura para o jornalismo impresso do Estado do Maranhão. São Luís estava em definitivo no roteiro dos grandes centros de difusão jornalística a nível regional.

### **Do *Jornal do Dia* ao *O Estado do Maranhão*: rupturas e continuidades.**

Diante da revisão histórica acerca do processo de fundação do *Jornal do Dia* em 1953, e posteriormente sua transição para *O Estado do Maranhão* em 1973, tal trabalho se debruçará nas transformações de aspecto técnico da estrutura jornalística. Levando em consideração o quadro de documentos disponibilizados na Biblioteca Benedito Leite, tendo em vista o fato de que a maioria dos exemplares que estão lá presentes se encontram ausentes por variadas razões, vale atentar que isso não afetou a pesquisa.

No caso do *Jornal do Dia*, existem exemplares impressos de 1953 a 1958 e de 1960 a 1973, sendo sua última edição datada em 29 de abril de 1973. Sua periodicidade era de seis vezes na semana, não sendo publicado aos domingos, aspecto divergente do *O Estado do Maranhão*, de veiculação diária. A primeira edição especial de inauguração deste impresso é de 1º de maio, possuindo 20 páginas, doze a mais do que o normal daquele ano.

Importante destacar ainda que o nosso tempo de pesquisa dos jornais se dá pela última semana de circulação do *Jornal do Dia* e primeira semana de *O Estado do Maranhão*. Esse recorte se justifica pela necessidade de delimitarmos a principais diferenças nesse momento de transição pelo qual o jornal passou por mudanças de proprietários, direção e demais alterações técnicas.

O preço de venda permaneceu o mesmo diante da mudança estrutural pela qual os jornais passaram, mantendo o mesmo valor 0,50 centavos de cruzeiro. Outro elemento importante se refere ao parque gráfico, apontando aqui uma ruptura. O local de impressão do *Jornal do Dia* era



"a empresa Jaguar Ltda. – com instalações à Rua de Santana, Centro – passou a editar o Jornal do Dia, sob o comando de Walbert Pinheiro." (O Estado do Maranhão).

Essa perspectiva se altera no momento que os novos proprietários (José Sarney e Bandeira Tribuzzi) adquirem o periódico, com mostra o trecho:

Na época, o jornal também trocou de endereço, passando a funcionar na Av. Ana Jansen, no bairro São Francisco, onde está até hoje. A mudança de nome coincidiu ainda com a primeira grande reforma gráfica e editorial do periódico, propiciada pela introdução das rotativas off-set e do sistema de composição eletrônica. Antes, o processo quase artesanal dominava a confecção do jornal e a impressão era feita com placas de chumbo quente, nas quais as páginas eram montadas vagarosamente. (O Estado do Maranhão, 2009, p.01)

Esse processo de inovação é perceptível já na primeira edição do impresso. Diferente dos exemplares dos 20 anos de circulação do *Jornal do Dia*, todo ele produzido em preto e branco, *O Estado do Maranhão* apresenta sua capa colorida. O restante das páginas, porém, ainda são preto e branco. A alteração total para páginas coloridas só se dará anos depois.

No que se refere ao tamanho do jornal, *O Estado do Maranhão* também traz importante alteração. Os novos jornais que surgiam naquele período possuíam uma dimensão maior que os anteriores. O novo formato adotado é similar ao Standard, com média de 56 por 32 centímetros. A transformação na forma de impressão trouxe consequências diretas na formatação das notícias. A quantidade de páginas dos dois jornais se manteve semelhante, no entanto, levando em consideração o maior tamanho da folha de impressão, abriu-se espaço para mais informações de todo tipo.

No intento de identificar a orientação política e cultural dos jornais em questão, foi necessário um mapeamento das matérias, notas, editoriais, colunas e informações outras. Antes de tudo, neste sentido, na capa de ambos os jornais se localizavam matérias de grande repercussão, relativas aos aspectos da política internacional, nacional e regional, além de apontamentos econômicos. Na segunda página o *Jornal do Dia* disponibilizava um espaço para o editorial de nome "opinião", além das colunas de José Chagas<sup>5</sup> e Paulo Nascimento Moraes, e notícias de política e economia. Já no *O Estado do Maranhão* esse espaço é destinado para informações sobre variedades.

Na terceira página do *Jornal do Dia* estão localizadas referências da economia local, enquanto que, posteriormente, no *O Estado do Maranhão*, localiza-se o caderno nacional de

---

<sup>5</sup> Jornalista e poeta nascido em Piancó (PB) e dono de vasta bibliografia que inclui escritos de renome como *Canhões do Silêncio*, *Os Telhados*, *Azulejos do Tempo*, *Apanhados do Chão* e *Maré/Memória*.

esportes e informes da loteria. Deste modo, pudemos perceber que em geral a disposição de informações se dá de forma muito parecida, o que difere são as quantidades, sejam elas de notas, matérias e colunas.

Os cadernos de economia, cultura e esporte possuem forma semelhante de abordagem.

Neste último, dentro de *O Estado do Maranhão*, existe a divisão em temáticas locais e nacionais. Os editoriais tinham uma frequência quase que diária. O ponto mais semelhante, sem qualquer dúvida, se dá pelo fato das notícias policiais estarem sempre na página final do jornal.

As colunas com comentários de jornalistas que escreviam sobre temas diversos, em sua maioria ligada à política, vão aparecer em quantidade maior. Colunistas como José Chagas e Paulo Nascimento Moraes vão continuar com seus espaços de opinião, dividindo ambiente com outros jornalistas de grande projeção na época como Jurandy Leite, Noelho Spíndola e Edson Vidigal.

Dentro do aspecto de financiamento dos jornais, os colaboradores e anunciantes se apresentavam de forma discreta em ambos os jornais, e, peculiarmente, durante o período analisado, passando o jornal por mudança de proprietários, direção e parque gráfico, os patrocinadores permaneceram iguais. Na verdade se tratava de um patrocinador principal, que aparecia em todas as edições. O sabão "Rio Anil", de propriedade da empresa Oleama<sup>6</sup>, figurava nas páginas tanto do *Jornal do Dia* quanto do *O Estado do Maranhão*.

Portanto, cabe pontuar agora aspectos relacionados à orientação política de ambos os jornais. Ainda enquanto *Jornal do Dia*, a fonte estudada se porta de maneira bastante ligada ao grupo político de José Sarney, muito antes de ser proprietário da instituição. Durante seu mandato de governo iniciado em 1967, o político tem no jornal um canal explícito de apoio, entusiasmo que só aumentou após a consolidação de *O Estado do Maranhão*.

Na conjuntura política da época, em meados da década de 1970, a ditadura empresarial-militar<sup>7</sup> estava em vigor e os quadros diretivos (Alberto Aboud, Clodomir Millet, Arthur Carvalho e José Sarney) de ambos os jornais transitavam muito bem entre o jornalismo e a política, sempre alinhados ao regime autoritário. É neste caminho que nosso trabalho de operação historiográfica vai de encontro ao acabou teórico do materialismo histórico, campo

---

<sup>6</sup>Oleaginosas Maranhense SA. Oleama. Empresa maranhense do ramo de limpezas, localizada no distrito industrial da cidade de São Luís do Maranhão.

<sup>7</sup> A adoção do termo "Empresarial-Militar", no que se refere tanto ao golpe de 1964 quanto ao regime autoritário subsequente, representa a marcação de um posicionamento dentro dos embates teóricos em torno do caráter da conspiração que destituiu João Goulart do executivo federal e dos posteriores anos de estado de exceção. Tendo em vista a utilização do termo "Civil-Militar" por uma corrente revisionista que confirma e reproduz uma série de mistificações sobre o período, endossamos a aplicação do termo "Empresarial-Militar", originalmente proposto pelo historiador René Armand Dreifuss em sua obra 1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe, na qual é ressaltado o caráter classista do Golpe e da Ditadura.

epistemológico utilizado como sustentação teórica de tal trabalho.

O manuseio dos jornais nesta pesquisa vem a calhar com a opção teórica do trabalho, tendo em vista que, segundo Antonio Gramsci, os impressos, inseridos no campo dos meios de comunicação, constituem-se enquanto Aparelhos privados de Hegemonia. Neste prisma, o posicionamento institucional destes jornais possuem papel fundamental na luta de classes e nas disputas entre projetos de classes e coalizões de classes distintas pelo controle do aparato estatal.

O Estado ampliado, segundo Antonio Gramsci, consiste na união entre sociedade civil e sociedade política, isto é, na hegemonia revestida de coerção. Assim, a sociedade civil, a partir de seus aparelhos privados de hegemonia (sistema escolar, meios de comunicação, partidos políticos, sindicatos, sistema jurídico, Igreja, movimentos sociais, entre outros) se constitui como espaço de hegemonia, ou seja, o espaço da luta de classes.

Logo, existe a necessidade de pensar as esferas econômicas em conjunto com as culturais e políticas, ou seja, a realidade social apresenta uma perspectiva totalizadora. Assim, o Estado apresenta uma figura educadora, "formadora de consenso em relação a determinadas práticas culturais e morais"

Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que - através de sua ação política, ideológica, cultural - consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder (GRUPPI, 2000, p. 70).

A partir disso, é importante refletir sobre o protagonismo dos meios de comunicação na função de construção de consenso em uma sociedade. Aquilo que então é publicado nos jornais, na ótica gramsciniana, visa reverberar os interesses das classes dominantes em detrimento das classes trabalhadoras. Isto é, os jornais assumem a função de partidos políticos, de organizadores da vontade coletiva em torno de um projeto político-ideológico elaborado por uma classes ou por uma coalizão de classes.

O *Jornal do Dia* foi um dos principais canais de apoio ao golpe de 1964, seguindo uma tendência da grande imprensa nacional que via em João Goulart uma ameaça de colocar o país em sintonia com o comunismo. Enquanto que *O Estado do Maranhão* foi um —porta voz‖ do regime. Logo, a questão aponta para o fato de que a imprensa foi um dos pilares de consolidação do capitalismo no ocidente. A grande imprensa do século XX, dentre eles o *Jornal do Dia* e *O Estado do Maranhão* a nível regional, é antes de tudo um campo empresarial. Essa leitura nos

ajuda a entender o fato dos jornais citados atuarem, em determinados momentos, de maneira tão partidária.

A década de 1970 experimentou o chamado "milagre econômico", período de grande crescimento econômico do Brasil, pautado numa modernização conservadora, autoritária e concentradora de renda. Neste âmbito, surgem os oligopólios da informação, os grandes conglomerados da comunicação que se beneficiaram no processo de urbanização brasileiro, da profissionalização do ofício de jornalista com as faculdades de jornalismo, da ampliação de rendas publicitárias e de financiamentos públicos para gestão dos periódicos.

José Sarney, proprietário do O Estado do Maranhão e senador pela ARENA, partido político de sustentação do regime de exceção, é um claro exemplo da próxima relação entre militares e empreendimentos jornalísticos. Essa harmonia trouxe imensos frutos aos grandes jornais do país, como afirma Alzira Alves de Abreu:

A modernização dos meios de comunicação foi, para os militares, parte de uma estratégia política que estava ligada à ideologia da segurança nacional. A implantação de um sistema de informação capaz de "integrar" o país fazia parte de um projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos. Para a concretização desse projeto, os militares estimularam a formação de grandes redes, o que exigiu vultuosos investimentos. Nesse período se formaram os oligopólios de informação, com recursos obtidos junto ao governo.(ABREU,

Corroborando com a tese da pesquisadora do CPDOC<sup>8</sup>, temos a reflexão do historiador Rodrigo Patto Sá Motta:

De certo modo, os anos 1960 e 1970 foram o auge da grande imprensa tradicional, se forem consideradas a vendagem e a circulação dos diários. Eram vendidos aproximadamente 5 milhões de jornais e os diários mais influentes haviam passado por reformas recentes, tornando-se empresas mais sólidas. Também a diversificação no perfil da imprensa, com a entrada em cena de diários que disputavam o público de mais baixa renda. O acirramento da competição e as pressões exercidas pelo regime militar levariam à redução do número de jornais no início dos anos 1970, gerando fenômeno de concentração nas empresas maiores, ao mesmo tempo que as tiragens aumentavam. (MOTTA, 2013, p.63)

Podemos inferir que tanto o *Jornal do Dia* quanto *O Estado do Maranhão* são resultado desse movimento dentro da imprensa nacional. Por mais que informassem sobre temas variados como economia, cultura, esporte e violência, a maior parte de ambos os jornais, mesmo após a

---

<sup>8</sup> O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Criado em 1973, tem o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação. (Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/sobre>).

transição, é destinada a noticiar e opinar acerca da dinâmica política local, nacional e, por vezes, internacional.

### **Considerações finais**

Existem muitos espaços a serem tocados pela investigação histórica no âmbito dos estudos sobre a imprensa. Pesquisar o discurso jornalístico é apenas um dos caminhos, mapear o posicionamento institucional diante de determinada questão é outro. Refletir sobre os aspectos técnicos, diretivos e estéticos foi inovador no sentido de buscarmos um percurso diferente em relação ao processo de investigação da imprensa.

A atualidade dos estudos sobre essa temática afirma que hoje os jornais são uma fonte de pesquisa consolidada e a quantidade de trabalhos utilizando este tipo de arcabouço documental reforçam essa tese. Os periódicos estão sendo utilizados como elemento de reflexão histórica, em diversas temporalidades, balizadas por diferentes elaborações teóricas, não estando mais suscetíveis a exames que apenas confirmem ou sustentem aquilo presente em outras documentações.

Pensando a realidade brasileira, especificamente o panorama maranhense, ainda há muito a se desbravar no aspecto da imprensa local. Existem ultimamente importantes projetos de estudo utilizando os jornais para racionar determinada temática, no entanto, o que ainda falta na historiografia nacional e, principalmente, na escrita da História do Maranhão, são investigações acerca dos próprios jornais, ou seja, uma história da própria imprensa.

É nesse caminho que nosso trabalho acena, pois o que foi feito ainda é muito embrionário, mas, sem sombra de dúvidas, será um importante ponto de partida para projetos de pesquisa em história que objetivem estudar a fundo os jornais locais, não mais como uma fonte secundária, e sim como o protagonista da análise histórica.

### **REFERÊNCIAS**

- ABREU, Alzira Alves de. **As mudanças na imprensa brasileira: 1950-1970**. In LUSTOSA, Isabel (org). Imprensa, história e literatura. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.
- DE LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. in PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da**

**imprensa no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.126-129 (Anexo).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, v.14, n.26, jan-jul. 2013, p.62 a 85

## **LIVRO DIDÁTICO E A LUTA PELA TERRA NA DITADURA EMPRESARIAL MILITAR**

**Mariana da Sulidade<sup>1</sup>**

### **Introdução**

A análise do livro didático tem ganho uma atenção relevante no debate sobre o ensino de História. A sua caracterização mercadológica, a sua inserção como fonte e objeto de estudo contribuíram significadamente para pensá-lo como espaço de disputas de projetos de leituras acerca do passado.

Ainda que se concorde com a afirmação de que o livro didático não encerra as discussões sobre o Ensino de História, tal instrumento é a materialização mais imediata da organização curricular, fruto de escolhas e disputas políticas sobre um determinado projeto de sociedade.

O livro didático traz em si uma perspectiva de construção temporal uma vez que procura através de seleção de "passados" legitimar o presente. Desta forma, é bem verdade que a seleção dos conteúdos presentes no livro didático condicionam a formação de uma determinada consciência histórica<sup>2</sup> e a própria relação entre passado, presente e futuro. É na seleção do que ensinar que se define um projeto de História.

As lutas sociais do campo na história do Brasil Recente representam parte significativa da história social do país. No entanto tal importância não se reflete na presença dessa temática na sala de aula e muito menos nos materiais didáticos relacionados ao Ensino de História. A distancia estabelecida entre os conteúdos presentes no livro de história e a produção do conhecimento histórico faz parte de uma invenção antiga que estabeleceu um fosso entre ensino a pesquisa, herança maior das reformas educacionais da Ditadura Empresarial Militar.

O presente trabalho objetiva analisar as representações sobre a Questão Agrária no tocante à luta pela terra nos livros didáticos do Ensino Fundamental pontuando os conflitos emergentes em torno das disputas pela terra na Ditadura Empresarial Militar e Transição Democrática.

---

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós Graduação em História Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão PPGHEN 2016-2018.

<sup>2</sup> Consciência histórica aqui utilizada como processo de significação do tempo "[...] a consciência histórica não é memória, mas a envolve, é o tempo significado, é a experiência pensada em função do tempo como expectativa e perspectiva, compondo um sistema dinâmico" CERRI, 2011, p.48.

## O Livro Didático em Questão

Além de um lugar de transposição didática<sup>3</sup> o livro didático é também portador de valores, ideologias e, sobretudo, está inserido nos desenvolvimentos das tecnologias editoriais sendo possível verificar sua dimensão somente a partir da sua materialidade social, cultural e física

A noção de materialidade, em suma, remete à materialidade das relações sociais em que os livros (inclusive didáticos) estão implicados. Na esfera da produção, diversas modalidades de trabalho concorrem para que o livro venha à luz. Esses trabalhos são geralmente executados por diversos trabalhadores em suas especializações (editores, revisores, paginadores, artes-finalistas, impressores, encadernadores etc.), embora não seja impossível que todos esses trabalhos especializados sejam realizados por um só trabalhador ou por um punhado deles. A circulação, em se tratando de livro didático no Brasil, é uma operação complexa, exatamente pela materialidade desse objeto: imagine-se, por exemplo, a logística envolvida para que os 160 milhões de exemplares, adquiridos pelo Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), cheguem simultaneamente no início do ano letivo em todos os recantos do território brasileiro (MUNAKATA, 2012, p. 184)

O livro didático é um produto cultural, dotado de múltiplas e complexas linguagens e inserido em uma hierarquia de confecção. No entanto, mesmo diante de sua polifonia de linguagem e múltiplas possibilidades analíticas, o livro didático durante muito tempo foi inviabilizado como fonte de pesquisa (CHOPPIN, 2004, p. 549)

Os agentes avaliadores são acionados para qualificar e enquadrar o livro didático em uma inserção de tradição de ensino que traduz uma expectativa de valores de uma sociedade. Segundo Circe Bittencourt (2004), o livro didático também é um produto mercadológico que além de ser coletivo e envolver as relações hierárquicas entre editor, autor (autores), técnicas gráficas e público consumidor é o grande porta-voz da ideologia curricular

E finalmente, o livro didático é um importante veículo portador de uma ideologia e de uma cultura [...] o livro didático possui vários sujeitos em seu processo de elaboração e passa pela intervenção de professores e alunos que realizam práticas diferentes de leitura e de trabalho escolar. (BITTENCOURT, 2004, p. 72, 73.)

O Governo Federal é o principal financiador e distribuidor do livro didático pelo

---

<sup>3</sup> Pode ser compreendida como uma prática pedagógica de reconstrução de um objeto de ensino de forma dialética. Não só uma mera tradução de linguagem, mas um refazer, repensar um determinado objeto inserido-o em cultura ensinada. MONTEIRO, 2003, p. 37-62.



Governo Federal<sup>4</sup>. A política pública do livro didático é uma das mais antigas do país, datada no ano de 1929, com a criação do Instituto Nacional do Livro Didático.

O Decreto-lei n. 1006 de 1938, cria a Comissão Nacional do Livro Didático. Com o golpe empresarial militar e as reformas conservadoras do ensino público, em 1966, o MEC faz um acordo com Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional que enquadra os critérios educacionais da nação a partir de interesse macroeconômicos.

Sob o período militar, a questão da compra e distribuição de livros didáticos recebeu tratamento específico do poder público em contextos diferenciados — 1966, 1971 e 1976 —, todos marcados, porém, pela censura e ausência de liberdades democráticas. De outra parte, esse momento foi marcado pela progressiva ampliação da população escolar, em um movimento de massificação do ensino cujas conseqüências, sob o ponto de vista da qualidade, acabariam por deixar marcas indelévels no sistema público de ensino e que persistem como o seu maior desafio. Neste contexto particular, destaca-se o peso da interferência de pressões e interesses econômicos sobre a história ensinada, na medida em que os governos militares estimularam, por meio de incentivos fiscais, investimentos no setor editorial e no parque gráfico nacional que exerceram papel importante no processo de massificação do uso do livro didático no Brasil. (MIRANDA e LUCA, 2004, p.125)

A distribuição de livros didáticos e dicionários para as escolas públicas não era feita de forma integral, excluindo alguns segmentos como Educação Jovens e Adultos e estabelecendo um quantitativo menor para o Ensino Médio. Aliás o processo de distribuição de livros em toda rede básica equiparando esses segmentos de ensino foi gradual, sendo regularizado nos anos 2000.

Por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) são distribuídos milhares de exemplares para os estabelecimentos de ensino de Educação Básica<sup>5</sup>, fazendo da indústria do livro didático um grande negócio. Tal política pública passou por redefinições, sobretudo a partir de 1997, ano da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que guiarão a confecção e as matrizes pedagógicas do livro didático. O MEC por sua vez é o maior comprador de livro didático do mundo e PNLD demonstra o quanto lucrativo é ter o livro didático em seu catálogo.

<sup>4</sup> O processo de financiamento e distribuição do livro didático perpassa as seguintes etapas: 1 Adesão; 2 Editais; 3 Inscrição das editoras; 4 Triagem/Avaliação; 5 Guia do Livro; 6 Escolha; 7 Pedido; 8 Aquisição; 9 Produção; Avaliação de qualidade física; 11 Distribuição; 12 Recebimento. Disponível em <http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-funcionamento> Acesso em 14.09.2016.

<sup>5</sup> Houve aquisição de 114,8 milhões de livros didáticos para 36,6 milhões de alunos da educação básica pública, para utilização a partir de 2010. O maior volume de investimento foi direcionado às turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental (distribuição integral) e do 6º ao 9º ano (reposição e complementação), com 103,6 milhões de obras distribuídas. Os estudantes de ensino médio receberam 11,2 milhões de exemplares, como complementação e reposição. Dados disponíveis em: <http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>. Acesso em 15/09/2016.

Os valores negociados entre o FNDE e as editoras que forneceram livros didáticos para o Ensino Fundamental em 2011, por exemplo, foi de R\$ 880.263.266,15 (Assessoria de Comunicação FNDE, 2010). O PNLD é, sem dúvida, um grande negócio para as editoras. Ter um livro de seu catálogo escolhido por diversas escolas brasileiras é a garantia de uma vendagem certa. A produção é feita a partir da encomenda estatal. Mesmo pagando um preço bem menor do que o valor de venda do material em livrarias, as compras do governo federal têm permitido que as editoras ampliem bastante o faturamento, já que o volume de negócios é muito grande. A alta lucratividade do setor vem da enorme quantidade vendida. (SILVA, 2012 p. 810).

A relação mercadológica do livro didático é entranhada com sua natureza educativa, além da grande lucratividade da produção didática no Brasil. Alguns historiadores observam a oligopolização do setor traduzida na presença de grandes redes editoriais que controlam o mercado do livro didático no Brasil (SILVA, 2012, 811).

As críticas conferidas aos PCNs, ao PNLD e à produção dos livros didáticos não alteram a posição de grande parte dos pesquisadores, segundo a qual houve uma evolução nos critérios de avaliação do livro didático que avançou qualitativamente nos anos 1990 e 2000. O debate sobre a relação com tempo histórico contribuiu para o surgimento de livros pedagógicos que traziam novas abordagens, como a coleções temáticas e integradas<sup>6</sup> que vão em sentido contrário à hegemonização da abordagem cronológica e eurocêntrica, muito embora essa ainda prevaleça.

Ainda que o processo de aperfeiçoamento dos critérios e procedimentos de avaliação seja bastante recente, a relação de continuidade dessa política por quase uma década teve efeitos incontestáveis na forma e no conteúdo do livro didático brasileiro. Na área de História é patente a transformação: de um cenário marcado pelo predomínio de obras que veiculavam, de modo explícito ou implícito, todo tipo de estereótipo e/ou preconceitos, para um quadro em que predominam cuidados evidentes, por parte de autores e editores, em relação aos critérios de exclusão de uma obra didática  
(MIRANDA e LUCA, 2004, p.127)

A criação do Guia do Livro Didático que disponibiliza critérios de orientação para o professor(a) tais como propostas pedagógicas, formação cidadã, projeto gráfico entre outros, trouxe aspectos positivos na qualidade do material didático e sua atualização em relação às discussões historiográfica e teóricas relativas à disciplina de História.

---

<sup>6</sup> Selva Guimarães Fonseca a respeito das experiências nas escolas de São Paulo analisa o currículo que integra diferentes abordagens de tempo histórico na definição dos conteúdos durante os anos 1990, período determinante para a revisão das reformas educacionais da Educação Básica (Leis de Diretrizes e Bases da Educação e definição dos Parâmetros Nacionais da Educação) e profundo impacto de novas orientações teóricas e metodológicas da própria disciplina histórica. Para mais aprofundamento ver FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada** Campinas - São Paulo. Papyrus, 1993.

Os presentes critérios contribuíram de forma inquestionável para problematização de estereótipos vinculados e naturalizados em períodos anteriores, assim como a obrigatoriedade de diálogos com novas linguagens, temáticas e conteúdos no âmbito do conhecimento histórico.

### **Livro Didático e a Luta pela terra: Análise do Projeto Araribá História 9º Ano.**

Pontuadas as questões acerca da historicização do livro didático em sala de aula, retomemos a presença da luta pela terra em suas páginas. Como explicitamos no primeiro momento no capítulo anterior, essa temática tem grande relevância, uma vez que as múltiplas experiências de resistência de grupos distintos em uma sociedade são indispensáveis para uma leitura do tempo que agregue sujeitos históricos com realidades históricas divergentes.

[...]Nesse sentido, o ensino de História pode fazer escolhas pedagógicas capazes de possibilitar ao aluno refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas e relacioná-los com problemáticas históricas inerentes ao seu grupo de convívio, à sua localidade, à sua região e à sociedade nacional e mundial. (PCN, 1998, p.34)

Alguns conceitos ligados à História (em maior ou menor grau) já não são estranhos aos alunos do 9º do Ensino Fundamental. A expectativa para o ensino de História nesse ciclo é que os alunos estabeleçam relações diante dos fenômenos políticos e sociais, assim como possam fazer com a dimensão temporal e apresentem ampla percepção de fontes históricas a partir da leitura das diferentes linguagem tais como rádio, televisão, jornais, cinema, propagandas e internet, espera-se portanto

que ao final do quarto ciclo os alunos sejam capazes de utilizar conceitos para explicar relações sociais, econômicas e políticas de realidades históricas singulares, com destaque para a questão da cidadania; reconhecer as diferentes formas de relações de poder inter e intragrupos sociais; identificar e analisar lutas sociais, guerras e revoluções na História do Brasil e do mundo; conhecer as principais características do processo de formação e das dinâmicas dos Estados Nacionais; refletir sobre as grandes transformações tecnológicas e os impactos que elas produzem na vida das sociedades; localizar acontecimentos no tempo, dominando padrões de medida e noções para compará-los por critérios de anterioridade, posterioridade e simultaneidade; debater ideias e expressá-las por escrito e por outras formas de comunicação; utilizar fontes históricas em suas pesquisas escolares; ter iniciativas e autonomia na realização de trabalhos individuais e coletivos. (PCN, 1998, p. 66).

Se, por um lado, os objetivos e as diretrizes para o componente curricular de História representaram um avanço da qualidade do livro didático desde a introdução de

novos conteúdos (especialmente ligados ao ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no Brasil e História dos Povos Indígenas) para renovação da própria abordagem, em que pese a historicidade desse processo e o quanto ele agregou elementos positivos ao ensino de História, avaliamos também a persistência de um grau ainda hierarquizado na produção do saber histórico que evidencia um contexto de homogeneização do ensino de História através da pasteurização do material didático, que tem como eixo de produção e problematização das realidades das regiões sul e sudeste, tal aspecto coloca em questão o caráter urgente da relação entre conhecimento histórico e saber histórico escolar.

A análise do material didático ajuda-nos a perceber como essa temática está sendo abordada enquanto conteúdo a serem desenvolvidos em sala de aula. Escolhemos o livro didático Projeto Araribá História da Editora Moderna usado na U.E.B. Gov. Jackson Képler Lago e em outras escolas da rede municipal de ensino.

A Coleção Projeto Araribá - História da editora Moderna é produzido em São Paulo e corresponde a uma obra coletiva. A editora executiva responsável é Maria Raquel Apolinário – Bacharel e Licenciada em História pela Universidade de São Paulo. A abordagem da coleção é feita através de uma narrativa linear cronológica. O livro contém 296, divididas em oito unidades<sup>7</sup> que intercalam entre história europeia e a história nacional.

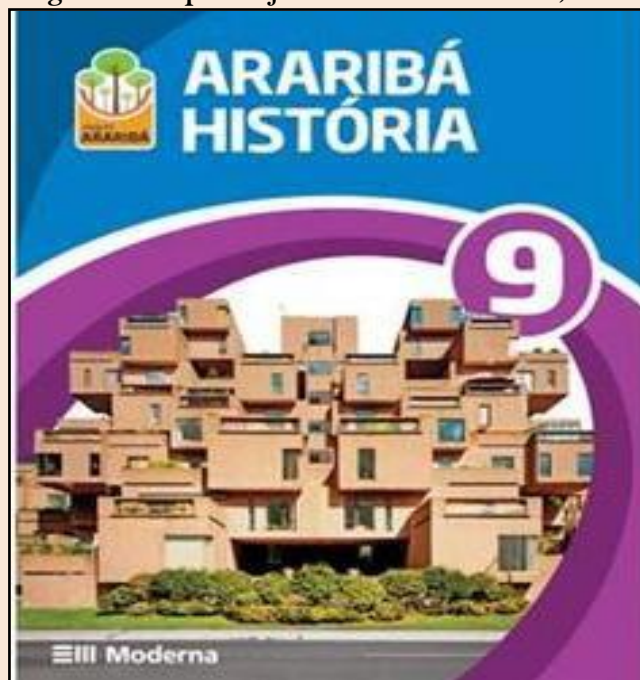
De acordo com o Guia do Livro Didático,

A preocupação com a competência leitora é central na proposta pedagógica da coleção. A coleção valoriza as ações da formação cidadã, promovendo a percepção e o respeito às diferenças dos grupos que compõem a sociedade, inclusive das minorias. Destaca-se o vínculo estabelecido entre os conteúdos históricos com as problemáticas do presente, incentivando a compreensão dos problemas sociais e o respeito às distintas culturas e aos modos de vida. Há constantes referências à história ambiental, com conexões entre as ações do passado e o contexto atual. (Guia do Livro Didático PNLD, 2014, p. 105)

---

<sup>7</sup> Unidades: 1 – A era do imperialismo; 2 – A República chega ao Brasil; 3 – A Primeira Guerra e a Revolução Russa; 4 – A crise do capitalismo e a Segunda Guerra Mundial; 5 – A Era Vargas; 6 – Os anos da guerra fria; 7 – Democracia e ditadura na América Latina; 8 – A nova ordem mundial.

Imagem 5 - Capa Projeto Araribá – História, 9º Ano



No que tange a presença da luta pela terra, o livro do nono ano da presente coleção dispõe de pouco ou quase nada sobre as problemáticas e diversidades de lutas sociais do campo, não só em relação ao Brasil como também em relação a outras realidade e momentos históricos, como por exemplo a ausência das referências rurais em diferentes contextos revolucionários. A Revolução Mexicana (1910) não aparece em nenhuma divisão temática, e a mesma está ausente em capítulos ou subcapítulos.

A Revolução Mexicana é central para a análise das especificidades revolucionárias do século XX. Sua ausência não só inviabiliza sujeitos históricos na conjuntura de desenvolvimento do capitalismo na América Latina como também anula as diversas formas de lutas sociais presentes no continente latino-americano

Os estudos desenvolvidos acerca da América Latina nos fazem compreender que no cerne de sua historicidade há uma tradição de resistência que perpassa suas várias temporalidades e que se torna um fator componente das múltiplas experiências sócio-culturais engendradas no cotidiano de luta dos sujeitos históricos. A amplitude e a complexidade dessas experiências ultrapassam os conceitos e as ortodoxias, que buscam apenas rotulá-las de revolução burguesas, socialistas, democrático-burguesas, e que acabam por empobrecer o sentido real dessas movimentações políticas, como é o caso da Revolução Mexicana. (LIMA. BATISTA, 2009, p. 2)

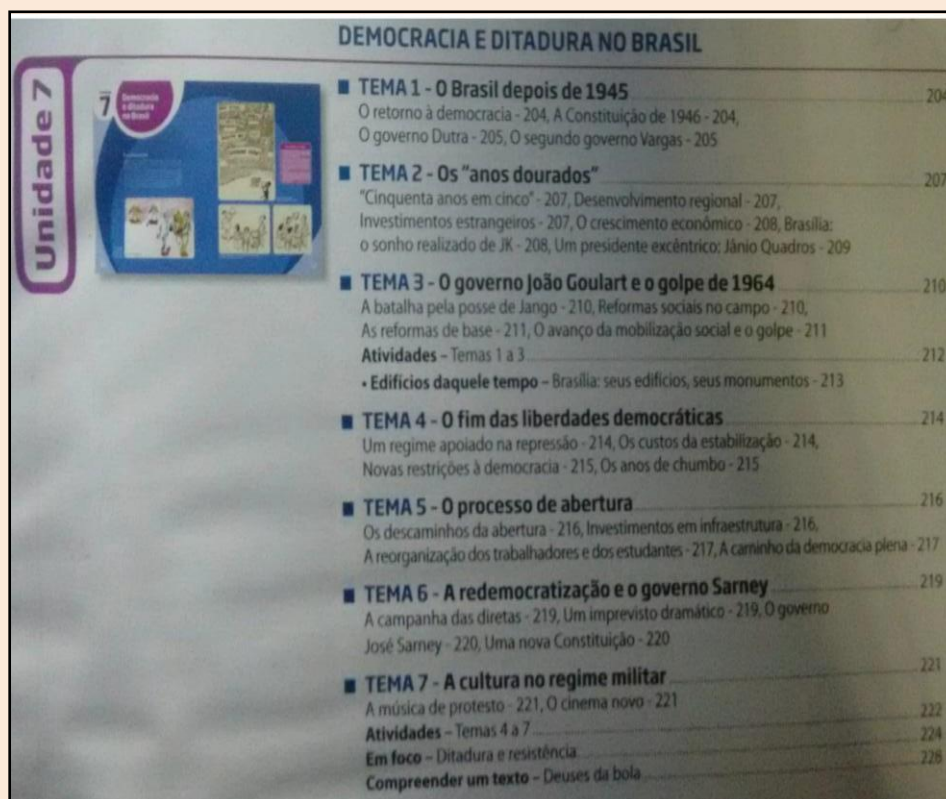
Embora o livro apresente aspectos positivos quanto a intercalação entre a história cronológica e história temática, a primeiro sendo o principal eixo da organização explicativa, percebemos que a centralidade narrativa sobre a História do Brasil

Republicano e Contemporâneo gira em torno do processo de urbanização do país e industrialização e até mesmo quando se explora uma apresentação temática os elementos estão subordinados a essa centralidade.

No capítulo a "A República chega no Brasil" o termo "grandes latifundiários" é usado para caracterizar grupos sociais ligados à oligarquia nacional. Não é apresentado nenhum complemento ou explicação do termo através de boxes interativos reaparecendo em outro momento para designar a política coronelista e a mandonismo "A figura do coronel era típica das áreas rurais brasileiras, onde a enorme concentração de terras gerava um quadro contraditório: uma minoria de fazendeiros poderosos diante de uma minoria de camponeses empobrecidos" ( PROJETO ARARIBÁ, 2010, p.48).

A partir desse momento não é mais apresentado referência alguma sobre movimentos sociais no campo ou sobre a questão agrária brasileira, sendo essa temática retomado brevemente apenas na Unidade Sete.

### IMAGEM 6 Sumário



DEMOCRACIA E DITADURA NO BRASIL	
<b>TEMA 1 - O Brasil depois de 1945</b>	204
O retorno à democracia - 204, A Constituição de 1946 - 204, O governo Dutra - 205, O segundo governo Vargas - 205	
<b>TEMA 2 - Os "anos dourados"</b>	207
"Cinquenta anos em cinco" - 207, Desenvolvimento regional - 207, Investimentos estrangeiros - 207, O crescimento econômico - 208, Brasília: o sonho realizado de JK - 208, Um presidente excêntrico: Jânio Quadros - 209	
<b>TEMA 3 - O governo João Goulart e o golpe de 1964</b>	210
A batalha pela posse de Jango - 210, Reformas sociais no campo - 210, As reformas de base - 211, O avanço da mobilização social e o golpe - 211	
<b>Atividades - Temas 1 a 3</b>	212
• Edifícios daquele tempo - Brasília: seus edifícios, seus monumentos - 213	
<b>TEMA 4 - O fim das liberdades democráticas</b>	214
Um regime apoiado na repressão - 214, Os custos da estabilização - 214, Novas restrições à democracia - 215, Os anos de chumbo - 215	
<b>TEMA 5 - O processo de abertura</b>	216
Os descaminhos da abertura - 216, Investimentos em infraestrutura - 216, A reorganização dos trabalhadores e dos estudantes - 217, A caminho da democracia plena - 217	
<b>TEMA 6 - A redemocratização e o governo Sarney</b>	219
A campanha das diretas - 219, Um imprevisto dramático - 219, O governo José Sarney - 220, Uma nova Constituição - 220	
<b>TEMA 7 - A cultura no regime militar</b>	221
A música de protesto - 221, O cinema novo - 221	
<b>Atividades - Temas 4 a 7</b>	222
<b>Em foco - Ditadura e resistência</b>	224
<b>Compreender um texto - Deuses da bola</b>	228

FONTE: Projeto Araribá 9º Ano. 2010.

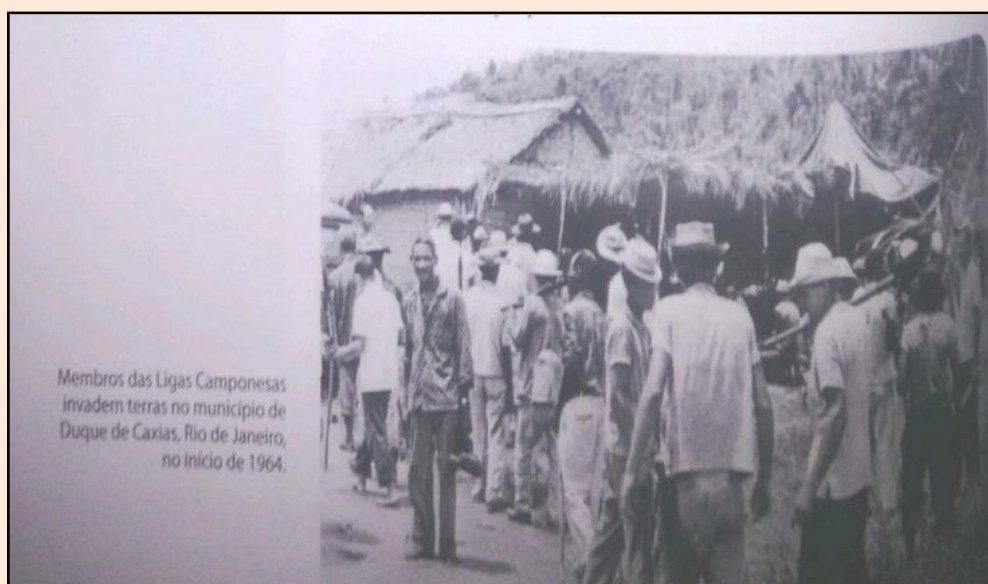
Na unidade sete "Democracia e Ditadura no Brasil" a única referência política sobre a história das lutas sociais do campo é colocado como subtema do capítulo "Governo Goulart e o Golpe de 1964" fazendo referências às Reformas de Base. O material não apresenta distinção entre reforma agrária e questão agrária e não contém

informações sobre as origens das Ligas Camponesas, também não são abordadas as especificidades das lutas pela terra presentes na formação do Brasil Contemporâneo. Termos como "desapropriação" e "arrendamento" não são explicados no texto.

Os camponeses são apresentados como categoria política (ainda que de forma homogênea) em uma breve apresentação das Ligas Camponesas e das Reformas de Base com o seguinte boxe explicativo sobre os direitos dos trabalhadores rurais.

Preocupado com as condições de trabalho no campo, o governo de João Goulart foi sensível a antigas reivindicações dos trabalhadores rurais, instituindo, em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural. Por meio dele, ao registro, em carteira profissional, à regulamentação da jornada de trabalho, ao salário mínimo, ao repouso semanal e às férias remuneradas (PROJETO ARARIBÁ, 2010, p. 210)

### IMAGEM 7 Membros das Ligas Camponesas.



FONTE: Projeto Araribá, 2010, p. 212

O texto apresentado no livro sobre os camponeses simula uma aparente homogeneidade dessa categoria política na contramão da historiografia dos movimentos sociais rurais dos últimos anos. As atividades sugeridas não tentam ampliar as noções presentes no capítulo.

Encerrada a abordagem não se falará mais de lutas camponesas ou de qualquer assunto que faça referência à questão agrária. Durante toda a abordagem sobre a Ditadura Empresarial Militar não se faz menção às lutas e resistências do mundo rural, o mesmo acontece nos tópicos sobre redemocratização. As análises privilegiam as formas de lutas e organizações de resistências urbanas.

Nas referências bibliográficas do presente livro didático não constam obras

direcionadas a temática agrária do país, todavia no Guia do Livro didático a coleção é avaliada da seguinte forma

São constantes as referências sobre questões atuais e suas semelhanças e diferenças com o passado, vinculando aspectos históricos à realidade dos alunos e às problemáticas da atualidade. Privilegia-se a noção de que as temporalidades estão marcadas por mudanças e permanências. Há confrontação entre diferentes fontes e visões de mundo, o que denota a construção do trabalho historiográfico e a diversidade de vozes que constroem o mundo social. (Guia do livro Didático. PNLD, 2014, p. 105).

### **Considerações Finais**

A memória das lutas populares, das suas mobilizações em particular às de origem rural são conferidas pouca relevância no que diz respeito à cultura da história ensinada significa a retirada (esquecimento) de referências sociais na construção do conhecimento histórico,

Um aspecto importante da história dos movimentos populares é aquilo que as pessoas comuns se lembram dos grandes acontecimentos, em contraste com aquilo que seus superiores acham que deveriam se lembrar, ou com o que os historiadores conseguem definir como tendo acontecido; e na medida em que convertem a memória em mito, como tais mitos são formados. (HOBSBAWM, 1998, p. 222)

Em tempos de renovação historiográfica em que sujeitos comuns ganham centralidade analítica<sup>8</sup> uma questão se impõe sobre a temática da luta pela terra no ensino de história, o porquê de ainda ser uma dimensão desconhecida do nosso passado, mesmo que ainda presente nas demandas sociais de reforma agrária e na permanência de atrocidades contra os que lutam pelo direito à terra (assassinato de camponeses, extermínio indígenas, avanço do latifúndio em áreas de demarcação ambiental).

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo. Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Livros didáticos entre textos e imagens. In: O saber histórico na sala de aula**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BRASIL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Ensino Fundamental**.

---

<sup>8</sup> Essa renovação data dos anos 1960, com a historiografia inglesa e a consolidação da chamada —history from belowl.



**História Brasília: MEC, 1998.**

\_\_\_\_\_. Plano Nacional do Livro Didático. **Guia do Livro Didático**  
[www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico](http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico) Acesso em 12.04.1986.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CHOPPIN, Alain. **História do livro e das edições didáticas: sobre o Estado da Arte.** Educação e Pesquisa. São Paulo. V 30, N. 3 p. 549-566. Set/Dez. 2004.

DREIFUS, René A. 1964: **A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** Rio de Janeiro, Vozes, 1981.

FONSECA, Selva Guimarães. **Os caminhos da História Ensinada.** Campinas - São Paulo. Papyrus, 1993.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História.** Cia das Letras. São Paulo. 1998.

MIRANDA, S. R.; LUCA, T. R. **O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD.** In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 48, p.123-144. 2004.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro Didático como Mercadoria.** Pro Proposições. V.23 N.03. Set/Dez, 2012. Disponível em. <http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n3/04.pdf>.

PROJETO ARARIBÁ. **História.** Volume 4. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2010.

SILVA, Helayne Mikaele. BATISTA, João do Carmo Silva. **História Escrita e História Ensinada: A Revolução Mexicana a partir dos livros didáticos.** Disponível em [www.periodicos.ufc.br/amerindia/article/download/1613/1455](http://www.periodicos.ufc.br/amerindia/article/download/1613/1455).

SILVA, Marco Antônio. **A fetichização do livro didático.** Educação e Realidade, v. 37, n. 3, set./dez. de 2012, p. 803-821.

## O NAZISMO RUMO AO PODER: A CONSTRUÇÃO DAS ENGRENAGENS AUTORITÁRIAS

Priscilla Piccolo Neves<sup>1</sup>

De acordo com o Levantamento feito pelo Historiador Boris Fausto (1998), através do livro de Norbert Elias *The Germans*, para se entender a implementação do movimento nazista não depende apenas da compreensão sobre a conjuntura histórica na qual a Alemanha se encontrava na época do triunfo do nacional-socialismo, mas sim precisa-se assimilar todas as características do desenvolvimento do país, através de um longo processo histórico. Entender o período entre guerras é essencial para alcançar o conhecimento necessário que levou a ascensão deste regime.

Ao final da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha se rende aos países que compunham a tríplice Entente<sup>2</sup> e posteriormente assina o tratado de Versalhes<sup>3</sup> decretando assim o início de um dos períodos mais sombrios do país. Além dos prejuízos nacionais, ainda saía como a principal responsável pela guerra e pelas despesas sofridas por todos os envolvidos. Com a assinatura deste tratado, a Alemanha passa a ser uma república, conhecida como a República de Weimar; é obrigada a desmilitarizar a região da Renânia; a França ganha o direito, até então pertencente a Alemanha, de ocupar e explorar reserva de carvão do vale do rio Ruhr; é obrigada a romper relações econômicas e políticas com o então recém criado país austríaco fruto do desmantelamento do império Austro-Húngaro; obrigada a desarmar e reduzir numericamente seu exército, além de ser proibida de fabricar artefatos bélicos; perde seus territórios de Alsácia e Lorena, Posen, Malmedy e Eupen, que regressariam a França, Polônia e Bélgica respectivamente; e obrigada a pagar altas indenizações aos países vencedores. Os alemães passam a enxergar a rendição na guerra e a assinatura do tratado de Versalhes como uma punhalada, uma traição por parte do Kaiser que, segundo a crença popular, estava sofrendo grande influência e pressão dos comunistas e dos judeus para a aceitação de rendição e do posterior cumprimento deste tratado. Tais fatos levam a população a se submeter a intensas privações e interferências

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas (UEMA) e membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC) sob orientação do Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva.

<sup>2</sup> Inglaterra, França, Império Russo, Estados Unidos da América e posteriormente a Itália que se uniram durante a primeira guerra Mundial contra os países da chamada tríplice aliança, composta principalmente por: Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália .

<sup>3</sup> O Tratado de Versalhes foi o acordo assinado em 1918, pelas principais potências mundiais, foi o encarregado pela decretação oficial do fim da Primeira Guerra Mundial, no qual a Alemanha seria a responsável por todos os prejuízos da guerra.

externas, instigando assim seu ódio para com os comunistas e os judeus<sup>4</sup>.

A crise na qual a Alemanha se encontrava no período após Primeira Guerra Mundial era marcado por um grave colapso econômico e político, sendo submetido as ingerências econômicas das potências estrangeiras. Estas intervenções impediam que o país conseguisse se fortalecer econômica e politicamente e é nessa conjuntura que surgem os pequenos partidos políticos, que em sua maioria, propunham a recuperação econômica do país, o não cumprimento das cláusulas do Tratado de Versalhes e tinham como principais bandeiras o antissemitismo e o anticomunismo. O Partido dos Trabalhadores Alemães, criado em 1919, ligado as reivindicações dos partidos de direita e que a partir de 1923 passaria a ser conhecido como Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, popularmente conhecido como partido Nazista sob a sigla NSDAP, se tornaria um desses partidos pequenos que após conquistar o apoio do então militar alemão, porém de origem austríaca Adolf Hitler, se tornaria o principal partido alemão nas décadas de 30 e 40.

Em 20 de abril de 1889, nascia na pequena cidade de Braunau, na Áustria, o homem que viria a ser um dos principais líderes mundiais, Adolf Hitler. Richard Evans (2014) o caracteriza como um exemplo vivo do conceito étnico e cultural de identidade nacional sustentado pelos pangermânicos<sup>5</sup>, pois não era um cidadão alemão de nascimento. A maioria do que se sabe sobre sua infância e juventude é altamente especulativo, o autor Andrew Roberts (2004) estabelece severas críticas a autobiografia intitulada *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, sob o argumento de que muito dos elementos apresentados pelo próprio foram super dimensionados e não condizem com uma análise histórica mais apurada. Porém, a um consenso entre os mais diversos pesquisadores sobre o tema de que Hitler nutria um intenso interesse pelas artes e pela política.

Durante sua estadia em Viena, Hitler tem um intenso contato com políticas antissemitas, que na época, já eram divulgadas em larga escala através de jornais, panfletos e revistas, além de poder presenciar as manifestações de massa do partido social democrático em Viena. Apesar de ser contra as idéias defendidas pelos sociais democratas, Hitler aprendera muito sobre mobilizações de massas e a importância de se ter um líder eleito pela maioria do povo. Em 1913, consegue recursos com o espólio de seu pai e

---

<sup>4</sup> Para mais informações ver a obra de Eric Hobsbawm (1995) ou Richard Evans (2014)

<sup>5</sup> Pangermânicos são os adeptos da ideologia e/ou movimento de um pangermanismo, ou seja, que se propõem a unir todos os povos de origem germânica sob um mesmo território.

muda-se para Munique<sup>6</sup>.

Segundo o autor Andrew Roberts (2004):

Foram os ressentimentos mesquinhos dessa época infeliz passada na capital austríaca que definiram muitas das linhas gerais do que viria a ser o nazismo. Tudo o que era preciso para criar as condições necessárias à proliferação do bacilo de suas idéias era uma imensa guerra europeia. Imediatamente, um ano apenas depois que Hitler deixou Viena, veio o cataclismo de agosto de 1914.(ROBERTS, 2014, pág. 51)

Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial em 1914, Hitler vê a oportunidade de lutar pelo país que havia decidido adotar como seu, então se alista como soldado em prol da defesa dos interesses alemães. Segundo o levantamento feito por Evans (2014), Hitler encarava essa oportunidade como sendo —uma libertação dos sentimentos dolorosos de minha juventude| (EVANS, 2014, pág. 221). Ao longo dos anos defendeu arduamente os interesses da Alemanha e de seus aliados, principalmente os interesses do então Império Austro-Húngaro e da Itália. Durante a guerra, apesar de não ter ocupado cargos mais importantes como gostaria, Hitler foi reconhecido pelos seus superiores e ganhou uma alta visibilidade no exército alemão. Com o final da Primeira Guerra e a consequente perda da Alemanha Hitler declara em *Mein Kampf* que, embora a Alemanha tenha lutado bravamente, a perda da Guerra tornaria todos os sacrifícios vãos. É a partir deste acontecimento, segundo Evans (2014) que seu ódio contra os judeus começa a tomar uma forma e um sentido. Para ele e para boa parte da população alemã a rendição aos países aliados em torno da Tríplice Entente, fora uma punhalada nas costas<sup>7</sup> e que fora dada pelo Kaiser, pelos comunistas e principalmente pelos judeus.

Em 1919, após sua recuperação física e emocional da luta e da perda na Primeira Guerra Mundial, Hitler se torna um agente político de confiança do exército em um importante e esquematizado grupo, conhecido como corporação livre, formado por ex-soldados que tinham como principal função investigar e desmantelar partidos políticos que defendessem o comunismo ou qualquer outra idéia que pudesse ir contra as idéias

---

<sup>6</sup> Há diferentes leituras sobre a mudança de Hitler para a Alemanha, a primeira defende a busca de seu sonho pelas artes, ele acreditava na possibilidade de encontrar mecanismos e oportunidades para crescer no mundo artístico. Enquanto uma segunda defende que não fora só pelas oportunidades, mas também pela possibilidade de escapar da obrigatoriedade no alistamento do exército austríaco. E há ainda uma terceira que defende que fora por causa dos dois componentes juntos. Para mais informação ver Richard Evans (2014).

<sup>7</sup>Para maiores informações do porque da população alemã defender a idéia de uma punhalada nas costas, ver Hannah Arendt (2012), Richard Evans (2014), Jeffrey Herf (2014) e Alon Confino (2016)

nacionalistas<sup>8</sup> defendidas por eles. É nesta conjuntura que Hitler é enviado, em 12 de setembro de 1919, para investigar um pequeno, mas com certo potencial de se tornar perigoso, partido político, o então chamado Partido dos Trabalhadores Alemães, fundado em 5 de janeiro de 1919 por Anton Drexler. Inicialmente, este partido tinha como principais ideais a luta contra o capital indevido, à exploração e à especulação, voltado para um viés altamente nacionalista e antissemítico, segundo Evans (2014). Seguindo ordens de seus superiores, Hitler se voluntária para se tornar membro deste partido. Rapidamente se familiarizou com suas ideias se tornando um de seus principais apoiadores, incentivadores e oradores.

Sua capacidade oratória, reconhecida pela cúpula do partido, foi determinante para a publicização das principais bandeiras do partido dos Trabalhadores Alemães, ou seja, o não cumprimento do tratado de Versalhes, o antissemitismo e o anticomunismo. A destacada atuação de Hitler, traduziu-se numa ampliação considerável de número de adeptos ao partido Nazista. Em 1920, Hitler resolve se afastar de suas funções no exército e se dedicar totalmente às suas convicções que haviam sido abaladas com a perda da Primeira Guerra Mundial e foram restauradas através de seu envolvimento direto com o processo de fortalecimento do Partido Nazista. Baseando-se nas pesquisas feitas por Evans (2014) as falas de Hitler reduziam os complexos problemas sociais, políticos e econômicos da Alemanha a um simples denominador comum: as malignas maquinacões dos judeus. No livro *O Inimigo Judeu* de Jeffrey Herf (2014), esta teoria pode ser reafirmada tomando como base as propagandas nazistas que difundiam a teoria de conspiração de uma comunidade judaica internacional, este assunto será tratado com mais profundidade a frente. Em *Mein Kampf* Hitler também demonstra sua adversidade aos judeus, podendo ser exposta no trecho a seguir:

Se, no início e durante a guerra, 12 ou 15 mil desses hebreus corruptores do povo tivessem sido refreados com gás tóxico, como aconteceu com centenas de milhares de nossos melhores trabalhadores alemães no campo de batalha, o sacrifício de milhões na front não teria sido em vão. Pelo contrário: 12 mil salafreiros eliminados na hora certa, poderiam ter salvo as vidas de 1 milhão de alemães de verdade, valiosos para o futuro. Mas aconteceu de estar na pauta da política de governo burguesa sujeitar milhões a um fim sangrento no campo de batalha sem pestanejar, e considerar 10 ou 12 mil traidores, especuladores, agiotas e vigaristas como tesouro nacional e proclamar abertamente sua inviolabilidade. (EVANS, HITLER, s/d. pág., 620-1)

Os discursos de Hitler possuíam um viés evangelizador e é através deste discurso,

---

<sup>8</sup>As ideias nacionalistas defendidas pelo partido nazistas consistiam-se em um recuperação econômica nacional; uma intensa doutrinação patriótica de pureza e superioridade da raça ariana; e um antissemitismo e anticomunismo exacerbado. Para maiores informações ver Hannah Arendt (2012) ou Richard Evans (2014).

que entram em pauta duas teorias discutidas no prefácio de Wagner Pereira no livro de Jeffrey Herf (2014) sobre como surgiu a idéia de uma Solução final implementada pelos Nazistas nos últimos anos de guerra. Conhecidas como teoria Funcionalista e teoria Intencionalista, Pereira (2014) retoma as discussões feitas por pesquisadores sobre o tema que buscam explicar e defender suas teorias. Segundo ele, Ian Kershaw (1987;2010) e Christopher Browning (2004) defendiam a ideia de uma teoria Funcionalista na qual,

acreditavam que o genocídio emergiu paulatinamente por meio de uma *‘radicalização cumulativa’*. Isto é, não havia um plano de longo prazo para exterminar a comunidade judaica. Os adeptos desta linha de pensamento acreditam que inclusive alternativas para resolver aquilo que os alemães classificavam como o *‘problema judeu’* teriam sido exploradas, mas fracassaram. Então a partir dali, aos poucos, a matança teria se revelado a solução mais eficaz. Ian Kershaw concluiu que o antissemitismo não era ativo, mas latente. E não foi o fator principal de adesão do eleitor ao nazismo (a ânsia de ordem e a estabilidade foram mais importantes).(...) Existia o que chamo de *‘ódio latente’* ao judeu, tingindo de antijudaísmo cristão. Essa estrutura tradicional da identidade nacional conduziu os alemães a aceitar a política antissemita do regime nazista, e as igrejas de todas as confissões, a não denunciá-la. (PEREIRA, 2014, págs. 23,24)

Enquanto segundo Pereira (2014) para a teoria Intencionalista defendida por Daniel J Goldhagen (1997),

o Holocausto teria sido a concretização de um *‘antissemitismo eliminacionista’* constante na história alemã. Para os defensores dessa visão, os nazistas apenas concederam aos alemães comuns a oportunidade de realizar algo que eles sempre desejaram: assassinar o povo judeu. (...) Essa posição ainda precisa explicar quando o genocídio começou e o que o teria motivado. (...) tende a reduzir os impactos dos eventos cotidianos e das decisões tomadas durante as décadas de 1930 e 1940. (PEREIRA, 2014, págs. 24)

No que se refere à teoria Funcionalista, Pereira (2014) ressalta que esta tese se baseia na não responsabilidade da população alemã diante das decisões tomadas pelo regime nazista, ignorando assim os efeitos de —uma ideologia racista do nazismo, levando a crer que estas determinações eram apenas resultados burocráticos sem nenhuma interferência pessoal. Assim como Pereira (2014), o pesquisador Alon Confino (2016) defende que a teoria Funcionalista não pode explicar a decisão pela solução final, pois para ele esta ideia seria algo único para os nazistas, que já vinham desde sua ascensão aspirando e incentivando um ódio latente pelo povo judeu, podendo ser confirmado em um discurso analisado por Evans (2014) proferido pelo próprio Hitler em 6 de abril e 7 de agosto de 1920 no qual dizia que os judeus deveriam ser eliminados, —se posso lutar contra uma doença sem matar a causa, sem aniquilar o bacilo, nem pensar que se pode lutar contra uma tuberculose racial sem cuidar para que as pessoas fiquem livres da causa da

tuberculose raciall.(EVANS, 2014, págs. 229,230)

Segundo Evans (2014) Hitler ressaltava a importância de se por o bem estar comum da população alemã acima do bem estar individual declarando-se também contrário aos grandes negócios e ao capital financeiro internacional. E é neste contexto de zelar pelo bem estar da população que Hitler juntamente com alguns soldados que lutaram ao seu lado durante a Primeira Guerra Mundial e posteriormente atuantes nas Brigadas Livres, se organizam nas Tropas de Assalto<sup>9</sup>, também conhecidas sob a sigla SA, fundada em 1921. Essas tropas tinham como objetivo garantir a segurança do Partido dos Trabalhadores e, muitas vezes através do uso da força bruta, que as bandeiras do partido fossem seguidas, principalmente o combate ao comunismo e aos judeus.

Com a substituição de classe por raça e ditadura do proletariado por ditadura do líder, de acordo com o levantamento feito por Evans (2014) os Nazistas revertem os ideais da ideologia socialista. Conforme o partido ia se expandindo e ganhando mais adeptos, foram criados símbolos que marcassem seus seguidores, tais como: uniformes para as Tropas de Assalto; uma saudação própria, inspirada na adotada por Benito Mussolini<sup>10</sup> na Itália, na qual os cidadãos estendem o braço direito para saudar ritualmente seu líder enquanto o líder respondia erguendo sua mão direita com o cotovelo flexionando a palma da mão para cima em um gesto de aceitação ao cumprimento; a bandeira composta pelas cores vermelha, preta e branca, que caracterizavam uma saudação ao império de Bismark<sup>11</sup> e conseqüentemente uma afronta direta a Republica de Weimar; e o mais conhecido e emblemático símbolo da Suástica<sup>12</sup>.

Conforme a crise econômica alemã ia se intensificando, o partido nazista espalhava cada vez mais suas ideias. Em sua obra, Evans (2014) lista alguns dos 25 pontos do programa oficial do Partido dos trabalhadores Alemães, aprovado em 24 de fevereiro de 1920, são eles:

a exigência da \_união de todos os alemães em uma Alemanha Maior\_, a revogação dos tratados de paz de 1919, \_terra e território (colônias) para

---

<sup>9</sup> Para maiores informações sobre a SA, SS e outras corporações livres ver História Revelada da SS Robert KOEHL (2015).

<sup>10</sup> Benito Mussolini fora o responsável por introduzir o movimento fascista na Itália, tendo como base o uso de táticas violentas, terror e intimidação contra os adversários de esquerda que se opunham aos seus ideais. Para maiores informações ver Richard Evans (2014) e Eric Hobsbawm (1995).

<sup>11</sup> Otto Von Bismark, conhecido pelos alemães como o líder importante do século XIX, responsável por conduzir a unificação do território alemão e fundar o Segundo Reich Alemão. Para maiores informações ver Richard Evans (2014).

<sup>12</sup> Símbolo nazista usado para marcar os seguidores do Partido dos Trabalhadores alemães e posteriormente seguidores do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. Este símbolo já havia sido usado por outros movimentos de cunho racistas, para maiores informações ver Richard Evans (2014).

alimentar nosso povo', prevenção de \_imigração não germânica' e pena de morte para \_criminosos comuns, agiotas, especuladores, etc.'. Os judeus deveriam ter os direitos civis negados e ser registrados como estrangeiros, e proibidos de possuir ou escrever em jornais alemães. (...) exigência da abolição de rendas indevidas, confisco de lucros de guerra, nacionalização dos cartéis empresariais e introdução na participação dos lucros (...) a \_criação de um poder estatal central forte para o Reich e a substituição efetiva dos parlamentares dos estados federados por corporações baseadas em estado de ocupação'. (EVANS, 2014 pág. 235)

Este documento, segundo Evans (2014) era considerado inalterado e fora criado para evitar um —foco de dissensão internal.

Em 1921 surgem divergências de opiniões entre Hitler e Drexler sobre os rumos que o Partido dos Trabalhadores Alemães deveria seguir, após ameaçar renunciar de suas funções no partido, Hitler consegue com que suas opiniões sobressaíssem as de Drexler e como condição para se manter no partido, exige ser nomeado como dirigente do partido com —poderes ditatoriais e o expurgo de dirigentes e ideias que não lhe agradavam.

Inspirado pela manifestação, conhecida como marcha sobre Roma<sup>13</sup>, ocorrida na Itália na qual levava Benito Mussolini ao poder, pelos acontecimentos ocorridos na própria Alemanha, entre os anos de 1922 e 1923, e principalmente pela invasão francesa na região alemã do vale do rio Ruhr gerada pelo não cumprimento – por parte do governo – dos pagamentos de reparação que levaram os cidadãos a mais uma explosão de insatisfação com a atual política alemã, Hitler e seus partidários se veem compelidos a tomar alguma atitude e é a partir daí que começa a se pensar em um golpe.

Levados pela pressão e pela necessidade, o partido nazista logo começa a arquitetar um plano de tomada de poder que se torna conhecido como o Golpe da Cervejaria e o Putsh de Munique<sup>14</sup>. Para conseguir apoio ao movimento, Hitler investe pesado em propagandas nacionalista contra o governo e os franceses e com isso consegue um leque de apoiadores influentes para a revolta. Em 8 de novembro de 1923 os nazistas dão início ao seus planos de prender o governo bávaro e obrigá-los a se juntarem as tropas paramilitares em uma marcha sobre Berlim para depor o governo. Conforme Evans (2014) narra em seu livro, na noite de 8 de novembro, Hitler e seus apoiadores invadem uma reunião do governo bávaro, ocorrida em uma cervejaria no centro de Munique, e obriga Gustav Ritter Von Kahr, o então comissário geral do estado, a declarar seu apoio ao movimento. Embora houvesse forças do exército paramilitar de Hitler ocupando os principais prédios do governo, o quartel principal do exército ainda estava sob a guarda do

<sup>13</sup>Para maiores informações sobre a marcha sobre Roma, ver Eric Hobsbawm (1995).

<sup>14</sup>Para maiores informações sobre o Golpe da Cervejaria - Putsh de Munique, ver Richard Evans (2014).



Estado e após a declaração de Kahr e de outros líderes, que também estavam na cervejaria no momento do golpe, de apoio ao movimento nazista, estes são soltos e imediatamente alertam o quartel geral do exército que envia tropas para deter os revolucionários. Ao levar adiante seu plano de uma marcha sobre Berlim, no dia 9 de novembro<sup>15</sup> de 1923, Hitler seguido por cerca de 2 mil homens das forças paramilitares depara-se com um cordão de isolamento policial que, após um intenso conflito armado, põe fim a revolta e prende seus principais líderes inclusive Adolf Hitler.

Após sua prisão, Hitler é julgado por um tribunal popular e em seu Julgamento assume toda a culpa pelo movimento alegando que servia aos interesses da Alemanha, logo não podia ser condenado pelo crime de alta traição. Embora mesmo assim tenha sido condenado por um crime de alta traição, a corte o sentenciou a meros cinco anos de prisão em uma instituição que, segundo Evans (2014), era considerada uma forma branda de prisão, exclusiva para infratores que cometerem crimes —honrososl. É neste período que Hitler começa a escrever seu tão famoso livro autobiográfico, sob o título de *Mein Kampf* (Minha Luta) que viria a ser considerado, principalmente ao longo do Terceiro Reich, um livro doutrinário para as práticas nazistas.

Em *Mein Kampf*, Hitler ressalta e reafirma seu ódio aos judeus, porém diferente da ira que vinha pregando em torno da teoria de que os judeus eram os principais culpados pela crise financeira, evidencia a ligação dos judeus ao —Bolchevismol<sup>16</sup> e ao —Marxismol<sup>17</sup>, duas doutrinas de esquerda repudiadas pelos nacionalistas de direita. Valendo-se de que o povo judaico era formado basicamente por comerciantes ricos e influentes, Hitler alegava que a crise era culpa deles, alegando que eles controlavam os líderes mundiais, inclusive o próprio Kaiser alemão, através da economia, além de planejarem uma dominação mundial, na qual controlariam toda a raça humana e imporiam severas consequências a raça ariana em especial. Segundo as teorias discutidas por Hannah Arendt (2012), Evans (2014), Confino (2016) e Herf (2014), os nazistas

---

<sup>15</sup>Data da comemoração do aniversário da Revolução de 1918 responsável pela retirada do regime do Kaiser.

<sup>16</sup>Segundo Norberto Bobbio (1998) o Bolchevismo é uma linha política e organizativa imposta por Lenin ao partido Operário Social-Democrático da Rússia no congresso de 1903. Tinha como principais características ser um partido homogêneo, centralizado e altamente disciplinado. E seus objetivos principais eram: —ser um partido depositário da consciência de classe, capaz de proporcionar programas, estratégias, táticas e instrumentos organizativos a um proletariado destinado sozinho a gastar suas energias em ações reivindicativas ou em revoltas sem resultados políticosl (BOBBIO, 1998, pág. 116). Ainda segundo Bobbio (1998) Pode ser considerada uma aplicação criativa do marxismo às condições específicas de um país atrasado.

<sup>17</sup>Segundo Norberto Bobbio (1998) o marxismo é —o conjunto de idéias, dos conceitos, das teses, das teorias, das propostas de metodologia científica e de estratégia política e, em geral, a concepção do mundo, da vida social e política consideradas como um corpo homogêneo de proposições (...) que se podem deduzir das obras de Karl Marx e Friedrich Engelsl. (BOBBIO, 1998, pág. 738)

acreditavam e pregavam uma teoria em torno do chamado Judaísmo Internacional, no qual defendiam que o povo judeu não possuía lealdade a nenhum Estado Nação e sim a uma ideia de Nação que unia todos os judeus em torno de sua religião, não importando assim os interesses do Estado em que se encontravam.

O ódio aos Judeus não era uma ideologia pregada apenas em *Mein Kampf*, no livro de Herf (2014) pode-se ter acesso a um leque de notícias e propagandas Nazistas que era divulgada por todo o Território do Terceiro Reich. Embora não divulgasse abertamente qual seria seus planos para este povo, desde antes de sua chegada ao poder, o partido Nazista já trabalhava a ideia de que era necessária uma medida radical e definitiva para —se dar um jeito na raça judaica, deixando assim, segundo Evans (2014), pouco duvida de que aconteceriam violências mortíferas e altamente desagradáveis para este povo.

Durante sua estadia na prisão, Hitler percebe que não poderia seguir a mesma linha que Benito Mussolini seguiu na Itália, neste caso, apenas o uso de forças paramilitares não seriam o suficiente. A partir de então, segundo Evans (2014) se volta para estratégias que o levassem a conquistar o apoio do povo alemão em massa através de propagandas e de discursos públicos. Porém, enquanto Hitler estava na prisão, o partido Nazista passava por uma grave crise interna, era marcado por divisões internas e uma grande falta de ordem nas forças paramilitares.

Em 1924, ao sair da prisão nos termos de uma condicional, Hitler fora obrigado a lidar com os limites estabelecidos para seus deslocamentos pelo território alemão, a proibição de fazer discursos públicos e o maior de todos os seus problemas, a fragmentação e desorganização do partido nazista. Contando com as amígdalas conquistadas, segundo Evans (2014), em 1925 Hitler consegue atenuar os termos de sua condicional e começa seus planos de reorganização do partido nazista<sup>18</sup> recrutando seguidores que se comprometeriam a se submeterem a sua liderança. Dois dos principais apoiadores conquistados foram Joseph Goebbels<sup>19</sup> e Heinrich Himmler<sup>20</sup>, que viriam a ser seus

---

<sup>18</sup>Para maiores informações sobre a reorganização do partido Nazista, ver Richard Evans (2014).

<sup>19</sup> Joseph Goebbels, nascido em 1897 na cidade industrial de Rheydt, no Baixo Reno. Recebeu educação secundária, estudos filosofia antiga. Alemão e história na Universidade de Bonn, obteve doutorado em Literatura Romântica na Universidade de Heidelberg em 1921. Ocupou um dos principais cargos no governo nazista o de Ministro de Propaganda, além de ser um dos braços direito de Adolf Hitler. Seus diários, embora como alega Herf (2014) tenham algumas evidências de manipulação, contem informações importantes sobre as estratégias e determinações nazistas que, após 1945, ajudaram autoridades e estudiosos do tema a esclarecerem algumas lacunas sobre o período. Sendo assim, importantes fontes documentais para a história mundial.

<sup>20</sup> Heinrich Himmler, nascido em 7 de outubro de 1900, na cidade de Munique. Influenciado por seu pai, possuía idéias nacionalistas extremas e em 1914, fora aceito no exército, porém, não chegou a ir para os campos de batalha. Posteriormente, juntou-se a força de defesa dos Residentes de Kahr, participou do golpe

homens de confiança, o Ministro de Propaganda do governo nazista e o chefe da tropa de proteção pessoal de Hitler conhecida como *Schutzstaffel* SS<sup>21</sup>, respectivamente. Nos anos que se sucederam, Hitler e seus aliados buscavam uma recuperação do número de associados ao partido e a restauração e o aumento da influência perante todo o povo alemão.

De acordo com o levantamento feito por Evans (2014), com o intuito de aumentar o número de seguidores, os Nazistas se voltam para as questões rurais do país, que estava sofrendo uma grande instabilidade gerada pela crise no final da década de 1920 que os colocavam sob a pressão de aumentos nas tarifas de importação de gêneros alimentícios como único jeito de proteger sua receita. Hitler consegue o apoio da comunidade rural através de promessas para uma Alemanha autossuficiente, —autárquica, com importação de alimentos estrangeiros mais ou menos proibidos.

Em Evans (2014) observa-se que com as eleições de 1928, o partido nazista pode notar que era possível conseguir um maior apoio nas áreas rurais com menor desperdício de energia, dinheiro e tempo e que consegue melhores resultados nos campos do que nas cidades. A partir desta descoberta, o partido logo volta-se a uma maior atenção às comunidades rurais, investindo em propagandas que transmitiam idéias que melhorariam as condições de vida da população local. Além de uma maior atenção voltada para estas comunidades, o partido também se voltou para a ala das mulheres, afiliando em 1928 a Ordem das Mulheres Alemãs, fundada por Elsbeth Zander em 1923.

Para Wagner Pereira (2014), a ideologia nazista se baseava na —contraposição entre *Volksgemeinschaft* (comunidade do povo) e aqueles considerados como “Outros” (PEREIRA, 2014, pág. 13) que deveriam ser combatidos e excluídos da comunidade nacional através de uma ação violenta do regime. Segundo Evans (2014) o aspecto mais importante da ideologia nazista era a ênfase na solidariedade racial, o Nacionalismo extremo e o culto de Hitler. Para Pereira (2014)

O nazismo tinha como um de seus princípios fundamentais a missão de “embelezar” o mundo, que, em tempos antigos, havia sido resplandecente em beleza. Na ótica nazista, a miscigenação e a degeneração o teriam transformado em ruínas, e só com o retorno aos velhos ideais a sociedade poderia florescer novamente. Para isso, o regime nazista desenvolveu um imenso aparato propagandista, ideológico e repressivo tanto para doutrinar e enquadrar os membros da Comunidade do Povo quanto para discriminar aqueles que não se

---

da cervejaria e fora crescendo gradativamente dentro do partido até ser nomeado por Adolf Hitler como chefe da Tropa de Proteção Pessoal (SS).

<sup>21</sup> Criada em 1923 e refundada em 1925, tinha como objetivo ser a Tropa de Proteção de Adolf Hitler, respondendo somente a ele. Posteriormente se torna a polícia interna do Partido Nazista. Para maiores informações ver Robert Koehl (2015).

encaixavam ao modelo ideal de alemão concebido pela ideologia nazista. Principais vítimas, logo após a chegada de Adolf Hitler ao poder, em 30 de janeiro de 1933, foram os inimigos políticos, encerrados em campos de concentração para serem *reeducados*. Outras minorias, como os homossexuais ou os *antissociais*, embora indesejáveis e qualificadas como indignas de fazer parte da comunidade nacional, foram considerados reinseríveis na sociedade, desde que mudassem seus hábitos. Outros, ao contrário, foram estigmatizados como racionalmente inferiores, como os judeus, além dos ciganos e dos doentes mentais: a este devia ser proibido qualquer contato com os alemães, e foram gradualmente excluídos de todos os setores da sociedade. (PEREIRA, 2014, pág. 14)

Segundo a teoria de Hannah Arendt (2012) a história do povo judaico é marcado por uma natureza de um povo sem governo, sem país e sem idioma. Estes elementos tornaram sua história política dependentes de fatores e imprevistos diretos de outras nações, trazendo consequências fundamentais ao povo judeu, tornando o um alvo desprotegido e fácil a mercê das determinações do governo local ao que se encontravam.

Em 1929 as corporações livres cultuavam cada vez mais a violência. Incentivadas pelo movimento nazista, não respeitavam as leis e fazendo uso do poder conquistado ao longo dos anos, desviavam a culpa de suas atenções para longe do partido nazista. As ordens que incitavam a violência nunca era dada abertamente pela liderança do partido, seus apoiadores apenas precisavam de discursos repletos de insinuações para partirem para violência, como foi o caso da Noite dos Cristais que será tratada mais a frente.

Com a chegada da crise econômica mundial em 1929<sup>22</sup>, o partido Nazista conseguiu a chance que tanto esperava para chegar ao poder, pois apenas como uma grave crise nacional é que um partido extremista conseguiria apoiadores suficientes para sustentá-lo como uma sólida organização política. De acordo com Evans (2014) o desemprego destruiu o autorrespeito das pessoas. O desemprego e o desespero delas podiam ser vistos em cada esquina das cidades alemães, levando a população a medidas extremas para sobreviver, percebe-se isso com o aumento do número de crimes e da taxas de prostituição. No decorrer dos três anos seguintes a eclosão da crise, estima-se que aproximadamente 6 milhões de alemães estavam desempregados e vivendo em péssimas condições.

A crise de 1929 além de trazer uma grave crise econômica para a Alemanha, também acirrou as disputas entre os partidos Nacional-Socialista e o Partido Comunista,

---

<sup>22</sup> Conhecida como a Grande Depressão, a crise econômica de 1929 decorreu da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, então maior economia mundial e responsável por reerguer através de investimentos e empréstimos as economias arrasadas pela Primeira Guerra Mundial, principalmente a economia alemã. As ações de grandes empresas despencaram seu valor até serem negociadas ao preço de \$ 0,00, causando assim a falência de muitas empresas e os cortes nos investimentos estrangeiros.

que já eram bem violentas, em torno das disputas pela política alemã. Para Hitler, o Idealismo, patriotismo e unidade nacional seriam os únicos responsáveis pela recuperação econômica do país. Segundo Evans (2014) as medidas adotadas pelo governo de Weimar só aumentavam as insatisfações populares, o que levava as ideias dos Nacional-Socialistas serem cada vez mais atraentes e bem recebidas.

Nos anos que se seguiram a crise, o governo foi obrigado a tomar novas medidas econômicas e políticas para tentar controlar a instabilidade do país. Para isso, de acordo com Evans (2014), é nomeado um novo chanceler em 1931 conhecido como Heinrich Brüning, filiado ao partido de centro da Alemanha. Ao assumir o poder, Brüning planejava reformar a constituição pela redução do poder do Reichstag<sup>23</sup> e combinar os cargos de chanceler do Reich e de ministro-presidente prussiano em sua própria pessoa para reduzir o crescente poder do partido Nazista, porém não conseguiu apoio político para os por em prática. Em 20 de junho de 1931, Brüning estabelece a chamada moratória de Hoover, que suspenderia o pagamento das recuperações estabelecido pelo tratado de Versalhes e assim, lhe possibilitaria implementar um aumento dos impostos sem grandes represálias da população, uma vez que estas percebessem que este dinheiro seria usado apenas para tentar controlar a crise interna. Porém, ao convocar uma reunião no Reichstag para a aprovação de um orçamento rigidamente deflacionário e ter seu pedido negado por todo o parlamento, Heinrich Brüning promove a dissolução do Reichstag, causando uma atmosfera ainda mais hostil em todo o povo alemão.

No contexto de dissolução do Reichstag, o partido Nazista surge com ideias e discursos propagandistas que agradam cada vez mais a população alemã. Oferecendo segundo Evans (2014) uma nova oportunidade para aqueles cidadãos interessados em uma nova política que retomaria a era de prosperidade e glória do povo alemão.

Hitler e seu partido ofereceram uma vaga mas poderosa visão retórica de uma Alemanha unida e forte, um movimento que transcendia fronteiras sociais e superava conflitos sociais, uma comunidade racial de todos os alemães trabalhado juntos, um novo Reich que reconstruiria o poder econômico da Alemanha e restituiria a nação a seu lugar de direito no mundo. (EVANS, 2014, pág. 323)

Munido-se de conhecimentos sobre suas plateias, o partido Nacional-Socialista investia em slogans e oradores que agradecem todos os tipos de interesses, sobrepondo-se assim aos demais partidos políticos da Alemanha, com um leque muito variado de

<sup>23</sup> Reichstag era o parlamento alemão.

eleitores<sup>24</sup>. Suas ideias consistiam basicamente em acabar com as crises geradas no país através de uma criação de um Estado duro e autoritário, que já vinha dando amostras para a população através das ações das corporações livres.

De acordo com Boris Fausto (1998) a ascensão do nazismo pode ser compreendida pelas novas configurações trazidas pelos regime que apaziguariam as características de longa duração da história alemã, entre elas: a derrota da Alemanha na Primeira Guerra mundial; as determinações do tratado de Versalhes; e a implementação de um regime democrático parlamentarista. Segundo ele,

Se o nacional-socialismo trouxe consigo configurações terrivelmente originais, sendo a nova modalidade de antisemitismo talvez a maior delas, se assentou também em outras de que a história alemã era portadora: o desejo de unidade, a valorização da violência, a crença no —homem fortell, o desprezo pela democracia. Estes fatores facilitaram, em grande medida, o Ascenso ao poder de um movimento nacionalista extremista, antidemocrático e anti-semita, que constituiu uma religião social fortemente dominada pela fantasia. (FAUSTO, 1998, pág. 147)

Com a grande onda de insatisfação popular devido as medidas adotadas pelo governo e a crise econômica instaurada em 1929, agravada nos anos seguintes, organiza-se na Alemanha um período de grande manifestações populares. Em meio a esta insatisfação do povo, a escalada da violência política, a pobreza, miséria e a desordem daqueles tempos, Segundo Evans (2014) pressionavam cada vez mais o governo a tomar medidas repressivas para controlar o povo. Porém, a polícia oficial da republica de Weimar estava cada vez mais adeptas as ideias do partido Nazista e é neste momento que o governo passa a não ter mais como controlar e desmanchar as ondas insatisfatórias, muitas delas incitadas pelo partido Comunista e pelo partido Nazista, que ocorriam no país, pois, as suas tropas de seguranças não estavam dando conta da imensa onda de revoltas, dado que não só estavam despreparados para conte-las como também uma grande parte das tropas apoiavam as reivindicações feitas.

Com as eleições para presidente em 1932, e por conseqüente a candidatura de Adolf Hitler, o partido Nazista, embora tenha perdido as votações, conseguiu um numero enorme de votos, obtendo assim 37% da aceitação popular, segundo o levantamento feito por Evans (2014). Este fato demonstra a importância e o nível de aceitação em âmbito nacional do partido Nacional-Socialista e de como suas ideias estavam sendo recebidas por toda a população, através de um enorme aparato propagandista elaborado por

---

<sup>24</sup> Para maiores informações sobre o crescimento sistemático do Partido Nazista ver Richard Evans (2014).

Goebbels e que também seriam os responsáveis pela aceitação das massas para as ideias nacionalistas e totalitárias que seriam implementadas pelo partido ao assumirem o poder em 1933. Nas ideias contidas no livro de Herf (2014) e que serão trabalhadas mais a frente, podemos perceber a importância da propaganda nazista.

Com a renúncia de Brüning em 30 de maio de 1932, e a nomeação de um novo chanceler conhecido como Franz Von Papen, instalou-se uma grande onda de repressões no país de acordo com Evans (2014)

Papen e seus companheiros de ideologia, (...), vieram-se como a criar um 'Estado Novo', acima dos partidos, de fato oposto ao princípio de um sistema multipartidário, com os poderes das assembleias eleitas ainda mais limitados do que haviam sido na visão mais modesta de Brüning. O tipo de Estado que eles imaginavam foi indicado pelo ministro do Interior de Papen, Wilhelm von Gayl, que havia criado um estado racista, autoritário e militar na área cedida à Alemanha pelo Tratado de Brest-Litovsk em 1918<sup>25</sup>. Entre as propostas de Gayl estavam a restrição do direito de voto a uma minoria e a drástica redução dos poderes parlamentares. A tarefa de que Papen incumbiu-se era voltar atrás na história, não apenas quanto à democracia de Weimar, mas a tudo que havia acontecido na política europeia desde a Revolução Francesa, e recriar a base hierárquica da sociedade no lugar do conflito de classes moderno. (...). Enquanto isso, de uma forma mais prática e imediata, o governo de Papen começou a estender a repressão à imprensa radical imposta por seu predecessor também aos jornais democráticos, proibindo publicações populares da esquerda liberal como o jornal diário social-democrata duas vezes em poucas semanas, proscrevendo jornais populares da esquerda liberal como o [Jornal Popular de Berlim] em duas ocasiões distintas, e convencendo os comentaristas liberais de que a liberdade de imprensa havia sido finalmente abolida. (EVANS, 2014, pág. 352)

Apesar das medidas restritivas adotadas por Von Papen, ele também visava por um apoio maciço no que tange a parte dos Nazistas, para isso, adere algumas das medidas tão reivindicadas por Hitler, entre elas a legalização das corporações livres e as eleições para o Reichstag no meio do ano de 1932. Porém, estas deliberações viria a ser um problema para Von Papen. Com a legalização das tropas, a violência no país cresceu ainda mais, o que acabou se mostrando um — tiro no pé do próprio chanceler, uma vez que, as SA respondiam somente ao governo nazista. Além de comprovar através das votações para o Reichstag a força que o partido nazista estava ganhando, pois nestas eleições o partido não só ganhou a maioria das cadeiras no parlamento, como consolidou assim a sua força e por conseguinte a força de Hitler.

No mesmo ano de 1932, devido a intensas rebeliões por parte da população e dos partidos políticos contra as suas medidas, Von Papen renuncia ao seu cargo e o general Kurt Von Schleicher o sucede. No início de 1933 a crise econômica mundial finalmente

---

<sup>25</sup> Tratado de Brest-Litovsk assinado em 1918 entre o governo bolchevique russo e os principais países do grupo dos aliados na Primeira Guerra Mundial que reconhecia a saída do Império Russo da Guerra.

começa a se abrandar e Schleicher estabelece medidas internas que ajudariam o país a diminuir os altos índices de desemprego e recuperar gradativamente sua economia. Com ideias consideradas comunistas para a diminuição da pobreza alemã, Schleicher sofre duras críticas pelos partidos políticos. Segundo Evans (2014)

Os rumores de que Schleicher, em colaboração com o chefe do comando do Exército, general Kurt von Hammerstein, estava preparando um contragolpe, deram um tom de urgência à maquinação. Ao que parecia, Schleicher tentava estabelecer um Estado corporativo autoritário, eliminar o Reichstag por decreto presidencial, colocar o Exército no controle e suprimir os nazistas por completo, bem como os comunistas. (EVANS, 2014, pág. 368).

Para Schleicher, o único modo de conseguir controlar as crises que assolavam o país seria através de medidas inconstitucionais. Porém, ao ter seu pedido negado pelo presidente para adotar este modo de governo, Schleicher renuncia a chancelaria alemã. No círculo do parlamento alemão, devido ao fortalecimento e expansão dos apoiadores das ideias nazistas, o nome de Hitler vinha sendo cogitado para a chancelaria com um apoio dos principais partidos alemães. Com a renúncia de Schleicher, surge o momento perfeito para esta designação e enfim em 30 de janeiro de 1933, Adolf Hitler consegue sua tão almejada nomeação para chanceler alemão com um forte apoio político, levando assim o partido nazista ao poder.

### **Bibliografia**

- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia da Letras, 2012;
- \_\_\_\_\_. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia da Letras, 2008;
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política I*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998;
- CONFINO, Alon. *Um Mundo sem Judeus: Da Perseguição ao Genocídio, A Visão do Imaginário Nazista*. São Paulo: Cultrix, 2016;
- EVANS, Richard J. *A Chegada do Terceiro Reich*. São Paulo: Planeta, 2014;
- \_\_\_\_\_. (b) *O Terceiro Reich no Poder*. São Paulo: Planeta, 2014;
- \_\_\_\_\_. (c) *O Terceiro Reich em Guerra*. São Paulo: Planeta, 2014;
- FAUSTO, Boris. *Uma interpretação do nazismo, na visão de Norbert Elias*. *Mana* [online]. Vol. 4, N.º.1, 1998.



- HERF, Jeffrey. Inimigo Judeu: Propaganda nazista durante a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto. São Paulo: Edipro, 2014;
- HOBSBAWM, Eric. A Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995;
- KOEHL, Robert Lewis. História Revelada da SS. São Paulo: Planeta Brasil, 2015;
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. **In: CARDOSO, Ciro Flamarion; e VAINFAS, Ronaldo. (org) Novos Domínios da História.** Elsevier Editora Ltda. Rio de Janeiro. 2012;
- PEREIRA, Wagner Pinheiro. Prefácio à Edição Brasileira: Nazismo e o Inimigo Judeu. **In: HERF, Jeffrey. Inimigo Judeu: Propaganda nazista durante a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto.** São Paulo: Edipro, 2014;
- ROBERTS, Andrew. Hitler e Churchill: segredos da liderança. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2014.

## O HOLOCAUSTO ATRAVÉS DA LITERATURA

Priscilla Piccolo Neves<sup>26</sup>

—Contra toda a esperança, eu tenho a esperança!

(Pemper, Mietek)

### Introdução

A historiadora Márcia Menendes Motta (2012) destaca que segundo Nolte, ao contrário de outras tragédias da humanidade, a experiência nazista havia deixado marcas indeléveis na história alemã e era reiteradamente lembrada como uma história do passado que havia fincado raízes no presente. Na mesma linha, o historiador alemão Hinnerk Bruhns (1990), postula que a construção de uma nova identidade alemã no contexto da reunificação não deveria eliminar a experiência de Auschwitz. Assim, seria legítimo guardar na memória coletiva alguns esforços em prol da democracia nos períodos anteriores ao nazismo, inclusive ressaltando determinadas possibilidades não realizadas desse passado. Mas a verdade é que para este autor aqueles elementos tinham menos importância como parte da identidade alemã —do que os que marcaram o advento e os horrores do nazismo.

A pequena exposição dos posicionamentos dos historiadores acerca dos horrores do nazismo e, por consequência, das atrocidades cometidas durante a II Guerra Mundial, demonstram a atualidade do tema. Os embates em torno da memória do nazismo e, destacadamente, sobre o holocausto, dividem os historiadores e são responsáveis por uma das mais intensas querelas entre os estudiosos do tema.

Muito já foi produzido sobre o tema. Incontáveis são as obras sobre as estratégias militares, a trajetória pessoal de Hitler, seus aspectos psicológicos que explicariam os horrores do nazismo, além de diversas obras literárias que buscam mostrar o ocorrido através de um viés mais narrativo e sentimentalista. Inúmeros são os museus que buscam manter viva a memória do holocausto e a preservação da identidade judia. Até mesmo um Estado independente foi criado em decorrência do ocorrido com este povo.

O presente artigo se propõe a fazer uma breve análise sobre uma das obras literárias mais importantes da história da Segunda Guerra Mundial, a biografia de Mietek Pemper intitulado —A lista de Schindler: a verdadeira história. O objetivo deste artigo será o de mostrar como era a vida de um judeu que obteve um cargo importante dentro da

---

<sup>26</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas (UEMA) e membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC) sob orientação do Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva.

administração de um campo de concentração, narrando suas memórias antes, durante e depois da invasão alemã, e por consequência, sua estadia em um campo. Esta obra me possibilitou ter um olhar mais pessoal sobre a barbárie sofrida pelos judeus e neste artigo me proponho a mostrar a importância dessas memórias para um melhor entendimento de um dos maiores genocídios da história da humanidade no século XX. Usando como base as memórias narradas pelo autor, o livro nos transporta para uma dimensão em que os fatos relatados são desumanos, o próprio autor admite que, até em suas recentes palestras<sup>27</sup>, precisava comprovar com documentos e argumentos que o que estava relatando era a mais pura e odiosa verdade.

## **O autor**

O livro retrata a vida de um jovem Judeu que teve sua existência mudada com a invasão alemã a Polônia em 1939. A partir desta data, sua vida sofre um grande sobressalto. Inicialmente é obrigado a se mudar com sua família para um gueto<sup>28</sup> e a largar as duas faculdades que cursava, direito e economia. Posteriormente é enviado ao campo de trabalhos forçados, Plasków, que mais tarde seria transformado em um campo de concentração. Neste campo, conhece as personificações, segundo ele, de um anjo, Oskar Schindler<sup>29</sup>, e de um demônio Amon Goth<sup>30</sup>. E finalmente a sua readaptação a liberdade com a derrota e dissolução dos campos de concentração em 1945.

Mietek Pemper é um Judeu nascido em 1920, na Cracóvia, Polônia. Sendo originário de uma família tradicionalmente cracoviana e judia, Mietek dominava o polonês e o hebraico. Em meados de 1939, por necessidade de entender o que estava acontecendo na Polônia com a invasão alemã, aprende alemão como uma forma de se interar e tentar ajudar a população polonesa a lidar com os desdobramentos desta ocupação. Durante sua estadia no campo de Plasków, fora selecionado para realizar um dos trabalhos mais

---

<sup>27</sup> Após o sucesso do filme a lista de Schindler, Mietek Pemper fora convidado para dar incessantes palestras sobre suas memórias dos marcantes acontecimentos durante a Segunda Guerra Mundial, tais eventos ocorreram até a sua morte em 2011, na Alemanha.

<sup>28</sup> O gueto era o local para onde os judeus foram enviados após a invasão nazista em 1939. Era considerado um bairro judaico, onde famílias judias foram obrigadas a dividir suas casa com outras pessoas, pois a determinação era de que para cada janela deveria morar quatro pessoas.

<sup>29</sup> Oskar Schindler era um famoso empresário alemão nazista, que utilizou sua fabrica para ajudar a garantir a sobrevivência de milhares de judeus. Se infiltrou junto aos principais dirigentes da SS como aliado, para que pudesse ter acesso aos planos de deportação de alguns guetos e para conseguir a regalia de transferir para sua fábrica a quantidade de judeus que julgasse necessária.

<sup>30</sup> Amon Goth era um alemão nazista chefe do campo de trabalho Plasków, que mais tarde se tornaria campo de concentração. Era um dos assassinos mais cruéis da SS, com sua impetuosidade aterrorizava a vida dos judeus em seu campo, estes nunca sabiam se seriam fuzilados ao cruzarem com Goth.

perigosos, o de ser estenógrafo de Amon Goth, então chefe do campo de Plasków. Descreve como usou de sua posição e de como colocou sua vida em risco diversas vezes para ajudar outros detentos. Junto com o famoso Oskar Schindler, Mietek Pemper salvou diversos judeus de deportação para os campos de extermínios e de assassinatos a sangue frio, desferidos por Goth.

Após a Segunda Guerra, Mietek ainda ajudou os tribunais de Nuremberg a condenar diversos nazistas com sua enorme fonte de conhecimento de planos secretos, obtida através de documentos confidenciais descobertos por ele enquanto trabalhava para Goth. Até a sua morte em 2011, Mietek dava palestras nas quais narrava suas memórias daquela época, mantendo assim vivas as lembranças de um dos maiores genocídios da humanidade como uma forma de —lembrete<sup>31</sup> para que não sejam repetidos.

## **A obra**

A obra inicia-se com as lembranças do período de sua infância, passando por sua juventude, já no gueto de Cracóvia, mas, o núcleo principal da narrativa reside nas lembranças acerca dos esforços de Mietek, enquanto estava confinado em Plasków, para impedir a deportação de judeus para o campo de extermínio de Auschwitz e, ao mesmo tempo, evitar o fuzilamento em massa dos detentos, além do próprio risco de que Goth descubra suas tramas e ele próprio acabe sobre a mira de sua arma. Um de seus maiores planos de sobrevivência tem a ajuda do então famoso empresário alemão Oskar Schindler, figura decisiva para a sobrevivência de 1200 judeus.

A obra literária de Mietek Pemper é sustentada pela memória tanto individual quanto coletiva, assim como com por alguns documentos descobertos que reforçam a veracidade dos fatos narrados. Porém, nem assim, podemos entender esta história como verdade absoluta, pois a verdade por si só já é manipulada pela visão de quem a escreve. A literatura como manifestação artística, tem por finalidade recriar a realidade a partir da visão de determinado autor, com base em seus sentimentos, seus pontos de vista e suas técnicas narrativas, os documentos ditos —oficiais também sofrem interferência da visão de quem os está escrevendo.

A biografia de Mietek Pemper, além de ser uma importante obra literária, é também um corpus documental sobre o relato de sobrevivência a um dos períodos de

---

<sup>31</sup> Mietek ressalta a importância de se conhecer profundamente as atrocidades ocorridas nos campos de concentração para que a humanidade não se esqueça dos atos desumanos e não os repita.

maior terror do século XX. Em sua produção, as memórias relatam o processo de construção da identidade do povo judaico e de sua luta pela sobrevivência nos campos de concentração.

A narrativa acontece em dois tempos. Em alguns momentos o autor narra os fatos no tempo presente e em outro os narra no tempo passado e no tempo futuro. A obra pode ser ressaltada pela falta de uma linearidade temporal. Mietek não narra suas lembranças seguindo o modelo convencional temporal, ele as relata de acordo com suas lembranças pessoais e através de elementos que as unem de alguma forma. Em diversos momentos o autor retrata acontecimentos no campo misturando dados que só poderia ter acesso após a sua liberação. A precisão das datas ao rememorar os fatos é de uma espantosa exatidão. Sua contagem de tempo durante a estadia no campo só é possível graças ao seu acesso aos jornais diários recebidos por Amon Goth.

Para um melhor entendimento, contarei a seguir algumas das passagens mais importantes, selecionadas por mim, que nos permitem entender a importância de se preservar e compartilhar uma memória que ao mesmo tempo é individual e coletiva. De acordo com Pierre Nora:

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história (NORA, 1993, página 14).

### **Antes da invasão alemã de 1939**

Mietek fora criado de acordo com as costumes judaicos. Desde pequeno, todavia, convivia com pessoas da comunidade cracoviana que não eram judias. Esta convivência lhe assegurou a construção de uma dupla identidade, com a qual lhe possibilitava a convivência com dois tipos de comunidades polonesas. Antes da invasão alemã, Mietek frisa que não sofria discriminação em sua cidade natal por ser judeu, seus amigos de escola o tratavam como seu igual, Tal relação, entretanto, só era construída pelo fato dele dominar a língua polonesa. Os judeus que viviam no campo e que foram obrigados a migrar para a cidade com a invasão foram muito mais discriminados, pois, não dominavam a língua do país.

Desde sua infância já era fascinado por eventos históricos e sua conexão com a política, além de seu impecável senso de justiça e compaixão pelos menos favorecidos.

Um episódio marcante nesta época envolve a lembrança de um rabino chamado Lipschitz que lia em voz alta um livro de prece, Mietek tinha cerca de 10 anos na época e perguntou ao seu pai se o rabino não sabia o livro de cor e seu pai lhe respondeu que o rabino evidentemente sabia metade do livro de cor, mas ele não queria envergonhar ninguém que não soubesse. Por isso, usava o livro para que ninguém que não soubesse se sentisse envergonhado. Esse gesto de sensibilidade o tocou de tal maneira que o narra como um dos primeiros gestos de humanidade presenciado por ele.

Após a escola, consegue permissão especial para cursar duas faculdades diferentes, a do curso de direito e a do curso de economia. Privilégio que será revogado com a invasão alemã. Em 1938 Mietek sofre seu primeiro choque de discriminação, o reitor da universidade aonde estudava direito, ordenou que os estudantes poloneses sentassem obrigatoriamente em determinadas cadeiras. Diante de tal determinação, os alunos se rebelaram e assistiram a aula em pé Logo em seguida, foi decretado que não seria mais permitido assistir as aulas em pé. As —cadeiras judias, como ficaram chamadas, consolidaram a discriminação aos judeus. Tal fato era uma das tentativas de se introduzir de forma discreta na Polônia as Leis de Nuremberg<sup>32</sup> criadas na Alemanha em 1935. A implementação das determinações desse conjunto de leis começou a atrair alunos de diferentes instituições que se dirigiam até a universidade para ver seu cumprimento, transformando em espetáculo público as humilhações sofridas pelos judeus.

Duas frases se destacaram ao longo de sua vida e foram importantes para a formação de sua identidade e renovação de suas esperanças perante a humanidade. A primeira é a de uma igreja luterana que ficava perto de sua casa antes da invasão alemã, —vive em vão aquele que não ajuda ninguém; a segunda, é a inscrição que se encontrava na parte interna do prédio de administração municipal da cidade de Cracóvia —Aos homens

---

<sup>32</sup> As Leis de Nuremberg foram determinações criadas por Adolf Hitler na Alemanha que posteriormente se expandiu por todo o território do Reich. Através delas foram limitadas os direitos dos judeus e a estes foram negados os direitos como cidadãos. Algumas de suas determinações foram: Destruição de livros judaicos; Retirada da cidadania alemã dos judeus (judeus alemães, com antepassados nascidos e criados naquele país), e os proibiram de se casar ou manter relações sexuais com pessoas de —sangue alemão ou seus descendentes; Qualquer cristão que tivesse três ou quatro avós judeus era identificado como judeu, independentemente do fato daquela pessoa se considerar judia ou pertencer à comunidade religiosa judaica; Em 1937 e 1938, o governo decidiu empobrecer os judeus, exigindo que registrassem suas propriedades e, em seguida, —arianizando (colocando-as sob propriedade e administração de não judeus) os estabelecimentos judeus; Os médicos judeus foram proibidos de tratar os não-judeus, e os advogados também foram impedidos de exercerem sua profissão; Como todos os alemães, os judeus eram obrigados a carregar carteiras de identidade, porém, o governo adicionou símbolos especiais a elas: a letra —J era carimbada em vermelho no seu documento de identificação, e aqueles judeus cujos primeiros nomes não podiam ser facilmente reconhecido como —judeus tiveram um segundo nome adicionado pelo governo em seus documentos de identificação: —Israell para homens e —Saral para mulheres. Desta forma, a polícia podia identificá-los mais facilmente.

que presidem, não é permitido negligenciar a bravural. Mietek procura usar estas frases como base para encontrar coragem e esperança para lutar contra as atrocidades sofridas pelos nazistas. foi assim que aprendeu que quem esta em posição especial não pode executar suas funções de um modo meramente mecânico, mas é preciso usar todos os recursos a que dispõe para ajudar a quem precisa.

Segundo Ecléa Bosi (2003), —Do vinculo com o passado se extrai a força para a formação de identidade e é através de seu passado e de suas crenças que Mietek constrói sua identidade.

Um dos objetos mais importantes para a comunidade judaica é o Torá<sup>33</sup>, durante a invasão alemã, praticamente todos eles foram destruídos. Em 1945, após serem libertados do campo de concentração, Mietek e sua família, conseguem obter uma nova Torá, para eles, este objeto pode ser considerado um dos objetos de memória defendidos por Bosi (2003), pois apesar de não ser o mesmo que fora perdido com a invasão, este objeto lhes trazia a memória de um tempo onde havia a liberdade e a tolerância e ao mesmo tempo lhes relembra o que significou ser um judeu e portar este objeto durante a invasão alemã.

### **Após a invasão nazista em 1939**

Durante a ascensão nazista na Alemanha o povo judaico fora duramente perseguido e assassinado, quando os alemães invadem a Polônia, inicia-se imediatamente uma política contra os judeus poloneses. A disseminação do ódio antisemitista já vinha sendo cultivada e fermentada pela igreja católica logo após a morte do ditador polonês Józef Pilsudski em 1935, estas propagandas culminaram num crescente nível de repudio ao povo judeu e a um intenso nacionalismo polonês.

Em 1939 os alemães invadem a polônia e transformam as cidades de Cracóvia e Varsóvia em área central do governo geral polonês. Um dos marcos de memória de Mietek foi quando se estabeleceu a lei de que a população deveria se inscrever em duas listas onde se intitulavam —alemão do Reich e —alemão do povo. Seu antigo professor de Latim se recusou a se inscrever como —alemão do povo pois não queria perder sua identidade como polonês o que lhe causou grandes problemas, pois fora proibido de dar aulas e sofreu privações extraordinárias. A obrigação de se inscrever nestas listas remete ao fato de que seria uma obrigação renegar suas memórias, sua vida e sua identidade até o presente momento.

---

<sup>33</sup> Livro sagrado onde contem as determinações e normas a serem seguidas pelo povo judaico.

Com a ordem de que os judeus poloneses que viviam na Alemanha deveriam retornar a Polônia, desencadeou uma necessidade de funcionários, nas sedes de governo judaico, que dominassem tanto a língua polonesa como a alemã, neste momento Mietek já estava bastante familiarizado com o domínio da língua alemã, e se candidata a um cargo na sede administrativa judia. Sua função inicial era a de prestar assistência aos judeus que emigravam da Alemanha. Durante o desempenho de sua função, recebeu inúmeros conselhos destes deportados para que deixasse a Polônia, pois eles alegavam que Hitler iria para lá, porém Mietek não levou em consideração e assim como outros conhecidos achava que o pânico era exagerado, posteriormente se perguntou e se culpou do por que não deu mais atenção aos emigrantes.

Em 1939 Hans Frank, líder alemão que controlava a Polônia, introduziu o trabalho forçado para a população polonesa, ou seja, todos os poloneses eram obrigados a trabalhar ao bel prazer dos alemães. Os judeus foram os que mais sofreram com estas determinações, pois sofriam batidas policia para que lhes fosse obrigado cumprir trabalhos braçais. Certa vez Mietek foi abordado na rua e obrigado a carregar móveis do quarto andar de um prédio para um caminhão estacionado na frente do edifício enquanto apanhava. Naquela época não ser era possível ser diferente, o diferenciado era condenado e punido por suas escolhas, não sendo nem concedido o direito de refazê-las. Reforçar e insistir em sua identidade se tornava cada vez mais perigoso e estúpido, muitos judeus tentaram renegar suas raízes, suas crenças como uma forma de sobreviver ao que estava por vir.

Em meados de 1940 são criados os conselhos judeus, a partir das sedes administrativas já existente, que recebiam ordens da ocupação alemã e tinham o dever de cuidar para que fossem executadas. Em 1941 Mietek consegue autorização para morar no gueto, porém esta permissão não é concedida a sua família. Neste momento Mietek, que manteve seu emprego no agora conselho judeu, executava a função de transcrever as ordens secretas originárias dos principais órgãos de controle da SS<sup>34</sup>, através deste novo papel desempenhado por ele, conseguiu juntar informações e elaborar estratégias para proteger sua família e lhes permitir a permanência nos guetos.

Alguns judeus que eram acusadas de não cumprimento das ordens vindas do Reich, ou que tentavam falsificar seus documentos e eram apanhados pelos membros da SS, eram enviados a Auschwitz, até então conhecido como apenas um campo de concentração, porém com o passar do tempo tanto Mietek, como outros companheiros de trabalho

---

<sup>34</sup> Polícia secreta de Adolf Hitler criada com o intuito de ser uma guarda pessoal e cuidar de assuntos internos de todo o território do Reich alemão, sendo seu objetivo principal cuidar das questões antissemitistas.



começam a perceber que após um determinado período da chegada do indivíduo neste local, a comunidade judia recebia uma carta lhes alertando sobre seu falecimento de parada cardíaca e que as cinzas poderiam ser retiradas mediante o pagamento de cinco marcos ao reich. Para Mietek, estava cada vez mais claro que este local era um campo de extermínio.

Desde antes de seu envio ao campo de Plasków, Mietek já havia percebido que reunir informações era a maior arma que poderia encontrar para garantir sua sobrevivência e a de seus familiares, e que seu silêncio valia muito. Suas memórias tanto podiam colocá-lo em risco, como poderia ser sua maior arma para lutar. A partir dos feitos obtidos por Mietek, podemos comprovar a importância da memória, esta muitas vezes serve para que aprendamos com os nossos, mas principalmente, com os erros dos outros, e que um indivíduo nunca deve ser subestimado quando sua identidade individual e coletiva é posta em jogo.

Mais tarde em 1942 Mietek recebe a função de escrever panfletos de salvo conduto para alguns integrantes da comunidade judaica colarem em suas portas, para que assim não sejam deportados para nenhum campo de concentração ou de extermínio. Isso o ajudou a perceber que a evacuação obrigatória para estes campos estava próxima.

Nos dias 13 e 14 de março de 1943 houve um intenso massacre no gueto, e apenas poucas pessoas conseguiram sobreviver, entre elas estava Mietek, os sobreviventes foram enviados para o campo de Plaszów. O irmão de Mietek era um dos responsáveis por retirar os cadáveres do gueto e levar para o campo. Um dos amigos de Mietek, Izak Stern, pede ajuda a ele e seu irmão Stefan para que conseguissem retirar seu sobrinho que fora contrabandeado para dentro do campo Plaszów e fosse entregue a amigos poloneses que esconderiam o menino.

No campo de concentração Mietek fora obrigado a trabalhar diretamente como escrivão com o lendário Amon Goth, que na época era o chefe do campo e conhecido como um assassino em massa. Sua família também é enviada para campo e usando-se de seu novo posto como funcionário direto de Goth, logo consegue um emprego para o pai de administrador do depósito de comida, assim evitando que fosse morto pelos soldados por causa da deficiência decorrente de um anterior acidente de trabalho.

Um dos maiores traumas presenciados por Mietek durante seu trabalho direto com Goth, eram as sessões de assassinatos repentinos cometidos por ele apenas baseado em seus estado de espírito atual. Em um de seus relatos, ele reconta um episódio de quando fora chamado ao escritório para um ditado e no meio de uma sentença, Goth abre a janela

e atira em algumas pessoas, depois voltava a ditar a frase como se nada tivesse acontecido e perguntava a onde haviam parado.

Muito rapidamente Mietek aprendeu que quanto mais agradasse Goth, mais tempo conseguiria garantir sua sobrevivência e não seria devidamente controlado, lhe possibilitando assim conseguir acesso a diversos documentos secretos e juntar o máximo de informações para proteger seu povo no campo.

No final de 1943 ocorre o primeiro contato entre Mietek e Oskar Schindler. Mietek via nele —um homem que nos via sem preconceitos e não nos considerava subumanosl. (PEMPER, 2010 pág. 101) Nesta época os judeus sobreviventes já haviam a muito desistido de suas identidades coletivas, alguns poucos que se mantinham resistentes procuravam não divulgar suas esperanças e fingiam terem abraçado a nova identidade criada pelos nazistas para eles. Em Plasków já se viam como criaturas renegadas, como seres que não mereciam viver.

Por mais que Mietek se esforce para manter seus relatos os mais fiéis possíveis ao que se lembra da época, muitos são recriados utilizando sua imaginação, pois alguns não estava presente, apenas adquiriu aquela memória através de outros detentos. Durante o julgamento de Amon Goth, a memória precisa e eficaz de Mietek ajudou a condena-lo a uma prisão perpétua. Em seu livro ele reconta torturas sofridas pelos detentos que tentavam contrabandear comida para dentro do campo, além de relatos de traumas vividos por judeus em testemunho nos tribunais de Nuremberg.<sup>35</sup>

Em todo o período de estadia no campo de Plasków, era gerada uma grande incerteza se os detentos sobreviveriam até o final da guerra. Para tempos de desespero, necessita-se de medidas desesperadas, neste caso, Mietek colocava cada vez mais a sua vida em risco ao violar correspondências secretas entre os dirigentes da SS e Amon Goth. Através destas violações, acaba descobrindo que os planos de se dissolverem o campo de Plasków e enviar todos os judeus remanescentes para um campo de extermínio. De posse desta informação, Mietek e Schindler elaboram um perigoso plano para tentar salvar o maior numero de judeus remanescentes no campo, tal episódio ficou conhecido como a Lista de Schindler.

Com o final da segunda guerra mundial, todos os 1.200 judeus que constavam na lista de Schindler foram salvos, muitos puderam depor junto com sobreviventes de outros campos, contra as atrocidades exercidas pelos dirigentes da SS durante a guerra, seus

---

<sup>35</sup> Os tribunais de Nuremberg foram criados para julgar os crimes dos nazistas ao longo da segunda guerra mundial

depoimentos foram essenciais para a condenação destes seres abomináveis da sociedade.

Em seu depoimento nos tribunais de Nuremberg, não apenas Goth, mas diversos comandantes gerais se surpreenderem com o leque de informações as quais Mietek teve acesso. Muitos de seus testemunhos foram questionados, pois como poderia um detento judeu ter acesso a tais informações secretas, em contra partida Mietek conseguiu provar através de argumentos e de sua excepcional memória a veracidade dos fatos narrados.

Após o lançamento do famoso filme de Steven Spielberg a Lista de Schindler, em 1993, Mietek passou a receber diversos convites em escolas e universidades para dar palestras sobre o que ocorria nos campos de concentração e como conseguiu sobreviver ao espetáculo de horror ao qual os judeus eram submetidos diariamente por Amon Goth. Suas memórias foram cruciais para preencher lacunas contra principais dirigentes da SS, o cargo exercido por ele na administração de Goth se transformou na maior dádiva que poderia ter recebido durante e depois de sua estadia no campo Plaszów.

### **Considerações finais**

Em algumas memórias lembradas por Pemper sobre sua infância é possível perceber e reforçar a identidade e a memória coletiva compartilhada pelo povo Judeu de todo o território dominado pelo Reich. Embora suas memórias de campo sejam de apenas um deles, a situação para outros detentos em outros campos, não era muito diferente da presenciada por ele. Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois. Ou seja, a unidade do texto está apenas no atos puros da própria recordação, e não na pessoa do autor, e muito menos na ação.

Muitos judeus até hoje não conseguem relatar o trauma vivido por eles nos campos, algumas das maiores atrocidades simplesmente foram esquecidas pelo seu inconsciente, e aqueles que conseguem tem sua credibilidade questionada, pois o grau de crueldade é enorme e muitas pessoas não conseguem acreditar que algum ser humano é capaz de tais atos. Como diz Mietek —palavras não são suficientes para descrever nosso estado! (PEMPER, 2010, pág 90) e como afirma a teoria de Sligman-Silva (2008) a memória do trauma é sempre uma busca de compromisso entre o trabalho da memória individual e outro construído pela sociedade.

Pode-se dizer que ocorreu a construção de uma memória coletiva e de uma nova identidade compartilhada por todos os sobreviventes do holocausto. Apenas eles são

capazes de entender o que sofreram e se apoiarem mutuamente para que haja um possível recuperação que nem sempre é possível pois segundo Sligman-Silva (2008) —o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passal.

Os lugares de memórias são essenciais para se manter viva a memória do que aconteceu durante o holocausto, por mais que seja doloroso, não deve ser uma memória esquecida nem banalizada. O monumento ao judeus na praça central de Berlim, serve como um importante lugar homenagem e de rememoração ao fato.

A memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, de uma comunidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de vive na consciência do grupo que a mantém, as memórias do holocausto estarão vivas para sempre dentro de seus sobreviventes, não importa o tempo que se passe, o trauma sofrido modificou estas pessoas até o ultimo segundo de suas vidas de uma forma irreparável.

## REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: **Obras escolhidas I. Magia técnica, arte e política**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987;
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003;
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: **Lembra, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed 34, 2006;
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: **org. CARDOSO, Ciro Flamarion; e VAINFAS, Ronaldo. Novos Domínios da História**. Elsevier Editora Ltda. Rio de Janeiro. 2012;
- NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Proj. História. São Paulo. Dez. 1993;
- PEMPER, Mietek. A Lista de Schindler: A verdadeira história. Geração Editorial. São Paulo. 2010;
- SELIGMAN-SILVAS, Márcio. **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Unicamp, 2003.

## **A DITADURA DE AUGUSTO PINOCHET NO JORNAL *O ESTADO DO MARANHÃO*: UMA ABORDAGEM SOBRE A POLÍTICA ECONÔMICA NOS ANOS FINAIS DE REGIME DE EXCEÇÃO (1986 – 1990).**

**Rafael Alves Nunes Neto<sup>1</sup>**

### **1. Introdução**

A apresentação da pesquisa sobre a Ditadura de Augusto Pinochet no jornal *O Estado do Maranhão* terá como tema principal analisar algumas notícias sobre o modelo econômico adotado por Pinochet e a Junta Militar após o golpe que destituiu Salvador Allende da presidência do Chile em 11 de setembro de 1973, presentes no acervo de obras raras da biblioteca pública Benedito Leite. Tendo como recorte cronológico de 1986 à 1990, ou seja, ano que o regime é derrotado (via plebiscito) até meados de 1990, que marcam a transição para a democracia, neste período observamos um material satisfatório para analisar sobre a herança econômica deixada por Augusto Pinochet e Junta Militar.

Antes de serem analisadas as fontes é importante fazer uma breve contextualização sobre o golpe civil-militar e fatores que a historiografia coloca como primordiais para a derrubada do governo de Allende.

As historiadoras Maria Lígia Prado e Gabriela Pellegrino (2014) colocam que as ditaduras que se instalaram na América Latina em meados do século XX foram fenômenos relacionados com o contexto da Guerra Fria, onde os Estados Unidos e a elites nacionais, temendo o avanço do comunismo, apoiaram intervenções militares na política, como aconteceram em países como Argentina, Brasil, Chile, Equador, Peru e Uruguai.

A historiadora Samantha Viz Quadrat (2011) coloca que as ditaduras militares no cone sul são frutos da Doutrina de Segurança Nacional: —Geralmente, as ditaduras do Cone Sul têm sido pensadas a partir de um modelo comum baseado na doutrina de segurança nacional, criada e divulgada pelos Estados Unidos, país visto em alguns trabalhos como o grande responsável pelos golpes e manutenção dos governos autoritários deles oriundos. (QUADRAT, 2011, p.244).

Verónica Valdivia diz que o golpe militar começou a ser idealizado logo após a vitória de Allende, no ano de 1970. Segundo a historiadora chilena no livro *Su Revolución contra nuestra revolución Izquierdas y derechas em el Chile de Pinochet (1973-1990)* a oposição de direita e os Estados Unidos rejeitaram o resultado do pleito, pois as transformações revolucionárias previstas pelo programa da Unidade Popular afetaria os

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de História licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, bolsista PIBIC/FAPEMA, membro do Laboratório de Estudos Históricos Latino-americanos – LEHLA.

interesses de empresários, políticos conservadores, nacionalistas, ultradireitistas e de setores de centro.

Fue este carácter revolucionário de La Unidad Popular lo que hizo de La lucha de sus opositores una empresa ausente de reglas, pues se trataba de impedir el logro de los afanes revolucionarios y la reimposición de la dominación, mediante la exclusión de los sectores populares políticamente activados. El conjunto de los intereses afectados por el gobierno popular determinó la emergencia de un bloque insurreccional de amplio espectro, que incluía a empresarios liberales, políticos conservadores, nacionalistas de ultraderecha y sectores de centro. (VALDIVIA, 2006, p. 50).

Para a autora Verónica Valdivia: —Como se sabe, de todas as ditaduras militares do Cone Sul americano dos anos 1970, a que se projetou no período pós-ditatorial com toda sua força programática foi a chilena, enquanto nas outras experiências muitas de suas heranças se dissolveram após o fim. (VALDIVIA, 2015, p. 121-122).

Para Nashla Dahás (2014) a Ditadura de Augusto Pinochet acompanhou uma lógica comum na América latina de modernização/desenvolvimento e crescimento econômico, ao custo humano da negação da violência por parte do Estado. Segundo Anthony W. Pereira no livro *Ditadura e Repressão o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*<sup>2</sup> a legalidade da segurança nacional Chilena apresenta aspectos que a diferencia do caso brasileiro —em outros aspectos, entretanto, o Chile representa um caminho que o Brasil optou por não tomar, uma vez que sua estratégia repressiva foi mais radical e menos —judicializada que a brasileira. (PEREIRA, 2005, p.149) O autor ressalta o papel do governo militar brasileiro e entidades brasileiras em termos de ajuda à oposição ao governo de Salvador Allende, lembrando que se costuma —salientar o papel do governo americano no golpe chileno, mas pouca atenção é dada ao papel desempenhado pelo governo brasileiro (PEREIRA, 2005, p. 150). Em seguida afirma:

Dirigentes do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), um grupo privado de haviam assessorado adversários políticos do governo Allende, e que empresários intelectuais anticomunistas sediados no Rio de Janeiro, afirmaram que antes do golpe, de São Paulo haviam dado dinheiro à oposição chilena. (PEREIRA, 2005, p. 150)

---

<sup>2</sup> Anthony W. Pereira pauta o livro numa perspectiva comparativa (Brasil, Chile e Argentina) observando as diferenças entre cada regime militar nos países acima citados.

O sociólogo Emir Sader, no livro *Democracia e ditadura no Chile (1984)*<sup>3</sup>, analisou o processo que culminou no golpe militar de 1973 no Chile. Nessa perspectiva, destacou o episódio que ocorreu dois meses e meio antes, no dia 29 de junho de 1973, quando um grupo de oficiais dissidentes atirou contra civis em frente ao *Palácio La Moneda* (Palácio do Governo). Este levante militar, conhecido como —Tancazol, fracassou, sobretudo, devido a intervenção do general Carlos Prats considerado pelo autor como o último oficial legalista dentro do exército chileno. Segundo Emir Sader:

O resultado foi que o golpe militar foi se dando como um processo gradual de ocupação do país pelas Forças Armadas, com a vasculhagem militar utilizada como uma forma de controle do país, de desarticulação das organizações populares, de amedrontamento, iniciado pelas zonas do centro-sul, as de maior concentração camponesa. (SADER, 1984, p. 26).

Com a Junta Militar no poder, logo se teve a percepção de que a mesma não atuaria apenas como poder moderador, mas que vinha para transformar o país profundamente. Ainda segundo Sader, o modelo de referência para os militares chilenos seria o brasileiro que, naquele momento, vivia o auge do —milagre. (SADER, 1984, p.37).

As primeiras medidas dos militares chilenos direcionaram-se à recuperação de uma economia estagnada, utilizando políticas neoliberais, arrocho salarial, liberalização das remessas de lucro internacionais, redução de impostos à exportação, e a liberação dos preços, causando euforia aos empresários.

Como ferramenta desse novo modelo econômico o governo se utilizou de um severo plano de privatização e diminuição do gasto público, assumindo um caminho inverso ao do governo de Salvador Allende que depuseram. Em relação à diminuição do gasto público Emir Sader destaca o licenciamento maciço de empregados públicos e redução da despesa social do governo.

A privatização entregava a quase totalidade das empresas ao capital particular, enquanto os serviços estatais eram reduzidos a uma expressão mínima e o contingente de funcionários públicos sofria uma diminuição drástica, na busca do ideal de um —Estado barato. Esse critério não seria seguido, no entanto, no que toca às funções político-militares e repressivas do Estado, onde nunca tinha nem remotamente concentrado tanto poder e recursos materiais e humanos. (SADER, 1984, p.48).

---

<sup>3</sup> A obra de Emir Sader, publicada em 1984, ou seja, onze anos depois de instaurada a Ditadura de Pinochet no Chile, é importante para esta pesquisa principalmente porque detalha o modelo econômico adotado pelos militares no Chile e estabelece algumas comparações com o caso brasileiro.

Através dessa citação observamos que o princípio neoliberal de —Estado Mínimo aplicou-se apenas para um setor social, enquanto para as forças militares e policiais houve um aumento de poder e recursos materiais e humanos.

Outra característica importante mencionada pelo sociólogo brasileiro vem a ser o fim dos serviços sociais do Estado chileno, introduzindo um individualismo e fragmentação das relações sociais.

A previdência social, a educação e a saúde foram privatizadas, o que significava, por exemplo, no caso dessa última, o favorecimento financeiro para que os trabalhadores abandonassem os contratos assistenciais com os serviços públicos e assinassem convênios, sempre individuais, com empresas privadas, em condições vantajosas. Procurou-se assim desmontar os serviços coletivos que o Estado propiciava e principalmente a liquidação das formas coletivas e sindicais de organização desses serviços, transformando-os ao mesmo tempo em fonte de centralização de recursos nas mãos dos grandes grupos financeiros, que foram invariavelmente os que com rapidez passaram a controlar esse novo ramo dos negócios. Proliferaram as escolas particulares para os setores de maiores recursos, enquanto a educação pública passou à responsabilidade dos municípios, pobres e mal equipados para dar conta dessa nova função. (SADER, 1984, p 48-49).

O processo de privatização que mais beneficiou o capital estrangeiro foi sobre a exploração das minas de cobre, sendo instituído pelo ditador Augusto Pinochet uma lei que beneficiava o capital financeiro internacional, essa lei que veio através da aprovação da nova Constituição chilena, colocada pelo autor como Constituição pinochetista<sup>4</sup>.

A Constituição aprovada no Chile em 1980 previa a prorrogação do mandato de Pinochet, dessa forma seria empossado como —Presidente Constitucional com mandato até o ano de 1989 com a indicação de um novo candidato feito pela Junta Militar para um novo mandato até fins da década de 90. Como objetivo norteador a Constituição previa o predomínio absoluto do Estado sobre a sociedade civil. Como forma de tentar evitar que o —inimigo voltasse a penetrar no Estado do executivo, sobre o legislativo, e o judiciário, o funcionamento do executivo como um poder militar dirigente. (SADER, 1984, p.50)

No âmbito trabalhista e principalmente nos sindicatos, o governo criou o Plano Trabalhista que visava institucionalização do controle repressivo sobre as reivindicações e as organizações dos trabalhadores. O direito de greve era aceito, mas com um limite de paralisações das atividades que era no máximo por 59 dias, sendo que os empresários podiam contratar trabalhadores a partir do trigésimo dia de greve para substituir os

---

<sup>4</sup> Até os dias atuais essa mesma Constituição vigora no País, apresentando vários aspectos do Regime de Pinochet, tais como um modelo de Estado mínimo e grande poder militar.



grevistas, além de restrição do funcionamento dos sindicatos.

## 2. Metodologia

Como dissemos inicialmente, os principais documentos desta pesquisa são textos e diferentes abordagens sobre a Ditadura Pinochet retirados do jornal *O Estado do Maranhão* e que estão disponíveis para consulta na Biblioteca Pública Benedito Leite, na cidade de São Luís. Entre agosto e dezembro de 2016, iniciamos o levantamento dos textos, sua compilação e organização para análise. Nessa fase fotografamos e registramos as referências das notícias, imagens e textos de diferentes naturezas, sobre a Ditadura Pinochet, encontrados no jornal *O Estado do Maranhão*.

Tânia Regina de Luca diz que ainda nos anos 70 existiam poucos trabalhos utilizavam a imprensa como fonte de pesquisa, mesmo havendo uma preocupação em escrever a história da imprensa. Rafael Saraiva Lapuente<sup>5</sup> afirma que a Escola dos *Annales* ampliaram significativamente as fontes de pesquisa histórica, mas apenas após a terceira geração deste grupo, com o fortalecimento da História Cultural, a historiografia brasileira passou a considerar e utilizar o jornal como fonte. (LAPUENTE, 2005, p3).

Maria Helena Capelato fala que em cada periódico observamos projetos políticos de poder —nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativo de vários setores da sociedade. (CAPELATO, 1980, p. 4). Segundo Capelato os meios de comunicação exercem papel bem semelhante aos partidos políticos, devido a estrutura partidária frágil que existe no Brasil, principalmente nas campanhas eleitorais. Nesse sentido, lembra a eleição de Fernando Collor de Melo em que o papel da mídia foi determinante para sua vitória. (CAPELATO, 2015, p 128)

Nesse sentido, a respeito do jornal Capelato afirmou: —A análise do jornal como fonte e objeto pressupõe uma avaliação crítica desse documento, o que implica sua desconstrução. Nesse processo, devem – se considerar as circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores. (CAPELATO, 2015, p.115).

Maria Helena Capelato (2015), no artigo intitulado *A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador* lembra que a recusa dos jornais como fonte de pesquisa se fundamentava numa leitura positivista que exigia a busca pela —verdade do fato. Nessa

---

<sup>5</sup> No artigo *O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos*.

lógica o jornal era considerado o —sacrário do tempo dos fatos, porém nas décadas de 1970 e 1980 a imprensa começou a ganhar destaque na historiografia brasileira, de modo que, —desde então, os jornais passaram a integrar o corpus documental considerado apropriado para o ofício do historiador. (CAPELATO, 2015, p.215). Segundo a autora a “*Escola dos Annales*” não excluiu a crítica documental, mas ampliou seu significado ao demonstrar que os documentos considerados —falsos possuíam valor de documento histórico.

#### 4. Análise de fonte

Teresa Cristina no artigo “*Revolução e Evolução*”: O “*Milagre maranhense*” e o consenso do progresso no jornal *Do Dia/O Estado do Maranhão* (1873/74). (CRISTINA, 2015, p. 204), escreve que o jornal *O Estado do Maranhão* é herdeiro do jornal *Do Dia* fundando em 1959, quando Albert Aboud comprou o jornal de Alexandre Costa. Segundo a historiadora, o jornal circulava desde 1953, fundado por um grupo político conservador do estado e continuou nessa perspectiva política após a aquisição por Alberto Aboud, membro do PTB e, posteriormente, do PSB, entre as décadas de 50 e 60. Após o golpe militar brasileiro, este empresário pertencente a uma rica família de origem libanesa, filiou-se a Arena e o impresso expressou posicionamentos favoráveis à Ditadura Militar. Nas palavras da autora: —... não é de surpreender que este jornal tenha tido uma perspectiva de apoio a Ditadura Empresarial Militar desde o momento do Golpe, como é possível observar em suas publicações nos primeiros anos de regime. (CRISTINA, 2015, p.204). Em 1973, o jornal foi adquirido pelo senador maranhense José Sarney e mudou o nome do jornal para *O Estado do Maranhão*. A ligação de José Sarney com o regime militar brasileiro tornou-se um dado relevante para a análise da abordagem do jornal sobre o regime militar chileno, mas que rapidamente foi colocado em questão.

O material coletado no periódico maranhense dá uma boa visão das notícias acerca da política adotada pelo Ditador Augusto Pinochet, salientando-se que o recorte deste trabalho corresponde a notícias dos anos finais do regime de exceção, pois se entende que é importante saber como foi repassado o contexto econômico do Chile aos leitores maranhenses.

O regime chileno adotou um forte processo de privatização e diminuição do papel do estado, segundo a historiadora Veronica Valdivia (2015) gerando um país com bolsões de pobreza e eliminando a ideia de direitos sociais universais.

A primeira notícia a ser analisada refere-se a uma matéria ainda dos anos iniciais da ditadura militar, uma das principais características do regime foi à adoção de medidas que até então não haviam sido aplicadas em nenhum país do mundo, praticas conhecidas como neoliberais, onde os seus adeptos ficaram conhecidos como “*Chicago boys*”, dessa forma o jornal *O Estado do Maranhão*, noticia a ajuda do Prêmio Nobel<sup>6</sup> de economia no ano de 1975, Milton Friedman, segundo o impresso o professor de economia da Universidade de Chicago (EUA) recebeu um pedido do próprio Pinochet para reativar a economia chilena, nessa matéria observa-se as medidas adotadas pelos militares chilenos tendo como referencia os estudos de Friedman.

Em uma matéria, Augusto Pinochet ameaça retardar o processo de abertura política, caso fosse negado o empréstimo que o regime havia pedido junto ao Banco Mundial<sup>7</sup>, importante ressaltar que a imagem da Ditadura de Augusto Pinochet perante a comunidade internacional já estava manchada por um bom tempo, devido as sucessivas denúncias de violações aos Direitos humanos cometidos pelos militares chilenos, outro ponto importante que em 73 os norte-americanos atuaram para desestabilizar o governo e posteriormente a derrubada de Salvador Allende do governo, nessa matéria coloca que os EUA são um dos principais interessados na negativa do BM ao empréstimo pedido por Pinochet, dessa forma observamos uma tentativa do governo Reagan de desvincular o seu governo e sua nação de um regime bastante violento.

Numa matéria intitulada —Dívida Domada<sup>8</sup>, observamos que o jornal noticia a diminuição da dívida externa chilena em quase cinco bilhões em um período de três anos, através do incentivo do regime em compras de títulos da dívida por um valor menor, porém recebem o valor total com a finalidade de investir o capital em empresas chilenas.

A última matéria ainda em vigência de Ditadura militar enfatiza alguns projetos propostos por Augusto Pinochet à Junta Militar<sup>9</sup>, lembrando que a Junta Militar era formada por um militar do exercito, da marinha, da força área e do corpo de carabineiros e que a mesma possuía poderes legislativos, algumas propostas foram recusadas como a criação de uma universidade exclusiva aos militares, outra proposta foi o que foi designado —estado-empresário<sup>10</sup> que forçaria a privatização das poucas empresas em poder do Estado entre elas a empresa de Correios e Telégrafos, sendo apenas 20 empresas em

<sup>6</sup> Prêmio Nobel ajudou Pinochet. **O Estado do Maranhão**, São Luís 15.10.1976 p.1.

<sup>7</sup> Chile espera contar com recursos do BM, **O Estado do Maranhão**, São Luís 30.10.1986 p.6.

<sup>8</sup> Dívida domada, **O Estado do Maranhão**, São Luís 24.09.1988 p.10.

<sup>9</sup> Junta Militar rejeita proposta de Pinochet, **O Estado do Maranhão**, São Luís 03.03.1990 p.8.

poder do Estado, em relação ao setor militar foi aprovado a autonomia econômica e transferências de bens e pessoal da extinta Polícia Secreta, em negociação entre a Junta e futuro governo ficou acertado a ampliação para 880 o número de funcionários de confiança do Estado.

#### **4. Considerações finais**

Através das leituras de fontes observamos questões presentes na historiografia produzida sobre o regime de Pinochet acerca das mudanças na estrutura econômica do país latino, observamos também que mesmo após o fim da Ditadura os setores militares se mantiveram fortes e influentes na sociedade, haja visto, que mantém uma autonomia econômica, dessa forma podemos colocar que o Estado diminuiu para a sociedade, porém para os militares o Estado se manteve inalterado contribuindo para a manutenção do poder militar na sociedade chilena.

#### **Referências**

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015. p.114-136.

DAHÁS, Nashla. O Movimento de Izquierda Revolucionaria do Chile e a construção de uma memória radical para América latina. In: REIS FILHO, Daniel Aarão [et al.] **À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p.175-191.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: 10º Encontro Nacional de História da Mídia UFRGS, 2015, Porto Alegre. **Anais eletrônicos**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/Rafael%20Neto/Downloads/GTMIDIMP\\_LAPUENTE-%20Rafael.pdf](file:///C:/Users/Rafael%20Neto/Downloads/GTMIDIMP_LAPUENTE-%20Rafael.pdf).

Acesso em: 17.01.2017 às 19h30min.

OLIVEIRA, Teresa Cristina Freitas. —Revolução e Evolução: O —Milagre Maranhense e o consenso do progresso no jornal do Dia/O Estado do Maranhão (1973/1974). In: PICOLLO, Monica; SULIDADE, Mariana da. **Maranhão republicano em foco: estado, imprensa e historiografia**. São Luís: Editora Shalom/EDUEMA, 2015. p.193-212.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no**

**Brasil, no Chile e na Argentina.** Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela (org). **História da América Latina.** 1º Ed. São Paulo: Contexto, 2014.

QUADRAT, Samantha Viz. Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, no Brasil e no Chile. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronaldo. (org) **História das Américas: novas perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 241-273.

SADER, Emir. **Democracia e ditadura no Chile.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

ZARATE, Verónica Valdivia Ortiz. Lecciones de una Revolución: Jaime Guzmán y Los Gremialistas, 1973-1980. In: ZARATE, Verónica Valdivia Ortiz; VALLEJOS, Rolando Alvarez; VALLEJOS, Julio Pinto (org). **Su revolución contra nuestra revolución: Izquierdas y derecha en el Chile de Pinochet.** 1º Ed. Santiago: LOM EDICIONES, 2006. p. 49-100.

## **O DESENVOLVIMENTO EM AÇÃO: “MILAGRE” E O GOVERNO SARNEY** **Raíssa Caroline Macau Mendes<sup>1</sup>**

### **Introdução**

O pós-golpe de Estado de 1964 deu aberturas às ações daqueles que estavam em alinhamento ao governo Empresarial-Militar, dando subsídios por meio de planos econômicos desenvolvidos ao longo da Ditadura para implementação de dinâmicas nos setores do Estado Restrito, como também, na Sociedade Civil com intuito de sustentação e funcionamento dos projetos que então viriam a ser hegemônicos, além de objetivar a popularidade, utilizando fatores em prol do desenvolvimento e deixando de lado o atraso consentido por outros governos. No Maranhão não foi diferente, pois com a entrada de José Sarney à gestão administrativa do estado as relações governamentais seriam uma condição propícia às ações de gerenciamento, quer dizer, o desempenho das políticas que estivessem voltadas ao desenvolvimentismo, à popularidade e às ações imediatas seriam uma questão central da diretriz do governo, ou seja, a perspectiva de um —Maranhão Novoll e, conseqüentemente, o desenvolvimento do —Milagre Maranhensell, objetivando as ações políticas das Superintendências e Planos Econômicos presentes no Maranhão durante o governo de José Sarney entre 1966 e 1970.

### **Breve histórico do governo José Sarney no Maranhão**

O projeto político do governo de José Sarney, a partir de 1966, visava a abertura para investimentos de diversos setores econômicos e, nessa conjuntura, as relações políticas eram de extrema importância para a inserção do capital, haja vista as percepções que o Maranhão deveria tomar frente aos estados do Centro-Sul, ou seja, a política do —Maranhão Novoll exemplificava —novos temposll ao estado.

Diante da tomada militar, a dinâmica brasileira muda completamente, dando início a uma nova execução aos poderes governamentais em cunho federal, mas também nas fronteiras dos poderes estaduais. Dessa forma, aqueles que estavam contra o novo governo seriam, de alguma forma, —tiradosll e posto um aliado no lugar. Não foi diferente

---

<sup>1</sup> Graduanda do 8º Período de História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista BATI/UEMA, Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo.

no Maranhão, pois o domínio estadual *vitorinista*<sup>2</sup> não estava nos parâmetros dos ditames ditatoriais do governo.

Nessa conjuntura que a candidatura de José Sarney foi apoiada pelos militares na figura do presidente-general Castelo Branco. Assim, dava-se início a uma nova ideia do que seria o Maranhão no futuro, fazendo oposição a oligarquia de Vitorino Freire, a política oposicionista se denominava *Oposições Coligadas* que segundo Wagner Cabral da Costa em sua dissertação de mestrado intitulada *Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão* (2001) diz:

[...] Oposições Coligadas supõe implicitamente uma teleologia, qual seja, a de um movimento político ascendente, que foi progressivamente fabricando e conquistando espaços de poder até produzir uma ruptura com o *status quo* estabelecido, alterando de forma radical a estrutura política com a derrota do *vitorinismo*. Esta concepção pressupõe uma relação antitética (e maniqueísta) entre os dois grupos envolvidos na arena política: de um lado, Vitorino Freire e seus pares, encarnando a **Ocupação**, um projeto autoritário e contrários às tradições maranhenses, perpetuando-se no poder através da violência e da fraude eleitoral, e do outro, as Oposições Coligadas, depositárias das legítimas tradições de liberdade e cultura da terra timbira, consubstanciando um projeto liberal, progressista e —salvacionista‖ para o Maranhão — a **Campanha de Libertação**. (COSTA, 2001, p. 11. **Grifos do autor**).

As propostas do —Maranhão Novo‖ seriam um novo momento para o estado, permitindo, literalmente, o fim da oligarquia vitorinista. O que se tem sobre as metas dessa proposta é que daria uma nova chance de desenvolvimento em vários setores, no qual se encaixam a política, economia, cultura, infraestrutura, educação e indústria, sancionando a resposta da inovação maranhense na figura do recém-eleito governador Sarney. A ideia de incorporar uma nova política no estado, trazendo elementos —novos‖ era elencar pontos que estivessem ligados aos procedimentos e programas políticos e econômicos a nível federal. Para oposição vinculada ao Regime Empresarial-Militar, a primeira vitória do —Maranhão Novo‖ foi a entrada de José Sarney ao governo do estado, propiciando início as pregressas do governo federal. Dessa forma, —a articulação com o centro político

---

<sup>2</sup>—O *vitorinismo* foi um *coronelismo*, por propender sempre a controlar o poder político por meio do exercício de um *mandonismo* sobre as formas superestruturais do sistema de poder do Estado. De suas formas de ação, excluía-se a propensão para a dominação econômica. Nesse caso (no plano do Estado), essa dominação se processava de forma indireta, ou seja, por meio do apoio que dispensava às suas bases de sustentação, pela concessão de garantias específicas. No plano político propriamente dito — esfera exclusiva do interesse do *vitorinismo* —, sua ação se centrava no controle dos partidos políticos e das sub-lideranças políticas com ele identificadas, que, juntamente com os coronéis do Estado, davam a configuração real do *vitorinismo*, o qual foi, portanto, um *coronelismo* por ter se vinculado, embora indiretamente, à existência de outro elemento que assegura a forma do *coronelismo*: a propriedade privada.‖ (CALDEIRA Apud PEREIRA, 2008, p. 25).

nacional foi essencial para a ascensão da nova liderança regional (COSTA, 1997, p. 06), ou seja, as relações estreitas entre governo estadual e governo militar seria o —pontapéll para as diversas medidas feitas por Sarney.

A incorporação do —Maranhão Novoll às instâncias da sociedade configura os procedimentos adotados pelo governo maranhense, dando vazão à entrada de investimentos capitalistas com intuito de —tirarll o Maranhão do subdesenvolvimento, quer dizer, um caráter modernizador aos moldes conservadores. Nesse aspecto, as contribuições dos jornais locais, como *O Imparcial* e *O Dia*, foram de grande relevância para a consolidação do projeto, além da parceria direta com políticas autoritárias dos militares. —Iniciava-se a escalada de José Sarney ao comando da política estadual, pautada em seu projeto de modernidade para o Maranhão (COSTA, 1997, p. 06).

Diante disso, muito impulsionou a política do —Maranhão Novoll na perspectiva de destacar alianças nos setores do Estado Restrito, mas também na Sociedade Civil; utilizando mecanismos estruturais e projetos arquitetados pelos Intelectuais Orgânicos, sendo o próprio Sarney a principal figura em toda a conjuntura de pensamento. Além disso, as divulgações dos Aparelhos Privados de Hegemonia destacam a funcionalidade na dualidade entre Estado e Sociedade, apresentando indícios de apoio e reverência ao novo governador. Em um artigo intitulado *O Novo Maranhão* presente no jornal *O Dia*, é visível a concordância frente às novas disparidades governamentais.

*Há uma atmosfera nova no Maranhão. São Luís vai acordar de um longo sonho para integrar-se de corpo e alma no processo de desenvolvimento do Norte/Nordeste. As recentes eleições diretas levaram o aristocrático e abandonado Palácio dos Leões um novo governante. Gente nova com ideias novas, derrubando uma situação política que há vinte anos dominava o mais potencialmente rico estado nordestino. [...] São palavras de fé que traduzem o verdadeiro significado de mudança iniciada em nossa Terra pelos eleitores no pleito livre e limpo de outubro de 65, a que prossegue desde 31 de janeiro, com a administração do governo José Sarney [...]. (O Dia, 11/06/1966, p. 03, grifos nossos).*

Nesse sentido, nas prerrogativas do —Maranhão Novoll, entendendo a multiplicidade das diversas conjunturas políticas e econômicas, um ponto importante a se destacar na política do —Milagre Maranhensell, objetivando o alcance na questão desenvolvimentista, são os altos índices econômicos, incorporações de projetos e a questão fundiária no Maranhão.

Esta —mudançall significou a incorporação do Maranhão ao projeto autoritário, excludente e repressor do regime militar, ao seu projeto de



modernização conservadora. Significou ainda uma maior abertura ao processo de expansão do capitalismo monopolista na Amazônia, o qual aprofundou as desigualdades sociais, acelerou o processo de concentração fundiária, assim como a violência, a grilagem e a expulsão dos trabalhadores de suas terras, aumentando enormemente os conflitos no campo em toda a região. Por outro lado, o governo Sarney (1966-70) anunciava um Maranhão Novo, uma nova época de prosperidade e modernização. Os jornais comentavam sobre o —milagre maranhense, pois a economia estaria crescendo a índices bastante elevados. Falava-se também em —desenvolvimento com justiça sociall.[...] Os governos estaduais seguintes, comprometidos com a lógica de expansão do capitalismo, continuaram falando – e muito – em desenvolvimento, crescimento econômico, modernização, enfim, do Novo Maranhão que estaria surgindo. No final dos anos 1970 e nos anos 1980, alardeava-se o progresso que chegaria através dos projetos do Programa Grande Carajás (com destaque para a ferrovia da Vale do Rio Doce e para a instalação da multinacional ALUMAR em São Luiz). O governo e os jornaisnoticiaram que haveria um milhão de empregos (isso mesmo, um milhão!) para os maranhenses, o que elevaria as condições de vida e trabalho de toda a população. (COSTA, 2002, p. 15-16).

Assim sendo, o —Milagre Maranhense tinha como premissa as relações econômicas com os planos econômicos, envolvendo o capital financeiro e multinacional, quer dizer, a abertura econômica, promovida pela ação estatal, favoreceu diretamente a burguesia empresarial, no que a atuação das Superintendências será de fundamental importância. Além disso, politicamente foram viabilizadas as prerrogativas para a tramitação de projetos que se desdobraram na consolidação da concentração de terras, favorecendo a formação de latifúndios e inviabilizando qualquer possibilidade de Reforma Agrária. Em outras palavras, a dinâmica de funcionamento do projeto de —Milagre Maranhense, pautado no desenvolvimento dos setores industriais e de infraestrutura, tem como um de seus alicerces a chamada Lei de Terras de 1969<sup>3</sup>, conhecida também como, Lei de Terras Sarney, que promoveu subsídios para a consolidação do latifúndio<sup>4</sup> no Maranhão. No entanto, o foco principal deste artigo é relacionar as ações das Superintendências na política e economia do Maranhão no período de 1966 e 1970.

Contudo, pensar as perspectivas da política do —Maranhão Novo é destacar as facetas desenvolvidas ao longo do governo Sarney: 1) a lógica do —Milagre Maranhense; 2) abertura ao capital financeiro e estrangeiro; 3) acessibilidade a concentração de terras por meio da Lei de Terras de 1969 e 4) a modernização e questão desenvolvimentista.

---

<sup>3</sup> Lei nº 2.979, aprovada em 17 de julho de 1969, e regulamentada pelo Decreto 4.028 de 28 de novembro de 1969.

<sup>4</sup> Grande extensão de terra (propriedade agrícola), pertencente a uma pessoa, grupo familiar ou empresa que caracteriza pela exploração intensiva e extensiva dos recursos provenientes do local.

## **Desenvolvimentismo e relações políticas: “Milagre Maranhense” em ação**

As conexões econômicas em favor do desenvolvimento foi um ponto importante nas muitas dinâmicas implantadas nos governos, de nível federal e estadual, ao longo da Ditadura Empresarial-Militar, discurso esse levado ao período do —Milagre Econômico nas antecedentes aberturas aos investimentos do capital estrangeiro, mas também as perspectivas diante um —novo encaminhamento político e econômico. Dessa forma, uma das primeiras reformulações ocorreu com a criação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)<sup>5</sup> – posteriormente teria uma estreita relação com o —Milagre Econômico –, visando a superação do alto índice inflacionário e a redução do Produto Interno Bruto (PIB).

Monica Piccolo (2012) menciona que —a política do PAEG primou por inovações bastante distintas daquelas que então vinham estruturando a política brasileira (PICCOLO, 2012, p. 131), significando que esse Plano de Governo dava início à abertura para as políticas do —Milagre se tornarem concretas.

Além disso, Piccolo (2010) cita o chamado —Plano de Metas para a estruturação da economia, são eles: i) acumulação dos últimos cinquenta anos; ii) expansão (prévia) do setor produtor de bens de produção (realizado no governo Vargas) e, iii) perspectiva de se alcançar uma expansão mais equilibrada entre os três departamentos básicos: produtor de bens de produção (Departamento I), produtor de bens de consumo não-duráveis (Departamento II) e produtor de bens de consumo duráveis (Departamento III) (PICCOLO, 2010, p. 123).

A questão desenvolvimentista era o alvo desse programa do Estado Restrito, culminando na articulação do capital financeiro vindo do Sistema Financeiro estrangeiro. Com o PAEG em vigência, o tripé se consolidava nas reformas fiscal, monetária e salarial, atingindo no binômio crescimento e redução da inflação (PICCOLO, 2010, p. 127). Assim, todo o projeto político se interligava em outros setores da sociedade civil, conseqüentemente, nos estados da federação brasileira. Dessa forma, o Maranhão adentra nessa perspectiva interligando-se e fazendo interfaces com a política e economia no

---

<sup>5</sup>—O PAEG foi implantado no bojo da mudança político-institucional provocada pelo movimento militar de 1964 e em contexto de aguda instabilidade econômica agravada por conflitos de natureza sociopolítica. No período pré-1964, inflação crescente e crises no balanço de pagamentos forma resultados de políticas monetárias extremamente expansionistas, seja para financiar déficits públicos ou para acomodar a expansão de crédito ao setor privado pelos bancos oficiais e privados. Não foi por outra razão que o combate à inflação constitui-se no principal objetivo do plano de estabilização do período de 1964-66. (MOURA, 2007, p. 13).

âmbito nacional.

Com as primeiras medidas do PAEG, o problema dos elevados índices de inflação seria o principal desafio a ser resolvido, haja vista que a abertura ao capital estrangeiro gerava a necessidade de estabilização da inflação, ao lado da implementação de medidas de segurança por meio das prerrogativas da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

Tendo optado pelo gradualismo, as autoridades reconheceram que por um longo período teriam que —conviver com a inflação, o que as conduziu à criação de um sistema abrangente de indexação que em princípio deveria restringir-se aos ativos financeiros. Com base nesse mecanismo de —correção monetária foi possível reformar e aperfeiçoar o sistema financeiro, criando-se ativos financeiros que canalizaram recursos para atender as necessidades de financiamento do déficit público (PASTORE; PINOTTI, 2007, p.30).

Nessa concepção, a economia presente começava a rumar em direção às condições que viabilizaram o —Milagre Econômico, fortalecendo a importância e a urgência na implementação das medidas presentes no PAEG, inclusive no que se refere aos incentivos às Superintendências. Assim, o início da fase de aceleração de crescimento econômico começava a se tornar transparente, ocorrendo, o início em 1967, do *boom* econômico.

A partir de 1967 iniciou-se uma fase de crescimento econômico acelerado, que durou até o final dos anos de 1970. O crescimento acelerado daquele período foi permitido pelas reformas introduzidas pelo PAEG e, em parte, liderado pelo crescimento das exportações, gerado por duas forças propulsoras: o crescimento acelerado do comércio mundial até 1973 e os subsídios fiscais e creditícios às exportações. (PASTORE; PINOTTI, 2007, p.30).

Diante do exposto, fica claro a profunda relação entre o projeto político que chega ao poder em 1964 e a reconfiguração da política econômica, marcada, a partir de então, pelos estreitos laços com o capital internacional e incentivadora da atuação da Superintendências como ferramentas capazes de promoção do desenvolvimento dos mais diversos estados da Federação.

Nas perspectivas a favor do desenvolvimento nas dinâmicas maranhenses, o governo Sarney foi marcado na questão do desenvolvimento imediato, ou seja, a política de retirada do Maranhão da —obscuridade corruptal do *vitórinismo* seria o primeiro dos diversos aspectos a se questionar e agir. Nas palavras do novo governo o progresso e o

desenvolvimento eram os pontos principais para se alcançar, Monica Piccolo cita a pretensão do então governo, —o progresso era materializado nas estradas que cortariam o Maranhão e na eletricidade! (PICCOLO, 2015, p.77). Significa dizer que, o desenvolvimento só poderia ser concreto com a entrada de José Sarney ao governo do estado e, assim, acoplar o Maranhão às dinâmicas federais da Ditadura Empresarial-Militar. Cabe ressaltar, que, com o apoio da Ditadura, José Sarney teve notoriedade no processo de candidatura e, posterior, ganho de eleição. Como seria possível retirar um estado imerso nas fraudes e torná-lo importante? Uma das principais repostas seria o grande apoio dos Aparelhos Privados de Hegemonia na conjuntura política, determinando —novos tempos! ao Maranhão, depois a ação das Superintendências de Desenvolvimento para o desenvolvimentismo acelerado.

Na caracterização da preposição nas relações políticas e econômicas presentes no estado em consonância com a instância federal, está a prerrogativa singular que o Maranhão começa a destacar, quer dizer, com as vigências dos Planos políticos tomando ascendência constituiria as práticas das dinâmicas no Maranhão, destacando os setores de: a) Infraestrutura; b) Industrialização; c) Sociedade e d) Questão da Terra.

O desenvolvimento implica em duas frentes: Estado e Capital, condicionando as ações dialéticas política-economia nas diversas implicações no desenvolvimentismo, ou seja,

O mercado interno está inevitavelmente vinculado ao externo. Há muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E, à medida que aumentava a exportações de capitais e se ampliavam, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro, assim como as —esferas de influência das maiores associações monopolistas. (LENIN, 2012, p. 99)

Nesse sentido, a associação entre as ações do Estado, frente às políticas estadistas envolvendo diretrizes governamentais em questões centrais e relevantes, e do Capital, utilizando mecanismos da Sociedade Civil no âmbito do empresariado, são de grande importância na legitimação do então projeto hegemônico em pleito. Observa-se, portanto, que os desenvolvimentos das propostas econômicas e políticas tinham uma função e aplicabilidade afim, ou seja, era necessário pôr em prática os planos que então viriam a se tornar hegemônicos e, justamente, a estreita relação entre empresariado-governo era a principal hegemonia a ser levada em conta, não deixando de lado o apoio significativo dos jornais na manutenção do consenso diante os projetos.

Diante disso, o jornal *O Imparcial* apresenta argumentações de Sarney para que haja investimentos vindos diretos do empresariado tanto nacional quanto

internacional, abrindo o leque de possibilidades na aplicação do capital, apontando os recursos naturais presentes e os projetos de infraestrutura já em andamento, ou seja, o intuito era atrair a inversão de capital.

O governador José Sarney nos repetidos encontros que tem tido com os investidores nacionais, no entanto tem explicado as imensas possibilidades que o Maranhão oferece para a inversão de capitais enumerando as grandes riquezas nacionais, ainda inexploradas. O objetivo do chefe de estado maranhense, nesses encontros, é atrair a atenção das elites produtivas nacionais para o Maranhão, de modo a apressar o processo de industrialização do nosso Estado. Nesses encontros, o governador tem alinhado todas as facilidades que o governo do Estado concede aos interessados na inversão de capitais, no Maranhão, bem como os benefícios de caráter fiscal, que trarão para a instalação as indústrias, de qualquer espécie, no Maranhão. (O Imparcial, 01/03/1967, p. 03).

Com isso, os investimentos advindos do capital nacional e multinacional teriam outra parcela significativa para a atuação dos projetos desenvolvimentistas que seriam importantes na dinâmica econômica do Maranhão: a atuação das Superintendências de Desenvolvimento.

As Superintendências atuantes no Maranhão – o único estado da federação brasileira a receber incentivos financeiros de duas agências estatais ao mesmo tempo – eram a SUDENE e SUDAM. —Havia os investimentos que vinham das superintendências de desenvolvimento, SUDENE e SUDAM, que promoviam e incentivavam grandes projetos no seio do Estado para alavancar o próprio Estado (MENDES, 2016, p. 331), ou seja, os investimentos que eram licitados pelo governo eram enviados pelas Superintendências, condicionados pelo nível e área do licitante e, assim, ocorrer a predisposição do capital diante a argumentação frente à aplicação.

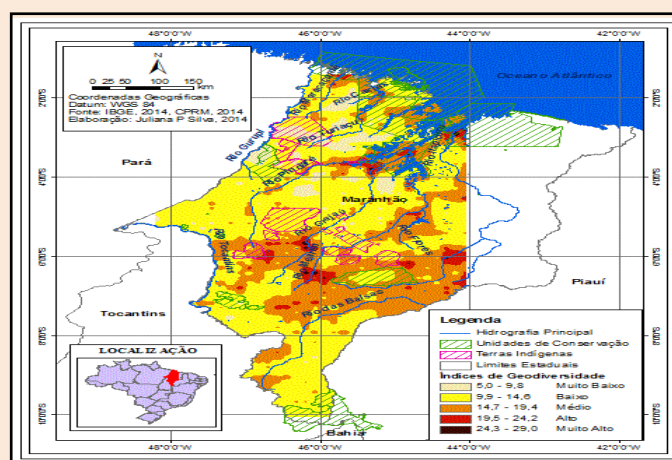
É pertinente destacar que a SUDENE tinha alvos específicos voltados ao desenvolvimento e a investimentos nos setores da industrialização e infraestrutura, mas também nos setores da agroindustrialização, apesar de ser um fator determinante nas ações governamentais em prol das licitações nas diversas áreas econômicas presentes no Maranhão, ou seja, apresentava pontos importantes na atuação política do estado. A exemplo disso *O Imparcial* destaca acerca da movimentação capitalista da SUDENE,

Ao nosso Estado caberá a parcela de NCr\$ 6.177,00 para aplicação nos oito projetos em execução em território maranhense. Por outro lado, a diretoria financeira da autarquia autorizou a liberação em favor da AGROPEMA de recursos da ordem NCr\$ 398.208,00 em cumprimento ao cronograma previsto no projeto aprovado por aquele organismo de desenvolvimento regional. (O Imparcial, 10/05/1970).

Já no caso da SUDAM, o interessante estava na aplicação nos setores de agropecuário e agroexportação, ou seja, o descerramento ao capital estrangeiro e a entrada de empresas estrangeiras foram de fundamental importância na questão da problemática da terra, grilagem e latifúndio, sobretudo, no interior do Maranhão, mas também nos investimentos em prol da elite empresarial maranhense em fundamentar as indústrias voltadas ao agroexportação modernas e que chamassem atenção dos investidores.

Desse modo, as relações de investimentos por parte da SUDENE e SUDAM são interessantes, pois a atuação da SUDENE foi mais significativa do que a SUDAM, no sentido de abrangência, conforme a figura abaixo.

**Figura 1. Mapa da Amazônia Legal**



Fonte: **Mapeamento de índices de geodiversidade da Amazônia Legal maranhense**. Disponível em: <<http://www.sinageo.org.br/2014/trabalhos/4/4-399-486.html>>. Acessado em 15/03/2017.

Na parte colorida compreendida pela Amazônia Legal<sup>6</sup> (oeste do Maranhão 44° em relação ao GMT) a atuação da SUDAM é mais intensa. Na parte branca, leste do

<sup>6</sup> Para integrar uma região sempre pouco povoada e pouco desenvolvida, a Lei 1.806, de 06/01/1953 criou a (hoje extinta) Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e anexou à Amazônia Brasileira, os estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso. Aquele dispositivo legal também definiu que esta área seria chamada de Amazônia Legal, e através dela se concentrariam os esforços para combater o subdesenvolvimento econômico daquela parte do país. Em 1966, a SPVEA foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), órgão que além de coordenar e supervisionar programas e planos de outros órgãos federais, muitas vezes mesmo os elaborava e executava. Os limites da Amazônia Legal foram estendidos várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. A sua forma atual foi definida pela Constituição de 1988, que incluiu Tocantins, Roraima e Amapá. Atualmente a região é responsável por uma nova versão da SUDAM, autarquia federal criada pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007 e vinculada ao Ministério da Integração Nacional. A Amazônia Legal é uma área de 5.217.423 km<sup>2</sup>, que corresponde a 61% do território brasileiro. Além de abrigar todo o bioma Amazônia brasileiro, ainda contém 20% do bioma Cerrado e parte do Pantanal matogrossense. Ela engloba a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>>. Acessado em: 26 de Agosto de 2017.

Maranhão, em tese, seria somente a atuação da SUDENE, porém a autarquia destaca-se de maneira significativa em diversos setores maranhenses, inclusive nas áreas para além da industrialização, quer dizer, era necessário modernizar o país e, conseqüentemente, os investimentos das Superintendências era crucial, além de compreender o Maranhão como todo, não se limitando a pequena parte (em branco) situado a oeste.

É interessante frisar que a atuação da SUDAM estava interligada à Amazônia Legal e tinha como uma das principais prerrogativas o avanço no setor agroexportador, isto é, com a modernização promovida na política do —Maranhão Novo|| os avanços nos setores da agricultura e pecuária eram de grande valia. Segundo Asselin,

A SUDAM também atuou em cheio, promovendo e incentivando os grandes projetos. Estar de posse de uma área de 20 mil a 60 mil hectares era condição prévia para merecer atenção da SUDAM. Os interessados, então, faziam uma carta-consulta à SUDAM, onde apresentavam um projeto agropecuário ou madeireiro, com todas as fases de execução já programadas, e aguardavam respostas. (ASSELIN, 2009, p.165).

Já no caso da SUDENE, os investimentos estavam em diversos setores: industrialização, infraestrutura, questão da terra; ampliava o leque de possibilidades de atuações no Maranhão. Além disso, a execução financeira da Superintendência estava diretamente relacionada à entrada do capital estrangeiro e à implantação de empresas multinacionais no estado. Porém, houve a necessidade de criação de um órgão que recebesse e redistribuísse esses investimentos. Nessa conjuntura, cria-se pela Lei nº 2669, de 29 de Julho de 1966, a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão, que tinha como intuito,

É criada a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA de natureza autárquica com o objetivo de planejar, coordenar e controlar a política do desenvolvimento econômico e social do Maranhão, visando, especialmente, aos seguintes fins, no âmbito da administração centralizada e descentralizada. A) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Estado; B) executar diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os programas pertinentes e realização de seus objetivos e integrantes do Plano de Governo; C) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou externa, ao Estado e aos Municípios; D) promover o treinamento, capacitação, a formação e o aperfeiçoamento do pessoal necessário à execução dos programas integrantes do Plano do Governo (Legislação SUDEMA, 29 de Julho de 1966).

Com isso, após a legislação e promulgação da SUDEMA, os investimentos advindos, tanto da SUDENE quanto da SUDAM, eram recebidos por esse órgão e,

posteriormente, destinados às devidas licitações nas áreas solicitadas, que estivessem com os investimentos designados. Além disso, foi a partir realizações da SUDEMA que se deu o ponto de partida para a questão da concentração de terra e o latifúndio, consolidado no momento de aprovação da Lei de Terras de 1969, ou seja, com as atribuições dos investimentos feitos pela SUDEMA estreitam-se as relações com o grande empresariado rural e, também, ampliam-se os investimentos estrangeiros para a aplicação e implantação de capital por meio das empresas, haja vista a facilidade que o governo do Maranhão proporcionava, dentro da política desenvolvimentista do —Milagre Maranhensel.

No entanto, observa-se a complexidade nas ações do Estado Restrito e do capital estrangeiro na inserção da política referente à consolidação nos diversos aspectos do latifúndio, política econômica, industrialização e infraestrutura, promovendo, segundo Octavio Ianni, —o novo ciclo de globalização do capitalismo (IANNI, 2004, p.39) uma vez que as dinâmicas do mercado monetário e mercantil se inter-relacionam, segundo Marx;

O sistema monetário e mercantil declara que o comércio mundial e os ramos especiais do trabalho nacional, que desembocam diretamente no comércio mundial, são as únicas fontes verdadeiras da riqueza e do dinheiro, convém observar que, naquela época, a maior parte da produção nacional apresentava ainda formas feudais e servia de manancial imediato de subsistência aos próprios produtores (MARX, 2008, p.201).

Nesse aspecto, as proposições para os investimentos nos setores rurais foram de grande relevância para as liberações das licitações da SUDENE e para a entrada do capital estrangeiro. Assim, José Sarney, como governador do estado do Maranhão, lançava essas licitações para o ganho de aplicação de capital.

Assim falamos na parte do desenvolvimento urbano, ocasião em que tratamos não só sobre o plano de habitação, como também de um programa específico que estamos pondo em execução já, se bem que ainda numa fase preparatório, mas já com algumas medidas positivas. Refiro-me ao Programa de Ação Concentrada do Ministério do Interior que terei oportunidade, a seguir, de tecer considerações maiores. No que toca ao desenvolvimento rural, achamos que no Ministério do Interior nós poderíamos cuidar de irrigação e então falamos do que temos feito e pretendemos realizar a irrigação. Falamos a respeito dos trabalhos a carga do GERAN<sup>7</sup>. [...] Posso adiantar que ouve grande interesse sobre o assunto, talvez mesmo o assunto que mais interesse despertou, já tendo, inclusive, atravessado as fronteiras e despertando o interesse de vários países em mais de um continente (ATA SUDENE 108, 25/06/1969,

---

<sup>7</sup> Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste.



p.13).

Contudo, as questões dos investimentos por parte do capital estrangeiro e das Superintendências de Desenvolvimento foram de grande importância para a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Maranhão.

Em face de todo o exposto a Secretaria Executiva solicita a esse Conselho autorização para participar do aumento de capital da CEMAR, mediante a incorporação de bens, ficando, entretanto, a aludida participação condicionada à aprovação, por esse Conselho Deliberativo, do laudo de avaliação antes mencionado. (PROPOSIÇÃO SUDENE 01, 09/01/1969, p.02).

#### Organograma 4. Atuações das Superintendências no Maranhão

##### **SUDENE**

- Industrialização e Infraestrutura.
- Incentivos ao Capital Financeiro.
- Investimentos Estatais.

##### **SUDEMA**

- Planejar, coordenar e controlar a política do desenvolvimento econômico do Maranhão.
- Administração centralizada e descentralizada.
- Receber e distribuir investimento advindos da SUDAM e SUDENE.

##### **SUDAM**

- Investimentos Agropecuários.
- Industrialização.
- Abertura ao Capital Financeiro Estrangeiro nos setores da terra.

\*Elaboração Própria.

Além disso, a questão do desenvolvimentismo por meio do —Milagre Maranhense era o que gerava a engrenagem do impulsionamento para as realizações dos diversos setores ligados à elite empresarial em consonância com o governo, pois era necessário gerar bons resultados em prol de um complexo capitalista ligado ao governo federal. Dessa forma, era de suma relevância estimular os investimentos estatais e privados para então alavancar a economia regional. Diante disso, Dreifuss (1989) analisa a forma como o capital se molda à lógica governamental e por uma profunda relação com os Aparelhos Privados de Hegemonia com o Estado, ou seja, as estreitas relações vão promulgar as efetivas aplicações em benefício do desenvolvimento e ao mesmo tempo classificar a —boa postura dos governantes e empresários, caracterizando-os como

## Intelectuais Orgânicos em favor da hegemonia.

Apesar do domínio econômico, a estratégia do capital monopolístico transnacional no Brasil e dos interesses financeiro-industriais locais para expressar suas demandas a nível de Estado nacional não se limitava a uma mera imposição econômica. Dependia sobretudo de suas ações políticas. O controle sobre as diretrizes econômicas das empresas era assegurado pela utilização de diretores e profissionais brasileiros que acumulavam funções estatais influentes e proporcionavam apoio político através dessas posições. Suas atividades, relacionadas ao *macro-marketing*, direcionavam-se de maneira a assegurar condições políticas favoráveis para a produção e eram determinadas pelas diretrizes econômico-políticas de alcance nacional das companhias multinacionais. (DREIFUSS, 1986, p.72).

Assim, as dinâmicas entre Capital e Estado – Sociedade Civil e Sociedade Política – está diretamente ligado aos interesses da classe burguesa brasileira, sobretudo, a maranhense no condicionamento das políticas hegemônicas diante interesses maiores, além de estarem ligados ao projeto desenvolvimentista do —Milagre Maranhense na retirada do Maranhão das perspectivas do cenário nacional. Com a postura de favorecimento dos Aparelhos Privados de Hegemonia, as associações se tornam mais visíveis e significativas, acarretando o consenso diante o desenvolvimento do Estado e as conexões com investimentos estatais e privados.

## Conclusão

Com a entrada de José Sarney ao governo do estado do Maranhão, o processo de configuração das medidas políticas e econômicas seria posto em prática, pois o projeto do —Maranhão Novo destacaria um novo paradigma ao Maranhão. O apoio dos militares foi essencial para que as políticas econômicas adentrassem ao estado, concretizando as novas possibilidades de investimentos e infraestrutura do Maranhão. Sendo assim, a hegemonia do —Milagre Maranhense seria um fator significativo para o início da implantação da oligarquia sarneísta e a —admiração da figura de José Sarney por meio dos Aparelhos Privados de Hegemonia – os jornais.

Além disso, as ações das Superintendências – SUDENE, SUDAM E SUDEMA – foram essenciais para a predisposição do governo Sarney, pois já destacava o principal foco no alcance do desenvolvimentismo nos diversos setores da sociedade maranhense. Cabe ressaltar, que o discurso de um —novo tempo ao Maranhão já demonstrava a pretensão de José Sarney, mesmo que a questão do desenvolvimentismo, efetivamente, fosse desenvolvida apenas no período do —Milagre Econômico; dessa

forma, o Maranhão já apresentava suas particularidades e singularidades frente ao cenário nacional.

## **REFERÊNCIAS**

### **1) FONTE**

#### **Reportagens:**

—O Novo Maranhão. **O Dia**, 11/06/1966.

—Sarney explica a investidores as possibilidades do Maranhão. **O Imparcial**, 01/03/1967.

—SUDENE destina novos recursos: Maranhão. **O Imparcial**, 10/05/1970.

### **2) LEGISLAÇÃO**

**BRASIL**. ATA 108 – SUDENE. Recife, 25 de Junho de 1969.

**BRASIL**. PROPOSIÇÃO 01 – SUDENE. Recife, 09 de Janeiro de 1969.

**MARANHÃO**. Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA, São Luís, 29 de Julho de 1966.

### **3) BIBLIOGRAFIA**

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz, MA: Editora Ética, 2009.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão**. Campinas, SP: Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciência Humana, 2001.

\_\_\_\_\_. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís: UFMA, 1997.

\_\_\_\_\_. Novo Tempo/ Maranhão Novo: quais os tempos da Oligarquia?. In. SOUSA, Moisés Matias Ferreira de (org.). **Os outros segredos do Maranhão**. São Luís: Editora Estação Gráfica, 2002, p. 13-24.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDES, Raíssa Caroline Macau. **O Maranhão em Tempos de Milagre: política**

desenvolvimentista no governo Sarney (1966-1970). IN. PICCOLO, Monica (org.). **Ditadura e Democracias no Mundo Contemporâneo: Rupturas e Continuidades**. São Luís: Editora UEMA, 2016.

MOURA, Alkimar R. Apresentação. IN: MOURA, Alkimar R. (org.). **PAEG e Real: dois planos que mudaram a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PASTORE, Affonso Celso; PINOTTI, Maria Cristina. O PAEG e as políticas econômicas dos anos 1960 e 1970. IN. MOURA, Alkimar R. (org.). **PAEG e Real: dois planos que mudaram a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PEREIRA, Robson Raimundo Silva. **Maranhão crisálida? Práticas discursivas e redes de relações sociais no governo de José Sarney (1966-1970)**. São Paulo: UFSCAR, 2008.

PICCOLO, Monica. **Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niterói, RJ: Tese de doutorado, 2010.

\_\_\_\_\_. PND e PED: agentes e agências na construção da hegemonia do projeto privatista (1964-1974). IN: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas; CAMPOS, Pedro Henrique P. (org.). **Ensaio de História Econômico-Social: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2012.

\_\_\_\_\_. O Sarneísmo rumo ao Poder: disputas eleitorais e o projeto —Maranhão Novoll. IN: PICCOLO, Monica; SULIDADE, Mariana de. **Maranhão Republicano em foco: Estado, Imprensa e Historiografia**. São Luís: Editora Shalom/ EDUEMA, 2015.

## O ENSINO DE HISTÓRIA E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE ENCANTARIA EM SALA DE AULA

Reinilda de Oliveira Santos\*

Esse texto é resultado de pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ensino História e Narrativas-UEMA e constituiu parte do texto apresentado no exame de qualificação. É baseada em etnografia realizada na escola estadual *Centro de Ensino Sotero dos Reis*, localizada no centro da cidade. Assim, com o intuito de elaborar estratégias para questionar movimentos de inscrição negativa das alteridades/identidades afro-religiosas, pretende-se aqui analisar o processo através do qual, no Ensino Fundamental maior, se consolidam certas formas de representar o universo material, simbólico e humano das manifestações religiosas de matriz africana, consubstanciando-se determinados tipos de consciência histórica na qual esses repertórios ou estão ausentes ou são estereotipados.

A ideia de discutir encantaria<sup>8</sup> em sala de aula surgiu de uma entrevista com um dos filhos do afamado pai de santo José Negreiros<sup>9</sup> durante o desenvolvimento do trabalho monográfico. Na ocasião este alegou ser a escola o ambiente em que se sentiu mais reprimido e recriminado por fazer parte de terreiro. Partindo dessa inquietação, decidi perceber os espaços e não espaços ocupados pelas religiões afro-brasileiras no âmbito escola de São Luís, com foco na escola estadual *Centro de Ensino Sotero dos Reis*.

A escolha dessa unidade de ensino se relaciona, dentre outros elementos, ao fato de que está próxima das duas casas de terreiro mais famosas e antigas do Maranhão, a Casa das Minas e a Casa de Nagô<sup>10</sup>. Diferentemente de outros terreiros, muitas vezes tidos como sincréticos, estas casas, desde os primeiros estudos sobre religiões afro no Maranhão, produzidos a partir dos anos 1940, eram vistas como genuinamente africanas (VERGER, 1952; VIEIRA FILHO, 1954). Portanto, a escola está inserida em espaços de encantaria. Além disso, era nesse bairro que residia com sua família Zé Negreiros, um dos pais de santo mais importante dos anos 1960-80. Parte-se aqui do pressuposto de que para

---

<sup>8</sup>Encantados são os seres sobrenaturais com os quais interage cotidianamente o pajé. Eles se apossam dos médiuns, chamados de ‘cavalos’, para se presentificar. Embora se possa fazer uma ligação imediata com a ideia de espíritos de falecidos, a análise das doutrinas cantadas nos terreiros, através das quais eles são convocados e homenageados, desautoriza essa comparação. Nos cantos rituais, estes seres são definidos como vivos, habitantes de um espaço alternativo, nem sempre imediatamente visível, nos lugares de encantaria. (FERRETTI, M, 2000, p. 104)

<sup>9</sup> SANTOS, Reinilda de Oliveira. *José Negreiros*: —pulava e brincava, rufava o pandeiro!. In: Boletim da Comissão Maranhense de Folclore. Número 56, junho de 2014, p. 14-15.

<sup>10</sup> FERRETI, Sergio. *Andressa e Dudu* – os Jeje e os Nagô: apogeu e declínio de duas casas fundadoras do tambor de mina maranhense. In.: SILVA, Wagner Gonçalves da. (Org.) *Caminhos da Alma*. São Paulo: Summus, 2002.

entender os lugares sociais que as religiões ocupam é necessário situá-las em contextos específicos.

A pretensão deste trabalho é investigar as ações e relações que configuram o cotidiano escolar no ensino fundamental maior, a fim de perceber os lugares das religiões afro-brasileiras<sup>11</sup> e, de modo mais geral, problematizar acerca do universo da cultura negra. A relevância desse trabalho se dá, sobretudo, devido ao pouco material que se tem sobre a temática disponível nas escolas e também pela importância de se problematizar esse assunto tendo em vista a atual conjuntura política do país.

Esse trabalho parte da hipótese de que há uma incoerência entre a realidade na qual alguns alunos estão inseridos e a ausência de discussão sobre essa realidade nas salas de aula, seja pela não inserção de determinados problemas nos manuais didáticos, seja pela falta de conhecimento do professor ou mesmo desinteresse do conjunto do corpo docente escolar. Assim, o que se percebe é que estudantes que vivem em ambientes sociais marcados por religiões afro-brasileiras, e mesmo aqueles que participam e frequentam essas expressões religiosas, tem negada a possibilidade de afirmação dessa identidade ou se tornam objeto de preconceito e de toda forma de discriminação.

Em um país que, segundo José Ricardo O. Fernandes (2005), o mais adequado seria se falar em —culturas brasileiras‖ ao invés de —cultura brasileiro, ainda é comumente perceptível um desconhecimento e despreparo em se trabalhar essa diversidade cultural nas escolas. Constantemente, são observadas na sociedade e na escola manifestações de incompreensão e preconceito em relação às religiões afro-brasileiras. No universo escolar, crianças e adolescentes oriundos de casas de culto afro geralmente passam por situações no mínimo constrangedoras, quando não psicologicamente violentas. Na realidade, é nesse ambiente que elas se sentem mais reprimidas em assumir determinadas identidades.

Antes de tudo, deve-se destacar que em vários estados do Brasil é possível perceber a disseminação dos cultos afros. Esta proliferação pode ser vista, de certa forma, como a vitória de saberes e fazeres que, através de homens e mulheres africanos que atravessaram o oceano, se arraigaram à sociedade brasileira. Assim, variando de acordo com a origem territorial africana e o contato com práticas e saberes nativos, foi se configurando um campo múltiplo, diversificado e rico de expressões culturais e religiosas de marca popular, negro e negro-mestiça.

---

<sup>11</sup> Afro, pois tinham traços africanos. Brasileiras, pois apresentavam traços católicos, espíritas e indígenas. [...] Assim, os traços de origens africanas foram colocados no vértice mais baixo da evolução, seguidos de traços indígenas e dos traços católicos assimilados de forma primitiva. No vértice mais elevado dessa evolução colocavam-se os traços espíritas. (MAGGIE, 1975, p. 13-14)

No caso do Maranhão, tornou-se muito comum o Tambor de Mina, no Piauí o Catimbó, no Amazonas a Pajelança, em Alagoas, Sergipe e Pernambuco o Xangô, na Bahia o Candomblé, na região central a Umbanda, e na região sul o que se convencionou denominar de Batuque (SILVA, 2008). Essas são categorizações comuns, entretanto, há inúmeras variações no âmbito de cada uma dessas regiões. De acordo com VolneyBerkenbrock (1998), do ponto de vista histórico, a África é o campo de origem e o Brasil, é o campo de desenvolvimento dessas religiões.

Em vista disso, é inquestionável a necessidade de se explorar esses temas em sala de aula levando em conta sua diversidade e peculiaridade. No Maranhão, a partir da análise da literatura existente sobre a temática e da minha inserção no universo do que é frequentemente denominando de macumba<sup>12</sup>, pode-se aferir que em São Luís é mais comum a Pajelança e o Tambor de Mina, mas no interior do Estado essas expressões recebem classificações diversas, como Badé, Berequete, Pajelança, Jirunga, Panguará, Iemanjá, Baía, Terecô, Cura, Brinquedo de Cura ou simplesmente Brinquedo, dentre outras.

Destá forma, a escola, que deveria ser um ambiente que subsidiasse uma leitura crítica da diversidade religiosa existente no país, muitas vezes se posiciona de forma inadequada, trazendo elaborações equivocadas que acabam por desqualificar e demonizar essas expressões religiosas. A escola se torna assim um ambiente desencarnado, descontextualizado, um ambiente que nega, ao invés de incluir, o universo social, cultural e religioso no qual está inserido.

Diante disso, é válido frisar que, além das ações afirmativas de grupos específicos como o Movimento Negro e do advento da lei 10.639<sup>13</sup>, um passo importante e demasiado necessário que precisa ser trilhado é o da mudança no processo educacional, sobretudo, no ensino fundamental. Nesse contexto, a disciplina de História, como também outros campos disciplinares, deve colaborar nesse processo de valorização e legitimidade das diferentes cosmologias religiosas.

---

<sup>12</sup> De acordo com Berkenbrock (1998) o termo está associado à vertente religiosa de origem afro originária no Rio de Janeiro, e embora seja utilizada de forma pejorativa por não membros das religiões afro brasileiras é uma referência comumente utilizada por membros de terreiros, sobretudo, no interior do estado, para designar a as festas, além de ser um instrumento musical. É interessante destacar que na maioria das vezes os membros desconhecem os termos —acadêmicos!, —cientificizados! e em vista disso, o termo acaba abarcando as diversas vertentes.

<sup>13</sup> O advento da Lei nº 10.639/2003 se deu em meio a um intenso debate social amplificado pela mídia, que expressava os primeiros impactos da implantação de programas de ação afirmativa em algumas universidades brasileiras. O texto das "Diretrizes" apresenta dimensões normativas relativamente flexíveis, sugerindo referências, conteúdos e valores para a ação docente, em consonância com o pressuposto formativo e educativo da valorização da pluralidade cultural - mote, aliás, já presente nos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1998. (PEREIRA, p.01, 2010)

Vale destacar que o terreno da questão religiosa é, no campo educacional, um dos mais árdios a se debater, especialmente no que se refere à cultura religiosa afro-brasileira, considerando não apenas o processo histórico de estigmatização dessas religiões desde o Brasil Colônia, mas também os movimentos mais recentes de ataque, fomentado especialmente, mas não exclusivamente, por igrejas evangélicas.

Desta forma, é necessário problematizar esse tema nas salas de aula, pois, além de possibilitar um rompimento real com o proselitismo recorrente nesse ambiente, deve-se reconhecer este como um espaço indispensável para se pensar a questão das relações étnico-raciais. É significativo criar um sentimento de pertencimento do aluno à realidade histórica.

Para tanto é preciso construir leituras sobre o mundo e sobre si capazes de fornecer o sentimento de identidade (por conseguinte, de pertencimento) e ao mesmo tempo a capacidade crítica para reconhecer e lidar com as diferenças e situa-las no tempo, (ou seja, situá-las historicamente) nesse sentido pode-se dizer que o objetivo da História escolar é ensinar/aprender a pensar historicamente rompendo com as naturalizações e abrindo o horizonte de expectativa. (ROCHA;MAGALHÃES; GONTIJO, 2009, p.16)

Com isso, acredita-se que o Ensino de História é um campo fértil para a formação de —consciência histórica, noção desenvolvida por JörnRüsen (2007), que defende a reaproximação da teoria e pesquisa histórica com o ensino e a didática da História. Vale lembrar que seus postulados são de fundamental importância nas áreas de teoria e ensino de história, com isso, para problematizar o conteúdo referente às religiões de matrizes africanas, os educadores precisam explicar acerca do passado religioso, a fim de conscientizarem os alunos de seu papel na história e fazê-los entender como se deu esse processo e, sobretudo, a importância dele nos dias atuais.

Em primeiro lugar, o fundamental é levar o aluno a compreender e aprender determinado conteúdo ou conceito, os quais fazem parte da História e são recontextualizados na cultura escolar, materializando as correlações de força presentes no espaço de ensino – seja esse formal ou não. Dessa forma, os conteúdos eleitos na História ensinada revelam uma faceta da História e, ao mesmo tempo, silenciam outras tantas histórias. [...] A construção de um conhecimento que transpassa o espaço físico da escola e o espaço conceitual da História é o combustível motriz da História ensinada. (MONTEIRO, 2011, p.116)

Na visão de Rüsen (2008), —o professor deve ser preparado para priorizar a autocrítica e trocar experiências, pois os alunos precisam ter consciência de si na história. Desta forma, torna-se necessário fazer esse diálogo envolvendo os diferentes tempos



históricos, e essa ação não pode ser realizada como uma iniciativa isolada, mas como fruto de um esforço coletivo em prol de um aprimoramento do sistema educacional.

A história não deve e não pode confundir-se com o simples aprendizado de conteúdo, mas deve perseguir a possibilidade de adquirir competências específicas capazes de fundamentar uma reelaboração incessante da experiência temporal com relação às experiências passadas. Mas do que passar conteúdos através de uma boa didática estas teriam que dá condições de criar as bases para o estabelecimento de relações com o passado que são necessariamente distintas segundo os presentes vividos. (GUIMARÃES, 2009, p.49)

Nos dias atuais, —considera-se necessário ao público escolar das mais diferentes faixas etárias [...] partir do conhecimento do vivido (senso comum) para que se possa situar as problemáticas enfrentadas na vida em sociedade (BITENCOURT, 2004, p.190). Como salienta Helenice Rocha, —a história ensinada está entre a história do senso comum, a vida prática e o que é produzido na corte acadêmica. Assim, não há como desvincular a vivência do aluno dos conteúdos ministrados em sala de aula no processo de construção da consciência histórica e do próprio aprendizado. E —a consciência histórica será algo que ocorre quando a informação inerente, progressivamente interiorizada, torna-se parte da ferramenta mental do sujeito e é utilizada, com alguma consciência, como orientação no cotidiano. (RUSEN, 2011, p.16)

De acordo com o argumento de Martins, —a tessitura dos processos reflexivos do pensamento e da consciência histórica se dá em diferentes círculos da vida pessoal e social. (MARTINS, 2001, p. 45) Desta maneira, pensar o ensino de história e seus desdobramentos implica compreender a complexa maquinaria que circunda a realidade escolar. Com isso, é interessante repensar, por exemplo, a forma de organização curricular e também incentivar ações pedagógicas. Esse é um dos passos mais importantes nesse processo. A partir daí os professores reformulariam meios de implantação do que está posto no currículo. Partindo disso, no âmbito da sala de aula é primordial inicialmente trabalhar a sensibilização dos alunos, fazendo com que estes entendam as diferenças religiosas no âmbito da história da nação, contextualizando com o ambiente no qual estão inseridos, para, a partir desse ponto, trabalhar a questão da intolerância e preconceito.

Na realidade, como propõe Rösen (2010) o indivíduo não mobiliza sua consciência histórica intencionalmente, mas a utiliza com a necessidade de atribuir significado a fluxos sobre o qual não possui controle. Ele a vivencia desde a percepção de sua própria historicidade, até a inserção da consciência em diferentes contextos da história humana. Ela é, de modo geral, inerente ao estar no mundo. Por outro lado, advoga sobre a

intencionalidade do agir no tempo, afinal, os seres humanos só podem agir no mundo se o interpretarem e interpretarem a si mesmos de acordo com suas intenções.

Assim, tendo em vista que a escola tem o papel social de trabalhar nos alunos a apropriação dos elementos culturais essenciais à compreensão mais elaborada da realidade que os cerca, ela cumpre esse papel quando assegura aos estudantes um currículo comprometido com a cidadania, levando em consideração valores fundamentais para a sua formação. De acordo com as Diretrizes Curriculares Maranhenses (2014), a escola tem como seu objeto específico o conhecimento elaborado e sistematizado historicamente pela humanidade, o qual deve ser trabalhado de forma a propiciar a ampliação da visão de mundo dos sujeitos. Assim, esse ambiente precisa criar e organizar os meios e as condições adequados para que as aprendizagens se efetivem na perspectiva do cumprimento de sua função social.

Nessa concepção, a escola é a instituição que tem a responsabilidade exclusiva pela democratização do saber sistematizado e acumulado historicamente. Para isso, independente de tantos apelos e demandas insurgentes das demais instituições sociais, cabe à educação escolar, prioritariamente, assegurar aos educandos os procedimentos necessários para a apropriação do saber elaborado, formal e científico, bem como o acesso aos instrumentos que possibilitem o conhecimento dos fundamentos desse saber. (MARANHÃO, 204, p.13)

Posto isto, é indispensável fazer uma reflexão acerca do modo como a escola se relaciona com alunos oriundos ou envolvidos com as religiões afro-brasileiras e, sobretudo, como os professores se posicionam diante de tal temática. Levando em consideração que a LDB estabelece, no seu inciso III, do art. 3º que o ensino deverá respeitar o —pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, o docente precisa estar atento em não transmitir em sala de aula suas concepções religiosas e, sim, problematizar acerca das múltiplas especificidades que marcam o cotidiano escolar. Ou seja, deve inserir a vivência dos alunos nas aulas, como forma de aproximá-los do conteúdo, além de instigá-los a valorizar sua história, o que culmina em alunos mais críticos e tolerantes.

Além disso, a Lei 10.639/03, bem como os outros aparatos já explicitados, muitas vezes são desconhecidos pelos professores, ou simplesmente alguns não sabem como materializá-los. E vale frisar que, para discutir tal temática, os diretores, a equipe pedagógica e os professores precisam aprofundar o conhecimento teórico e metodológico sobre o assunto e viabilizar condições para consolidação deste conhecimento, com a intenção de implantar na escola uma prática antirracista. Tendo em vista que uma prática que repudie o racismo e qualquer forma de preconceito nas escolas, pode contribuir para

esclarecimento e reconhecimento dos alunos enquanto pertencentes à história.

De acordo com isso, levando para a análise da etnografia em sala de aula, é perceptível que os professores são frutos de suas formações, acabam repassando o que aprenderam e o que está posto no currículo, não usando a realidade dos alunos como lócus de exploração. Além do mais, a história ensinada hoje é pensada de forma excludente, o que contribui para o afastamento e não reconhecimento dos estudantes. Nessa perspectiva, acredita-se que a preparação do professor para o ensino voltado para a pluralidade cultural seja um importante caminho, bem como o estímulo ao diálogo entre as diversas disciplinas como propõem os PCNs, na tentativa de superar o eurocentrismo cristão, que colocou o negro e sua cultura como inferiores no seio do processo histórico educacional brasileiro.

Nessa perspectiva, acredito que aulas que problematizem a diversidade religiosa são necessárias, afinal, até Nina Rodrigues (1977), pesquisador maranhense expoente em estudos sobre o negro e sua religiosidade, talvez a contrapelo do que desejaria, afirmava que —de todas as instituições africanas, entretidas na América pelos colonos negros ou transmitidas aos seus descendentes puros ou mestiços, foram às práticas religiosas do seu fetichismo as que melhor se conservaram no Brasil.‖ (RODRIGUES, 1977, p. 240)

Pensar o espaço da sala de aula como —lócus‖ argumentativo é um desafio pedagógico para o professor na produção de sentido histórico e na desnaturalização da realidade conforme o senso comum. A nosso ver, a função epistemológica essencial da História ensinada desafia o professor a buscar meios e estratégias para que o aluno olhe com estranheza para o que comumente é naturalizado e, em muitas das vezes, dogmatizado. (MONTEIRO, 2011, p. 114)

Uma nuance perceptível é que, em geral o profissional adota a proposta interconfessional cristã, evitando buscar informações sobre outras religiões, não propondo um diálogo entre as diversidades religiosas, o entendimento do homem entre o sagrado e a relação entre si. Vale lembrar que,

O saber do professor está situado em uma perspectiva histórica, cultural, social e filosófica, revelando suas concepções de mundo, tempo, Educação, ensino e História, e construindo uma face intersubjetiva da História ensinada. Dessa maneira, as escolhas historiográficas eleitas pelo professor também são um marcador dessa História ensinada. (MONTEIRO, 2015, p114)

Assim, tendo em vista as comunidades religiosas, o Movimento Negro e outros grupos que vêm buscando valorizar suas raízes africanas para redimensionar seu papel na sociedade brasileira a escola desempenha papel primordial nessa militância e busca de reconhecimento e consolidação. Com isso, diante da delicadeza e gravidade dessa temática

o ambiente escolar ao ser sensibilizado sobre o problema do racismo e preconceito, torna-se responsável pela promoção de uma educação antirracista, no sentido de não medir esforços para garantir igualdades de condições de aprendizagem visando essa diversidade.

Cabe frisar que a escola em destaque nesta pesquisa, embora situada em meio a um emaranhado de casas de culto, e outras inúmeras manifestações culturais, parece estar desconectada da sua realidade, não há referências materiais sobre tal temática. Nas aulas, mesmo nas discussões com temas afins não há diálogo e os alunos que são oriundos dessas casas não têm espaços e escondem sua fé, inventando formas de invisibilidade para não serem discriminados.

Nos terreiros, as crianças e adolescentes sentem orgulho de sua fé, são tratados com respeito, recebem cargos como os adultos da hierarquia do culto e aprendem, entre outras coisas, um vocabulário imenso em yorubá. Já na escola, eles escondem a fé e inventam formas de invisibilidade para não serem discriminados. (CAPUTO, 2012, p.187)

Em andanças pelo Maranhão, na casa de culto Fanti Ashanti e em contato com crianças desse terreiro, a pesquisadora Stela Guedes Caputo (2012) destaca que, há muita semelhança entre a realidade vivida pelas crianças da baixada fluminense e as do Maranhão no tocante ao preconceito sofrido nas escolas. Ela narra que as crianças desse terreiro relatam inúmeras formas de discriminação na escola.

Posto isso, é nítido que passados tantos anos do processo de escravidão os membros das religiões afro-brasileiras ainda reprimem, omitem e disfarçam suas crenças por medo de repressão, sobretudo, na escola e optam pelo silêncio de sua fé. —Continuaremos vendo que a escola, ao discriminar o candomblé, contribui ainda mais para aumentar a dificuldade de identificação positiva de alunos (as) negros (as) com a escola. (CAPUTO, 2012, p. 208)

Na Sotero dos Reis, identifiquei dois alunos oriundos de terreiro, contudo, muitos possuem experiências envolvendo encantaria e alegam não ter espaço em sala de aula para discutir a temática. Os professores optam por não tocar no assunto e os alunos acabam reproduzindo ideias racistas e preconceituosas, além de excluir aqueles que possuem envolvimento mais direto. Uma das professoras de história alega que —os alunos têm vergonha de admitir que seguem essa religião, pode até ter aluno de candomblé, mas são poucos e esses poucos não admitem.‖

Diante disso, o tema precisa ser problematizado e —não basta acrescentar temas, autores, celebrações etc. É necessária uma releitura da própria visão de educação. É indispensável desenvolver um novo olhar, uma nova ótica, uma sensibilidade diferente.‖

(CANDAL, MOREIRA 2003, p.164) Essa necessidade fica em demasia evidente diante dos discursos predominantes no cotidiano escolar. Tem sido possível perceber que as práticas que permeiam esse ambiente estão impregnadas de discriminação, sobretudo, as brincadeiras e xingamentos que aparentemente podem parecer aleatórios e inofensivos, mas tem extremo poder social.

Atualmente defende-se a perspectiva de que o professor tenha que trabalhar com base na realidade na qual os alunos estão inseridos, dialogando com o currículo. Nesse momento, deve-se levar em consideração as experiências escolares que tangenciam a vivência dos estudantes e transformá-la em conhecimento, o que ajudará na construção das identidades e no reconhecimento destes enquanto sujeitos históricos. Contudo, isso ainda está distante da realidade das escolas do país, geralmente esses ambientes fecham as portas para as manifestações culturais, desvalorizando os saberes e valores culturais dos alunos, tendo em vista que a cultura escolar que marca as escolas do país são caracterizadas pelo comum.

As diferenças culturais - étnicas, de gênero, orientação sexual, religiosas, entre outras – se manifestam em todas as suas cores, sons, ritos, saberes, sabores, crenças e outros modos de expressão. As questões colocadas são múltiplas, visibilizadas principalmente pelos movimentos sociais, que denunciam injustiças, desigualdades e discriminações, reivindicando igualdade de acesso a bens e serviços e reconhecimento político e cultural. No âmbito da educação também se explicitam cada vez com maior força e desafiam visões e práticas profundamente arraigadas no cotidiano escolar. A cultura escolar dominante em nossas instituições educativas, construída fundamentalmente a partir da matriz político-social e epistemológica da modernidade, prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo, considerados como elementos constitutivos do universal. Nesta ótica, as diferenças são ignoradas ou consideradas um —problemall a resolver. (CANDAL, 2011, p.02)

A partir da pesquisa de campo, foi possível perceber que a escola Sotero dos Reis é marcada por uma realidade social extremamente diversificada mas promove uma educação monocultural. As culturas que coexistem nesse ambiente entram em choque com frequência, e estes encontros são desiguais, na medida em que determinadas expressões culturais são discriminadas e lhes são negadas as possibilidades de serem vistas como tais, como culturas outras. Na realidade, como assegura Candal e Moreira (2003), estamos imersos em uma cultura na qual a demarcação entre ‘nós’ e os ‘outros’ é uma prática social permanente que se manifesta pelo não reconhecimento dos que consideramos não somente diferentes, mas, em muitos casos, ‘inferiores’, por diferentes características identitárias e de comportamentos. Com isso, a partir da vivência com os professores, foi possível perceber certa angústia diante das dificuldades de se trabalhar as peculiaridades

presentes no cotidiano.

O caráter monocultural está muito arraigado na educação escolar, pretendendo ser inerente a ela. Assim, questionar, desnaturalizar, e desestabilizar essa realidade constitui um passo fundamental. Contudo, favorece o processo de reinventar a cultura escolar não é tarefa fácil. Como afirmam os(as) educadores(as), exige persistência, vontade política, assim como aposta no horizonte de sentido: a construção de uma educação, e uma educação verdadeiramente democrática, construída na articulação entre igualdade e diferença, na perspectiva emancipatório. (MOREIRA; CANDAL, 2003, p.166)

Portanto, como assegura Candal (2008), é necessário assumir uma postura de valorização positiva das diferenças e combate às discriminações em toda a dinâmica escolar, o que exige um trabalho coletivo dos educadores, assim como espaços de formação continuada que abordem estas questões. E a prática pedagógica deve ser construída a partir da interculturalidade<sup>14</sup>, contudo, acredito que, traduzi-la nas práticas cotidianas é um grande desafio para o corpo docente que compõe a educação básica.

Os professores envolvidos nessa pesquisa defendem a necessidade de se trabalhar com a vivência dos alunos, mas ao mesmo tempo destacam as dificuldades inerentes ao currículo e suas exigências, tendo em vista que ele está inserido em um processo político de relações de poder. Na realidade, isso nos faz pensar em como se tem travado inúmeras disputas em diferentes campos de conhecimento, por significados e validações de certos conhecimentos em detrimentos de outros que irão permear os currículos das disciplinas escolares.

Percebo os currículos como construções sócio-históricas que produzem e hegemonomizam significados sobre quem somos e sobre aquilo que sabemos. Isso significa entender que os conhecimentos passados por nos nas disciplinas escolares não constituem uma coleção estática e neutra de elementos da cultura, tem sido naturalmente selecionado por meio de critérios exclusivamente epistemológicos. Diferentemente os currículos são produções culturais que de acordo com Popkewitz (1994, p174) constituem formas de regulação social, produzidas através de estilos privilegiados de raciocínio. (FERREIRA, 2014, p.187)

Fica evidente que, devido às exigências dos currículos, os professores são inclinados a reproduzirem ideias prontas e a acharem —que o currículo nos dê a receita pronta e o modus operandi- o knowhow —do exercício da docência|| (PENTEADO; CARDOSO JUNIOR, 2014, p. 250). Esse fator culmina em graves perdas no processo de

---

<sup>14</sup> CANDAL sublinha que —a perspectiva intercultural que defendo quer promover uma educação para o reconhecimento do —outrol, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente incluídas.|| (CANDAL, 2008, p.23)

ensino/aprendizagem, pois perdendo-se de vista a importância da cultura dos alunos, os sujeitos cognoscentes nesse contexto e a função da escola acaba sendo a de —levar cultura a população como se os diferentes sujeitos sociais não experimentassem o mundo em que vivem e nele não expressassem suas formas de vida e de compreensão da existência.¶ (PENTEADO; CARDOSO JUNIOR, 2014, p. 224)

A escola não é só um lugar que recebe sujeitos com saberes, mas é uma instituição que induz a relações específicas com esses saberes, já que quando o indivíduo aprende no seio de uma instituição, ele só poderá ser —bom aluno¶ caso se adapte à relação com o saber definida pela instituição. (PENTEADO; CARDOSO JUNIOR, 2014, p. 223-224)

Contudo, os alunos precisam compreender e valorizar sua realidade histórica, a partir de diálogos dos conteúdos impostos pelo currículo com a vivência deles. Para tanto é preciso abrir brechas no currículo clássico, a fim de inserir as referências dos sujeitos nas aulas, para que, assim, sejam criados conhecimentos significativos e para tal é preciso escutar os gritos do currículo real, que é reconstruído a partir do cotidiano escolar.

Vale frisar que o modelo curricular vigente é em demasia abrangente, não deixando espaço para as especificidades de cada contexto educacional do país, para tanto cabe ao professor desplanejar<sup>15</sup> esse currículo. —Pensar os currículos de uma escola implica, então, viver seu cotidiano, o que inclui, além do que é formal, e tradicionalmente estudado, toda a dinâmica das relações estabelecidas.¶ (FERRAÇO, 2007, p. 75)

O conhecimento não é um —dado¶ inquestionável e —neutro¶ a partir do qual, nos professores (as) configuramos nosso ensino. Trata-se de uma construção permeada por relações sociais e culturais processos complexos de transposição/recontextualização didática e de dinâmicas que tem de ser resignificadas constantemente. (CANDAL, 2009, p.94-95)

Penteado e Cardoso Junior (2014) sugerem que um caminho para o processo de ressignificação e reapropriação dos saberes já consagrados seria, justamente, o de tomar por ponto de partida não esses lugares legitimados, mas os conhecimentos que permeiam nossos alunos e que poderiam, então, ser confrontados, hibridizados, reconfigurados em novos conhecimentos de autoria de seus portadores: os estudantes.

Portanto, para tal é preciso romper algumas fronteiras, a primeira dela está na formação docente, muitas vezes a formação dos professores acaba por excluir diversos universos, e eles precisam romper esse lugar acadêmico de onde fala e uma outra está na afinidade dos docentes em trabalhar determinados temas em sala de aula, por conhecer

<sup>15</sup> —Desplanejar não significa agir sem planejar, mas agir segundo planejamento que, no mesmo ato, é desmontado.¶ (PENTEADO; CARDOSO JUNIOR apud LOPES E MARCEDO, 2011, p. 69)

mais ou por vaidade.

Diante disso, acredito ser indispensável uma releitura da noção de educação que é repassada nas escolas, pois, pude observar que os professores e demais corpo material e humano escolar aparentam exaustão, e não sabem que caminho percorrer para alterar esse perfil. Isso fica ainda mais evidente quando há situações de racismo, intolerância ou desrespeito, seja relacionado a cor, gênero, sexo, religião ou outros.

Em síntese, às escolas, atualmente, são atribuídas duas tarefas básicas segundo Borges (2010). A primeira é a responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira. A segunda é fiscalizar que em seu interior alunos negros deixem de sofrer os continuados atos de racismo de que são vítimas.

Afinal, como aponta Fonseca (2004), onde estão a África, os africanos e os afro-brasileiros, na matriz curricular, no conteúdo programático das nossas escolas públicas e privadas seja nos níveis infantil, fundamental, médio ou superior? Essa denúncia que esta pergunta enseja é feita, tendo em vista que os diferentes estudos não contemplaram adequadamente os africanos e afro-brasileiros como sujeitos durante o período escravista, nem no período republicano, mesmo considerando a sua reconhecida importância na construção da sociedade brasileira de ontem e de hoje, como apontam diversos estudiosos.

Essa pergunta inicial é respondida quando se pensa em quem elabora os currículos que estão presentes nas escolas do país. A África permanece, a despeito de todos estes livros, um continente desconhecido para a maioria da população docente e discente das escolas brasileiras. A disciplina de história, nas séries finais dos ensinos fundamental, médio e superior, não contempla o passado e o presente africano tão importante no nosso cotidiano. Os professores geralmente dizem: —não deu tempo de chegarmos a esse conteúdo.¶

A proposta aqui foi delinear dificuldades e identificar aspectos que permitam oferecer aos educadores do estado contribuições para trabalhar este tema na cultura escolar pautado na ideia de respeito à diversidade religiosa e diálogo entre elas, tendo em vista que a escola tem um papel importante no processo de reconhecimento e valorização e deve contribuir para o empoderamento dos sujeitos socioculturais, sobretudo, os subalternizados e negados. E esta tarefa passa por processos de diálogo entre diferentes conhecimentos e saberes presentes na escola e estratégias como a utilização de linguagens plurais, variedade de recursos didáticos, uso da realidade dos alunos como forma de problematizar certos conteúdos.



Acredito ser essa uma importante forma de construção de uma escola mais democrática e dinâmica, o que supõe articular igualdade e diferença nas salas de aula. Tendo em vista que a dimensão cultural é inerente aos processos pedagógicos, pois, como assegura Candal, (2008) —está no chão da escola e enseja processos de aprendizagem mais significativos, no instante em que permite que os alunos se sintam pertencentes enquanto sujeitos ativos. Ajudando assim no processo de combate a esse silenciamento, invisibilidade e sentimento de inferiorização desses sujeitos.

## **REFERÊNCIAS**

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma Sociologia das Interpretações de civilizações. São Paulo: Ed. Civilizações, 1971 (1960), 2. v.

BERKENBROCK, Volney J. **A experiência dos orixás- um estudo sobre a experiência religiosa do candomblé**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BITTENCOUT, Circe. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo, Cortex Editora, p183-220,2008.

BRASIL.. **Lei de Diretrizes e Bases Nacionais**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.639**, de 9 de Janeiro de 2003. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

CANDAU, V. M. e LEITE, M. S. Diálogos entre Diferença e Educação (2006); In: CANDAU. V. M. (org) **Educação Intercultural e Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras.

\_\_\_\_\_. Educação Escolar e Cultura(s): multiculturalismo, universalismo e currículo; In: CANDAU. V. M. (org) **Didática**: questões contemporâneas. Rio de Janeiro: Ed. Forma & Ação.

\_\_\_\_\_. **Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas**. Currículo sem Fronteiras. v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros**: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé. – 1ª Ed. – Rio de Janeiro : Pallas, 2012.

CARNEIRO, M. A. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

D'ADESKY, Jaques. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Rio de Janeiro. Pallas Editora, 2001.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Ensino de História e Diversidade Cultural**: desafios e possibilidades. Cad. Cedes, Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005.

FERRETI, Mundicarmo (org). **Pajelança do maranhão no século XIX: o processo de Amélia Rosa**. Transcrição documental por Jacira Pavão da Silva. -São Luis: CMF: FAPEMA, 2004.

FERRETI, Sergio. *Andressa e Dudu – os Jeje e os Nagô: apogeu e declínio de duas casas fundadoras do tambor de mina maranhense*. In.: SILVA, Vagner Gonçalves da. (Org.) Caminhos da Alma. São Paulo: Summus, 2002

FERREIRA, Marcia. **Currículo e cultura: dialogo com as disciplinas escolares ciências e biologia**. In: MOREIRA, Antônio Flavio e CANDAU, Vera Maria (org). Currículo, disciplinas escolares e culturas. Petrópolis: vozes, 2014.

FONSECA, D. J.. **A história, o africano e o afro-brasileiro**. Cadernos de Formação – Pedagogia Cidadã, UNESP-PROGRAD, v. 01, n.01, p. 57-68, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. A escrita da História e ensino da História, tensões e paradoxos. IN, ROCHA, Helenice. MAGALHÃES, Marcelo. GONTIJO, Rebeca (orgs). **A escrita da História Escolar: Memória e historiografia**. Rio de Janeiro. FGV, 2009. P35-50.

MAGGIE, Yvonne. **Guerra dos Orixás: Um estudo de ritual e conflito**. Rio de Janeiro: Zarah, 1975.

MARANHÃO. **Diretrizes Curriculares/Secretaria de Estado da Educação do Maranhão**. SEDUC, 3. ed. São Luís, 2014.

MARTINS. Estevão C de Rezende. **História: Consciência, Pensamento, Cultura, Ensino**. Educar em Revista. Curitiba. Brasil, nº 42, out./dez., editora UFPR, p,43-58. 2011.

MENESES, J. G. de C. et. al. **Educação básica: políticas, legislação e gestão**. SP: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. **A história ensinada: Algumas configurações do saber escolar**. História & Ensino, v. 9, p. 37-62, out. 2003.

\_\_\_\_\_. **Ensino de História: Argumentação e construção de sentido na História ensinada**. Práxis Educativa, v. 6, n. 1, 2011.

MOREIRA, Flavio Barbosa e CANDAU, Vera Maria. **Educação Escolar e cultura(s): construindo caminhos**. Em: Revista Brasileira de Educação. N.23, 2003.

OLIVEIRA, Maria da Glória. **Historiografia, memória e ensino de história: percursos de uma reflexão**. História da Historiografia, n. 13, dez. 2013, p. 130-143.

PENTEADO, Andrea e CARDOSO JUNIOR, Wilson. Arte, cultura e sujeitos na escola os lugares de poder. In: MOREIRA, Antônio Flavio e CANDAU, Vera Maria (org). **Currículo, disciplinas escolares e culturas**. Petrópolis: vozes, 2014.

PEREIRA, Júnia Sales. **Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei nº 10.639**.

Estudos Históricos, v. 21, n. 41. jan./jun. 2010.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. **A Escrita da História Escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.13-32

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica - **Teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. **Reconstrução do passado - Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2007a.

\_\_\_\_\_. **História viva - Teoria da história III: forma e funções do conhecimento histórico**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2007b.

\_\_\_\_\_. O livro didático ideal. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **JörnRüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

SANTOS, Reinilda de Oliveira. José Negreiros: —pulava e brincava, rufava o pandeírol. In: **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**. Número 56, junho de 2014, p. 14-15.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães Fonseca. **Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas**. Revista Brasileira de História, v. 30, n. 60, 2010.

SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). **Caminhos da Alma**. Memória afro-brasileira. São Paulo: Summus, 2002.

VERGER, Pierre F. **Orixás, deuses iorubas na África e no Novo Mundo**. 5. ed. Salvador: Corrupio, 1997.

VIEIRA FILHO, Domingos. Folcloresempre. **Revista de Geografia e História do Maranhão**, São Luís, dez. de 1954.

## **EL ABRAZO DE LA SERPIENTE: O CINEMA E O PENSAMENTO DECOLONIAL NA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA**

**Renata Carvalho Silva<sup>1</sup>**

A Lei nº 10.693, de 9 de janeiro de 2003, que estabelecia as diretrizes de base da educação nacional, incluindo no currículo oficial da rede ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", foi alterada, ou melhor complementada com a Lei Nº 11.645, de 10 Março de 2008, que insere igualmente nesta temática o ensino de História e Cultura dos Povos Indígenas sendo estes trabalhados em especial e obrigatoriamente nas disciplinas de Artes, Literatura e História.

Esta lei abre espaço para a discussão a respeito da comunidade indígena, ponto importante na formação da história e cultura de nosso país, mas que durante um longo espaço de tempo esteve relegada, sendo sempre estudada pela ótica dos chamados vencedores da história, ou seja, entrando de maneira subalterna na escrita da história. Manuela Carneiro da Cunha, antropóloga que busca estudar o indígena por uma outra perspectiva afirma que —a História do Brasil, a canônica, começa invariavelmente pelo descobrimento’. São os descobridores’ que a inauguram e conferem aos gentios uma entrada – de serviço – no grande curso da História (CUNHA, 2012, p. 08).

Estuda-se, comumente, a história das populações nativas sempre após 1492, como se antes estes povos não possuíssem história ou qualquer tipo de produção cultural ou material de maior importância e destaque. Um ponto ainda mais grave é que a representação que encontramos das comunidades indígenas nos livros didáticos e nas escolas é de povos que estão estáticos, que não possuem uma cultura dinâmica, sendo representados por estereótipos e generalizações como cabelos lisos, moradores das florestas, de culturas exóticas os corpos nus e com pinturas corporais e abundantes adereços de penas, portadores de arco e flecha, como se a cultura indígena não tivesse sofrido nenhuma modificação no processo histórico e limitando inúmeras e diversificadas expressões sociais a uma única matriz de leitura referencial.

Outra representação preocupante que se faz do índio na história é como mera

---

<sup>1</sup>Aluna do Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas – Mestrado Profissional – UEMA. Bolsista da Fundação do Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA.

vítima do processo de colonização. Não se nega aqui a extrema violência a que esses povos foram submetidos no processo de colonização. Violências físicas, como combates diretos e desiguais, doenças, escravidão e etc; e violência simbólica, como mudança no regime de trabalho, estrutura social e religiosa. Essas modificações forçaram uma reconfiguração na cultura indígena, mas isto não implica que estes povos tenham desaparecido, ou não possuam uma reformulação. Janice Theodoro (1992) afirma perceber que as culturas indígenas são —viventes‖ e não —sobreviventes‖ no processo histórico (p. 64).

Dessa forma busca-se através do presente trabalho analisar o uso das ferramentas metodológicas audiovisuais, em especial as produções cinematográficas, documentárias ou ficcionais, a implementação do ensino da história e cultura indígena, circunscrita à determinação da Lei 11.645/2008, buscando dessa forma fomentar a abordagem da perspectiva intercultural e humanística de valorização da diversidade e da pluralidade cultural e étnica da qual é fruto nossa própria sociedade.

Edson Silva afirma que atualmente estamos inseridos num contexto em que diversos grupos sociais buscam afirmar identidades e conquistar e ocupar espaços sociopolíticos no Brasil. Diferentes expressões socioculturais passaram a ser reconhecidas e respeitadas o que vem exigindo discussões, reformulações e a implementação de políticas públicas que respondam às demandas de direitos sociais específicos. Assim —A Lei 11.645/2008, que determinou a inclusão da história e culturas indígenas nos currículos escolares, possibilitará o respeito aos povos indígenas e o reconhecimento das sociodiversidades no Brasil‖ (SILVA, 2012, p.32).

Além de nos levar a repensar o papel das populações indígenas na história do Brasil, a Lei 11.645/2008 vem nos possibilitar repensar a constituição social e política do país. Segundo Silva (2012) a ideia de uma identidade e cultura nacional esconde inúmeras diferenças sejam de classes sociais, gênero, étnicas e etc. ao buscar uniformizá-las. Negando não só os processos históricos marcados pelas violências de grupos politicamente hegemônicos bem como ainda as violências sobre grupos a exemplo dos povos indígenas e os oriundos da África que foram submetidos a viverem em ambientes coloniais.

Portanto, uma efetiva aplicação das políticas educacionais de valorização das

tradições indígenas e africanas para o conhecimento dos processos de construção do que se entende hoje como nação brasileira, em busca de se impedir a reprodução de preconceitos, parte justamente da atitude de não só se repensar um tradicional conceito de que os grupos indígenas seriam apenas receptores passivos num processo de dominação física e simbólica, inseridos num contexto de conquista e colonização, como também tentar aproximar as abordagens já realizadas e que identificam o indígena enquanto sujeito/ator da sua própria permanência étnica, além de questionar outros conceitos como o de vitimização, subjugamento e aniquilamento dos mesmos, tão ainda em voga nas bibliografias sobre História do Brasil, que tendem a projetar seu possível desaparecimento por conta de uma total inserção na cultura não-indígena (SILVA, 2005, p. 03).

Com esse intuito, e pensando a própria contradição inerente a formulação das novas legislações que defendem o direito à liberdade e à pluralidade étnico-cultural da população brasileira, que, apesar de apontarem para uma esperança no que concerne às políticas de erradicação dos preconceitos raciais, étnicos e culturais, em especial aqui as leis 10.639/03 e a lei 11.645/08 que a complementa, é necessário se pensar estratégias de como promover uma educação que reconhece e valorize a diversidade, comprometida com as origens do povo brasileiro e que busque a inclusão dos saberes e tradições dos grupos nativos como bases importantes para se pensar a constituição tanto de uma identidade nacional quanto das múltiplas identidades regionais.

A importância de ambas as legislações se inscreve no reconhecimento da escola como lugar de construção, não só do conhecimento, mas também da identidade, dos valores, dos afetos, ou seja, lugar onde o ser humano é moldado de acordo com sua sociedade. Historicamente o Brasil, sabidamente formado a partir de diferentes matrizes e heranças culturais, europeias, indígenas e africanas, ainda não contempla, de maneira equilibrada e eficaz, o conjunto de suas referências formativas no sistema educacional. A pedagogia e os livros didáticos apresentam, ainda hoje, uma visão eurocêntrica, perpetuando assim estereótipos e preconceitos (BORGES, 2015, p. 06).

### **1. O Cinema como recurso metodológico.**

É nesse sentido que entendemos ser o uso do cinema e das diferentes produções audiovisuais que tem na figura do elemento nativo seu objeto principal ou mera figuração narrativa, fonte e ferramenta de grande valor de pesquisa uma vez que nos permite refletir

como as representações acerca dessas populações refazem-se continuamente a medida que novas luzes e perspectivas são lançadas a partir dos debates em âmbito acadêmico e/ou político quer reforçando antigos estereótipos de fixação de identidade quer avançando na leitura da dinâmica e ressignificação dos diversos contextos culturais em constante contato.

Se for verdade que vivemos em um período onde a fragmentação paradigmática promovida pela emergência de uma sociedade global cujas relações deterioram-se em nome da demanda por processos sociais e econômicos cada vez mais acelerados e onde o anseio por respostas imediatas é prerrogativa básica, também o é o fato de ser o campo da construção imagética e sua infinita possibilidade de variação, terreno dos mais férteis para as análises acerca das construções materiais e simbólicas dos diferentes grupos humanos. Inúmeros são os indivíduos que se lançam dia após dia na árdua tarefa de tentar compreender a potencialidade humana e de decodificar sua realidade através da linguagem visual, linguagem essa que chamaremos de iconografia, do grego —eikón|| (imagem), e traduzir-se-á aqui como —imagem que se assemelha a um objeto, pintura, pensamento, imagens mentais, comparação, semelhança|| (PAPE apud BRANDÃO, 2016, p. 181).

Igualmente tem-se que o cinema como um dos ramos de desenvolvimento da arte iconográfica, em grande medida, desenvolveu papel preponderante no conhecimento do desenvolvimento material e simbólico humano, sendo, no entanto, relacionado durante longo período, apenas às esferas de um desenvolvimento técnico ou, no mais das vezes, de sua capacidade subjetiva e/ou artística. A constatação da possibilidade de uma leitura temporal e sociológica implícita ao registro visual fílmico só passa a ter, de fato, validade no rastro da ampliação dos horizontes de pesquisa das Ciências Sociais, incluindo-se aqui também a disciplina História já em meados do século XX (FERRO, 1988; KORNIS, 1992; NAVARRETE, 2008).

O registro fílmico enquanto documento histórico - como qualquer outro documento produzido pelo homem e passível de auxiliar no desvelamento da realidade de determinada época a ele relacionada - pressupõe uma meticulosa interpretação dos contextos sociais dos seus produtores e dos códigos a ele inerentes. Quando se fala, ao trabalhar com documentos escritos, dos ditos e não-ditos inscritos nos textos, fala-se das escolhas de exposição e ocultamento realizadas por seus idealizadores/realizadores. Na mesma medida, o registro cinematográfico encerra escolhas realizadas por quem opera a

câmera, quem constrói determinado roteiro, os responsáveis pelos cortes e edições que vão desde as formas de enquadramento até os aspectos ou modelos que se quer mostrar/ocultar. São os códigos, simbologias e propósitos inerentes às escolhas do autor, que estão diretamente relacionados ao seu lugar no tecido social de seu tempo, os ingredientes de fato pertinentes à possibilidade da análise do filme enquanto documento histórico (CODATO, 2010)

A imagem considerada como fruto de trabalho humano pauta-se em códigos convencionalizados socialmente, possuindo, sem dúvida, um caráter conotativo que remete às formas de ser e agir do contexto no qual estão inseridas as imagens como mensagens. Entretanto, tal relação não é automática, pois entre o sujeito que olha e a imagem elaborada, *‘existe muito mais do que os olhos podem ver’*. Portanto, para se chegar àquilo que não foi imediatamente revelado pelo olhar cinematográfico, há que se perceber as relações entre signo e imagem, aspectos da mensagem que a imagem em movimento elabora; e principalmente, inserir o cinema no panorama cultural no qual foi produzida, e entendê-la como uma escolha realizada de acordo com uma dada visão de mundo. Nesse sentido, tanto os registros visuais que se propõem documentais quanto aqueles que contrariamente valorizam aspectos da subjetividade e inventividade criativa daquele que o produz, trazem, em si, aspectos passíveis de uma análise sócio-cultural do período em que este foi produzido.

Ao se utilizar o filme como fonte e ferramenta para o ensino de História, ao contrário do que se possa pensar, não procuramos este se resumir apenas a um mero manual de como o professor deve ou não utilizar um determinado filme, quer seja ele histórico ou não em sala de aula, uma vez que, como nos alerta Marc Ferro (1988), —os filmes de tipo histórico não são mais que uma representação do passado| que em grande medida falam mais sobre o presente que sobre esse mesmo passado. Nesse sentido é necessário que se leve em consideração a premissa de que este é apenas um dos inúmeros olhares que se possa lançar sobre o passado e o professor deve, então, nesse caso, conscientizar-se sobre as múltiplas significações implícitas a determinada produção cinematográfica quando da sua escolha para que assim possa lhe ser claro o emprego do passado em tal produção.



## **2. O Abraço da Serpente: Cinema e História Indígena, uma leitura decolonial.**

Baseado nos diários de viagem reais de dois cientistas europeus que desbravaram a Amazônia em diferentes épocas da primeira metade do século XX, em *O Abraço da Serpente* Theodor Von Martius (interpretado pelo ator belga Jan Bijvoet), inspirado no etnógrafo alemão Theodor Koch-Grünberg (1872-1924) busca a ajuda do índio desterrado da etnia Coihuano, Karamakate (interpretado pelo indígena Nilbio Torres) para encontrar uma flor medicinal muito rara e única a poder salvá-lo de uma enfermidade que o assola;

Utilizando o recurso de duas frentes de narração, onde dois pontos temporais são separados e unidos na mesma história, se entrecruzando no desenvolvimento da narrativa, encontramos, 40 anos depois, o segundo explorador, Evan (interpretado pelo ator americano Brionne Davis) baseado nos diários do etnobotânico americano Richard Evans Schultes (1915-2001) onde o mesmo também segue em busca da mesma planta medicinal só que agora por motivos diferentes, a planta pode lhe salvar do mal de nunca ter conseguido —sonharl.

Através de inúmeras intencionalidades estéticas e manipulando uma temporalidade que extrapola a linearidade e entremeia os dois momentos narrativos, o diretor e realizador da obra nos leva a desvendar dois universos em confronto e a refletir sobre diversos elementos do histórico do contato: oposição civilização e barbárie; descrença e desconfiança, o território como constituinte da memória e formadora da identidade étnica, a utilização compulsória da mão de obra nativa na exploração da borracha amazônica no início do século XX, dentre outros inúmeros aspectos simbólicos ricos de apreciação analítica, explorando assim, questões acerca da construção das identidades em contato, territorialidades e perspectivismo, buscando sempre empreender uma contraposição às produções clássicas que tomam o elemento nativo a partir das tradicionais representações binárias do bárbaro primitivo ou do herói idílico nacional.

O termo decolonial utilizado aqui como categoria chave de entendimento parte de uma escolha teórica baseada nos pressupostos epistemológicos advindos dos debates do grupo de investigadores latino americanos intitulado *Modernidad/Colonialidad* surgida entre os anos 2000 e que visa entre outras coisas —se posicionar de forma mais radical no debate pós colonial visando transcender a colonialidade, a face obscura da modernidade,

que permanece operando ainda nos dias de hoje em um padrão mundial de poderl (BALLESTRIN, 2013, p. 01).

Nesse sentido o termo decolonial, grafado sem o —sl tem um aspecto de escolha política e epistemológica uma vez que —marca uma distinção com o significado de descolonizar em seu sentido clássico. Deste modo a intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, ou seja, superar o momento colonial pelo momento pós-colonial. A intenção é provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua. Walsh (2009, p. 15-16).

Nesse sentido busca-se aqui perceber de que forma o cinema latino americano contemporâneo coaduna-se com as propostas de compreender as constituições identitárias no contexto dos contatos pluriétnicos e de mestiçagem/hibridização a partir de pressupostos conceituais específicos, dando ênfase a novas perspectivas de classificação e compreensão da experiência humana. Ou como nos aponta Grosfoguel:

Como resultado, el mundo de comienzodelsiglo XXI necesita una decolonialidad que complemente ladescolonizaciónllevada a cabo enlossiglos XIX y XX. Al contrario de esadecolonización, ladecolonialidad es unproceso de resignificación a largo plazo, que no se puedereducir a unacontecimiento jurídico-político (Grosfoguel, 2005, p. 17).

Outra noção chave para o entendimento do trabalho aqui proposto é a noção de perspectivismo e multinaturalismo ameríndio desenvolvido pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro aonde é possível percebermos um grande alinhamento com os pressupostos do decolonialismo uma vez que o mesmo propõe uma leitura que rompe com as oposições natureza X humanidade/cultura; racionalidade X subjetividade, clássicos dos pressupostos epistemológicos eurocentrados propondo em seu lugar as noções das múltiplas humanidades a partir de uma imersão profunda na experiência de conceituação e construção do conhecimento fruto das experiências vividas de sociedades indígenas amazônicas (Castro, 2002).

Sendo assim, a escolha do filme colombiano —O Abraço da Serpente para o desenvolvimento da pesquisa parte principalmente das escolhas não só teóricas como estéticas do seu realizador que colocam o indivíduo nativo como elemento principal e direcionador da narrativa. É possível perceber tais escolhas nas palavras do próprio diretor quando o mesmo aponta e discorre sobre algumas delas:

GUERRA – Esse projeto mobilizou 15 anos da minha vida e me deu capacidades que eu não teria como resumir em palavras, porque, antes de tudo, o filme ensinou-me a ver o mundo de um outro lugar, um outro ponto de observação: o dos xamãs, o da floresta. Perdi muito peso nesse processo. Peso espiritual, peso intelectual, até um peso afetivo. Foi uma libertação, pois «O Abraço...» levou-me a buscar um novo estado de espírito na direção do sonho, de modo que eu pudesse me libertar de referências sensíveis do próprio cinema e buscar o entendimento da novidade à minha frente sem a muleta da lógica do pensamento cartesiano. (Entrevista concedida ao site da Revista Metropolis em 13 de abril de 2016)

Assim, apesar de ser descrito por Guerra não como um retrato fiel do passado, mas um —ambiente do passado reconstituído a partir de uma experiência sensorial (Op. Cit.) a película nos coloca em contato com uma rica reflexão sobre a questão do histórico de contato e suas múltiplas implicações num processo estético de imersão na experiência multinaturalista da perspectiva das identidades indígenas da Amazônia.

Questiona-se assim o papel dos cientistas e viajantes que desbravaram a Amazônia e a forma como construíram leituras e classificações sobre as populações nativas, a forma como a influência das missões católicas desencadearam novas experiências religiosas no contexto do hibridismo pós colonial bem como a forma contundente com que a exploração comercial da Amazônia em contextos como as da exploração da borracha afetaram incisivamente as mesmas.



Várias são as escolhas técnicas e estéticas do autor que nos levam a perceber tais propostas narrativas como a escolha do preto e branco do filme como forma de fuga da —mimese do real não atingível pela lente da câmera e como forma não só de fazer o espectador imergir através do uso recorrente dos planos intencional e excessivamente amplos na extensão e imbricação entre homem e natureza amazônicas.

Outra interessante escolha para obra que nos apresenta o autor é o de rodá-lo em filme 35 mm. Assim o mesmo a explica:

La película está inspirada en las imágenes que tomaron los exploradores en los que se basala historia, imágenes que eran casida guerrotipos. Son los únicos documentos que sobrevivieron que muestran a muchas comunidades amazónicas. Queríamos que el filme se acercara a esa textura de las fotos, que transportara directamente a esos años. Hicimos pruebas con varios formatos digitales, pero nos dimos cuenta de que no servían para capturar la luz natural ni los detalles que ofrecela selva, no tenían la cualidad orgánica que buscábamos (Guerra, entrevista concedida ao site do jornal El Ibérico em 06 de junho de 2016).



Muitas outras questões ainda existem a serem lidas, interpretadas e trabalhadas e que não caberiam no espaço restrito desse texto preliminar de apresentação de pesquisa, mas de antemão pontuamos que a escolha do filme como objeto de análise e uso para o ensino da História e Cultura Indígena em sala de aula, em atendimento à lei 11645/08 passa, indiscutivelmente, pela reflexão sobre de que História e de qual representação de populações indígenas se pretende ou se está (ou não está, nos parece mais o caso) fazendo quer seja nas Licenciaturas, quer seja nas escolas de educação básica no Brasil atual.

Portanto, uma reflexão crítica sobre os pressupostos sobre os quais a História vem assentando as suas leituras sobre o passado e o presente das múltiplas e diferenciadas etnias que habitam e constituem os espaços geográficos latino americanos se faz cada vez mais necessária.

Assim, propomos que a análise dessa produção fílmica aqui parcialmente apresentada acerca de diferentes grupos e indivíduos nativos nos permita entrever as múltiplas representações construídas acerca dos mesmos buscando não só perceber as

ideologias de imposição de uma identidade estática e assim apagada do elemento nativo, como tentando buscar nas recentes produções a integração de novas leituras e abordagens de natureza antropológica que intentam alcançar as idiosincrasias dos diversos grupos embasados em uma perspectiva de que o ensino consiga trabalhar na perspectiva da valorização das diferenças e particularidades multiétnicas e culturais das quais todos fazemos parte.

## REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. Para transcender a Colonialidade. Entrevista concedida ao site da **Revista do Instituto HumanitasUnisinos**. Em 04/11/2013. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5258-luciana-ballestrin>

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. Inclusão da História e da Cultura Afrobrasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica e Superior: momento histórico ímpar. In: **Revista Científica Facmais**, vol. IV, nº I, 2015, 2º semestre. Disponível em: [http://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2015/08/artigos/cultura\\_africana.pdf](http://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2015/08/artigos/cultura_africana.pdf)

BRANDÃO, Jack. Eikón, Eidolon, Imago, Imagem: étimo e emprego dissuasório. In: **Revista LumenetVirtus**, vol. 3, n. 16, 2016. Disponível em: [http://www.jackbran.com.br/lumen\\_et\\_virtus/numero\\_16/PDF/EIK%C3%93N-EIDOLON%20E%20IMAGO\\_IMAGEM%20COMO%20PODER%20DISSUAS%C3%93RIO.pdf](http://www.jackbran.com.br/lumen_et_virtus/numero_16/PDF/EIK%C3%93N-EIDOLON%20E%20IMAGO_IMAGEM%20COMO%20PODER%20DISSUAS%C3%93RIO.pdf)

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: **O Que nos Faz Pensar?** – Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC-Rio, vol. 14, nº 18, setembro de 2004, p.225-254.

CODATO, Henrique. Cinema e Representações Sociais: alguns diálogos possíveis. In: **Verso e Reverso**, Unisinos, vol. 29, nº 55, janeiro-abril de 2010, p. 47-56. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/viewFile/44/8>

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: CIA das Letras, 1998.

FERRO, Marc. O filme, uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alvc, 1988.

GROSGOUEL, Ramón. —The Implications of Subaltern Epistemologies for Global Capitalism: Transmodernity, Border Thinking and Global Coloniality|. En Richard P. Appelbaum and William I. Robinson (eds.). **Critical Globalization Studies**. New York

/London: Routledge. 2005.

KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 237-250. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1940>

NAVARRETE, Eduardo. O Cinema como fonte histórica: diferentes perspectivas teórico-metodológicas. In: **Revista Urutágua – Revista Acadêmica Multidisciplinar**. Maringá: DCS/UEM, n. 16, 2008. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/3539/0>

SILVA, Edson. Povos Indígenas no Nordeste: contribuição à reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. In: **MNEME – Revista de Humanidades**, v.7, nº. 18, out./nov. de 2005.

\_\_\_\_\_. Os Povos Indígenas e o ensino: reconhecendo as sociodiversidades nos currículos com a Lei 11.645. In: ROSA, A. BARROS, N. (orgs.). **Ensino e Pesquisa na Educação Básica**: abordagens teóricas e metodológicas. Recife: EDUFPE, 2012.

THEODORO, Janice. América Barroca: Tema e Variações. São Paulo: Editora da Universidade de Sao Paulo/Editora Nova Fronteira, 1992.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**: Luchas (de)coloniales de nuestra época. Universidad Andina SimónBolivar, EdicionesAbya-Yala,: Quito, 2009. Disponível em: <http://www.flacsoandes.edu.ec/interculturalidad/wpcontent/uploads/2012/01/Interculturalidad-estado-ysociedad.pdf>

## **A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA LUDOVICENSE: LEI DE COTAS ELEITORAIS E A VISIBILIDADE DE MULHERES NEGRAS ENTRE 2004 E 2014.**

**Sara Vitória Sousa da Costa\***

### **Introdução**

Na ausência das mulheres, e, sobretudo de mulheres negras, nos espaços de decisão, torna-se importante examinar as influências da lei de cotas eleitorais na trajetória dessas mulheres no legislativo. Ainda transparece a incapacidade dos partidos em efetivar mudanças no sentido de construir a paridade de gênero inscrita na legislação 9.504 de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), alterada pela Lei nº 12.034/2009.

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar a representatividade e o quantitativo de mulheres negras eleitas em São Luís entre 2004 e 2014 e, concomitantemente, como essas mulheres se propuseram a instituir seus programas de governo, identificando se as questões raciais e de gênero apareceram em suas bandeiras políticas. Utiliza-se, para tanto, documentos oficiais referentes às eleições, história oral - entrevistas- o que possibilita a compilação de dados estatísticos e a comparação desses dados com as trajetórias de mulheres ludovicenses envolvidas na política no período analisado.

Neste sentido, pretende-se problematizar a ação política de vereadoras, prefeitas, e deputadas negras, a relação de gênero e as influências que a lei de cotas eleitorais de gênero 12.711/2009 favoreceu na visibilidade dessas mulheres dentro do cenário da política maranhense entre os anos de 2009 e 2014. Apresento no corpo desse trabalho o conceito de gênero, de representatividade, História Social-Política, feminismo negro, e como esse movimento conquistou nas últimas décadas a ampliação dos direitos de mulheres tanto no âmbito social, cultural e político.

### **Mulheres negras e política**

Para pensar mulher, gênero e, sobretudo, pensar mulheres negras dentro do cenário da política, partimos antes de qualquer reflexão isolada do termo feminino para o papel que o Movimento Negro – liderado quase sempre por homens- exerceu no surgimento de perspectivas e na inquietude de mulheres que faziam parte dessa militância. Logo, é justificável examinar a mudança de panorama representada pelo maior protagonismo feminino dentro desses movimentos na atualidade.

---

\* Graduada do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e Sul Global (NEAFRICA). Orientanda da Prof.Dr. Viviane Oliveira Barbosa.

O Movimento de Mulheres Negras surgiu de militâncias que outrora lutavam pelas minorias como: negros (as), homens, mulheres e crianças, porém, pautadas em práticas paternalistas e oligárquicas excluindo opiniões, direitos e igualdade que as mulheres que partilhavam da luta diária e das ideias desse movimento, necessitavam e desejam ter.

Observando a discussão de suas tendências e de seus dilemas atuais, que por ser mulher e negra tem uma trajetória bem maior e dificultosa na luta de seus direitos na sociedade em prol da superação das desigualdades racial, no cenário da política e de gênero, pensar toda essa construção e toda essa trajetória, isolando e estudando mulher pela mulher, é quase que pensar o outro sem um referencial, sem um pressuposto, sem um conceito pertinente e sem suas especificidades.

Então, a relação de gênero, é um estudo que está além de visualizar apenas a mulher dentro dessa categoria, vai adiante da sexualidade, de divisão e distinção entre sexo, embora esteja relacionada à questão sexual, a demanda de gênero é uma categoria que engloba homens e mulheres, mas é de fundamental importância que seja observada a especificidade de cada um sem nenhuma generalização, e que se entenda que gênero não está relacionado somente à figura da mulher, mas de ambos tanto do feminino quanto do masculino.

A luta pela liberdade, igualdade e reconhecimento têm sido uma das pautas mais recorrentes dentro da história das mulheres na construção da sociedade, e isso se deu por meio dos movimentos feministas que ganharam força no Brasil a partir da década de 1970. Este movimento contribuiu para relativa reformulação de todo um imaginário de um povo que estava acostumado na construção de uma sociedade totalmente isenta da participação feminina no meio social, como representantes políticas e das relações de gêneros, e essa junta de mulheres reivindicava que podiam também partilhar dos direitos, igualdade e dos espaços de poder que os homens também exerciam.

Logo, a proposta de tal trabalho se fundamenta no pensamento sobre o ambiente político, legislativo, judiciário e executivo e como e por quem essas mulheres são representadas dentro desse cenário. Tratando-se mais precisamente do tema abordado nessa pesquisa, pensar e analisar a representatividade das mulheres negras e dentro do cenário da política maranhense tem-se a pretensão de levar em consideração as dificuldades que se tem no processo de campanha. Exemplo disso é a recorrência de uma figura masculina como porta voz, sendo que, na maioria das vezes, o não reconhecimento da cor, da auto declaração como negra, servem de estratégia para sua eleição. Por conseguinte, a lei de cotas eleitoral acabou influenciando na visibilidade, na permanência e resistência de mulheres negras eleitas na política maranhense.

A ausência das mulheres e, sobretudo, de mulheres negras autodeclaradas nos espaços de



decisões políticas transparece uma organização de sociedade que sempre determinou papéis sexuais e raciais, excluindo as mulheres e confinando-as ao mundo doméstico. Essa disposiçãose evidencia nas diversas legendas partidárias e também no conservadorismo do Congresso Nacional que continuam a se organizar de forma arcaica, inviabilizando, desta maneira, a participação política das mulheres negras e impedindo assim, o avanço de políticas públicas e leis que permitam mais ascensão social dos negros (as).

A situação se torna grave e preocupante quando temos um Legislativo que em suas ações têm excluído, prejudicado e deixado a parcela feminina da sociedade em condição marginal. Para que haja uma mudança na vida do povo negro e na vida das mulheres negras em especial, é necessária a ocupação das cadeiras do Legislativo por estes segmentos sociais, e que têm dentro de suas propostas políticas a percepção dos problemas que assolam o setor social feminino e negro.

Observamos que a lei de cotas eleitoral, não evidenciou melhorias em dados exorbitantes no número de mulheres negras eleitas no cenário político. Observa-se ainda que, de 2012, ano em que a lei de cotas completava três anos em vigor, ainda é grande o número de ausência de mulheres no cenário da política. Uma razão plausível pra isso é o fato da incapacidade, melhor dizendo, da insensibilidade de partidos políticos em executar efetivas mudanças no sentido de construir a paridade entre gêneros e raça dentro de suas fileiras.

As cotas eleitorais de gênero são um mecanismo de ação afirmativa eleitoral que visa franquear maior acesso às mulheres na política tanto em âmbito regional quanto nacional. Essa lei serve como instrumento na ação afirmativa e, sobretudo, não pretende propor mudanças no sistema Legislativo já implantado, mas a otimização dos recursos existentes. Sendo assim, o objetivo central de tal pesquisa, através da análise de como a lei de cotas influenciou na visibilidade e no estímulo da participação das mulheres negras na política, constitui-se em elemento de reflexão acerca do preconceito racial e de gênero que faz com a sociedade não veja a participação política das mulheres como algo normal.

Pensamos ainda o recorte temporal deste projeto, entre os anos de 2009 (ano em que a lei de cotas é sancionada) e o ano de 2014, marco cronológico da política nacional, em que pela segunda vez, o país elegeu como presidente da república uma mulher, tendo em sua agenda de governo considerável espaço destinado às políticas públicas voltadas para as chamadas ditas minorias<sup>1</sup>(negro, indígenas, LGBT'S e, sobretudo, mulheres e mulheres negras). Isto se faz relevante pelo fato de que o impulso das discussões de gênero e feminismo se apresentem como

---

<sup>1</sup> Entende-se por minoria aqui os diversos seguimentos sociais citados no corpo do texto que ao longo da história do Brasil foram alijados das principais políticas públicas e desprovidos de reparações e direitos sociais e civis marcados por uma trajetória política nacional permeada de racismo, machismo, homofobia e preconceito social.

imprescindíveis para que mulheres negras, que estão no início da caminhada da política, compreendam sua importância no cenário político nacional.

Pretende-se ainda no desenvolvimento futuro dessa pesquisa, realizar entrevistas com mulheres—autodeclaradas negras na condição de candidatas, e algumas delas eleitas, no contexto da política maranhense como: Rose Sales (eleita) São Luís-MA, Nice machado Aires (eleita) Penalva-MA e Claudicéia Durans São Luís-MA (candidata). Estas mulheres se encontravam filiadas aos seguintes partidos políticos: Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Do Trabalhador (PSTU), todos ligados a uma trajetória no campo da esquerda política nacional.

Buscam-se, com esta pesquisa, caminhos para enriquecer a historiografia maranhense, tendo em vista que tal trabalho dialoga com categorias teóricas importantes como gênero, representatividade, história social e raça. Para essa construção, abrem-se portas para transformar a realidade política do Estado e municípios maranhenses, haja vista a situação de miséria extrema em que vive grande parte da população do Maranhão. Ainda, pretende-se fazer um levantamento dessas mulheres negras eleitas e candidatas e analisar suas propostas políticas em prol e quando surgiu sua afirmação como negra se antes ou depois de insere-se no âmbito político.

## **Gênero e política**

Como substrato teórico para o desenvolvimento desta pesquisa, cabe destacar importantes referências no campo das relações da história social, utilizando autores como E. P. Thompson e Hebe Castro. Como bem apresentado nos tópicos supracitados, à discussão de gênero, representação e o próprio, porém, significativo papel das mulheres e, sobretudo, negras dentro do cenário da política maranhense é de acordo com Hebe Castro —a manifestação mais efetiva e duradoura contra uma historiografia factualista, centrada nas ideias e decisões de grandes homens [...] Conta ela, propunham uma história-problema [...] (p.41).

Assim, de acordo com a autora, a história social seria a manifestação mais inovadora de uma historiografia factualista. A interdisciplinaridade, uma das inovações trazida pela Escola dos Annales<sup>2</sup>, conseguiu aproximar a História das Ciências Sociais, principalmente da Sociologia,

---

<sup>22</sup> A *Escola dos Annales* foi um movimento historiográfico surgido na França, durante a primeira metade do século XX. Desde o século XVIII, quando a História passou a ser notada como ciência, os métodos de se escrever e pensar sobre História conquistaram grande evolução. A historiografia passou por grandes modificações metodológicas que permitiram maior conhecimento do cotidiano do passado, através da incorporação de novos tipos de fontes de pesquisa. Ainda assim, no início do século XX, questionava-se muito sobre uma historiografia baseada em instituições e nas elites, a qual dava muita relevância a fatos e datas, de uma forma positivista, sem aprofundar grandes análises de estrutura e conjuntura. Em 1929, surgiu na França uma revista intitulada

construindo uma historiografia mais voltada para a compressão das mentalidades, costumes e comportamento dos povos.

Em decorrência do movimento dos Annales, a escrita da história sofre uma brusca transformação, na qual a operação historiográfica passa a incorporar fatos e acontecimentos antes deixados de lado pela história tradicional. A historiografia modificou-se trazendo consigo novas metodologias e novas fontes de pesquisas, possibilitando assim, uma diversificada visão sobre o cotidiano de várias sociedades. O movimento dos Annales incorporou na História métodos das Ciências Sociais, vislumbrando uma história ampla com uma longa duração e com temas como: Política, Gênero, Classe e Etnia.

Sendo assim, a história vem abordar questões para além do mundo das elites, preocupada em esclarecer e entender os costumes das classes menos favorecidas, a então conhecida como História dos de baixo: mulheres, camponeses, trabalhadores, escravos. Com isso, compreendem-se melhor as relações sociais dessas classes interligando-as e diferenciando-as do mundo das elites.

Ainda na percepção de Hebe Castro<sup>3</sup>, observamos as dimensões que a história social tomou com sua interdisciplinaridade, causando efeitos nos mais diversos subcampos da história. Estudos e pesquisas passaram a enaltecer a história social do trabalho, compreendendo assim, as nuances dentro desses grupos. As pesquisas feitas sobre a história social da família lava-nos a entender o equilíbrio entre os sexos, a estrutura familiar e da história da mulher, e como esse núcleo comportava-se diante das questões sociais, econômicas, política e culturais de sua época.

E. P. Thompson<sup>4</sup> também frisa em sua análise sobre a história social de que os costumes e o

---

Annalesd'HistoireÉconomiqueetSociale, fundada por LucienFebvre e Marc Bloch. Ao longo da década de 1930, a revista se tornaria símbolo de uma nova corrente historiográfica identificada como Escola dos Annales. A proposta inicial do periódico era se livrar de uma visão positivista da escrita da História que havia dominado o final do século XIX e início do XX. Sob esta visão, a História era relatada como uma crônica de acontecimentos, o novo modelo pretendia em substituir as visões breves anteriores por análises de processos de longa duração com a finalidade de permitir maior e melhor compreensão das civilizações das —mentalidades!. O novo movimento historiográfico foi muito impactante e renovador, colocando em questionamento a historiografia tradicional e apresentando novos e ricos elementos para o conhecimento das sociedades. Apresentava uma História bem mais vasta do que a que era praticada até então, apresentando todos os aspectos possíveis da vida humana ligada à análise das estruturas. Para maiores detalhes, ver BURKE, 1997).

<sup>3</sup>Possui graduação (1980), mestrado (1985) e doutorado (1993) em História pela Universidade Federal Fluminense, com Pós-Doutorado na Universityof Maryland atCollege Park (1997) , na UNICAMP (2001) e na Sorbonne - Paris IV (2008). Foi Professor Visitante na Columbia University (Ruth Cardoso Chair, Fulbright/CAPES, 2013/2014), na Universidade Federal de Pernambuco (CNPq, 2013), na EcoledesHautesEtudesenSciencesSociales (2004) e na Universityof Michigan (1996). Atualmente é professora titular da Universidade Federal Fluminense, onde é coordenadora associada do Laboratório de História Oral e Imagem. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: escravidão, abolição, memória, vídeo-história e história oral.

<sup>4</sup> O historiador inglês Edward Palmer Thompson nasceu na cidade de Oxford, na Inglaterra, no dia 3 de fevereiro de 1924. Marxista convicto, ele é respeitado até hoje como um dos maiores da história do século XX nesta área. No período da Segunda Guerra Mundial ele atuou na Itália, no combate contra o fascismo e seu líder, Benito Mussolini. Seus estudos foram realizados no colégio Corpus Christi, em Cambridge. Nesta mesma época ele se tornou

imaginário de uma sociedade é construído com expectativa consuetudinária e que essa expectativa rege os desejos e necessidade de uma classe, fazendo dos espaços públicos privados de categorias que outrora era vista como desprezível. Ainda na análise do autor, é de suma importância para o enriquecimento da história social, o dialogo entre disciplinas que SE preocupa em estudar os costumes, a economia, a politica e a cultura de uma sociedade e, sobretudo, a preocupação em analisar e adentrar em campos desconhecidos para o enriquecimento das fontes e no entendimento de determinados comportamentos.

Ao considerarmos o costume, somos levados à problemática impossível de ser apreciados dentro da disciplina da história economia. Tampouco as prescrições do hábito que são transmitidas oralmente, podem ser manejadas como uma subseção da ‘\_história das ideias’. À cata fontes sobre os costumes e suas significações, acabei me voltando para as complicações dos folcloristas. (THOMPSON, 2001, p.230)

Sendo assim, essa análise de E. P. Thompson é inserida nesse projeto, quando pensamos a construção de uma sociedade imbuída de costumes patriarcais e oligárquicas onde a figura da mulher sempre ficou nas margens do esquecimento e, principalmente, a figura da mulher negra relacionada diretamente aos a fazeres domésticos, trabalho escravo e objeto sexual de seus senhores. Ainda na visão do autor, fica clara a importância que devemos ter ao analisar esses costumes de acordo com a perspectiva de cada época e através dos documentos, analisar como essa visão deu-se no processo de desconstrução e problematização com o passar do século.

Outro ponto importante que deve se fazer presente na estrutura desse trabalho, é a discussão de gênero. Encontramos essa categoria ainda isenta de problematização e, sobretudo, o uso generalizado do termo deixa o conceito engessado e parte-se do pressuposto que, estudar gênero é englobar todas as mulheres e homens dentro do conceito, renegando suas especificidade e peculiaridade de cada um.

Segundo a autora Joan Scott, devemos problematizar tal categoria, pensando a história do gênero não apenas relacionado ao termo feminino, mas sim, o masculino e que não devemos trabalhar apenas o sexo oprimido.

---

milite do Partido Comunista Britânico. No ano de 1946, Thompson criou um grupo de estudos voltado para pesquisas históricas no campo marxista, integrado por nomes como os de Christopher Hill, Eric Hobsbawm, Rodney Hilton, Dona Torr, entre outros. Ele lecionou por muito tempo em diversas Universidades, mas sua maior experiência acadêmica foi na Universidade de Leeds, quando se dedicou, aí, à elaboração de cursos noturnos para a classe trabalhadora. Desta experiência, ao lado de Raymond Williams e Richard Hoggart, nasceram as raízes teóricas dos Estudos Culturais. Neste momento o historiador reflete sobre a natureza da pedagogia, pretendendo, com estas meditações, possibilitar a transcendência dos padrões impostos pela elite. Thompson desejava estabelecer uma interação mais flexível entre aprendizes e mestres, subvertendo assim as metodologias desenvolvidas nas escolas convencionais. Ele tinha fé no potencial do aluno como o principal meio de aprendizado; assim, ele destacava o talento e a vivência de cada um como elementos essenciais na elaboração de uma didática melhor. (Fonte: <http://www.infoescola.com/biografias/edward-palmer-thompson/>; acessado em: 29.09.2017)

Na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que permite distinções ou agrupamentos separados. (SCOTT, 1995, p.02)

Analisamos assim, que inserir as mulheres e mulheres negras na história, implica na reorganização e no alargamento dos pensamentos tradicionais que permeiam o imaginário, a história e a historiografia. Para inclui-las na perspectiva objetiva e subjetiva assim como nas atividades públicas e políticas, deve-se entender-se que essa metodologia do gênero implica não somente em uma história das mulheres, mas sim, em uma nova história.

Ainda na análise da importância em se pensar e estudar a representação das mulheres negras no cenário da política maranhense, a presença dessas mulheres com acesso ao poder de decisão política, em atividades legislativas, é ínfima. Reconhecemos que no Estado do Maranhão a representação feminina e negra nos espaços de poder ainda é escassa e ao acompanharmos a situação mundial os percentuais dessa presença só ratificam a presença desigual entre homens e mulheres.

De acordo com Maria Capelato: —[...] o símbolo é um signo implicação numa relação de representação e a representação é a imagem mental mediada, tornando possível, pelo uso dos signos. (p.228), desse modo à representação seria uma —imagem mental de alguma coisa (objeto, pessoa, instituição, etc.). Os signos (ou símbolos) tem a função de representar o objeto ou coisa, ele dá a conhecer algumas informações sobre essa coisa através da —representação contém um sentido, um significado, uma construção de uma ideia, um discurso, ou seja, contém uma linguagem capaz de se dar significado à coisa que o signo representa.

Com isso, o símbolo da mulher negra no cenário da política maranhense, tem fundamental importância na representação dessa minoria, fazendo de sua entrada no âmbito político a construção de um ideal utilizando seu discurso e projetos políticos, medidas para construir uma imagem de valorização dessa classe rejeitada no cenário político, social e cultural.

## **Conclusão**

Entendendo a importância de colocar em pauta pesquisas estruturadas na História do Tempo Presente, o historiador/pesquisador começa a dar perceptibilidade à assuntos

secundarizados e inquestionáveis o que na maioria das vezes esses não eram encarados como problemática. O estudo de gênero hoje muito discutido em várias instâncias ganha representação graças ao entendimento de que tudo é história e é necessário o debate sobre tais comportamentos, estruturas e conceitos presentes dentro da teoria de gênero e como essa começa a estabelecer relações com a sociedade.

A historiografia maranhense, graças aos diversos estudos interdisciplinares, elaborando assuntos que há séculos não poderiam se relacionar, apresenta nos dias de hoje, caminhando e ganhando pauta de forma significativa no mundo acadêmico e fora dele, discussões sobre a representação do feminino no cenário político maranhense. A questão é colocar em evidência e problematizar a desigualdade de mulheres negras no espaço legislativo, assim como estabelecer uma melhor compreensão sobre a trajetória dessas mulheres dentro dos partidos filiados e como a lei de cotas instituída em 1995 favoreceu sua inserção em coligações e partidos.

Esta pesquisa abre caminhos para o enriquecimento da historiografia maranhense, utilizando as discussões de gênero, representatividade, história social, história oral e de raça que trará clareza no porquê de ainda existir a desigualdade de gênero no legislativo, sendo que os partidos têm suas cotas para inserirem essas mulheres no espaço político. Essa construção abre-se portas para transformar a realidade política do Estado e municípios maranhenses, tendo em vista a situação de que o número de mulheres eleitas caiu e vem perdendo representação com o passar dos anos, mesmo que a discussão sobre violência e igualdade de gênero nos últimos anos seja um assunto bastante em pauta à representatividade dessas mulheres na política continua de maneira tímida e sem muito reconhecimento no meio onde apenas o nome carrega o substantivo feminino, a política.

## **REFERÊNCIAS**

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar:** textos em história oral/ VerenaAlberti.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade/ 11ª ed. Judith Butler; tradução, Renato Aguiar. – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política: O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs.). **Representações:** Contribuição a um debate transdisciplinar.

Campinas, SP: Papirus, 2000, p. 227-253. (Coleção Textos do Tempo).

CASTRO, Heber. História Social. In: CARDOSO, Flamarion Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.45-59.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente**: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

SCOTT, Joan Wallach. —Gênero: uma categoria útil de análise histórica|. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul. /dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br> arquivos>file>. Acesso em: 07 de dez. 2015.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p.227-239.

## **EDUCAÇÃO E CAPITAL: ENSINO DE HISTÓRIA E ESCOLA ATRAVÉS DO MARXISMO**

**Werbeth Serejo Belo\***

No processo de subsunção real do trabalho ao capital e de alienação do trabalhador, se faz de extrema necessidade e de caráter urgente a emancipação do trabalhador por meio da revolução, sendo somente por meio desta que o trabalhador poderá se livrar das amarras em que estão presos na lógica de reprodução do capital. Neste sentido, Rosa Luxemburgo (2015) aponta que —é por mover-se o desenvolvimento capitalista através de contradições que o proletariado (...) deve apossar-se do poder político e suprimir completamente o sistema capitalista (LUXEMBURGO, 2015, p.105).

No entanto, para que possa tomar o poder político, a classe trabalhadora deve desenvolver a sua consciência de classe em si e para si para organizar a ação que a possibilitará tomar os meios de produção de posse da classe burguesa. Neste sentido, Lenin (2010) exalta a necessidade de formação teórica alinhada à prática política. As instituições de formação e representação dos trabalhadores possuem um papel central nesta formação, isto é, a educação funciona como educação política capaz de organizar a luta dos trabalhadores.

Lenin, ao fazer esta abordagem, não inaugura o princípio da união trabalho e ensino, Marx e Engels já haviam feito esta análise em algumas de suas publicações. É importante destacar que estes não elaboraram nenhuma proposta pedagógica específica à educação proletária, no entanto, ao longo de suas análises, estão presentes críticas que perpassam pelo modo de produção e pela situação da classe trabalhadora frente ao projeto de educação burguesa. Isto é, a análise da educação feita por ambos não está descolada do modo de produção, pelo contrário, é a partir da análise do modo de produção capitalista que é possível analisar a questão educacional. A educação pode ser considerada uma ferramenta que garante a perpetuação da dominação da classe trabalhadora. Assim, considera-se fundamental a emancipação da classe trabalhadora por meio de um modelo de escola que possibilite ao proletariado conhecer todo o processo de produção e ainda ter uma formação de cultura geral, neste sentido a concepção de escola unitária elaborada por Gramsci supre as necessidades supracitadas. Partimos então deste princípio para dar prosseguimento às análises: a escola é uma ferramenta de dominação da classe trabalhadora, assim, requerendo atenção neste momento do nosso trabalho, de modo que

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão – FAPEMA.



esta análise deve estar centralizada na função social da escola no âmbito das relações do sociometabolismo do capital no Estado capitalista.

A escola ganha um caráter central na formação dos trabalhadores como sujeitos históricos conscientes capazes de uma ação política organizada que possa definir o processo de subsunção real do trabalho ao capital. No entanto, a escola como instituição diretamente vinculada ao Estado Restrito emerge como instituição em que há a reprodução de interesses da classe burguesa às novas gerações perpetuando, assim, a lógica de reprodução do capital ideologicamente. Assim,

Não se pode entender a educação, ou qualquer outro aspecto e dimensão da vida social sem inseri-la no contexto em que surge e se desenvolve, notadamente nos movimentos contraditórios que emergem do processo das lutas entre classes e frações de classe (LOMBARDI, 2010, p.222).

José Claudinei Lombardi, em tese de doutoramento defendida em 2010 na Unicamp, se propõe a analisar a educação e o ensino nas obras de Marx e Engels, apresentando o posicionamento destes durante o século XIX a respeito da escola, como instituição que garante a dominação burguesa. No entanto, a análise do modo de produção é central nas abordagens feitas por Marx e Engels, pois é a partir da análise do modo de produção que se pode perceber —o processo de desenvolvimento real dos homens, realizado sob condições historicamente determinadas (LOMBARDI, 2010, p.229). Então, Lombardi (2010) analisa a educação a partir da sua relação com o modo de produção capitalista partindo do princípio de que,

A educação é um campo da atividade humana e os profissionais da educação não construíram esse campo segundo ideias próprias, mas em conformidade com condições materiais e objetivas, correspondendo às forças produtivas e relações de produção adequadas aos diferentes modos e organizações da produção, historicamente construídas pelos homens e particularmente consolidadas nas mais diferentes formações sociais (LOMBARDI, 2010, p.231)

A partir deste princípio que se delineiam as análises marxianas e engelsianas sobre a educação e o ensino no Estado burguês. Marx e Engels, assim, analisam a situação da classe trabalhadora em todas as dinâmicas da reprodução do capital de modo que perpassam pela condição de trabalho das crianças nas fábricas durante o século XIX. Naquele momento as crianças e as mulheres são inseridas na produção industrial como forma de garantir o sustento familiar, já que a revolução industrial – a partir da inserção de

máquinas – altera a lógica do mais valor. O mais valor absoluto acaba por ser reduzido pela exploração dos trabalhadores na forma de mais valor relativo, ou seja, a exploração do trabalhador ocorre por meio do aumento da produtividade gerada pela inserção das máquinas e não mais pelo aumento das horas de trabalho. Neste sentido, a divisão do trabalho se altera e as crianças passam a ser fundamentais em determinados setores da produção, por exemplo, no manejo e tratamento dos fios para posterior utilização na produção de tecidos que fica a cargo da mão de obra adulta masculina.

É importante destacar que a mão de obra infantil gera uma ampliação do mais valor absoluto: as crianças trabalhavam cerca de doze horas e recebiam menos por hora de trabalho que os homens adultos. Mesmo com as leis fabris, fruto da luta do proletariado, a exploração de crianças se dinamizava cada vez mais a partir de uma série de aspectos das leis que permitiam brechas para ação da burguesia. Um aspecto importante das leis fabris que poderia ter amenizado a exploração infantil seria a obrigatoriedade do ensino às crianças. No entanto, a escola formada a partir daquele momento tem como sustentáculo os interesses da classe burguesa e acaba por consolidar sua dominação de modo que tem como pilar o ensino profissionalizante. Marx e Engels não negam a educação com base no trabalho, mas reformulam esta concepção para uma lógica de conhecimento de todas as fases do meio de produção para a classe trabalhadora, o que será conhecido como princípio da união trabalho e ensino como forma de emancipação da classe trabalhadora.

Assim, a partir do que foi exposto até aqui, a educação —convertia-se em instrumento de dominação ideológica, um meio para que a burguesia se consolidasse como classe hegemônica e, nessa condição, exercesse o poder (LOMBARDI, 2010, p.336). Portanto, a escola emerge enquanto instituição que dá subsídio à organização da dominação ideológica burguesa sobre a classe trabalhadora.

Segundo Louis Althusser (1985) a escola funciona como Aparelho Ideológico de Estado, isto é, como aparelho que reproduz ideologicamente a dominação burguesa. Ou seja, reproduz a lógica de produção do capital ideologicamente. É conveniente destacar que para Althusser os Aparelhos Ideológicos de Estado são múltiplos em distintas conjunturas históricas, no entanto, no capitalismo a escola é o aparelho central de reprodução ideológica da dominação burguesa.

Althusser parte da concepção de ideologia marxiana para fazer sua análise dos aparelhos ideológicos, isto é, a ideologia aqui não se alinha a uma perspectiva hegeliana, por exemplo. A ideologia —tem uma existência material (ALTHUSSER, 1985, p.88) que no Estado capitalista tem como base as relações sociais de produção e que, portanto, são

fundamentais para a compreensão da dominação ideológica. O mencionado teórico sustenta sua análise a partir da concepção marxiana de superestrutura e infraestrutura, no entanto, a supera dialeticamente ao incorporar à sua análise a concepção de Estado Ampliado gramsciana, fazendo com que este descreva a escola da seguinte maneira:

Ela se encarrega das crianças de todas as classes sociais desde o maternal, e desde o maternal ela lhes inculca, durante anos, precisamente durante aqueles em que a criança é mais —vulnerável, espremida entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado escolar, os saberes contidos na ideologia dominante (...), ou simplesmente a ideologia dominante em estado puro. Por volta do 16º ano, uma enorme massa de crianças entra —na produção! são os operários ou os pequenos camponeses. Uma outra parte da juventude escolarizável prossegue: e, seja como for, caminha para os cargos dos pequenos e médios quadros, empregados, funcionários pequenos e médios, pequenos burgueses de todo tipo. Uma última parcela chega ao final do percurso, seja para cair num semi-desemprego intelectual, seja para fornecer além dos —intelectuais do trabalhador coletivo!, os agentes da exploração (capitalistas, gerentes), os agentes da repressão (militares, policiais, políticos, administradores) e os profissionais da ideologia (ALTHUSSER, 1985, p.79).

A partir da exposição feita, pode-se considerar que a lógica de reprodução de dominação da burguesia através da formação de novos trabalhadores na atualidade não se difere da elaborada por Althusser, mesmo que analisemos as escolas privadas — geralmente locais onde apesar de haver uma formação mais direcionada à educação continuada, estas ainda assim buscam uma formação que capacite estudantes a ingressarem no mercado de trabalho a um prazo mais longo, ou seja, ainda assim temos uma educação para o trabalho.

O que difere a educação para o trabalho da escola privada e da escola pública é justamente o imediatismo da inserção dos jovens da escola pública em um mercado de trabalho, em cargos mais baixos e mal remunerados. No entanto, a estrutura curricular dos cursos do ensino básico reaproxima as escolas públicas e privadas, isto é, a estrutura do ensino escolar preza por uma educação técnica e cronometrada no sentido de haver uma despreocupação quanto à criticidade necessária aos conteúdos, fazendo com que os estudantes sejam um repositório de informações que devem ser acumuladas necessárias aos exames tanto para a formação continuada (ensino superior) quanto para o ingresso imediato no mercado de trabalho (as entrevistas de trabalho).

Acredita-se, então, poder sustentar a hipótese de que a educação contemporânea preza, assim, pela formação para o trabalho dividida em duas formas: a) a educação que

forma trabalhadores para ocuparem cargos de chefia (filhos da classe média que apresentam possibilidades de uma formação continuada) e; b) a educação que forma trabalhadores para cargos de baixa remuneração que precisam se inserir no mercado de trabalho imediatamente após a formação básica para garantir parte do sustento familiar.

Para que a reprodução da ideologia burguesa possa se efetivar, a escola precisa ter uma apresentação de neutralidade falseada, isto é,

Os mecanismos que produzem esse resultado vital para o regime capitalista são naturalmente encobertos e dissimulados por uma ideologia da escola universalmente aceita, que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a escola como neutra, desprovida de ideologia (ALTHUSSER, 1985, p.80).

Recentemente pudemos presenciar no Brasil o movimento Escola sem partido<sup>5</sup>, que reivindica uma escola livre de posicionamentos críticos em relação à dinâmica social, e que, portanto, vê a escola como ambiente que se assemelha a um banco do conhecimento em que os estudantes são os cofres bancários e os professores os depositadores de informações que serão acumuladas e, segundo a perspectiva do movimento supracitado, renderão percentuais de conhecimento em um dado momento.

Este movimento nada mais é que uma estratégia de dominação burguesa para conservação da estrutura escolar como aparelho ideológico do Estado capitalista consolidado há dois séculos, inibindo, assim, qualquer movimento contra hegemônico de organização de uma estrutura que historicamente surge como forma de reprodução de sua ideologia.

Uma vez garantida a reprodução ideológica da dominação burguesa estará garantida, também, por conseguinte, as relações de produção que, para Althusser, estão asseguradas —pelo exercício do poder do Estado nos Aparelhos de Estado, o Aparelho (repressivo) do Estado, por um lado, e os Aparelhos Ideológicos do Estado, por outro (ALTHUSSER,

---

<sup>5</sup> O movimento escola sem partido possui um site com manifesto intitulado —por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar. Este manifesto traz logo no início um trecho que nos remete à análise feita por Althusser a respeito da —neutralidade que a classe dirigente acredita que a escola precisa ter: —A doutrinação política e ideológica em sala de aula ofende a liberdade de consciência do estudante; afronta o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado; e ameaça o próprio regime democrático, na medida em que instrumentaliza o sistema de ensino com o objetivo de desequilibrar o jogo político em favor de um dos competidores. (<http://www.programaescolasepartido.org/saiba-mais>. Acessado em 15.07.2017). Vimos que esta neutralidade não passa de uma pseudoneutralidade que interessa à classe burguesa para perpetuação de sua dominação através do que Althusser considera como aparelho ideológico central na sociedade contemporânea, haja vista que a própria defesa de uma pseudoneutralidade já devém um posicionamento isento da própria neutralidade objetivada.

1985, p.73). Portanto, haja vista o duplo caráter dos Aparelhos Ideológicos de Estado, é possível concluirmos que há uma estreita relação entre estes aparelhos de modo que —os Aparelhos ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica (ALTHUSSER, 1985, p.70).

A concepção de Aparelhos de Estado de Althusser, dividindo-os em repressivos e ideológicos, tem por base a dualidade de poderes existente no Estado, elaborada por Antonio Gramsci, nos seus *Cadernos do Cárcere: O Estado coercitivo e o Estado consensual*. Os Aparelhos repressivos de Estado estão inseridos no âmbito do Estado coercitivo enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado estão inseridos no âmbito do Estado consensual. Segundo Albuquerque, em texto introdutório à publicação de Althusser realizada pelas edições Graal, a influência de Gramsci na obra de Althusser se dá da seguinte maneira:

As instituições, e com elas, a cultura, as ciências, deixam de ser instrumentos neutros do progresso da humanidade, para tornarem-se lugar de luta de classes pela direção da sociedade. A universidade e a escola, particularmente, deixam de ser uma conquista da humanidade a ser preservada das querelas pequeno-burguesas, para se tornarem não mais instrumentos de saber, mas máquinas de sujeição ideológica (ALBUQUERQUE, 1985, p.17).

Assim, tendo percebido a influência de Gramsci nas elaborações de Althusser, considera-se fundamental a compreensão da formulação teórica do autor italiano a respeito da função da escola na sociedade capitalista. Na concepção Gramsciana de Estado Ampliado, o conceito de hegemonia é central, de forma que ligado a este conceito, os conceitos de Sociedade Política e de Sociedade Civil são vitais para a compreensão da dinâmica dos embates entre classes existentes. Como meio de se obter a hegemonia dos projetos (mesmo que temporária) há uma série de instrumentos de ação das classes no âmbito da Sociedade Civil, como os Aparelhos Privados de Hegemonia e os Partidos Políticos.

Convém aqui lembrar que a intelectualidade adquire papel central nas elaborações gramscianas a respeito da dominação de classe, haja vista que os intelectuais orgânicos são responsáveis pela nacionalização dos projetos até então contra hegemônicos, isto é, são os responsáveis por tornar nacional um projeto de uma classe ou fração de classe.

É neste momento que as escolas são parte fundamental na lógica de construção de hegemonia, isto é, responsáveis por criar consenso em sociedade a respeito da reprodução

da base ideológica do projeto que objetiva a hegemonia, funcionando, assim, como Partido Político na lógica da elaboração teórica de Antonio Gramsci. Crê-se, então, que dois conceitos são passíveis de análise neste momento para a compreensão da elaboração teórica de Gramsci em torno da escola: o conceito de Intelectuais Orgânicos e o conceito de Partido Político.

Em seu caderno 12, escrito em 1932, intitulado —Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais, Gramsci (2014) aponta a respeito da existência de duas formas de intelectuais, a primeira:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (GRAMSCI, 2014, p.15).

Essa camada de intelectuais, criada pelo grupo social, é responsável por organizar a vontade coletiva, isto é, tem uma —certa capacidade dirigente e técnica e, portanto, —deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da ‘confiança’ dos que investem em sua empresa<sup>6</sup>, dos compradores de sua mercadoria (GRAMSCI, 2014, p.15), os intelectuais criados por determinado grupo social são, portanto, os intelectuais orgânicos, que possuem como função central a organização da vontade coletiva e a nacionalização, posteriormente, deste projeto de classe. A segunda forma de existência dos intelectuais se dá da seguinte maneira:

Todo grupo social —essencial, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou (...) categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais políticas (GRAMSCI, 2014, p.16).

Portanto, —seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens tem na sociedade a função de intelectuais (GRAMSCI, 2014, p.18), isto é o que Gramsci conceitua de intelectuais tradicionais frente ao conceito anteriormente demonstrado de intelectuais orgânicos.

Percebemos, a partir do conceito de intelectuais em Gramsci, que as elaborações

---

<sup>6</sup> Gramsci menciona a empresa neste momento, pois utiliza os empresários como exemplo de grupo social que cria intelectuais orgânicos a fim de garantir a organização da vontade coletiva em torno do seu projeto.

feitas por Althusser falham na localização do sujeito histórico, isto é, há certa preocupação por parte de Althusser em demonstrar as instituições de defesa dos interesses da classe burguesa, entretanto, apresenta sua dinâmica a partir da sua relação com o Estado, mas não demonstra sua constituição interna, isto é, sua dinâmica de formação e de construção de sua hegemonia como Aparelho de Estado, mesmo demonstrando sua função como reprodutora ideológica da dominação.

Gramsci analisa com maestria a relação constante entre intelectuais orgânicos e Estado Restrito, de modo que apresenta sua função e sua gestação enquanto intelectuais orgânicos conforme trechos citados, anteriormente, isto é, estes emergem enquanto intelectuais orgânicos a partir da sua relação constante com todos os grupos sociais e, de forma mais latente, com os grupos sociais inseridos no Estado Restrito, com as frações burguesas que se constituíram enquanto classe dirigente.

Foi visto, então, que a categoria dos intelectuais é fundamental na compreensão da dinâmica de elaboração de projetos a serem nacionalizados, no entanto, nos resta uma questão-problema a resolver: quais os fundamentos da escola que tem conexão direta com o conceito de intelectuais orgânicos em Gramsci? E mais, qual a função da escola na dinâmica de nacionalização dos projetos, base da construção da hegemonia de acordo com o teórico italiano?

A escola funciona como instituição dotada de meios organizados para a formação dos intelectuais orgânicos, assim, segundo a concepção de Antonio Gramsci, as escolas funcionam como Partido Político que aciona as bases organizativas à nacionalização do projeto realizada pelos intelectuais orgânicos, isto é, —a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis (GRAMSCI, 2014, p.19). Convém lembrar que a escola elabora os intelectuais tradicionais que poderão exercer funções de intelectuais orgânicos em sociedade, ou seja, —a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata (...) mas é mediatizada, em diversos graus, por todo tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os funcionários (GRAMSCI, 2014, p.20). Neste sentido, a escola cria uma das bases possíveis para formação dos intelectuais, mesmo que os intelectuais orgânicos não necessariamente precisam da educação formal como prerrogativa de sua existência e de sua função nos embates entre classes. No entanto, no jogo da disputa por hegemonia exercem a função, como anteriormente mencionado, de Partido Político, isto é,

É precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma

função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido mais precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como —econômico, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (GRAMSCI, 2014, p.24).

Assim, a escola funciona como organismo diretivo das vontades da classe dirigente como vontade geral, portanto, reprodutora – através dos intelectuais orgânicos – do projeto burguês. Aqui se destaca precisamente o formato da escola na sociedade contemporânea que objetiva o acúmulo de conteúdos em detrimento de uma educação sistematizada e planejada em torno da educação humanitária e de caráter emancipador, sobretudo, por não ser interesse da classe burguesa uma educação que Gramsci chamara de unitária. Então, ao longo das diversas conjunturas históricas foram criadas escolas que direcionavam o ensino à profissionalização necessária à reprodução da engrenagem do sociometabolismo do capital, portanto,

Ao lado do tipo de escola que poderíamos chamar de —humanista (e que é o tipo tradicional mais antigo), destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber orientar-se na vida, foi-se criando paulatinamente todo um sistema de escolas particulares de diferentes níveis, para inteiros ramos profissionais ou para profissões já especializadas e indicadas mediante uma precisa especificação. Pode-se dizer, aliás, que a crise escolar que hoje se difunde liga-se precisamente ao fato de que este processo de diferenciação e particularização ocorre de modo caótico, sem princípios claros e precisos, sem um plano bem estudado e conscientemente estabelecido (GRAMSCI, 2014, p.33).

Crê-se na precisão da análise gramsciana apenas destacando uma ressalva: há uma série de princípios estabelecidos de forma subliminar na educação de modo a orientar o ensino para a subsunção real do trabalho ao capital, isto é, a formação tem como princípio a formação do exército industrial de reserva capacitado ao mercado de trabalho como forma de garantir a expropriação da massa de trabalhadores que são levados à competição constante em busca de formas de emprego precárias existentes.

A partir da constatação da crise da escola, Antonio Gramsci elabora sua proposição a respeito da organização escolar com base na união trabalho e ensino, elaborada por Marx e Engels. Assim, considera-se fundamental a análise do princípio da união trabalho e



ensino para que possamos retornar à elaboração gramsciana de escola unitária.

O princípio da união trabalho-ensino foi elaborado por Marx como meio de superação da educação formal tida pela classe operária durante o século XIX que tinha como principal objetivo a educação para o capital, isto é, a qualificação da classe trabalhadora para a produção. As análises marxianas então se voltam a esta questão de forma a superar o modelo educacional burguês com o objetivo de propor uma educação que promovesse a emancipação da classe trabalhadora, modelo este que seria fundamental para as elaborações posteriores de um modelo de —educação para além do capital|| como sugeriria um século depois István Meszáros.

É válido lembrar que Marx não possui uma obra direcionada especificamente a este tema, no entanto, ao longo das suas análises a respeito do modo de produção capitalista em diversas obras, acaba por se debruçar em críticas ao modelo educacional burguês, pois este é um dos aspectos da lógica de reprodução da dominação da classe burguesa.

Segundo Lombardi (2010), o tema da educação é discutido por Marx e Engels a partir de —três movimentos articulados (ou indissociados)|| (LOMBARDI, 2010, p.231): a) uma crítica do ensino burguês; b) análise da educação do proletariado a partir da análise do modo de produção capitalista e; c) o delineamento de —premissas gerais para a educação do futuro|| (LOMBARDI, 2010, p.231).

A partir deste trajeto de análise, Marx chega à conclusão de que a categoria trabalho é fundamental para se pensar uma —educação para o futuro|| de modo diverso do trabalho na dinâmica educacional burguesa, o trabalho relacionado ao ensino é fundamental para formação do proletariado como sujeito histórico emancipado. Portanto, para que o proletariado pudesse reverter o quadro de dominação existente deveria conhecer todos os estágios da produção. Só assim o proletariado estaria apto a conduzir a revolução em direção à tomada dos meios de produção sob o monopólio da burguesia industrial.

Assim, a categoria do trabalho em Marx na concepção educacional tem que estar vinculada ao ensino teórico, de modo que seja superada a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual imposta pelo modo de produção capitalista como forma de subsunção do trabalho ao capital. Logo, —Marx, na perspectiva da práxis, ocupa-se da natureza e do sentido (alienador ou emancipador) dos processos educativos imanentes a todas as práticas e atividades humanas à questão da escola|| (FRIGOTTO, 2010, p.09). Assim, a categoria trabalho,

Ilustra bem essa relação contraditória em face do processo de formação

humana: de um lado, a negação do homem e, ao mesmo tempo, criação de possibilidades para a emancipação social. Essa contradição que perpassa toda a sociabilidade estranhada, coloca-se também, logicamente, na perspectiva da educação. No contexto das relações estranhadas, o processo amplo de formação do homem encontraria a possibilidade de superar as relações vigentes, erigindo uma nova ordem social, na qual seja possível viabilizar o livre desenvolvimento das potencialidades humanas. Em decorrência disso, o problema fundamental da educação, no entendimento de Marx, vai localizar-se essencialmente no processo de formação do proletariado, por ser esse o agente que sofre mais intensamente a opressão do capital e por ser ele, conseqüentemente, o portador das condições mais favoráveis para conduzir o processo das relações estranhadas (SOUSA JUNIOR, 2010, pp. 25-26).

A questão da educação em Marx está, então, direcionada à revolução, à emancipação do homem em uma perspectiva ontológica e não somente como classe. Obviamente que por se tratar de um Estado em que a luta de classes é constante, a análise marxiana parte da emancipação da classe trabalhadora a partir de sua conscientização enquanto classe em si e para si, no entanto, a proposta é de uma educação para o futuro, isto é, para uma sociedade que caminharia para a extinção das classes. Assim,

Mais do que tudo, aqui o conceito de revolução assume de maneira especial uma perspectiva pedagógica, porque indica uma transformação jamais vista, pois pela primeira vez o homem passaria por um processo de educação cuja finalidade seria a de criar pela ação teleológica, ou seja, pensada, planejada, definida conscientemente pelo próprio homem segundo suas necessidades e anseios de liberdade, uma sociabilidade nova, sob o controle da coletividade livre (SOUSA JUNIOR, 2010, p.26).

Neste processo educacional os trabalhadores são figuras centrais como intelectuais responsáveis pela direção do movimento revolucionário não somente pegando em armas, mas criando consenso através do caráter organizativo da educação libertadora. É nesta perspectiva que emerge o princípio da união trabalho e ensino, sendo, portanto, —no seio da luta de classes em disputa pela posse e controle das forças produtivas que são geradas as teorias sobre como os homens devem ser educados e em qual direção (PEIXOTO, 2014, p.243).

A direção que deve ser seguida para a emancipação do homem, portanto, requer então um rompimento com a estrutura do sociometabolismo do capital, esse rompimento só pode acontecer por meio da emancipação do homem com uma educação estruturada de acordo com as pautas revolucionárias, que, segundo Sousa Junior (2010), se dividem em

dois momentos: a) o primeiro relacionado à formação teórico-política dos sujeitos e; b) a segunda que tem como base a reorganização da sociedade que surge após a práxis revolucionária.

Assim, o princípio da união trabalho-ensino, surge como —proposta para atenuar as mazelas causadas pelas condições do trabalho e como —proposta que se apresenta vinculada diretamente ao mundo contraditório do trabalho abstrato (SOUSA JUNIOR, 2010, p.44). É perceptível, então, que a proposta educacional de Marx deve ser aplicada em um estágio de transição às lutas revolucionárias, haja vista que é fundamental, como demonstrado, no processo de educação teórica e prática dos sujeitos históricos envolvidos na condução do processo revolucionário.

Portanto, diferentemente do que alguns teóricos da educação possam pensar, a elaboração marxiana da educação não preza somente pela sua aplicação em um Estado em que o socialismo esteja consolidado como estágio transitório ao comunismo (isso seria o segundo momento – a chamada onilateralidade), pelo contrário, é uma das bases de organização para se chegar à revolução bases essas fundamentadas no tripé: trabalho, escola e práxis político-educativa (SOUSA JUNIOR, 2010, p.56), que deve, portanto, ser seguido e aplicado em uma sociedade capitalista em que as contradições no mundo trabalho são constantes e a exploração a mola propulsora da engrenagem da dominação capitalista.

Neste sentido que surgem as diversas concepções em torno da escola que daria os fundamentos à classe trabalhadora de superação da sociedade capitalista e a implementação, por meio da revolução, de uma sociedade em que a classe trabalhadora seria detentora dos meios de produção e conhecedora de todos os estágios da produção, rompendo com a divisão do trabalho que cada vez mais eleva a taxa de mais valor (tanto absoluto quanto relativo). É, portanto, a partir deste pressuposto que emergem algumas concepções de escola que pretendem dar centralidade à luta dos trabalhadores: a) a escola politécnica e; b) a escola unitária.

Relacionado ao conceito de politecnia, tem-se o conceito de onilateralidade que —são dois conceitos distintos que se opõem mutuamente, mas que, na proposta de Marx se complementam (SOUSA JUNIOR, 2010, p.74). Assim,

Enquanto a politecnia diz respeito a um tipo de formação do indivíduo trabalhador no âmbito da produção capitalista, a onilateralidade se refere à formação do homem mesmo, ou seja, do homem que se libertou das determinações da sociedade burguesa negadora da humanidade livre

(SOUSA JUNIOR, 2010, p.74).

Pode-se, então, considerar o conceito de politecnicidade diretamente relacionado ao modo de produção capitalista, não como modelo educacional burguês, mas como modelo gestado a partir das contradições do capital necessário à superação da sociedade burguesa a caminho da onilateralidade. O modelo politécnico de educação preza pelo conhecimento universal dos estágios da produção pelos trabalhadores, capacitando o trabalhador para a apropriação dos meios de produção, portanto vinculado à —realidade da produção burguesa (SOUSA JUNIOR, 2010, p.80), enquanto a onilateralidade

Diz respeito a uma formação humana de caráter mais amplo, que depende da ruptura com a sociabilidade burguesa, com a correspondente divisão social do trabalho, com as relações de alienação e estranhamento, com o fetichismo, com o antagonismo de classes (SOUSA JUNIOR, 2010, p.80).

Pistrak (2015) aponta a respeito das características necessárias a uma escola politécnica para que o objetivo desta seja alcançado: a) a participação direta das crianças no trabalho produtivo; b) o conhecimento na teoria e na prática dos princípios científicos gerais de todos os processos de produção; c) a união do trabalho produtivo com a educação física e o desenvolvimento intelectual (PISTRAK, 2015, p. 21).

A participação da criança no trabalho produtivo, com carga horária reduzida, leva a uma formação para a compreensão da dinâmica da produção em seus diversos estágios. Este princípio é fundamental para a posterior manutenção dos meios de produção da classe trabalhadora. O desenvolvimento intelectual, então, se faz necessário como forma de garantir a hegemonia do projeto proletário em suas dimensões político-sociais que possibilitará a reorganização das relações econômico-sociais em torno da organização da sociedade nova que emergirá após o movimento proletário revolucionário. Chega-se, portanto, na chave de compreensão da escola unitária de Antonio Gramsci: o desenvolvimento intelectual, associado, obviamente à práxis revolucionária.

Foi demonstrado anteriormente que a função da escola na sociedade capitalista, de acordo com a concepção gramsciana, é dar base organizativa à ação dos intelectuais orgânicos de modo a criarem consenso na massa de homens em torno do projeto de uma fração de classe. Isto leva a escola a possuir uma estrutura que beneficie, portanto, a classe burguesa de modo que garanta as bases do consenso de seu projeto que, por conseguinte, estruturará a escola em torno de uma formação puramente técnica que inibirá a

emancipação do homem a partir de uma educação humanista. Assim, Gramsci detecta uma crise da escola propondo então um novo modelo organizativo que possibilite uma formação universalista e humanitária. Para Gramsci (2014), portanto, a solução para a crise da escola seria uma,

Escola crítica de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual (GRAMSCI, 2014, p.34).

É notável, através do trecho em destaque, que o princípio da união trabalho e ensino, elaborado por Marx, está presente na obra gramsciana e que as crianças na concepção da escola unitária precisariam compreender a dinâmica da produção capitalista desde as séries iniciais para uma posterior superação desta através da formação teórica combinada ao trabalho.

No que tange ao currículo escolar, Gramsci traz a perspectiva de uma educação conforme a faixa etária da criança, demonstrando que são necessários vários níveis desta educação escolar com o objetivo de —inserir os jovens na atividade social (GRAMSCI, 2014, p.36) após um período de formação de cultura ampla e humanista. Para tanto haveria a necessidade de ampliação do corpo docente para que os diversos níveis educacionais fossem atendidos satisfatoriamente em suas diversas modalidades de ensino: tanto o ensino de conhecimento das forças produtivas quanto o ensino de cultura geral. Ainda no que diz respeito à estrutura curricular da escola Gramsci disserta que,

O nível inicial da escola elementar não deveria ultrapassar três-quatro anos e, ao lado do ensino das primeiras noções —instrumentais da instrução (ler, escrever, fazer contas, geografia, história), deveria desenvolver sobretudo a parte relativa aos —direitos e deveres atualmente negligenciada, isto é, as primeiras noções do Estado e da sociedade, enquanto elementos primordiais de uma nova concepção do mundo que entra em luta contra as concepções determinadas pelos diversos ambientes sociais tradicionais, ou seja, contra as concepções que poderíamos chamar de folclóricas<sup>7</sup>. O problema didático a resolver é o de abrandar e fecundar a orientação dogmática que não pode deixar de existir nestes primeiros anos. O resto do curso não deveria durar mais de seis anos, de modo que, aos quinze ou dezesseis anos, já deveriam estar

---

<sup>7</sup> O conceito de folclore em Gramsci tem uma estreita relação com o senso comum e filosofia. De modo que pode ser considerado até um mosaico de concepções de mundo não sistematizadas. Segundo Boninelli (2017) em verbete escrito no Dicionário Gramsciano —instaura-se uma imediata ligação entre folclore, senso comum e filosofia, relação que constitui o primeiro bloco de termos (visão e concepção do mundo, religião, bom senso, conformismo, tradição, moral etc.) que vão compondo uma rede conceitual em torno do lema —ideológico (BONINELLI, 2017, p.307).

concluídos todos os graus da escola unitária (GRAMSCI, 2014, pp.37-38).

Quando destaca a respeito da necessidade das concepções de Estado e sociedade como —elementos primordiais de uma nova concepção do mundo‖ podemos perceber que o caráter formativo em Gramsci é necessário no seio das relações de produção capitalistas, o que demonstra sua aproximação com a concepção de politecnicidade como modelo a ser aplicado antes da transição socialista ao comunismo, a escola funciona então como ferramenta formativa revolucionária. Assim, a escola unitária tem uma relação estreita com os aspectos econômicos da sociedade capitalista e a compreensão da engrenagem capitalista se faz, portanto, fundamental aos jovens em formação. Eis, portanto, a preocupação existente neste momento em analisar os conceitos econômicos da contemporaneidade mais utilizados nos livros didáticos da escola formal burguesa como forma de superação da barreira existente no ensino básico ao ensino de História Econômica.

O objetivo aqui proposto não é o de sistematizar um ensino politécnico ou de escola unitária neste momento, mas minimamente trazer discussões em torno do modo de produção capitalista que possam permitir aos estudantes do ensino básico o mínimo de conhecimento a respeito da economia contemporânea tão negligenciada no ensino básico.

Além do que já foi mencionado a respeito da escola unitária, é fundamental perceber que ela não se encerra em si, sendo necessário que haja uma série de outras instituições que deem subsídio ao funcionamento da escola unitária, para que mesmo antes de entrarem na escola as crianças possam ter experiências de coletividade, como em uma rede de creches que já possuam uma organização introdutória à vida escolar.

Uma problemática em torno do conceito de escola unitária diz respeito à análise gramsciana da função do Estado em relação ao funcionamento desta instituição de modo que Gramsci considera que a escola unitária,

Requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família no que toca à manutenção dos escolares, isto é, requer que seja completamente transformado o orçamento do ministério da educação nacional, ampliando-o enormemente e tornando-o mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações deixa de ser privada e torna-se pública, pois somente assim ela pode abarcar todas as gerações, sem divisões de grupos de castas (GRAMSCI, 2014, p. 37).

Quando foi feita a referência à problemática no conceito de escola unitária e a

função do Estado neste sistema educacional, trata-se do seguinte questionamento: se o Estado precisa exercer esta função no que tange ao funcionamento da escola unitária e, partindo do pressuposto que, assim como a escola politécnica, o modelo de escola elaborado pelo teórico sardo requer estruturação no seio do Estado capitalista, como poderia este Estado fazer investimentos educacionais em um sistema escola que objetiva sua superação?

A única solução a essa problemática é que o modelo de escola unitária perpassa pelos modelos de educação anteriormente mencionados, isto é, o modelo politécnico e o modelo educacional onilateral, pois, ao mesmo tempo que preza pela educação técnica, a escola unitária objetiva a educação da cultura de forma ampla e universalista. Assim, mesclando momentos distintos de desenvolvimento do Estado, isto é, a aplicação durante o modelo de Estado capitalista e o momento de sua superação pela via revolucionária, mesmo que a via revolucionária em Gramsci não tenha uma base marxista-leninista, mas pela via de construção de consenso a partir de estratégias que garantam a hegemonia de projetos elaborados no âmbito da sociedade civil.

Acredita-se, portanto, que seja fundamental uma educação de cultura ampla e geral vinculada ao mundo trabalho, ou seja, vinculada ao conhecimento dos estágios das relações de produção por parte das crianças a fim de que possamos ter gerações que possam se posicionar criticamente frente às relações capitalistas contemporâneas.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. Althusser, a ideologia e as instituições. In: ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BONINELLI, Giovanni Mimmo. Folclore. In: LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. IN: SOUSA JUNIOR, Justino de. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos. Vol. 2**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais, o princípio educativo e o jornalismo. **Cadernos do cárcere. Vol. 2**.

Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. **Cadernos do cárcere. Vol. 3.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_. **Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LOMBARDI, José Claudinei. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels.** São Paulo: Tese de doutorado, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão popular, 2015.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2011.

PEIXOTO, Elza M. de M. Educação, política e emancipação humana. In: ORSO, Paulino José. GONÇALVES, Sebastião Rodrigues. DA LUZ, Paulino Pereira. DOS ANJOS, Amâncio Luiz Saldanha (orgs.). **Sociedade capitalista, educação e as lutas dos trabalhadores.** São Paulo: Outras expressões, 2014.

PISTRAK, Moisey. **Ensaio sobre a escola politécnica.** São Paulo: Expressão popular, 2015.

SOUSA JUNIOR, Justino de. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital.** Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

<http://www.programescolasepartido.org/saiba-mais>. Acessado em 15.07.2017.



## REPRESENTAÇÕES SOBRE OS CRISTIANISMOS DA ANTIGUIDADE NOS LIVROS DIDÁTICOS

William Braga Nascimento<sup>1</sup>

Ao iniciar uma discussão que pretende tratar das representações sobre os Cristianismos na antiguidade (séc. I – IV) nos livros didáticos, queremos refletir não apenas sobre um determinado tipo de leitura da temática que tem sido apresentada nestes materiais direcionados ao público estudantil de ensino médio, como também a problemática que cerca a elaboração destes materiais.

Os livros didáticos são representações. Isso implica em processos de elaboração, reconstituição e negociação entre diferentes instâncias produtoras de sentido. Nesse ínterim, estamos tratando de formas por onde o passado é apresentado ao tempo presente em um determinado espaço. Por *Representações*, entendemos um ser um oferecimento de duas possibilidades de sentido; tanto pode exibir um objeto ausente, substituindo por uma imagem capaz de reconstituí-lo na memória, ou exibir uma presença. Para o historiador francês Roger Chartier, —as representações são sempre determinadas pelos grupos que as forjam. No entanto, este conceito e os sentidos oferecidos por ele, ficam mais bem compreendidos quando colocado ao lado do conceito de *Apropriação*, onde entende-se como uma interpretação das representações.

A motivação inicial para empreender este estudo, partiu de percepções quanto às representatividades impressas sobre os primeiros cristãos nos materiais didáticos no ensino de História para o ensino médio. O objetivo inicial gira em torno de problematizar como a escrita da História abarca as experiências religiosas desta religião nos livros didáticos, em diálogo ou não, com demais instâncias que compõem o social.

Destarte esta perspectiva, não seria possível a historicização desta temática, sem, contudo, tocar a conjuntura que permite com que não apenas este, mas diversos temas e assuntos sejam abordados nos espaços educacionais; as políticas de Estado direcionadas à elaboração dos livros didáticos em determinados momentos históricos, quais sejam; o PNLEM e PNLD.

Nesse ínterim, percebemos o livro didático como um produto escolar em constante transformação, que, pela batuta do Estado e de agentes particulares juntamente a grupos de interesse, são responsáveis pelas constantes re(formulações) pelas quais o mesmo vem passando no curso dos anos.

Não obstante, ao observamos de perto as representações da religião cristã antiga

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas (PPGHEN/UEMA).

no cotidiano escolar, constatamos que mesmo com uma profícua produção historiográfica – sobretudo nos últimos vinte anos – sobre cristianismo antigo, e com um olhar cada vez mais próximo do Estado nas avaliações realizadas sobre este item, permanece de forma incisiva, informações e abordagens problemáticas sobre esta religião nos livros didáticos.

A construção do conhecimento histórico nos espaços escolares em uma sociedade predominantemente cristã tem sido produzida essencialmente pela documentação judaico-cristã forjada ao longo dos três primeiros séculos da era comum, fato este, que não denota nenhum problema. Entrementes, recaí sobre todo o corpo documental trabalhado para se construir as memórias deste movimento religioso nos livros didáticos, uma aplicação teórico-metodológica que não tem sido contemplada nestes materiais. Sobre este ponto, convém pontuar um importante postulado:

Ao historiador cabe o papel de São Tomé, aquele que precisa ver para crer, que não se baseia num pressuposto de fé, mas na confrontação de dados empíricos ou ideológicos selecionados, cruzados, seriados, todos fornecidos pela documentação, com as informações colocadas pela bibliografia concernente ao objeto de estudo, sempre no intuito de se fazer a relação do texto para com o contexto no qual ele foi produzido. No caso da bíblia especificamente, que se trata de uma compilação de textos que apresenta gêneros literários diversos, de diferentes períodos históricos, torna-se necessária a identificação do gênero a que pertence o discurso, a compreensão de tal gênero na época em que surgiu o relato analisado, a exposição das características mais gerais do autor (quando conhecido) e, obviamente, a contextualização histórica do relato em questão e para que público ele se dirigiu (SELVATICI, 2000, p. 93-94).

No entanto, o que podemos observar como uma presença insistente nos livros didáticos de História é a essencialização das fontes, operadas pelo saber teológico, que são, via de regra, reproduzidas como verdades nos conteúdos que tratam desta religião no currículo associado à História Antiga. Consagra-se deste modo uma visão teológica da história, construída na complexidade de intensas negociações, silenciamentos e exclusões ao longo do percurso histórico necessário ao fechamento e consolidação do cânon bíblico.

Ademais, esse tipo de leitura confere reforço a uma identidade ortodoxa do cristianismo antigo, suprimindo a pluralidade que o conhecimento histórico acadêmico vem se esforçando para demonstrar. Uma vez que as identidades possuem um forte elo com a memória, podemos sublinhar que a escrita produzida nestes lugares de memória (NORA, 1993) tendem a filiar indivíduos e grupos numa narrativa que se tornou hegemônica sobre o grupo social. Essa narrativa encontra-se bastante diluída nos discursos institucionais próprios para a difusão da crença religiosa cristã na sociedade.

Quando falamos de Cristianismo, nos remetemos irremediavelmente às

experiências religiosas vivenciadas por indivíduos que, em maior ou em menor grau, situam os seus pensamentos e ações na crença em Jesus de Nazaré; um judeu camponês que viveu há mais de dois mil anos e que por se opor ao ordenamento político, social e econômico do Império Romano, acabou recebendo uma das penas capitais mais temidas para aqueles que cometiam atos de rebeldia: a crucificação.

No entanto, o conhecimento histórico que vem se desenvolvendo nas últimas décadas sobre o tema, tem procurado problematizar as relações que se estabelecem entre a constituição de uma religião (cristã) e o personagem histórico que suscita o elo a essa elaboração religiosa; Jesus. Sobre este, os avanços de pesquisas arqueológicas e históricas nos tem permitido falar com algumas certezas sobre a vida do nazareno, bem como as implicações que a profissão de fé no mesmo acarreta para os estudos sobre o cristianismo antigo.

Dessa forma, a historiografia que aborda esta temática tem conseguindo desmonopolizar lugares comuns concernentes a Jesus e ao cristianismo antigo, trazendo a baila, discussões pertinentes sobre identidades, memória, poder, conflitos e interações culturais, que antes não eram, ou pouco eram contemplados nos estudos desta natureza.

Dessa forma, utilizo especificamente para este trabalho, o livro —História das Cavernas ao Terceiro Milênio (2015), das autoras Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, destinado ao alunado do 1º ano do ensino médio, sendo ele nosso objeto de reflexão e análise para problematizarmos as diversas nuances pelas quais a religião cristã na antiguidade encontra-se representada.

No entanto, como dito anteriormente, todos os livros e coleções didáticas implementadas na educação pública de nível básico, passam pelo crivo do governo federal através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), instituído no ano de 2008, que teve por meta, a distribuição de livros para todos os componentes curriculares que compõem a educação básica.<sup>2</sup>

Além disso, o PNLD como política pública busca melhorar a qualidade dos livros didáticos, ao passo que também visa através desta, oferecer formação continuada aos professores(as) da educação básica através de formulações de propostas pedagógicas, aprimoramento e problematização no uso das fontes históricas inseridas no manual do professor(a), além é claro dos próprios conteúdos presentes nos livros, onde a partir de constantes avaliações realizadas pelo Ministério da Educação são observados princípios de

---

<sup>2</sup> Este programa substituiu o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), que distribuía livros apenas para esta modalidade de ensino. O PNLD além de tomar para si esta tarefa, englobou as demais modalidades; fundamental I e II.

ordem ética, estética e cidadã comum a todas as disciplinas que aliadas com as competências específicas do componente curricular devem ser incorporadas em cada coleção didática.

O guia de livros didáticos de História para o ano de 2016 do PNLD traz em seu bojo algumas recomendações a serem observadas no momento de escolha das obras pelos profissionais do ensino. A síntese dos critérios avaliativos orienta os elementos que devem estar presentes tanto no livro do aluno, quanto no dos docentes. Nos manuais dos professores(as) são valorizadas as habilidades que os mesmos devem manifestar quanto ao trato com as imagens contidas nos livros, problematizando-as para que não seja um mero elemento ilustrativo que compõe a página, além do enfoque na interdisciplinaridade e estímulo ao pensamento crítico dos alunos quanto às experiências sociais no tempo.

Uma vez aprovada, a obra em questão traz na seção *Suplemento de apoio ao professor* os procedimentos básicos no campo pedagógico que proporcione ao docente um melhor uso de práticas desse campo do saber nos processos de ensino-aprendizagem evocados pelo PNLD.

Dessa forma, o livro tenta responder aos desafios de se inserir nos processos de transformações que vem ocorrendo no âmbito da cultura a partir da constatação das autoras de que vivemos cada vez mais em uma sociedade bombardeada pela informação, sendo necessária a adaptação do saber histórico a essa demanda contemporânea. É nesse contexto, que o livro deixa claro a história do tempo presente como regime de historicidade<sup>3</sup> adotado, visando proporcionar, sobretudo aos alunos certo dinamismo que possibilite perceberem-se como sujeitos históricos através da integração entre passado e presente, dando ao processo ensino-aprendizagem na História uma utilidade de caráter prática e significativa, como explicitada:

Essa forma clássica de pensar a história permite estabelecer relações de causa e efeito entre acontecimentos de períodos sucessivos e, para o aluno, apresenta a vantagem de dar sentido ao mundo em que vive. A ideia de dar um sentido ao presente, tendo como referência o passado, é o cerne da utilidade social da história. É também uma postura que torna impossível qualquer pretensão a um discurso historiográfico definitivo, à medida que as questões colocadas para o passado não cessam de evoluir (SUPLEMENTO DE APOIO AO PROFESSOR, p. 259)

Entrementes, é importante ressaltar que toda sociedade é dirigida por discursos sobre o tempo que conferem identidades e sentido aos seus membros. Nesse sentido o

---

<sup>3</sup> Termo criado pelo historiador francês François Hartog para se referir aos diferentes modos como uma sociedade trata seu passado, ao modo da consciência de si e de uma comunidade humana.

livro didático como um produto cultural e constitutivo do saber escolar, obedece a uma demanda historiográfica própria do seu tempo e, que se relaciona diretamente com seus autores e demais agentes que influenciam nas escolhas daquilo que irá ser representado nos livros.

O estímulo ao entendimento e debate de questões contemporâneas, expostas de forma contundente na apresentação dos guias de livros didáticos - PNLD encaixa-se no regime de historicidade do livro didático aqui analisado, como exposto:

A elaboração de uma obra com o olhar voltado para o nosso tempo é necessária não só por possibilitar a leitura e a compreensão do presente à luz do passado, e vice-versa, favorecendo assim projeções em relação ao futuro, mas também por representar uma escolha metodológica que transforma a aprendizagem em um saber significativo para os alunos, amparada em referenciais conhecidos e contemporâneos e, por isso mesmo, dotado de sentido e interesse (SUPLEMENTO DE APOIO AO PROFESSOR, p.259)

Dessa forma, o presente como elemento central na operação historiográfica e no desenvolvimento da prática de ensino, se relaciona com a vivência dos estudantes no contato com o livro didático. É do presente que parte questões e problemas que orientam o ensino e a pesquisa, que por sua vez, também se apresentam na sala de aula.

Na obra, esse contato é constituído estruturalmente através da abertura dos capítulos, bem como nas leituras e textos complementares, nas atividades e nas seções que trabalham nos alunos o trato com as fontes. Assim sendo, entendemos que o tempo presente é o produtor de conhecimentos no livro em questão. Dessa forma, concordamos com José Carlos Reis, onde: —A historicidade é a condição de ser histórico, em que o homem se sente presente a si mesmo enquanto histórico (REIS, 2012, p.45).

No entanto, embora considerado salutar para um diálogo com questões contemporâneas, essa perspectiva só pode ser consolidada se for bem exercida pelo professor(a), no momento em que sua atuação na sala de aula possibilite os diálogos necessários que levem a sua audiência a exercer consciência dos processos históricos.

Dessa forma, como relacionar os aspectos levantados pelo PNLD para o livro selecionado com o objeto em questão? Antes de tentar responder a essa questão, torna-se necessário primeiramente conhecer o que e como o livro didático trata e aborda o cristianismo primitivo, bem como este objeto tem sido apresentado pela historiografia nos últimos anos.

## II. Os cristianismos na Antiguidade no livro “História: das cavernas ao terceiro milênio”

Inseridos em um artefato cultural<sup>4</sup>, a temática do cristianismo primitivo no âmbito da história romana não pode ser abordada fora do espaço conflituoso e simbólico ao qual pertenceu na temporalidade antiga, e que continua pertencendo nos dias atuais. Sua presença neste material sugere não uma leitura estática sobre os eventos que constituíram o período imperial romano, e sim, em uma proposta que dialogue com o conhecimento histórico que vem sendo produzida pela academia nos últimos anos, e com as demandas contemporâneas, como a diversidade e o combate a intolerância levantados no PNLD.

Entendemos que o conhecimento acerca da antiguidade - especificamente do objeto de pesquisa - não é imutável no âmbito da cultura escolar (tendo o livro como elemento central), cabendo novas representações quando o espaço de historicização do fenômeno religioso abre caminhos para perceber os indivíduos que dele participam, assim como esse mesmo fenômeno é recepcionado nos livros didáticos.

Tendo o livro —História das Cavernas|| como campo de observação para análises do Cristianismo primitivo, identificamos que o mesmo apresenta algumas simplificações dos processos históricos relacionados a temática. Embora entendamos que um dos papéis dos livros didáticos seja justamente o de tratar dos eventos históricos numa linguagem clara e acessível, identificamos que tais simplificações aparecem mais como um saber tradicional sobre o tema, do que relacionado ao aprendizado simplificado.

Dessa forma, partimos da premissa de que os Cristianismos na Antiguidade nos livros didáticos tem historicamente sido representado pelo saber teológico. Essa representação se faz presente no livro analisado, como veremos posteriormente. No entanto, cabe ressaltar que as representações diretas ou próximas da teologia, não são uma característica contemporânea de representação deste objeto. Sobre isso, vale apontar que:

—Na cultura escolar [...], a história do povo hebreu somada à história do cristianismo remete a uma prática comum nos primórdios do ensino de história; a história sagrada. Em 1827, a proposta debatida na Assembleia dos deputados previa o ensino de história subdividido em História Geral Profana, História Sagrada e História do Império do Brasil (BITTENCOURT, 2008, p.100).

---

<sup>4</sup> Segundo Forquin, o livro didático é um artefato cultural escolar, onde o conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados, organizados, normalizados, rotinizados, sob os efeitos da didatização, constituem-se como um objeto de transmissão de conhecimentos no contexto da escola (1993,p. 167).

Embora a existência da história sagrada estivesse relacionada com a adoção do Estado brasileiro pela religião cristã no período imperial, podemos pensar em possíveis permanências nas representações do Cristianismo primitivo nos livros didáticos, como ressaltado:

—[...] com o fortalecimento das ideias republicanas e o posterior Estado Republicano, a história sagrada enquanto componente curricular gradativamente desaparece das escolas públicas, embora permaneça nas escolas confessionais. Todavia, seu conteúdo pode ainda ser visto inserido nos programas curriculares atuais, o que demonstra que houve um processo de acomodação (BITTENCOURT, p 2008, p.115).

Segundo a autora, essa representação adotada pelos livros no período Imperial consistia em três aspectos básicos:

Na História Sagrada se seguia uma trilogia: a) a dos patriarcas, passando pelo êxodo e a instalação do povo na terra prometida, a experiência monárquica e a queda de Jerusalém e os profetas, b) a vida de Jesus Cristo – quando se revela o seu sentido, e c) a História da Igreja que persistirá ao longo dos séculos (BITTENCOURT, 2008, p115).

O capítulo 6 do livro —História das Cavernas| apresenta a História do Império Romano sob o título “*O Esplendor de Roma*”. Após tratar dos períodos históricos dessa civilização, o Cristianismo ganha espaço de uma página com o título de “*O nascimento e a expansão do Cristianismo*”, onde de forma breve é resumido os processos históricos dessa religião, e seus relacionamentos com o Estado Romano. Neste ponto, já é possível estabelecer críticas e considerações que se iniciam desde a titulação do objeto ao conteúdo presente sobre o mesmo.

É consenso na historiografia a pluralidade que este movimento assumiu ainda nos anos iniciais. Logo, propomos a substituição do termo no singular por acreditar que o engessamento das relações sociais não faz parte do campo de estudo das ciências humanas. Sendo assim, utilizamos o termo *Cristianismos*, que para além da grafia, também denota um conceito que explicita uma longa forma de ver o processo histórico de disseminação do movimento. Conforme é ressaltado:

Por cristianismos, afirma-se que uma dada experiência religiosa é sempre plural, com a sua base formativa sendo ampla demais para caber em categorias como certo e errado, ortodoxo e heterodoxo. O reducionismo de uma experiência religiosa, seja ela qual for, costuma produzir um tipo de análise —histórica bastante previsível, com seus resultados parciais e militantes. (CHEVITARESE, 2011, p. 9).

Ademais, consoante Horsley (2004) e Crossan (2004), entendemos aqui, a referência ao —cristianismo‖ não como uma religião autônoma separada do judaísmo antes da metade do I século. É mais plausível que os —cristãos‖ de então faziam parte de mais um ramo da matriz judaica, tratando-se de um —judaísmo cristão‖, assim como existia os judeus fariseus, saduceus e essênios.

Santos (2011) sustenta que somente com as atividades de Paulo a partir da década de 50 do I século, que os seguidores de Jesus irão se configurar como um grupo distinto do judaísmo no plano prático e ideológico. A crença na ressurreição de Jesus e os rituais batismais como um rito de iniciação foram fundamentais para marcar as diferenças entre judeus e cristãos. Além disso, a não observância da Torá por parte dos cristãos e a rejeição a prática da circuncisão pregada por Paulo permitiram uma rápida expansão dos —cristianismos‖ no I século entre os gentios que simpatizavam com o judaísmo.

Todavia e diferente do que se pensa, o nascimento do Cristianismo não se inicia com a atuação de Jesus na região da Palestina Judaica e muito menos que o seu nascimento tenha se dado na cidade de Belém da Judéia como tradicionalmente é propagado, e como informa as autoras. Os evangelhos<sup>5</sup> presentes no denominado —Novo Testamento‖ e tidos no livro como as bases dos ensinamentos de Jesus para a humanidade, de forma alguma podem ser tratados de forma uniforme como é ressaltado. Outrossim, eles oferecem um panorama muito complexo dos processos de formação das primeiras comunidades cristãs na bacia mediterrânea, assim como deixam escapar, as divergências existentes entre as comunidades sobre o personagem histórico Jesus de Nazaré.<sup>6</sup>

Ao examinar esses materiais percebemos as dissonâncias entre as vozes das comunidades, ou seja, os indivíduos que falam *de* e *por* Jesus, evocando autoridade pelo convívio próximo a Jesus, ou com os discípulos a quem o mesmo conviveu antes do evento crucifixão.

Embora o PNLD ressalte a importância do professor em trabalhar com diversas fontes que o ajudarão no processo de construção ensino-aprendizagem, e do fato disso também estar presente no manual do professor(a) do referido livro, identificamos no guia de livros PNLD (2015) um alerta quanto ao tema presente no livro didático analisado:

---

<sup>5</sup> Evangelho: do grego —Euangelion‖, que significa —boa notícia‖ (CROSSAN, 2004).

<sup>6</sup> Os materiais que constituem os quatro Evangelhos apresentam alguns problemas, tais como a datação e a autoria dos mesmos. Além disso, esses documentos são tardiamente escritos: no final do I século d.C, possivelmente já na segunda geração de cristãos, e num período em que as disputas pelas memórias de e sobre Jesus ainda se mostravam acirradas, o que demonstrava as disputas pelo controle das comunidades ditas Marcana, Mateana, Lucana e Joanina.



—Sugere-se tratar algumas narrativas míticas, a exemplo do criacionismo e do nascimento e expansão do Cristianismo no Império Romano, como temas históricos sujeitos à problematização, à crítica e a verificação de fontes (GUIA PNLD, p.122, 2015).

Tal cuidado também pode ser interpretado como uma assertiva de que o conteúdo do tema presente no livro carece de uma abordagem especializada, corroborando assim para a inserção de novos conhecimentos e métodos para se trabalhar com este tema em sala de aula.

Entrementes, uma vez que o conjunto documental levantado pelas autoras para falarem sobre o tema faz parte da Bíblia, convém de forma mais geral, problematizar a sua presença como fonte. Historicamente controlada por discursos de instituições religiosas, a Bíblia exige algumas considerações que se fazem necessárias para a sua utilização por parte do professor(a) em sua atividade profissional.

Por muito tempo questionou-se a validade dos textos bíblicos e o seu emprego como fonte histórica no que tange as pesquisas historiográficas. A descrença situada em estudos baseados nestas fontes repousa muitas vezes na falta de método eficiente em tratar do objeto estudado, o receio de que seja utilizada como forma de proselitismo religioso, bem como o relacionamento que estes textos possuem com religiões presentes na sociedade, com seus discursos influentes e ainda vivos no tempo hodierno.

Todavia, se bem contextualizada esse documento pode se tornar um objeto de estudo histórico que permita aos alunos ampliarem sua visão de mundo e aproximarem os mesmos do conhecimento histórico de povos antigos.

De início, pode-se constatar que a presença do tema no livro remete-se ao número de fiéis desta religião nos dias atuais, deixando implícito o fato de que se não fosse por esse motivo, a mesma não estaria presente no livro didático.

Outro ponto a ser ressaltado é a pouca ênfase dada ao Jesus Histórico. Nesse ínterim, a explanação acerca do mesmo é confusa do ponto de vista histórico, pois coloca Jesus como contemporâneo do Cristianismo, como explicitado: —Após a morte de Jesus, o Cristianismo difundiu-se pelo Império Romano graças ao trabalho dos apóstolos (p.106). Sobre essa questão, a Historiografia já possui considerável entendimento para refutar.

A leitura de Jesus como cristão e fundador do Cristianismo não coadunam com as pesquisas realizadas no âmbito acadêmico que através de análises sobre os evangelhos identificam o mesmo como um judeu, que viveu e morreu no judaísmo. Somente após a sua morte, seus seguidores passam a divinizá-lo tratando-o como *Cristo*, ou seja, o

messias - aquele que é ungido.

No livro didático, a explicação sobre o início das ações de Jesus até a sua execução por Roma, silencia o contexto sócio-político da região da Palestina no século I, o que se realizou, poderia ampliar o entendimento sobre Jesus e o início do movimento cristão. Ademais, para entendermos o contexto da vida de Jesus é necessário nos reportarmos ao período de dominação romana na Palestina judaica.

Segundo Horsley e Hanson (2007, p. 43): —Depois da conquista da Palestina por Pompeu em 63 a.C, os territórios judeus estiveram continuamente sob o controle romano. Roma adotava uma estratégia que lhe permitia governar as nações indiretamente através de uma elite dirigente local. No caso específico, esta elite respondia pelo conjunto sacerdotal centrado no Templo de Jerusalém.

Este perfil de governo representava uma séria ameaça a existência dos camponeses, haja vista, a pesada tributação que incidia sobre seu trabalho. Além de destinarem o tributo para a elite sacerdotal e de serem obrigados a entregar ¼ da colheita a cada dois anos, os programas administrativos implantados pelo governo imperial romano no tempo de Jesus acarretavam num crescente empobrecimento da população —marcadamente camponesa —, que por sua vez, recorria a empréstimos não menos onerosos, que, por conseguinte, empurrava grande quantidade de camponeses a uma condição de subsistência e marginalidade, fazendo florescer inclusive o surgimento de movimentos messiânicos populares que almejavam a libertação política do povo judeu ante a exploração sofrida pelos romanos.

É nesse contexto dominado pelo empobrecimento e injustiça, que Jesus - um judeu camponês<sup>7</sup> -, instaura ainda na metade do I século um movimento contra imperial, baseado no tripé: Justiça, Paz e Comensalidade.

As autoras oferecem uma explicação comum e reducionista sobre as razões da execução de Jesus, apontando para o fato de que isso teria ocorrido pela pregação do reino de Deus, que embora não pertencesse a esse mundo terreno, levou o mesmo a ser condenado na cruz por crime de rebeldia. Reducionista, por entender o denominado —Reino de Deus dentro de uma concepção eminentemente religiosa e isolada das esferas

---

<sup>7</sup> Koester (2005:84) sugere que Jesus era letrado e que possivelmente sabia ler e escrever. Porém, sua sugestão carece de comprovações. Horsley (1995:127) e Crossan (2004:274-275) sustentam que a porcentagem de alfabetização judaica na região da Palestina era extremamente baixa, sendo a maioria da população pobre e camponesa. Logo, quase que por definição defendem que os camponeses eram analfabetos. Jesus de origem camponesa, nascido na pobre aldeia rural de Nazaré na Galiléia, provavelmente como camponês que não teve educação letrada, o que corrobora para sustentarmos que o mesmo também era analfabeto.

políticas e sociais nas quais essa crença se relacionava.

Dado o contexto conflituoso da região da Palestina judaica, o olhar historiográfico ao analisar as estruturas sócio-políticas nas quais se assentavam a sociedade romana no I século identificou uma flagrante oposição entre o denominado Reino de Deus e o reinado dos imperadores romanos. Dessa forma, não estamos pensando em uma realidade que transcende o chão histórico dos indivíduos daquele tempo e daquela região, e sim de uma realidade que é o próprio chão, a sua razão de ser.

Entendemos —Reino de Deus<sup>1</sup> como um conceito de forte cunho não apenas religioso, mas também político, que funcionara como um elemento de oposição dos judeus aos projetos imperialistas adotados por sucessivos governos estrangeiros na Palestina judaica.

No entanto, queremos apontar que —Reino de Deus<sup>1</sup> não pressupõe aqui um espaço territorial e uma identidade étnica como condicionantes de sua impetração. Antes disso, ele quer denotar uma nova forma de distribuição econômica, um novo tipo de organização humana e uma nova ordem social para o mundo, pautados em atributos como justiça, paz e igualdade. (CROSSAN; BORG, 2007).

Entretanto, o significado deste conceito ficaria vago se não colocado em confronto com o —Reino de Roma<sup>2</sup>. É a partir desta oposição de reinos e seus projetos distintos encontrados no âmbito de suas particularidades que entenderemos melhor o contexto das situações sócio-políticas que ocorreram na Palestina judaica no I século, e que, por conseguinte, encontrarão ecos nas comunidades cristãs que se desenvolverão posteriormente.

Segundo Crossan e Borg (2007) —[...] tanto o Reino de Roma quanto o Reino de Deus, foram anunciados como o quinto e culminante reino da terra, mais ou menos em meados do II século antes da era cristã<sup>3</sup>. Essa informação torna socialmente explosiva a relação entre judeus e romanos no ambiente palestino, assim como também coloca grupos cristãos do I século na mesma situação.

Contudo, será no plano das ideias que os cristãos se lançarão contra o imperialismo romano, diferindo estrategicamente de grupos judeus que em duas ocasiões intentaram militarmente revoltas contra a dominação na Palestina.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> De 66 a 70 d.C os habitantes da Judéia se lançaram militarmente contra os romanos nessa região, assim como nos anos de 132 a 135 d.C sob a liderança de Simão Bar Kokhba, os judeus se irromperam em revolta contra a tentativa do imperador Adriano de revitalizar o helenismo em Jerusalém, onde pretendia-se inclusive a construção de um santuário em homenagem a Júpiter Capitolino sobre o monte do Templo. Todavia, é interessante notar que nos livros didáticos, inclusive o que é analisado neste trabalho, não é

Logo, embora incipiente no conteúdo do livro, a execução de Jesus se relaciona diretamente com a oposição feita pelos judeus no aspecto social, político e religioso ao Reino de Roma, sendo a instauração do Reino de Deus algo iminente, e não a ser estabelecido —em outro mundo! como reproduz o livro.

Outro elemento explorado no livro didático pelas autoras reside na narrativa de que o Cristianismo teve sucesso entre as camadas populares devido ao discurso de libertação da opressão imposta pelo imperialismo romano, especialmente sobre as mulheres e escravos.

Nas primeiras décadas de Cristianismo, a participação de mulheres no interior das comunidades cristãs não era algo inexistente, sendo relatada a presença feminina nos evangelhos situados no Novo Testamento, sobretudo Lucas e João. A historiografia oferece bons indícios de que nessas comunidades eram fortes a presença de mulheres ocupando até mesmo posições centrais.<sup>9</sup> Sua exclusão em si ocorrerá através de apologetas a partir do século III.

No entanto, a penetração do Cristianismo nas camadas mais baixas da sociedade romana não necessariamente promoverá uma ruptura com o *status quo* vigente na época. Paulo, um personagem que sequer é citado no livro analisado e que possui grande importância dentro do movimento cristão primitivo, dialogará intensamente através da sua atuação no seio da sociedade mediterrânica com as estruturas de poder imperial. Nesse ponto, o mesmo através de suas cartas, irá propor o que Hoornaert denomina de —patriarcalismo de amor!, como explicitado:

[..]o cidadão romano considerava a escravidão a coisa mais natural do mundo. Ninguém a contestava, nem os filósofos mais lúcidos nem os líderes mais éticos. A boa conduta consiste não em contestar o instituto, mas em se comportar como ‘\_bom senhor’ ou ‘\_bom escravo’, conforme ensina Paulo com seu ‘\_patriarcalismo de amor’. (2014:p.87)

Entendemos melhor esse termo quando analisamos algumas cartas de Paulo, onde

---

mencionado em nenhum momento a relação temporal dessas revoltas com o movimento cristão. Existe um descolamento de conteúdos no livro: como se a História dos Hebreus neste período nada tivesse a ver com o movimento cristão que já existia nessa mesma época. Nos livros, primeiro aborda-se a História da civilização hebraica e depois sobre cristianismo. Tem-se a impressão de que após se trabalhar com Hebreus não se pode falar dos mesmos no I século quando aparecem Jesus e o início do movimento cristão.

<sup>9</sup> A presença feminina parece ter sido predominantemente forte na comunidade Joanina. Tanto que sob a liderança de Paulo no Mediterrâneo antigo, a apostolicidade foi um elemento de disputas pelo poder nas comunidades cristãs. Um dos critérios para ser apóstolo(a), era a ocularidade, como defendida e vivenciada por Paulo. Dessa forma, Maria Madalena, personagem controverso nas narrativas neotestamentárias pode ser considerada como apóstola, já que viu Jesus ressuscitado. Isso pode ser visto nos textos bíblicos (Jo: 20, 14-18).

o mesmo estabelece certo diálogo com o instituto da escravidão.<sup>10</sup> Outro aspecto relatado no livro didático que aparece quase como unanimidade discursiva quando abordado a temática seja em sala de aula ou em outro espaço, são as narrativas de perseguição aos cristãos por parte do Império Romano.

As autoras abordam que as experiências religiosas dos primeiros cristãos na sociedade romana entravam em desacordo com as normas imperiais, devido a negação que este grupo fazia do culto ao imperador. Tal postura colocava em risco o ordenamento social, posto que prejudicava o equilíbrio fundamentado na *Pax Deorum* ou *paz dos deuses*.

Outro fator que legitimaria a perseguição religiosa para as autoras do livro recaem na suposta condição de igualdade pregada entre os grupos cristãos, além de promoverem reuniões secretas. É deveras problemático nos primeiros anos deste movimento evocar a questão de igualdade como símbolo de união entre os grupos cristãos. Muitos liam suas realidades a partir dos contextos sócio-políticos da bacia mediterrânea, onde a distinção social acarretava posturas de comportamento que nem sempre ofereciam links com as propostas sustentadas por Jesus.

Neste momento (século I), as disputas pelas memórias *de e sobre* Jesus e a diversidade cultural das comunidades enrijeciam qualquer tipo de proposta igualitária entre esses grupos. Não obstante, no decorrer das atividades de Paulo no Mediterrâneo, se desenvolveram diversos projetos de *Reino de Deus* onde a aproximação com as estruturas do Estado Romano conferiam diferenças junto às comunidades que se mostravam resistentes a projetos como esse.

Entrementes, no que tange a perseguição aos cristãos, Hoornaert assevera:

É verdade que as comunidades estavam expostas a eventuais *pogroms* de caráter local e que, em certas circunstâncias, os cristãos eram chamados para interrogatórios vexatórios e perigosos diante das autoridades, mas isso não basta para se justificar o tão invocado termo —igreja dos mártires! (p.82)

Além disso, as perseguições aos cristãos muitas vezes tinham caráter local e nem sempre tinham conexões com as autoridades romanas. Nesse ínterim, é pouco enfatizado mesmo nos meios acadêmicos, que as disputas e distintas percepções de poder no interior das comunidades cristãs dos primeiros séculos, acarretavam perseguições entre os próprios

---

<sup>10</sup> A carta de Filemon é uma boa fonte para se pensar as relações entre cristãos que aderiram o cristianismo como crença, mas que continuavam sendo escravos, mesmo quando seus senhores também aderiam a nova fé. Para Paulo, não existia contradição se houvesse um bom relacionamento entre Servo e Senhor, como assevera um trecho de sua carta aos Gálatas 3:28: —Não há judeu nem grego, escravo nem livre, não há homem nem mulher; pois todos vós sois um só em Cristo Jesus!.

grupos cristãos<sup>11</sup>.

A narrativa de perseguição demanda alguns cuidados a serem tomados nos tempos atuais, haja visto que, o Cristianismo possui hoje um discurso de muita influência na sociedade atual, cabendo aos professores(as) estabelecer diálogos que visem o combate a qualquer tipo de intolerância religiosa, bem como de algum possível discurso que legitime posturas autoritárias se amparando neste evento.

Por fim, o livro fecha o tema trabalhando a flexibilização por parte do Estado Romano em tratar o Cristianismo como uma religião não apenas tolerável, mas que agora possuía plena liberdade de culto e de crença através da publicação do Edito de Milão (313 d.C) bem como a conversão do imperador Constantino no ano anterior e a adoção dessa religião como sendo a única oficial do Estado.

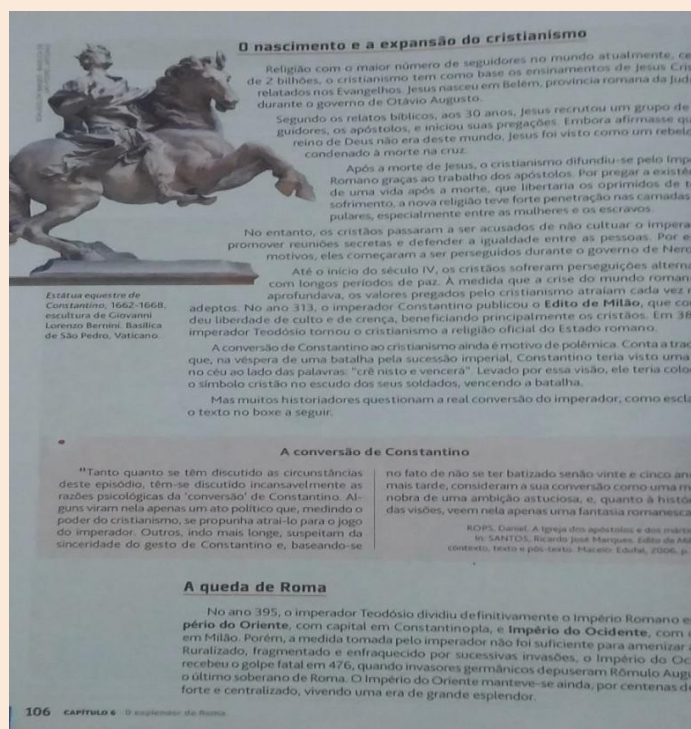
Chamou atenção o fato da conversão do Imperador Constantino ser trabalhada em um box através de um texto de que embora traga aspectos coerentes, fora produzido por um historiador ligado a defesa do Cristianismo. A fonte de onde foi retirado o texto sugere uma característica parcial da mesma : —A Igreja dos apóstolos e dos mártires| do historiador Francês Henri Petiot, mas que ficou conhecido no meio literário com o pseudônimo de Daniel Rops. Como crítica e sugestão, pensamos que as autoras do livro poderiam ter feito uso de autores com maior respaldo acadêmico no que tange ao tema trabalhado<sup>12</sup>.

Ato contínuo aparece com significativo destaque uma imagem equestre do imperador Constantino empinando seu cavalo em uma batalha. Tal imagem, como um processo de representação sugere a ligação do Cristianismo a um destino político glorioso, onde depois de diversas perseguições e martírios, encontra na política estatal um lugar seguro para o exercício das suas experiências religiosas.

---

<sup>11</sup> SHAW, Brent  
(2015).

<sup>12</sup> Uma boa sugestão seria a utilização do livro de Paul Veyne: —Quando o nosso mundo se tornou cristão (312 d.C)|, onde o autor analisa as diversas circunstâncias que levaram o Império Romano a aderir o Cristianismo como religião oficial.



Espaço reservado a temática sobre Cristianismo no Império Romano no Livro —História: das cavernas ao terceiro milênio. 3ª Edição. São Paulo: Editora Moderna, 2013.

Portanto, podemos constatar ainda para uma pesquisa em andamento, o claro distanciamento existente entre as obras didáticas destinadas ao ensino básico, das produções acadêmicas sobre o objeto em questão. Tal fator, que advém de uma série de problemáticas estruturais do campo editorial, limitam uma análise aprofundada sobre a complexidade desta experiência religiosa e por conseguinte, social dos primeiros cristãos, cabendo ao educador(a) que aborda este assunto em sala de aula recorrer a textos – que via de regra, não gozam da mesma facilidade de compreensão de uma variedade presente e diferente de uma proposta que contemple análises históricas, sociológicas e arqueológicas sobre o tema, sobretudo na web - que ampliem o entendimento proposto no livro didático.

## DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL

**Bíblia de Jerusalém.** São Paulo: Paulus, 2002.

BRAICK, Patrícia Ramos, MOTA, Myriam Becho. **História das Cavernas ao Terceiro Milênio: Das Origens da Humanidade à Expansão Marítima Europeia.** 3º Ed. São Paulo: Moderna, 2013.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe. **Livro Didático e Saber Escolar (1810-1910).** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

- CHARTIER, Roger. **História Cultural Entre Práticas e Representações**: Lisboa, Difel, 1989.
- CHEVITARESE, André Leonardo. **Cristianismos: Questões e Debates Metodológicos**. Rio de Janeiro: Kliné, 2011.
- CROSSAN, John Dominic. **O Nascimento do Cristianismo: O que Aconteceu nos Anos que se Seguiram a Execução de Jesus**. São Paulo: Paulus, 2004.
- \_\_\_\_\_: BORG, Marcus. **O Primeiro Natal: o que Podemos Aprender com o Nascimento de Jesus**. São Paulo: Paulus, 2004.
- KOESTER, Helmut. **Introdução ao Novo Testamento: história e literatura do cristianismo primitivo**. São Paulo: Paulus, 2005. v. 2
- NORA, Pierre. Entre Memória e História, a Problemática dos Lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, 1993. P. 7-28.
- REIS, José Carlos. **Teoria & História: Tempo Histórico, História do Pensamento Histórico Ocidental e Pensamento Brasileiro**: Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- SANTOS, Cinthia Francysca. **A Institucionalização do Cristianismo em Corinto: Uma Comparação Entre as Obras de Paulo e Clemente Romano**. 2011. 127f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SELVATICI, Mônica. Para uma Leitura Histórica da Bíblia. **Gaia**, Rio de Janeiro: Laboratório de História Antiga/LHIA, n. 2, ano 1, 2000.
- SHAW, Brent. **The Myth of the Neronian Persecution**. In: *Journal of Roman Studies* (2015).



## ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822) E NOVAS ABORDAGENS NO LIVRO DIDÁTICO

Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus\*

### 1 introdução

O ensino de história tem sido objeto de estudo para muitos pesquisadores, dado o seu valor para a formação do indivíduo enquanto sujeito ativo da sua própria história. Um dos grandes problemas no ensino da História são os resquícios de uma história factual que ressalta grandes feitos de grandes homens, pois a História enquanto campo de conhecimento ganha seu lugar como Ciência no século XIX, sob a égide do positivismo.

Quanto ao livro didático, seu uso, finalidade e contribuição, continua sendo objeto de avaliações contraditórias nos últimos tempos. Há aqueles professores que criticam os livros didáticos, apontando-os como responsáveis pela baixa criticidade dos estudantes. Por outro lado, têm aqueles que os veem como um auxílio importante em seu *métier*. O livro escolar permanece como o material didático referencial dos docentes e discentes que os apreciam como referencial básico para o estudo, e no início do ano as editoras colocam no mercado diversas obras que se diferenciam pelo tamanho e qualidade. O livro didático é, antes de sua finalidade de promover a aprendizagem do aluno, uma mercadoria, uma obra do mundo da edição que segue os desenvolvimentos das técnicas de fabricação e venda que fazem parte da lógica de mercado (BITTENCOURT, 1997).

Os livros didáticos de história têm em suas raízes a preocupação de criar uma consciência de nação. No decorrer da história do Brasil modificou-se de acordo com as transformações que afetaram o cenário político, econômico e social, até assumir um espaço central no processo de aprendizagem (BITTENCOURT, 1997). Um dos papéis do Livro Didático, portanto, é levar ao aluno o conhecimento elaborado na academia<sup>13</sup>, por isso no momento de sua escolha requer atenção e habilidade do professor que o adota. Para isso, existe o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) que tem por finalidade subsidiar o professor e a escola na escolha do livro didático que será adotado no triênio.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) têm por objetivo garantir aos estudantes brasileiros o direito de desfrutar do conjunto de conhecimentos tidos como indispensáveis para o exercício da cidadania. Segundo os PCNs, a importância da História

---

\*Essa comunicação integra o projeto de mestrado —História do Maranhão na sala de aula: a construção da ordem política imperial na província do Maranhão (1823-1841)l, sob a coordenação da Prof. Dr<sup>a</sup> Elizabeth Sousa Abrantes. A pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

<sup>13</sup> Vale dizer que nem sempre o conhecimento histórico é elaborado na academia, pois há aqueles que se colocam a escrever a História como jornalista, literários, etc.

no currículo escolar não se prende apenas a uma preocupação com a identidade nacional, porém a disciplina pode oferecer contribuição específica ao desenvolvimento dos estudantes como sujeitos conscientes, capazes de apreender a História como conhecimento, como experiência e prática de cidadania. O Saber histórico escolar, como conhecimento produzido no espaço escolar, desempenha um papel de tornar o aluno um observador atento das realidades em sua volta, capacitado para estabelecer relações, comparações e relativizando sua atuação no tempo e espaço (BRASIL, 1997).

Para o desenvolvimento desse trabalho analisa-se a coleção *História – Das Cavernas ao Terceiro Milênio*, das autoras Patrícia Ramos Braick<sup>14</sup> e Myriam Becho Mota<sup>15</sup>, lançada pela Editora Moderna em 2013, utilizada na escola estadual Centro de Ensino Médio Liceu Maranhense, localizada no centro da cidade de São Luís do Maranhão. Esse livro foi aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), assim utilizam-se documentos como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

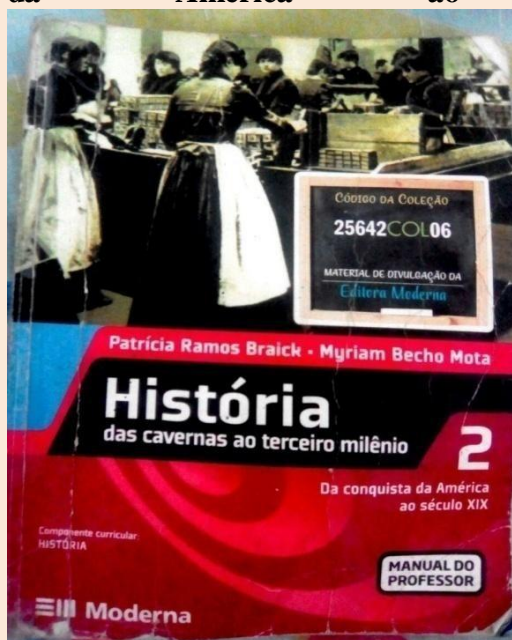
Diante do explicitado, para a concretização desse estudo usa-se o segundo volume, *Da conquista da América ao século XIX*, na temática sobre a Independência do Brasil nesse material didático, por isso utiliza-se apenas os capítulos 11 e 14 que abordam esse assunto. Destacam-se para a análise da obra os elementos do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD/2015), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Identifica-se a relação do Suplemento do professor com o livro didático do aluno. Apresenta-se uma breve alusão à historiografia nacional do tema da independência a fim de mostrar as diversas interpretações sobre esse processo histórico e a filiação das autoras a determinada historiografia do tema, finalizando sugere-se abordagens que podem ser inseridas nessa temática a partir do livro didático.

---

<sup>14</sup>Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas. Professora do Ensino Médio em Belo Horizonte, MG. No currículo Lattes dessa autora não consta informações sobre sua vida acadêmica.

<sup>15</sup>Licenciada História pela Faculdade de Ciências Humanas de Itabira, MG. Mestre em Relações Internacionais pela The Ohio University, EUA. Doutorado em História e Culturas Políticas pela UFMG. Professora do Ensino Médio e Superior em Itabira, MG.

## 2 Coletânea História: das cavernas ao terceiro milênio. Volume dois - da conquista da América ao século XIX



Capa do livro *História das Cavernas ao Terceiro Milênio. Volume 2 - Da conquista da América ao século XIX*, de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, com 3 ed. Em 2013, Editora Moderna, São Paulo, com 248 páginas, no formato 27 cm x 20 cm.

O livro didático utilizado para esta análise é uma coletânea da Editora Moderna, intitulada *História das cavernas ao terceiro milênio: Da conquista da América ao século XIX*, para uso do ensino médio. A obra adota uma organização cronológica que prioriza a descrição linear e evolutiva dos eventos históricos, partindo de uma periodização europeia, com os conteúdos intercalados entre a História Geral, História da América e História do Brasil. Esse livro contém 248 páginas, dividido em 16 capítulos<sup>16</sup>, organizados de forma variada com imagens; texto; glossário; fragmentos de textos acadêmicos e documentais; endereços eletrônicos; boxes: *Conversando sobre*, *Trabalhando com fontes*, *Outras histórias*, *Texto complementar*, *É importante lembrar!*, *Aprenda mais*, *Técnicas de Trabalho e Ampliando*. Os exercícios se encontram ao final de cada capítulo, divididos em: Explorando o conhecimento, Pensando criticamente, Investigando, Decifrando o Enem e Questões de Enem e vestibulares. No livro do professor há orientações em cada capítulo e no livro digital.

<sup>16</sup> 1) A Colonização da América espanhola; 2) A colonização da América inglesa e francesa; 3) Organização político-administrativa na América-portuguesa; 4) A economia na América portuguesa e o Brasil holandês; 5) A mineração do Brasil colonial; 6) Religião e sociedade na América portuguesa; 7) O iluminismo; 8) Das Revoluções Inglesas à Revolução Industrial; 9) A Revolução Francesa e o Império Napoleônico; 10) As lutas de independência na América; 11) O processo de independência da América portuguesa; 12) O movimento operário e o advento do socialismo; 13) As revoluções liberais e o nacionalismo; 14) O governo de D. Pedro I e o período regencial; 15) O governo de D. Pedro II; 16) Os Estados Unidos e a América hispânica no pós-independência.

## Capítulo 11 - O processo de Independência da América portuguesa

Esse capítulo inicia com os eventos históricos do século XVIII como a Conjuração Mineira, a Conjuração Baiana; Dificuldades políticas em Portugal, para justificar alguns movimentos separatistas e de insatisfação da colônia em relação a Portugal, embora considerem que tais movimentos de conjuração e questionamento do domínio português não visavam à independência de toda a América Portuguesa, nem reivindicavam a construção de um Estado brasileiro (BRAICK; MOTA, 2013, p. 143). No tópico —Vai-se a coroa, ficam as cabeças...!, as autoras ao falarem da Revolução Liberal do Porto apontam esse movimento e a atuação das Cortes como impulsionadores da emancipação política do Brasil, porque —ao tentar revogar a autonomia conquistada pelo Brasil depois de 1808 e reduzi-lo novamente a condição de colônia, as Cortes desencadearam o processo que daria fim ao jugo português na América! (BRAICK; MOTA, 2013, p.148). Desse modo, as autoras não fazem uma ligação das ideias separatistas dos movimentos do final do século XVIII com o processo de independência do Brasil, como se a insatisfação tivesse origem a partir da Revolução do Porto e a atuação das Cortes que pressionaram D. João VI a retornar a Portugal.

No boxe —É importante lembrar!!, afirmam que diante de uma petição pública, D. Pedro decidiu ficar no Brasil, proclamando a independência do país no dia 7 de setembro de 1822. Diante da falta de maior problematização sobre essa questão, cabe verificar pelo menos dois problemas que podem ser suscitados: primeiro, não foi apenas com um —Grito! que um país ganhou sua autonomia, até mesmo porque nem todas as províncias da época aceitaram de imediato romper relações com Portugal. Outra questão é que a permanência de D. Pedro não deve ser encarada como um ato de bondade dele para com o novo país que surgia dessa separação com a metrópole, uma vez que permanecesse no Brasil teria seus benefícios e não romperia de fato com a metrópole, isso se evidencia com sua abdicação em 1831 em favor do seu filho D. Pedro de Alcântara, menor de idade na época.

No tópico —Os bastidores da Independência!, o processo de emancipação brasileira é associado desde a chegada da Família real ao Brasil. As autoras apresentam a hipótese de que a nau que conduzia o príncipe regente D. João seguiu para Salvador de maneira estratégica e não acidental, pois a Bahia para os portugueses era uma força simbólica e, além disso, D. João necessitava de apoio econômico e político de todas as regiões da colônia. Nota-se que há um esforço de desconstruir antigas versões dessa questão e revela um viés crítico, problematizando o que outrora foi contado (BRAICK; MOTA, 2013, p.

144).

Importante considerar uma abordagem de que o aluno tenha uma perspectiva de construção do pensamento crítico. O Livro didático aqui em questão apresenta o processo de Independência do Brasil tendo D. Pedro I como o principal responsável pela independência Brasileira como uma articulação política dos grupos políticos da época e das elites agrárias, desse modo, as autoras não desmitificam os —heróis‖ da história e não apontam as participações populares nesse processo, inclusive há apenas uma imagem do retrato de D. Pedro I, obra do pintor francês Arnaud *JulienPallièrre* (BRAICK; MOTA, 2013, p. 149). Esse silenciamento em relação à participação popular e a ênfase no protagonismo do príncipe regente nos faz questionar o porquê das autoras não problematizarem pelo menos os significados e consequências desse elitismo no processo de ruptura com a metrópole.

No capítulo sobre o processo de Independência as autoras não exploram o conceito de cidadania do século XIX para que os alunos compreendam os significados da legislação liberal desse período, com destaque para a Constituição de 1824, em que os critérios de cidadania passavam pelo aspecto jurídico (ser livre) e econômico-censitário (renda). Com isso, o conteúdo pode explorar um tema central dos parâmetros curriculares, que por sua vez é exigido na análise do PNLD. O historiador José Murilo de Carvalho em sua obra intitulada *Cidadania no Brasil - o longo caminho*, diz que o ponto de partida para analisar o início da cidadania no Brasil é com a Independência.

No final desse capítulo, as atividades buscam seguir as orientações dos PCN's e do PNLD quanto à interdisciplinaridade, apresentando questões que podem dialogar com outros campos do conhecimento. No tópico *Pensando criticamente*, o livro faz uma ligação com a filosofia com três questões dissertativas para relacionar os movimentos da conjuração Mineira com os ideais iluministas; outra questão pede para se analisar uma charge da chegada da família real portuguesa no Brasil, de César Lobo (2004), e por fim, ler e interpretar duas questões contidas num fragmento do texto A identidade Indígena que aparece em um boxe no início do capítulo. Para fazer a conexão com a Língua Portuguesa, solicita aos alunos que em grupo façam leituras nesse capítulo sobre as Conjurações Baiana e Mineira e elaborem uma música, cordel, poema sobre o processo de independência do Brasil. A conexão com a Biologia é por meio da elaboração de um cartaz ou painel com informações coletadas do site do Jardim botânico do Rio de Janeiro. É importante destacar que o caráter interdisciplinar não está nas possíveis associações temáticas entre distintas disciplinas que, na verdade, costumam originar apenas

integrações e/ou ações multidisciplinares, mas pôr em uma prática docente comum na quais diversas disciplinas mobilizam, por meio da associação ensino-pesquisa, múltiplos conhecimentos e competências, gerais e particulares, de modo que cada disciplina dê a sua contribuição para a construção de conhecimentos por parte do educando, com finalidade de ao mesmo desenvolver de modo pleno sua autonomia intelectual (BRASIL, 2000). Para o PNLD (2015), —organizar os tempos e os espaços com ações efetivas de interdisciplinaridade e contextualização dos conhecimentos (BRASIL, 2014, p. 11).

No final do livro, no Boxe *Ampliando* (BRAICK; MOTA, 2013, p. 244), aparecem mais duas sugestões de leituras que enfatizam a Independência, a obra *Rio de Janeiro, capital do reino*, de Ilmar Rohloff de Mattos e outros autores; e *A viagem marítima da família real: a transferência da corte portuguesa para o Brasil*, de Kenneth Light. Sobre a temática estudada no capítulo 11, o filme sugerido foi *Carlota Joaquina, princesa do Brasil*, dirigido por Carla Camurati, em que retrata a chegada da família real portuguesa no Brasil de maneira caricata e com piadas em relação aos membros da corte. O site indicado é o do Museu Paulista ([www.mp.usp.br](http://www.mp.usp.br)) que tem exposições dedicadas ao período da Independência do Brasil.

#### *Capítulo 14 - O governo de D. Pedro I e o período regencial<sup>17</sup>*

Esse capítulo inicia com uma imagem da múmia de D. Amélia, segunda esposa de D. Pedro I. As autoras explicam que têm por objetivo relacionar a partir da vida de D. Pedro I a tecnologia, ciência, arqueologia e história. A ideia é utilizar novas descobertas científicas para conhecer melhor o período estudado, inclusive aspectos do cotidiano. Apesar da imagem impactante utilizada para abrir o capítulo, as autoras não dão muitas pistas de como os historiadores podem utilizar esses estudos, e se limitam a indagar os alunos sobre a potencialidade dessas pesquisas e suas opiniões sobre exumação.

Nesse mesmo capítulo, no tópico *Resistências internas à independência*, as autoras apresentam a Independência do Brasil marcada por grandes agitações e sempre mostrando duas versões, uma contrapondo a outra: —[...] os conflitos que se seguiram ao dia 7 de setembro foram vistos como extensão da luta contra o domínio português. No entanto, alguns estudiosos mais recentes têm examinado essas revoltas como uma reação ao centralismo político estabelecido (BRAICK; MOTA, 2013, p. 184).

Sobre as então províncias de Pernambuco, Pará e Maranhão, o questionamento feito é se a Independência trouxe avanço em relação ao domínio colonial ou um retrocesso

---

<sup>17</sup> Nesse capítulo, só analisaremos o que se refere à Independência do Brasil.

em relação à autonomia que havia sido adquirida depois da Revolução do Porto, em 1820, que desencadeou na formação de juntas de governo no Brasil. Para as autoras, —mesmo representando um poder oligárquico, as juntas de governo eram uma forma de governo local mais progressista que o modelo absolutista do império de D. Pedro II (BRAICK; MOTA, 2013, p. 184). O livro didático em análise procura não apresentar apenas uma visão dos fatos, para que o estudante observe que a História não se limita a uma única —verdade.

É importante se ter em vista que a Independência não teve apenas um —Grito, o sete de setembro, algumas províncias resistiram em reconhecer essa independência, como Piauí, Maranhão, Pará e parte da Bahia, tentando continuar ligadas a Portugal. As autoras apontam essas resistências com duas versões, uma dos estudiosos que —acreditam que a resistência dessas províncias se explica principalmente pela grande presença de militares e altos funcionários portugueses ligados à estrutura colonial da ex-metrópole (BRAICK; MOTA, 2013, p. 184). A outra interpretação é aquela que vai contestar a —suposta divisão entre portugueses e brasileiros, alegando que não havia ainda um sentimento de nação opondo os nascidos no Brasil e os vindos de Portugal (BRAICK; MOTA, 2013, p. 184). No entanto, o —que teria sido decisivo, de fato, eram os interesses por cargos públicos e pela manutenção de privilégios (BRAICK; MOTA, 2013, p. 184).

Em relação às resistências ocorridas no Maranhão no pós-independência as autoras se limitam a explicar em menos de quatro linhas como foi esse processo. —No Maranhão, por exemplo, os chamados —homens de bem, fazendeiros e grandes comerciantes, temiam, com o governo de D. Pedro I, perder os privilégios conquistados no governo provincial com a autonomia obtida depois da revolução do Porto (BRAICK; MOTA, 2013, p. 184). As autoras também se referem brevemente à resistência na Bahia e no Piauí, mas não dão espaços para atuação das camadas populares que estiveram presentes nesse processo, omitindo o outro lado da história, aquele composto por pessoas do povo, que não preenchiam requisitos de —cidadão para os padrões da época, mas que estiveram presentes nas lutas políticas buscando não tomar o poder e sim melhores condições de vida para sair da exploração e jugo em que se encontravam.

No Boxe *Ampliando*, desse capítulo, as autoras não destinam nenhuma leitura, filme ou site a temática das lutas internas à independência. O único destaque é o quadro *Maria Quitéria*, do pintor Domenico Failutti, que faz referência à participação de uma mulher disfarçada de homem lutando no regimento de artilharia das tropas da Bahia (BRAICK; MOTA, 2013, p. 184). Na escrita das autoras, de modo geral, sobre o processo

da Independência, predominam os fatos históricos e a historiografia do centro sul excluindo as demais regiões do país, como se o mérito da independência brasileira fosse das então províncias do centro-sul.

O PNLD (2015) aponta por meio do Programa Ensino Médio Inovador, critérios que devem estar na mente dos professores na hora da escolha do livro didático. Um dos indicativos é —estimular a participação social e protagonismo dos estudantes como agentes de transformação de suas unidades de ensino e de suas comunidades| (BRAICK; MOTA, 2013, p. 184). Como os estudantes se motivarão em atuar na sua realidade se não conhecem sua história?

As atividades no final do capítulo 14 apresentam uma questão no boxe *Pensando criticamente* para as resistências internas, no caso da Bahia, para os alunos relacionarem a frase, —o gigante cambaleou, mas ficou de pé|, do historiador José Murilo de Carvalho, com um fragmento da obra —Às armas cidadãos! Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)| organizado por Lúcia Bastos e José Murilo de Carvalho. A atividade presente no *Decifrando o Enem* traz uma questão do Enem de 2007 com um fragmento da obra —Evolução da economia e vinculação internacional||, de Paul Singer, na finalidade de mostrar que o Brasil independente se tornou dependente da economia internacional.

Sobre a historiografia da Independência que consta nas referências finais desse livro escolar têm-se aquelas obras que inovaram esta temática, como a obra História Geral da Civilização Brasileira (HGCB): O Brasil monárquico, tomo 2 (1972) dirigido por Sérgio Buarque de Holanda, e a obra marxista História Econômica do Brasil (1984) de Caio Prado Júnior. Apresentam também os trabalhos escritos a partir dos anos de 1970, como as obras Brasil em perspectiva (1976), de Guilherme Mota; A construção da ordem: a elite política imperial (1981), de José Murilo de Carvalho; Da monarquia a Repúblicas (1985), de Emília Viotti da Costa; História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional (1997), organizada por Luiz Felipe Alencastro; O império marítimo português, 1415-1825 (2002), de Charles Boxer. No entanto, as autoras não usaram obras como as de IstvánJancsó, a Independência: História e Historiografia (2005), e Jurandir Malerba, obra Independência brasileira: novas dimensões (2006), que fazem um balanço atualizado, amplo e que lançaram novas bases para o tema já tão visitado, ainda que enigmático e desconhecido em múltiplos aspectos.



### 3 Breve análise do suplemento de apoio ao professor

Os professores de história com seu trabalho produzem em seus alunos parte das suas identidades pessoais, políticas e profissionais, participando da construção da identidade do outro (CERRI, 2011). A história se faz pelo agir do homem no tempo e no espaço, constrói-se com o agir individual, e cada ser humano é um sujeito histórico que participa ativamente da história, e nenhum agente nasce sem história e em um mundo sem história (MARTINS, 2011). Desse modo, o material de apoio do professor deve ajudá-lo nesse processo do ensino aprendizagem.

A parte analisada do Suplemento de Apoio ao Professor, de modo geral, proporciona uma boa articulação com os temas do livro didático. Em relação ao capítulo 11, nos conteúdos e objetivos, as autoras enfatizam nos conteúdos clássicos como Conjurações Baiana e Mineira, que tem por objetivo analisar os motivos desses levantes e composição social que os caracterizava. Em seguida, voltam-se para o contexto europeu, para explicar a transferência da família real para o Brasil. E quando tratam da ruptura entre Brasil e Portugal, as autoras enfatizam que ocorreu devido —as articulações no interior da elite luso-brasileira que resultaram na ruptura com Portugal. No item *A independência do Brasil* expõem que a ruptura política foi —formalizada em 1822, foi conduzida por um herdeiro da dinastia de Bragança, D. Pedro. Nesse tópico não vemos a preocupação das autoras em enfatizar lutas populares nesse processo e nem sair da visão de que as elites e os —grandes homens conduzem a história e os processos históricos.

Em relação ao capítulo 14, tem por objetivo abordar a formação do Estado Brasileiro no período que corresponde ao governo de D. Pedro I e as regências. As autoras direcionam o professor a enfatizarem na figura de D. Pedro I e sua família. No item —O governo de D. Pedro II, criticam a versão da historiografia oficial que creditou ao imperador a independência do novo país como um ato de heroísmo em defesa da liberdade. Mostram que essa visão se expressa no quadro de Pedro Américo, independência ou morte, de 1888.

As autoras apresentam duas versões historiográficas em relação à independência, uma da historiografia de tradição marxista, em que a tônica do discurso é de continuidade, destacando a manutenção do sistema *plantation*, voltada para a exportação de gêneros agrícolas tropicais, e manutenção da escravidão. Por outro lado, alertam aos professores que existem pesquisadores que afirmam que a independência não pode ser considerada do ponto de vista da continuidade, porque foi um marco na constituição de um Estado nos moldes burgueses e a acumulação de capitais nas mãos de uma elite nacional, que depois

financeira os projetos de urbanização e de modernização da economia. As autoras destacam que as duas primeiras décadas do século XIX, no Brasil, foram marcadas por intensas disputas políticas, em torno do projeto constitucional que estava em fase de elaboração e também entre as elites regionais e o poder instalado no Rio de Janeiro, no entanto, nesse ponto as autoras não instruem os professores a instigarem seus alunos sobre os estudos regionais como indicam os PCNs.

O suporte dado pelas autoras quanto ao tópico de resistência interna consiste em mostrar que as conhecidas —Guerras de Independência| revelam que a Independência do Brasil não se deu de forma pacífica, mas não incitam os professores a levarem seus alunos a refletirem como seu Estado reagiu nesse processo, estimulando os alunos a conhecerem outra parte da história, a chamada local. Bittencourt (2008, p. 168) advoga que a história regional proporciona, na dimensão do —[...] estudo do singular, um aprofundamento do conhecimento sobre a história nacional, ao estabelecer relações entre as situações históricas diversas que constituem a nação|, e coloca a importância da memória para a história local. Para a autora, a —memória é, sem dúvida, aspecto relevante na configuração de uma história local tanto para os historiadores como para o ensino|.

#### **4 Breve alusão a historiografia da independência do Brasil**

As interpretações da historiografia tradicional expõem a noção de concórdia no processo de Independência do Brasil, como sendo um período de concordância entre os vários segmentos da sociedade diante de um inimigo comum, o —proveitador português|. No entanto, longe de se restringir apenas ao pretense embate entre —brasileiros| e os lusos, houve violenta disputa e tensão entre projetos políticos de setores sociais diferentes (escravos, livres pobres, sertanejos).

Por muito tempo a nossa historiografia reproduziu que as camadas subalternas em geral eram simples marionetes nas mãos de seus governantes e senhores. A subordinação ocorria em uma sociedade escravocrata em que a hierarquização era rígida, porém, isso não impedia os ditos inferiores de fazerem suas próprias leituras dos processos em que viviam, interpretavam os acontecimentos nos quais estavam inseridos por meio do ponto de vista provido de suas vivências no meio.

Muitos são os estudos sobre a Independência do Brasil, por essa razão apresentam-se alguns dos principais expoentes, tais como Varnhagen (1850), que faz parte de uma historiografia tradicional, ligado a uma escrita de uma história linear, acrítica, de grandes heróis. Posteriormente, o historiador Jancsó (2005) com perspectiva revisionista com os

postulados de uma nova maneira de se escrever a história.

*Francisco Adolfo de Varnhagen e a obra História geral do Brasil (1850)*

É considerado o fundador da história do Brasil. Em 1850 Francisco Adolfo de Varnhagen (1806-1878) surge com a obra a *História geral do Brasil*, trabalho que refletia uma preocupação com a história pátria recém-iniciada, em coletar uma documentação sobre o passado brasileiro que o recém-criado Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) reputou como sua missão. Esse livro foi possível diante das condições históricas do Brasil, pois a emancipação política estava consolidada e a constituição do Estado nacional do país havia amadurecido nos anos de 1850. Por meio do IHGB com a institucionalização da reflexão e pesquisa histórica foi possível dar ao Brasil o perfil que ainda não possuía, entregando à nova nação um passado, a partir do qual criaria um futuro (REIS, 2007).

Varnhagen narra em sua obra que Deus protegeu o Brasil inspirando a D. Pedro I o meio de salvá-lo! A resolução tomada por D. Pedro, no dia sete de setembro de 1822, à beira do rio Ipiranga, levou o Brasil desde esse dia a uma nova era. De D. Pedro I proveio principalmente a mais segura esperança de que o Brasil constituiria uma só nação, salva pela monarquia de tempestades de anárquico-socialistas (VARNHAGEN, 1850, p. 438). Varnhagen enaltece a figura de D. Pedro, a sua escrita está impregnada da forma como a história era escrita no século XIX, pautada em enfatizar os —Grandes Homens| em seus —Grandes Feitos|. Reis afirma que Varnhagen aparenta não dominar aquilo que é essencial para o ofício do historiador: cortar e recortar o tempo, periodizar, inventar ritmos que promovessem o domínio e a compreensão da vida social (REIS, 2007).

Quanto ao processo de Independência, Varnhagen não tece grandes críticas à forma como aconteceu, isso se evidencia pela emancipação ter sido conduzida por um filho de Portugal, pois ainda se manteve ligado à religião cristã, a monarquia, e essa última nas mãos da família Bragança. A emancipação não foi danosa, porque garantiu o Brasil continuar português, pelo contrário, não interrompeu o passado, melhorou-o. O Brasil se mantinha português, imperial e ainda por cima independente. Em relação às repressões do Estado, Varnhagen diz ter sido necessário para que a unidade das províncias fosse mantida, isto é, para que o Império não se fragmentasse (REIS, 2007).

*István Jancsó e a Independência: História e Historiografia (2005)*

Muitos estudos recentes apontam uma nova leitura sobre a Independência política

do Brasil, a exemplo da importante obra organizada pelo historiador IstvánJancsó (2005), em que participaram 27 historiadores de variadas instituições resultando em 934 páginas, com novidades na maneira de se abordar a história do processo de ruptura do Brasil com Portugal. As diversas abordagens dos historiadores dessa obra são divididas em cinco partes: "Historiografia da Independência", "Independência e abrangências imperiais", "A Independência nas partes do Brasil", "Instrumentos da política" e, enfim, "Ideias e interesses".

O historiador IstvánJancsó, no primeiro artigo intitulado —Independências, Independências, diz que a "história do mosaico luso-americano é inseparável da história de sua moldura, isto é, do Estado que esteve à frente de sua formação (JANCSÓ, 2005, p. 18). Durante os séculos de colonização os modos de ser português alteraram-se nas muitas —partes do Brasil.

Quanto ao plano identitário, à continuada expansão territorial e humana da nação portuguesa, até entrado o século XIX, observou rigorosa regularidade: a identidade nacional portuguesa, qual moldura, acomodava, tensa ou confortavelmente a depender da situação concreta que se considere, as identidades de recorte local (paulista, baiense, paraense) correspondentes às muitas pátrias criadas pela colonização (JANCSÓ, 2005, p. 21).

Jancsó apresenta não um Brasil único, mas —Brasil, contrapondo a historiografia que difere os processos de Independência dos Estados hispano-americanos e o brasileiro, sempre destacando a fragmentação do primeiro e o caráter unitário do Brasil. Para o autor, isso pode —resultar num beco sem saída se forem ignoradas as diferenças entre os fundamentos das Monarquias em cujo âmbito as diversidades engendradas por conquistas e colonização foram sendo progressivamente acomodadas (JANCSÓ, 2005, p. 20).

## **5 Sugestões de abordagens do processo de independência do Brasil no livro didático**

Sendo impossível estudar o conteúdo total da história humana, sabe-se que toda organização de conteúdos programáticos opera por seleção, fundamentada em noções cultural e historicamente estabelecidas, pode-se fazer certas comparações e assinalar algumas direções. A estrutura curricular tradicional da História, difundida na maior parte das escolas, destaca alguns acontecimentos tidos como marcos, para, a partir deles, estabelecer um quadro didático em que os acontecimentos são colocados numa continuidade espaço-temporal linear, posto em uma lógica de causas e consequências (BRASIL, 2000).

Conforme os PCNs, a Independência do Brasil é um exemplo a ser pautado como item importante do conteúdo programático. No entanto, os PCN's criticam a forma como esse conteúdo vem sendo ensinado, apenas por suas conexões causais com um conjunto de acontecimentos políticos imediatamente antecedentes, distribuídos em sequência linear, como se a própria sequência cronológica refreasse, em si mesma, a força explicativa. Esse arranjo se pauta numa noção de processo histórico como mudança linear, que aponta os acontecimentos singulares ou particulares, o que resulta num conhecimento partido. Caso, no entanto, tomar-se a ciência do processo histórico como um processo de modificação direcional, em que os sujeitos históricos, em meio à indeterminação das relações sociais, criam os caminhos possíveis, colocando-se nas distintas dimensões temporais (conjunturas e estruturas) os acontecimentos que ecoam de maneira diversa nos diversos ambientes de ação (privado ou público, local, regional ou mundial) e que contêm diferentes elementos (políticos, econômicos, sociais, culturais), terá uma nova possibilidade de interpretação e análise da Independência do Brasil (BRASIL, 2000).

Outra forma de se pensar a independência proposta pelos PCN's seria considerar a Independência do Brasil inserida na estrutura de desenvolvimento do capitalismo mundial a caminho da internacionalização da economia, na conjuntura da instauração dos Estados nacionais, apontando o potencial explicativo desse conceito para a apreensão das relações internacionais (formação de blocos econômicos) e das dificuldades que se põem para a cidadania (participação política e poder efetivo de influenciar as decisões de Estado; as identidades nacionais, étnicas e mundiais) e diferentes questões do mundo contemporâneo. Essa abordagem serve para que o aluno possa perceber que ser cidadão no Brasil Imperial é diferente do que é ser na atualidade (BRASIL, 2000).

O sentido que a palavra assume para os brasileiros atualmente, de certa maneira, inclui os demais sentidos historicamente localizados, mas ultrapassa os seus contornos, incorporando problemáticas e anseios individuais, de classes, de gêneros, de grupos sociais, locais, regionais, nacionais e mundiais, que projetam a cidadania enquanto prática e enquanto realidade histórica (BRASIL, 2000, p. 78).

Além de apresentar múltiplos olhares sobre o processo de independência para que o aluno perceba as diversas interpretações e como se dá a construção do conhecimento histórico sobre determinado evento ou processo histórico, alguns questionamentos poderiam ser inseridos no livro didático, a exemplo de entender o porquê do Sete de Setembro, sendo a principal data cívica do país, não empolgar sua população, não despertar manifestações de sentimentos patrióticos, restringindo-se a um desfile militar.

Propiciar a pesquisa por parte dos estudantes para compreenderem as mudanças em relação às festividades dessa data, seus usos ideológicos. Por que determinados símbolos como a bandeira ou as cores nacionais estampadas em camisas são utilizados principalmente em épocas de torneios esportivos, como copas do mundo, olimpíadas, etc.

As colônias situadas na América Latina, de forma geral, a partir do século XIX, com as fragilidades de suas metrópoles, com as mudanças internas nas colônias, novas ideias políticas advindas do iluminismo, abriram espaços de luta em direção às suas independências: Venezuela; (1811); Colômbia (1811); Equador (1811); Paraguai (1813); Uruguai (1815); Argentina (1816); Chile (1818); México (1821); Peru (1821); Brasil (1822); Bolívia (1825). Mas, a Independência do Brasil aparece nos Livros didáticos de forma isolada das que ocorreram na América Latina, sendo interessante ligar a discussão da independência do Brasil a outras Independências na América Latina.

O livro didático pode trazer reflexões sobre o que de fato significou a Independência Brasileira, apresentando quem se beneficiou com ela, se foi o povo ou a elite agrária que apoiou D. Pedro I, quais as mudanças que podem enquadrar o Brasil como um país Independente, um país que a distribuição de renda permaneceu desigual, a escravidão continuou, tornou-se dependente economicamente da Inglaterra, com um português se mantendo a frente do novo país. O aluno deve refletir a quem de fato interessou e o que foi essa independência.

A criação de —heróis‖ da história deve ser combatida nos livros didáticos ao contempla a memória histórica e as identidades políticas com destaque para consciência política das camadas populares envolvidas no processo de Independência do Brasil ajudam a desconstruir alguns mitos presentes na historiografia e nos livros didáticos relativos a esse processo, especialmente aqueles relacionados à participação dos setores populares como simples massa de manobra, agindo sem propósitos e sem consciência política e que se rebelavam para gerar baderna e desordem da ordem vigente, no entanto, estavam em busca não de tomar o poder e sim melhores condições de vida para sair da opressão e jugo em que se deparavam.

### **Considerações finais**

Observou-se ao longo deste trabalho que a prática com o livro didático é muito importante para o processo de ensino aprendizagem do aluno, é por meio do livro que chega a maior parte do conhecimento que o discente adquire sobre a História. Assim, a escolha do livro escolar deve ser realizada com bastante cautela para que o estudante,

principal beneficiado com o material, possa usufruir dos conteúdos nele contidos para exercer de forma consciente sua cidadania e interpretando os processos históricos, nas tomadas de decisões quer seja em benefício próprio ou coletivo.

Deu-se destaque ao caráter complexo do livro didático, que para além de sua função pedagógica, é uma mercadoria, com vários interesses perpassando sua construção. Existem várias transações na escolha desse material didático, e o PNLD auxilia o docente no ato da escolha, enquanto os PNCs orientam os objetivos a serem alcançados com os conteúdos nele posto. O livro analisado apresenta alguns equívocos e omissões, especialmente em relação ao protagonismo das camadas populares no processo de Independência do Brasil, mas traz novas formas de abordagens sobre os fatos históricos. O Suplemento de Apoio ao Professor tem boas articulações com os temas do livro didático, mas não estimula o debate dos temas da história local que o livro, por várias razões, não dá conta de desenvolver. A breve discussão historiográfica feita neste trabalho proporcionou perceber como os temas da Independência do Brasil precisam ser repensados nos manuais didáticos, a fim de que os alunos compreendam que não existe uma única versão dos fatos e nem uma explicação definitiva. Por fim, sugeriu-se algumas abordagens e questionamentos que podem enriquecer a forma como essa temática pode ser discutida nos livros escolares.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: \_\_\_\_\_ (org). **O Saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997, v.5, p. 19-45.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 2000.

\_\_\_\_\_. **Guia de livros didáticos: PNLD 2015: História**, Brasília, 2014.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História das cavernas ao terceiro milênio: Da conquista da América ao século XIX**, São Paulo: Moderna, 2013, p. 143. A partir dessa nota será utilizada somente a página da obra no corpo do trabalho.

JANCSÓ, Istvan. Independência, independências. In: JANCSÓ, István (org.). **Independência: História e Historiografia**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. História: Consciência, Pensamento, Cultura, Ensino. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 42, out./dez., Editora UFPR, p. 43-58, 2011.

REIS, José Carlos. Anos 1850: Varnhagen. O elogio da colonização portuguesa. In: REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen à FHC**. Rio de Janeiro: Fundação

Getúlio Vargas, 2007.

SILVA, Rogério Forastieri. **História da Historiografia**. São Paulo: EDUSC, 2001.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. História Geral do Brazil.1850, p. 438.



## **Estado Capitalista Contemporâneo: análise teórico-conceitual para o caso do Brasil sob a ditadura Empresarial Militar**

**Werbeth Serejo Belo\***

Estados burgueses têm se fortificado a cada ponto de inflexão econômica em todo o mundo, alguns se inserindo de forma subsidiada como parte de um complexo deste modo de produção contemporâneo que vem, a cada dia, consolidando seus tentáculos aos mais distantes territórios.

Frações da classe dominante se alternam, por meio de projetos, na condução de suas vontades através do controle sobre estatais de forma que estrategicamente se utilizam de ações consensuais para legitimar este projeto, ou ainda da coerção com o uso “legítimo” da força.

É comum ouvir falar em globalização<sup>1</sup>, por exemplo, sendo esta uma das formas de por máscaras na bruta e cruel expropriação de milhões de seres humanos que são vistos como meros trabalhadores em prol do desenvolvimento de nações capitalistas (quando muito, assim são vistos).

O Brasil claramente se insere nessas relações capitalistas contemporâneas de forma que não se abstém de sustentar as regalias da fração financeira da burguesia contemporânea, alimentando a expansão desta através de promulgação de leis que permitem cada vez maiores frações de lucro, como exemplo, com o surgimento de conglomerados de financeiras que enchem os bolsos dos trabalhadores de dívidas e os cofres de empresas multinacionais de capital.

Para além dessas rápidas reflexões é necessário perceber como que esta forma do capitalismo, o imperialismo, emergiu e se consolidou transformando milhares de vidas de trabalhadores em um verdadeiro pesadelo. O movimento a ser feito é revisitar alguns teóricos do Estado capitalista para que se possa fazer uma rápida análise de sua estrutura em diferentes momentos até chegar ao ápice da consolidação da forma financeira deste.

A primeira parte desta análise, isto é, a revisitação aos teóricos sobre o capitalismo é tema deste trabalho e tem por objetivo demonstrar os vieses do capitalismo contemporâneo para que se reconstrua o caminho traçado pelo imperialismo

---

\* Mestrando no Programa de Pós Graduação em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão.

<sup>1</sup> O termo globalização emerge como forma de tornar pouco perceptível a lógica expansionista do capital, isto é, como forma de “naturalização” das relações capitalistas apresentadas à sociedade contemporânea

desde suas origens até a consolidação de sua forma financeira no Brasil que ocorre entre 1969 e 1973 no período conhecido como “Milagre Econômico”. Além disso, este trabalho tem como objetivo secundário apresentar o arcabouço teórico aqui utilizado como sustentação deste trabalho, isto é, o conceito de Estado e imperialismo que melhor se encaixam na análise deste momento histórico tão importante para entender o capitalismo contemporâneo. Para tal, iremos analisar obras publicadas por estudiosos marxistas que tem como temática o capitalismo.

### 1.1: Estado capitalista e sua estrutura em debate

Discutir sobre concepções de Estado capitalista requer passar, pelas principais matrizes teóricas do Marxismo<sup>2</sup> (no tempo de Marx e pós-Marx). Assim, o primeiro autor a ser analisado é Friedrich Engels em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

Friedrich Engels (1960)<sup>3</sup> discute como o próprio título sugere, o estabelecimento

---

de forma que se utiliza de discursos como quebra de fronteiras entre nações e uma convivência harmoniosa entre estas. Cf. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

<sup>2</sup> Segundo Norberto Bobbio, entende-se por Marxismo “o conjunto das ideias, dos conceitos, das teses, das teorias, das propostas de metodologia científica e de estratégia política e, em geral a concepção do mundo, da vida social e política consideradas como um corpo homogêneo de proposições até constituir uma verdadeira e autêntica ‘doutrina’, que se podem deduzir das obras de Karl Marx e de Friedrich Engels”. (BOBBIO, 2009, p.738).

<sup>3</sup> *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* foi publicada originalmente em 1884. “Fundador, juntamente com Marx, do socialismo científico e expositor brilhante de sua filosofia: o materialismo dialético. Seu pai era fabricante de tecidos, e a difícil situação dos operários da fábrica paterna bem cedo feriu a sua sensibilidade. Nas *Cartas de Buppertal*, que escreveu em 1839, descrevia e criticava as condições de miséria em que viviam os trabalhadores da indústria têxtil alemã. Democrata, revolucionário, desde muito jovem Engels ingressou no movimento socialista. Em 1842, transferindo-se para Londres, acompanhou de perto a luta cartista, e aí realizou o seu famoso estudo sobre a *Situação da Classe Operária na Inglaterra*, publicado em 1845. Já antes, em 1844, publicara um trabalho crítico sobre a Economia Política, nos *Anais Franco-Alemães*, revista editada em Paris por Marx e Ruge. Em ambos trabalhos formulara alguns dos elementos teóricos do socialismo científico. Cheglow observa que Engels chegou, como Marx, ao comunismo e ao materialismo antes de sua colaboração comum, isto é, independentemente um do outro. Conheciam-se desde 1841, por troca de cartas, sendo Engels colaborador do jornal de Marx, a *Gazeta Renana*. O primeiro encontro pessoal de ambos se verificou em Colônia, quando aquele seguia para a Inglaterra. Mas desde então se ligaram para o resto da vida, irmanados pelo mesmo destino e por uma amizade sem exemplo em homens de tal porte. “Em fins de setembro de 1844, Engels escreve a Marx, de Barmen, onde vivia a sua família e onde ele nascera. Ainda não tinha Engels completado seus 24 anos. Aborrecia-se da vida no seio da família e procurava escapar de seu controle. Seu pai, autoritário, industrial cheio de convicções, revoltava-se de ver seu filho frequentar reuniões políticas e professar ideias comunistas.(...) Durante o tempo em que ainda esteve em Barmen, onde o reteve também, por algum tempo, uma aventura romanesca, ele cede à pressão de seu pai e vai trabalhar, durante uma quinzena, nos escritórios da fábrica pertencente a seu progenitor.(...) Em 1847, escreveu para a Liga dos Comunistas, cuja sede era em Londres, um projeto de catecismo ou “profissão de fé comunista” (publicado por Bernstein, em 1931, com o título de *Princípios do Comunismo*), que serviu a Marx como base para redigir o celebre *Manifesto Comunista*, aparecido em fevereiro de 1848, em alemão”.

da temática do surgimento do Estado como uma das partes constitutivas de sua obra. Para Engels, O Estado surge a partir da organização da sociedade após estabelecimento da *gens*<sup>4</sup>, não surge, pura e simplesmente, a partir da família como núcleo de organização.

A origem do Estado se dá de forma muito mais complexa, pois as relações que se estabelecem entre famílias e entre gens são analisadas de forma profunda por Engels quando este divide a análise dos tipos de família em três: a família Sindiásmica, a família Punaluana e a família monogâmica. Essa divisão é feita com base em outra divisão de fases feita por Engels, fases essas que vão da selvageria à civilização, passando pela barbárie.

Esse resgate dos tipos de família é feito por Engels com um propósito: perceber como se deu o processo de transição entre essas fases até chegar ao modelo monogâmico de família que, segundo Engels, surge para garantir o direito de herdar os bens adquiridos pelo chefe da família<sup>5</sup>.

A família monogâmica se apresenta então, como forma de garantir a posse da herança pela família e, mais que isso, sinaliza para o surgimento da propriedade privada e o direito por parte dos herdeiros de reivindicarem esta propriedade com legitimidade baseada no modelo monogâmico. Portanto, segundo Engels, o Estado é fruto das relações estabelecidas entre família (gens), propriedade privada e sociedade.

Vale ressaltar que toda análise sobre a família e a gestação do Estado a partir das relações supracitadas, é baseada em uma análise de lutas, primeiro entre homem e

---

"Em sua carta de 24 de novembro de 1847, Engels informava a Marx que tinha esboçado um projeto do *Manifesto Comunista*, pronunciando-se, entre outras coisas, contra a forma de catecismo que anteriormente se tinha pretendido dar.(...) Toda a sua campanha contra Dühring, Engels a fez, procurando a aplicação consequente do materialismo e acusando o materialista Dühring de confundir a questão com palavras, de cultivar frases, de usar processos de raciocínio que implicam numa concessão ao idealismo, na passagem a posições idealistas. Ou o materialismo, consequente até o fim, ou a mentira e a confusão do idealismo filosófico, esta é alternativa apresentada em cada um dos parágrafos do "Anti-Dühring"; e os indivíduos de cérebros embebidos na filosofia professoral reacionária ficaram sozinhos, sem sequer se aperceber. Até 1894, data em que escreveu o seu último Prefácio para o *Anti-Dühring*, cuja revisão acabava de fazer e que então tinha recebido o seu último retoque, Engels, que se mantinha a par da filosofia nova e dos progressos das ciências naturais, não deixou de insistir com a máxima decisão nas suas concepções, claras e firmes, varrendo a poeira dos novos sistemas, grandes e pequenos. O fato de que se tenha posto a par de tudo o que diz respeito à filosofia moderna, verifica-se por seu livro *Ludwig Feuerbach*." (Disponível em: [www.marxists.org/português/dicionário/verbetes/e/engels.htm](http://www.marxists.org/português/dicionário/verbetes/e/engels.htm)). Acessado em 18/03/2015.

<sup>4</sup> Segundo Engels, a gens constitui-se "num círculo fechado de parentes consanguíneos por linha feminina, que não se podem casar uns com os outros; e, a partir de então, este círculo se consolida cada vez mais por meio de instituições comuns, de ordem social e religiosa, que o distinguem das outras gens da mesma tribo." (ENGELS, 1960, p. 45).

mulher pela condução da linhagem da família, depois entre classes na sociedade burguesa. Segundo Engels:

As coisas mudaram com a família patriarcal e, ainda mais, com a família individual monogâmica. O governo do lar perdeu seu caráter social. A sociedade já nada tinha mais a ver com ele. O governo do lar se transformou em serviço privado; a mulher converteu-se na criada principal, sem mais tomar posse na produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo – embora apenas para a proletária – o caminho da produção social [...] A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica franca ou mais ou menos dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais. (ENGELS, 1960, p. 71).

Esta relação foi o germe para a grande elaboração sobre o conceito de Estado formulado por Engels baseado no conflito entre classes que será esmiuçado por Karl Marx fundando assim as bases do que viria a ser conhecido como Marxismo.

Para Engels o Estado nada mais é que

[...] um produto da sociedade quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortizar o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 1960, p. 160)

Claro que entre a primeira relação e esta última citada há uma série de proposições e análises sobre divisão do trabalho, luta de classes, além de outras temáticas pertinentes sobre o conceito de Estado para Engels. Fica nítido, também, a partir da análise desta última citação de Engels que o método dialético<sup>6</sup> já está se

---

<sup>5</sup> É importante frisar que aqui neste estágio a família monogâmica já está estabelecida como modelo hegemônico com um cunho patriarcal em detrimento dos modelos matriarcais das famílias de tipo Sindiásmica e Punaluana.

<sup>6</sup> Em “Dicionário de Conceitos Históricos” Kalina Silva e Maciel Silva definem a dialética como “um método de análise, fundamentado na contradição, que organiza o raciocínio para a busca da *verdade*, analisando uma situação contraditória de dada realidade: para comprovar uma tese o investigador usa uma

consolidando quanto forma de análise das relações existentes dentro deste Estado.

Ainda se utilizando do método dialético como base de sua análise de relações dentro da sociedade burguesa, Marx elabora sua concepção de Estado baseado em um Estado que pode ser considerado uno<sup>7</sup>, no entanto dividido em duas partes: a superestrutura e a infraestrutura. No entanto, essa sua concepção sobre o Estado surge a partir de seu desagrado com o Estado burguês que no século XIX já estava em processo de consolidação com a já passada Revolução Industrial<sup>8</sup> e com a Revolução Francesa.

A divisão feita por Marx é esta: superestrutura e infraestrutura. Na superestrutura está todo o corpo político do Estado, isto é, “não é o aparelho jurídico que explica a sociedade burguesa, como queria Hegel; ele é apenas uma superestrutura e a sociedade encontra a sua explicação nas relações de propriedade” (MARX, 2003, p. 07). Na infraestrutura acontecem as disputas, ou melhor, as disputas acontecem a partir das relações de produção. Segundo Tom Bottomore,

As relações de produção são constituídas pela propriedade econômica das forças produtivas. No capitalismo, a mais fundamental dessas relações é a propriedade que a burguesia tem dos meios de produção, ao passo que o proletariado possui apenas a sua força de trabalho. (BOTTOMORE, 1988, p. 157).

Tendo em vista, portanto, que a classe dominante era a classe burguesa e que esta detinha o monopólio dos meios de produção e que o proletariado em troca vendia sua força de trabalho<sup>9</sup> é que se podem pensar as disputas entre classes<sup>10</sup> no Estado Burguês.

---

antítese, ou seja, a negação da própria tese original. Mas a negação não é suficiente para a compreensão do fenômeno investigado, pois toda negação, em si mesma, contém alguma positividade (não se pode negar sem afirmar alguma coisa). É preciso então aproveitar as contribuições positivas que existem na tese e na antítese para se chegar em uma síntese dos dados conseguidos.” (SILVA. SILVA, 2010, p. 97). Os autores apontam ainda o uso do método dialético por Marx e Engels e apontam que “Engels definiu e classificou as três leis do materialismo dialético: lei de unidade e lei dos contrários; lei de conversão da quantidade em qualidade e vice-versa; e lei de negação da negação.” (SILVA. SILVA, 2010, p.99).

<sup>7</sup> Quando me refiro a Estado Uno pretendo dizer que o Estado para Marx é um Estado Restrito dividido em duas esferas e, não, um Estado Ampliado como Gramsci, por exemplo, irá desenvolver posteriormente.

<sup>8</sup> Há uma intensa produção a respeito da Revolução Francesa e sua caracterização como burguesa ou não burguesa. Para os marxistas que a analisam, logicamente, ela é considerada burguesa e uma revolução dividida em várias revoluções que para Lenin seria a chamada Revolução Permanente e para Gramsci poderiam ser considerados movimentos contra hegemônicos, isto é, uma série de projetos que pretendiam nacionalizarem-se, projetos esses que podem ser da fração dominada da classe dominante, ou então, da classe dominada. No entanto, no momento certo essas concepções serão abordadas no texto de forma mais clara.

<sup>9</sup> Marx conceitua a venda do excedente da força de trabalho como mais valia. No entanto, esta pode ser dividida entre relativa e absoluta. A mais valia absoluta ocorre quando há o aumento das horas de trabalho e, a mais valia relativa, ocorre quando há investimentos em novas máquinas que necessitam de trabalhadores para manuseá-las. Segundo Bottomore, “a extração da mais valia é a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo, a *differentia specifica* do modo de produção capitalista, em que o

E a partir dessas disputas é que o Estado Burguês se estabelece.

Lenin (1988)<sup>11</sup> em *Estado e Revolução* decide, como método, resgatar a teoria de Estado marxista para então apresentar sua ideia de Revolução e expõe sua análise desse Estado chegando à conclusão que “esse Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe” (LENIN, 1998, p.226), reforçando a tese de Marx.

Enquanto para Marx e Lenin esse Estado era composto por superestrutura e infraestrutura, para Antonio Gramsci (2012)<sup>12</sup> em *Cadernos do Cárcere: notas sobre a política de Maquiavel*, esse Estado é elaborado a partir de uma concepção de que este (o Estado) é ampliado, isto é, o Estado é Sociedade Política (Estado no sentido restrito) e Sociedade Civil. No seio da Sociedade Civil estão os Aparelhos Privados de Hegemonia<sup>13</sup> e, inseridos nesses aparelhos – ou não – estão os intelectuais orgânicos<sup>14</sup> que transitam entre a Sociedade Política e a Sociedade Civil com o objetivo da nacionalização deste projeto. Segundo Carlos Nelson Coutinho,

---

excedente toma a forma de lucro e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário”. (BOTTOMORE, 1988, p.227).

<sup>10</sup> O conceito de classe é de fundamental importância para que se possa entender a obra marxiana, pois, segundo Bottomore, “Num certo sentido, ele foi o ponto de partida de toda a teoria de Marx, pois foi a descoberta do proletariado como ‘a ideia do ponto real’ que fez Marx voltar-se diretamente para a análise da estrutura econômica das sociedades modernas e de seu processo de desenvolvimento”. (BOTTOMORE, 1988, p.61).

<sup>11</sup> Obra aqui utilizada publicada originalmente em 1917. “Lenin: Membro fundador, principal teórico e dirigente do Partido Bolchevique. Dirigiu o partido e os soviets à tomada de poder na Revolução Russa de 1917. Fundou a Internacional Comunista, identificou o Imperialismo como fase superior do Capitalismo e enfatizou o papel do partido como vanguarda da revolução.” (Disponível em: [www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/l/lenin.htm](http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/l/lenin.htm)). Acessado em 18/03/2015).

<sup>12</sup> A obra aqui utilizada foi escrita entre 1932 e 1934. “Um dos fundadores do Partido Comunista Italiano. Estudou literatura na Universidade de Turim, cidade aonde frequentou círculos socialistas. Filiou-se ao Partido Socialista Italiano, tornando-se jornalista e escrevendo para o jornal do Partido (L'Avanti) e tendo sido editor de vários jornais socialistas italianos, tendo fundado em 1919, junto com **Palmiro Togliatti**, o L'Ordine Nuovo. O grupo que se reuniu em torno de L'Ordine Nuovo aliou-se com **Amadeo Bordiga** e a ampla facção Comunista Abstencionista dentro do Partido Socialista. Isto levou à organização do Partido Comunista Italiano (PCI) em 21 de janeiro de 1921. Gramsci viria a ser um dos líderes do partido desde sua fundação, porém subordinado a **Bordiga** até que este perdeu a liderança em 1924. As teses de Gramsci foram adotadas pelo PCI no congresso que o partido realizou em 1926. Em 1924, Gramsci foi eleito deputado pelo Veneto. Ele começou a organizar o lançamento do jornal oficial do partido, denominado [[L'Unità]]. Em 8 de novembro de 1926, a polícia fascista prendeu Gramsci (apesar de sua imunidade parlamentar, permaneceu preso até próximo da sua morte, quando foi solto em liberdade condicional dado ao seu precário estado de saúde. (Disponível em: [www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/g/gramsci.htm](http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/g/gramsci.htm))

<sup>13</sup> São considerados aparelhos privados de hegemonia as instituições localizadas na sociedade civil como a imprensa, por exemplo, utilizadas para garantirem a hegemonia de determinado projeto, ou mesmo, garantirem que um novo projeto se torne hegemônico.

<sup>14</sup> Os intelectuais orgânicos podem ou não colaborar na elaboração do projeto que pode vir a ser hegemônico, no entanto, como foi dito no corpo do texto, seu principal objetivo é a nacionalização do projeto.

O pensador italiano (Norberto Bobbio) indica corretamente uma diferença essencial entre os conceitos de Sociedade Civil em Gramsci e em Marx: enquanto Marx identifica Sociedade Civil com base material, com infraestrutura econômica, a Sociedade Civil em Gramsci não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura. (COUTINHO, 1989, p.73).

Portanto, para Gramsci, as relações são estabelecidas de forma dual, isto é, através da coerção e do consenso e dentro da Sociedade Civil e da Sociedade Política<sup>15</sup> e, ainda, em uma relação entre ambas. Quando a disputa ocorre dentro da sociedade política Gramsci caracteriza como *fissura do bloco no poder* e, quando na Sociedade Civil, podem ser caracterizadas como *movimentos contra - hegemônicos*. Esses movimentos contra hegemônicos se tornam hegemônicos a partir da crise de hegemonia de determinado projeto que conduz a organização do Estado. Esta crise de hegemonia ocorre

[...] ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto. (GRAMSCI, 2012, p.60).

Há, ainda, para Gramsci, os partidos, que são responsáveis por organizar a vontade coletiva que geralmente são movimentos contra – hegemônicos, isto é, que possuem projetos diferentes do que o que está hegemônico. Retornemos a Marx, então, que é o “pano de fundo” deste trabalho.

Em *Contribuição à crítica da economia política*, Marx (2003)<sup>16</sup> faz um resumo

---

<sup>15</sup> A partir das concepções de sociedade civil e sociedade política Gramsci elabora os conceitos de sociedade ocidental e sociedade oriental. Essa divisão de formas de sociedade em ocidental e oriental nada tem a ver com a divisão geográfica, mas com a capacidade de organização da Sociedade Civil. A Sociedade de tipo Oriental possui uma Sociedade Civil fraca, isto é, com pouca capacidade de organização, enquanto nas Sociedades de tipo Ocidental a Sociedade Civil é forte. São exemplos de Sociedade de tipo Oriental as em que predomina a forma de Estado Imperial.

<sup>16</sup> Obra escrita originalmente em 1857. Neste ano Marx se encontrava em uma condição financeira nada boa além de estar enfrentando problemas hepáticos. Sua esposa se encontrava grávida e doente também. Além disso, suas publicações no Tribune foram reduzidas o que lhe causou uma redução nos

sobre a sua proposta de estudo acerca dessas relações que são a base deste Estado:

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social [...] Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura (MARX, 2003, p. 05).

Isto posto, é possível perceber como para Marx estavam relacionadas à superestrutura e a infraestrutura em seu método dialético. Ainda na *Contribuição à crítica da Economia Política* Marx analisa, muito detalhadamente, a relação entre produção e consumo e os estágios entre essa relação que desemboca no que o autor considera como *produção*<sup>17</sup>.

A produção é a primeira fase dessa relação “maior” também de produção, no entanto, o estágio seguinte dessa relação é a distribuição “que determina a proporção em que o indivíduo participa na repartição desses produtos” (MARX, 2003, p. 232), logo após existe a troca que “obtem-lhe os produtos particulares em que o indivíduo quer converter a quota-parte que lhe é reservada pela distribuição” (MARX, 2003, p.232) e, por fim o consumo, aqui os produtos são objetos de desejo, de necessidade do homem. Eis a base das já mencionadas relações de produção.

Nos *Grundrisse*, Marx (2011)<sup>18</sup> aponta que essas relações de produção são amplas, isto é, estão além da confecção da mercadoria, aponta também que o momento da produção é momento também de consumo e que os ditos estágios da produção se relacionam, isto é, a produção, a circulação, a troca, o consumo não são estágios que ocorrem em sequência, somente, mas ocorrem de forma paralela e relacional.

---

vencimentos. Com Marx e Jenny doentes, suas filhas Jennychen e Laura passaram a auxiliar nos serviços domésticos e passaram a trabalhar como secretárias de Marx. Além da sua aproximação com Engels e Lassalle o convite para dar uma contribuição para escrever a *New American Encyclopedia* fez com que Marx se empolgasse e retornasse aos escritos econômicos. A crise norte-americana de 1857 fez com que Marx, assim como a *New American Encyclopedia* retornasse aos escritos econômicos. (GABRIEL, Mary. *Amor e capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013).

<sup>17</sup> Neste caso a produção além de ser um estágio dentro dessa relação maior, ela (a produção) é a própria relação entre o ato de produzir e consumir diametralmente opostos, no entanto, opostos numa perspectiva de inserção dialética.



No que diz respeito às formas deste Estado manter sua dominação, para Marx, como já foi dito, se dá através do monopólio dos meios de produção detidos pela burguesia; para Gramsci se dá através da construção do Consenso e para Lenin,

O imperialismo e a dominação dos bancos desenvolveram até uma arte extraordinária de defender e por em prática a onipotência da riqueza em quaisquer repúblicas democráticas. (LENIN, 1988, p. 230).

Além dessas concepções elaboradas por Marx sobre a constituição do Estado, Marx dá uma ‘resposta’ ao Estado Burguês, isto é, uma espécie de saída. Mas qual a saída? Para Marx a saída seria a Revolução do Proletariado, ou seja, a tomada de poder pelo proletariado, mas a tomada de poder por assalto, através da já mencionada Revolução. Após a Revolução chegar-se-ia ao Estado de transição que seria o Estado socialista para então chegar ao Estado Comunista.

A concepção de Lenin sobre a Revolução do Proletariado é bem parecida com a concepção de Marx. Assim, para Lenin, da mesma forma que ocorria na União Soviética, em 1917, deveria ocorrer nos demais países, não percebendo Lenin, portanto, que dependeria de cada conjuntura vivida por determinado país. Portanto, para Lenin se aplica ainda a concepção de Revolução Permanente.

Mas, a grande superação dialética em relação a Marx, no que tange à tomada de poder, é elaborada por Antonio Gramsci. Para este teórico, a partir de sua concepção ampliada do Estado, o poder pode ser tomado de duas formas: no que ele chama de *Guerra de Movimento e Guerra de Posição*. Guerra de movimento seria a tomada do poder de assalto e a chamada Guerra de Posição seria a tomada do poder a partir da elaboração de projetos contra hegemônicos capazes de serem nacionalizados e se tornarem hegemônicos a partir de estratégias.

Partindo de uma base marxista pautada – sobretudo - em Althusser e Gramsci, Nicos Poulantzas elabora sua concepção de Estado-Relação, isto é, o Estado é formado a partir de uma *condensação de lutas*; lutas entre classes dominantes e dominadas e entre as classes dominantes, o que pode ser caracterizado como *fissura do bloco no poder*.

Essa condensação de lutas no seio do Estado ocorre em uma esfera do Estado Ampliado que Poulantzas nomeia de *Ossatura material do Estado*, sendo esta análise

---

<sup>18</sup> Textos originalmente publicados em 1858.

parte da hipótese central deste autor. Então,

O Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por consequência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. (POULANTZAS. 2000. p.12)

Para que o autor chegasse a essa conclusão perpassa e analisa duas concepções de Estado que tendem a ser utilizadas em muitos trabalhos sobre o Estado capitalista contemporâneas: “Estado Coisa” e “Estado Sujeito”, isto é, duas análises polarizadas da constituição de um Estado.

Segundo Poulantzas, o Estado possui um papel de organização e de reprodução de lutas de forma que este “representa e organiza o interesse político a longo prazo do bloco no poder” (POULANTZAS, 2000, p. 129). No que diz respeito ao “Estado Coisa” o autor deixa claro que nesta concepção as classes dominantes são submetidas a essa forma de Estado enquanto que na forma de Estado-sujeito, este (o Estado) se submete às classes sociais.

No entanto o que o autor defende é que o Estado é uma correlação e uma condensação de forças que surgem a partir das relações de produção, relações essas que são pautadas a partir da força de trabalho e do surgimento do mais valor. Vale lembrar que relação de produção e criação de mais valor são base da *Ossatura institucional do Estado*, portanto é na base material do Estado e na sua forma organizacional que ocorrem as disputas entre classes.

Não há como se pensar o Estado contemporâneo capitalista sem perceber a imbricação entre Estado e economia latente, pois as bases da luta entre classes são bases materiais institucionalizadas pelo Estado Restrito, então para uma sólida análise do Estado contemporâneo deve-se perceber que,

O estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado (Estado-Relação). Compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, no seio do Estado, significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe. (POULANTZAS, 2000, p. 134)

Portanto as relações capitalistas, baseadas em relações de classe, são o motor do Estado capitalista, isto é, são o combustível que movimenta a engrenagem da exploração capitalista feroz e desumana. No entanto, como pode ser percebido, o Estado capitalista possui formas variadas de acordo com o espaço geográfico-social e o tempo que se pretende analisa-lo. Por isso, é de fundamental importância perceber as interpretações deste Estado capitalista desde fins do XIX em um contexto internacional perpassando por debates contemporâneos a respeito deste Estado.

## **1.2. Interpretações sobre capitalismo contemporâneo: entre imperialismos e mundialização**

Várias interpretações acerca do capitalismo contemporâneo podem ser incorporadas aos trabalhos acadêmicos que permitam uma análise mais profunda da sociedade contemporânea. É muito comum, no entanto, que se encontre em trabalhos acadêmicos, e fora da academia, uma generalização a respeito da forma contemporânea do Estado capitalista.

Essa generalização perpassa por algumas formas de análise deste Estado, tais como: adoção da simples forma do capitalismo como Estado burguês, sem sequer tentar perceber qual fração burguesa detém a hegemonia do projeto estatal vigente; frequente análise da hegemonia norte-americana sem apresentar o contexto em que esta nação se apresenta quanto nação hegemônica da nova forma capitalista; análise do Estado contemporâneo de forma que este seja fruto de uma simples sequência de acontecimentos que tem a ver de forma mínima com a esfera econômica em que este está inserido e; análise que apresenta esfera econômica completamente externa ao Estado, e externa à política, de forma que durante a análise este Estado seja apresentado ora como Estado sujeito, ora como Estado coisa.

Portanto, o objetivo central deste tópico é perceber as principais interpretações deste Estado capitalista contemporâneo e construir um debate entre os autores de forma que, ao final deste capítulo, possamos nos posicionar frente ao cabedal teórico utilizado como pano de fundo das análises históricas que nos propomos a fazer nos capítulos seguintes.

Dentre os autores que trabalham com formas do capitalismo serão trabalhados alguns mais relevantes dentro da matriz teórica marxista como: Marx, Lenin,

Poulantzas, François Chesnais, David Harvey e Virginia fontes. Utilizaremos Marx e Poulantzas de forma que estes não entrarão no debate sobre imperialismo, mas como pontos de apoio a um debate secundário de conceitos, como capitalismo financeiro.

Lenin em *Imperialismo: a fase superior do capitalismo* (2008) adota como início de sua análise o ano de 1870, período em que as grandes nações se consolidavam quanto nações capitalistas e outras estavam em pleno fim de processo de unificação (especificamente Alemanha e Itália). Em sequência, entrariam em pleno processo de redistribuição de territórios na África e na Ásia, o que as apresentaria de fato como nações imperialistas.

O autor continua sua análise no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918)<sup>19</sup> e encerrando sua análise no período entre guerras, mais exatamente no ano de 1924.

Lenin tem como objetivo principal “expor os laços e as relações recíprocas existentes entre as particularidades econômicas fundamentais do imperialismo” (LENIN, 2008, p.15) para tanto o autor analisa a relação entre capital bancário e capital industrial no que culminaria o que Lenin chama de capital financeiro. Segundo Lênin,

O século XX assinala, pois, o ponto de transformação do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capitalismo financeiro (LENIN, 2008, P.46).

Portanto, a análise do capitalismo financeiro é base para a compreensão do sistema imperialista em pleno processo de consolidação desde fins do século XIX, segundo Lenin.

Para este autor o capitalismo financeiro é uma *união íntima*<sup>20</sup> entre capital bancário e capital industrial, isto é, uma correlação entre estas formas de capital para a sustentação do financiamento necessário às indústrias em pleno vapor no final do século XIX a nível mundial e início do século XX a nível de Brasil com o plano de industrialização do governo Vargas. Obviamente o dito autor não trabalha com a análise da conjuntura brasileira anteriormente mencionada, esta análise é feita por Virginia

---

<sup>19</sup> Esse episódio, aliás, ficou caracterizado como imperialista em algumas leituras na história. A Primeira Guerra Mundial teria surgido como disputa imperialista entre as nações, envolvendo desde territórios do Império Austro-húngaro a territórios franceses que culminariam nas guerras Austro-prussiana e Franco-Prussiana que ocorreram entre 1866 e 1871.

<sup>20</sup> Quando menciona em seu texto sobre união íntima, Lenin está tratando de união entre famílias possuidoras de capital bancário com famílias possuidoras de capital industrial. Esse termo será reutilizado

Fontes em *Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* (2010).

A autora parte do conceito do próprio Lenin de *união íntima* e elabora um novo conceito aplicável à conjuntura econômica do Brasil do século XX, a *união pornográfica*. Segundo Virgínia Fontes o que era uma “simples” união entre capital bancário e capital industrial passa a ser uma mistura de relações econômicas entre as diversas formas de financeiras dispostas a financiar indústrias em todo país.

O capital financeiro analisado por LÊNIN não tem sua matriz, sua gênese de análise a partir de suas publicações, o próprio Marx já havia feito análise de uma forma de consórcio entre capitais que este acaba por caracterizar como capital financeiro.

No entanto, para Marx, o capital financeiro seria uma correlação entre capital industrial e capital mercantil, isto é, no processo de circulação do capital, esse capital entra em processo de transição, variando, entre capital dinheiro e capital mercadoria. Nas palavras de Marx, o dinheiro passa a efetuar,

[...] movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial e, conforme podemos acrescentar agora, do capital comercial. (...) Esses movimentos (...) transformam esse capital em capital financeiro. (MARX. 1991. P. 363)

Então, durante o processo de circulação, segundo Marx, teríamos a constituição do capital financeiro, correlacionando capital industrial ao capital mercantil, enquanto para Lenin a correlação acontece de forma mais latente, para a constituição do capital financeiro, entre o capital bancário e o capital industrial.

Então, como já foi mencionado, o capitalismo financeiro é a forma hegemônica do modo de produção capitalista contemporâneo, forma esta pertencente à política de dominação imperialista que tem por objetivo a dominação através da inserção de capital de origem multinacional e transnacional em novos territórios.

Partindo desse princípio básico a respeito do imperialismo, temos novos debates sobre a forma conceitual que possa abarcar de forma mais eficaz essa nova lógica imperialista que em muito se difere da forma sustentada por LÊNIN no início do século XX.

A primeira análise conceitual a ser feita é utilizada por François Chesnais (2008) que também tem o capitalismo financeiro como hegemônico na forma capitalista

---

por Virgínia Fontes em análise do Brasil Contemporâneo, no entanto, a autora o utilizará de forma adaptada.

contemporânea. No entanto, seu conceito não apresenta nomenclatura que resgate – à primeira vista – o conceito de imperialismo. No que tange ao conceito de capital financeiro utilizado por este autor, temos uma problemática central a ser discutida: Chesnais apresenta o capital financeiro de forma que este não se apresenta relacional, isto é, não é uma relação de sustentação entre capitais como ocorre em Lênin e em Marx, por exemplo. Segundo o autor,

As formas mais concentradas do capital – capital financeiro **predominantemente industrial ou capital de investimento financeiro “puro”** – beneficiam-se, então de um campo de operações e de um espaço de dominação que se estende sobre grande parte do planeta, ou mesmo a metade (...). (CHESNAIS, 2008, p. 29. Grifos nossos).

Neste trecho supracitado, pode ser percebida claramente a análise do autor de forma que este polariza a atuação das formas contemporâneas do capital, isto é, segundo Chesnais a relação que ocorre entre estas formas é uma relação de dominação entre capitais, o que acaba por polarizá-las e não relacioná-las como bem fez Marx e Lênin em suas análises e, como faria também Virginia fontes.

Além da utilização do conceito de capital financeiro, o autor utiliza o conceito de *mundialização do capital*, ou seja,

A mundialização do capital apresenta-se como sendo o quadro onde a “relação social dos produtores no conjunto do processo do trabalho” aparece, mais uma vez e com uma força renovada “como uma relação social externa a eles, uma relação entre objetos”. (CHESNAIS, 2008, p. 30).

O conceito de mundialização do capital adotado pelo autor apresenta um equívoco: o conceito aparece como se as relações capitalistas tivessem entrado em um processo de internacionalização, ou mundialização, em meados do século XX, quando este processo é bem anterior, na verdade se origina no processo de industrialização ocorrido na Inglaterra e no processo revolucionário burguês ocorrido na França na forma de Revolução Permanente iniciada em 1788 com a convocação dos Estados Gerais e se finda em 1851 com o Golpe de 18 Brumário de Luís Bonaparte.

Ao contrário do que sustenta o geógrafo David Harvey, Chesnais acredita que “a mundialização contemporânea não é ‘americana’. Ela é capitalista e é como tal que ela deve ser combatida” (CHESNAIS, 2008, p. 33).

No entanto, há que se perceber o caminho traçado pela forma contemporânea do capitalismo para então perceber seu núcleo de atuação e expansão. David Harvey (2004) se propõe justamente a fazer esta análise em *O novo imperialismo*. Nesta obra o autor tem como hipótese central que “o capital financeiro passou ao centro do palco nessa fase da hegemonia norte-americana” (HARVEY, 2004, p. 56).

O geógrafo trabalha com a longa duração à luz do materialismo histórico com o objetivo de “examinar a atual condição do capitalismo global e o papel que um ‘novo’ imperialismo poderia estar desempenhando (...)” (HARVEY, 2004, p. 10).

Para tanto, o autor utiliza termos como imperialismo, capital financeiro e hegemonia, alguns desses termos são problematizados ao longo da obra como o termo hegemonia que difere do termo utilizado por Antonio Gramsci.

O termo *hegemonia* aparece como sinônimo de liderança, isto é, não perpassa por uma análise do Estado Ampliado feita pelo filósofo italiano, aqui nesta obra o termo é sinônimo de *hegemon* que significa líder.

No que tange ao imperialismo, o autor se posiciona de forma que para este o termo mais eficaz a ser utilizado seria *imperialismo capitalista*. No entanto, o autor apresenta duas formas de interpretação do imperialismo contemporâneo. A primeira seria fruto de uma “fusão contraditória entre política do Estado e do Império” (HARVEY, 2004, p. 52) isto é,

Projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos econômicos e militares. (HARVEY, 2004, p. 52).

A segunda interpretação tem por base que o imperialismo estaria relacionado a “processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (HARVEY, 2004, p. 52), ou seja, o imperialismo é visto como “processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia” (HARVEY, 2004, p. 52).

Esta segunda interpretação somada à interpretação clássica (principal aspecto: territorial) seria a mais eficaz forma de interpretação deste “novo” imperialismo analisado pelo autor, que apresenta os Estados Unidos no centro de disputas, sobretudo no Oriente Médio, mas que tem sua origem desde o pós-1945.

No mesmo recorte temporal temos a análise da historiadora Virginia Fontes

(2010) no já mencionado livro *Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* que propõe uma lógica do capital sustentada pela atuação de empresas transnacionais e multinacionais. A autora parte das análises de Estado capitalista propostas por Marx, Gramsci e Lenin reconfigurando conceitos ao contexto do Brasil Contemporâneo.

Segundo a autora o Capital-Imperialismo é a forma atual do Imperialismo em que a fração burguesa empresarial é a condutora do projeto econômico-político que atua em diversas instâncias do Estado Relação, isto é, partindo do pressuposto que o Estado capitalista contemporâneo é um Estado Ampliado que tem por base uma nova roupagem do capital financeiro.

Segundo Fontes essa nova roupagem do capital financeiro se dá pela explosão de conglomerados de financeiras que acontece no Brasil na segunda metade do século XX não havendo mais, como propunha Lenin, uma *união íntima*, mas, uma *união pornográfica* no sentido de que várias relações econômico-políticas acontecem paralelamente baseadas no que Marx caracterizou como *capital produtor de juros*.

Segundo Marx o capital produtor de juros “além do valor de uso que possui como dinheiro, passa a ter outro valor de uso, isto é, o de funcionar como capital” (MARX, 1991, p. 392), portanto sua função primeira de atuação na circulação ganha uma segunda forma de atuação.

Além disso, ao gerar lucro e conseqüentemente juro ao capitalista financeiro e a quem empresta – respectivamente – o capital dinheiro tem a capacidade de gerar mais dinheiro no âmbito de sua circulação.

Então, há que se considerar como fração dominante do capital imperialismo a fração financeira da burguesia que se utiliza de aparelhos tanto no âmbito da sociedade civil (Aparelhos Privados de Hegemonia) quanto no âmbito da sociedade política (apropriação jurídica de aparelhos institucionais do Estado), além de combinar o uso “legítimo” da força (coerção) e o convencimento da população de suas ações (consenso).

Então, a partir do que foi apresentado, este trabalho tem por base que o Estado contemporâneo apresenta sua forma ampliada de acordo com a concepção gramsciana de Estado, isto é, as lutas ocorrem no seio da sociedade civil a partir da elaboração de projetos contra hegemônicos, com a utilização de Aparelhos Privados de Hegemonia de forma que este Estado é um “Estado-Relação”, portanto uma condensação de forças que, na ossatura material do Estado disputam esses projetos.

A imprensa local tem grande relação com o golpe Empresarial-Militar de 1964 no



que tange à veiculação de notícias durante todo o regime ditatorial e seu posicionamento frente a esta. No que diz respeito ao uso do conceito de Aparelhos Privados de Hegemonia, este é pensado como fundamental na análise do jornal O Imparcial, que se pretende fazer neste trabalho, haja vista que o dito impresso é o segundo de maior circulação no Maranhão neste período e, portanto, ferramenta importante de compreensão da construção de consenso a respeito das diretrizes político-econômicas adotadas.

Além disso, a fração financeira atua de forma que no Estado Capital-Imperialista brasileiro esta fração se organiza na segunda metade do século XX, mais exatamente a partir de 1964 quando há a reforma do Sistema Financeiro Nacional no primeiro governo militar, e se consolida quanto fração hegemônica a partir do período chamado de “milagre econômico” a ser analisado no terceiro capítulo deste trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. IN: **II Seminário livre pela saúde**. Belo Horizonte: caderno de textos, 2008.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Itambé, 1960.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- GABRIEL, Mary. **Amor e capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- LENIN, V.I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Editora Alfa – Ômega, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&M Pocket, 2010.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins

Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O capital.**Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 5ª ed., 1991.

\_\_\_\_\_. **O capital.**Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 14ª ed., 1994.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controversias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Cascavel, **Espaço Plural**, ano XIII, nº27, 2º sem, 2012, p.39-53.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **Historia do Brasil Recente.** São Paulo: Ática, 2001.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2002.